

Matheus da Cruz e Zica

DIVERSIFICAÇÃO DOS MODOS DE
SER MASCULINO E ESTATIZAÇÃO
DA VIOLÊNCIA MASCULINA
NA ESCRITA LITERÁRIA E
JORNALÍSTICA DE BERNARDO
GUIMARÃES (1869-1872)

Belo Horizonte
Faculdade de Educação
2011

Matheus da Cruz e Zica

DIVERSIFICAÇÃO DOS MODOS DE SER MASCULINO E
ESTATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA MASCULINA NA ESCRITA
LITERÁRIA E JORNALÍSTICA DE BERNARDO GUIMARÃES
(1869-1872)

Tese apresentada ao *Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

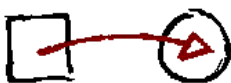
Área de Concentração: História da Educação

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho

Belo Horizonte

Faculdade de Educação

2011



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social
Linha de Pesquisa: História da Educação

Tese intitulada *Diversificação dos modos de ser masculino e estatização da violência masculina na escrita literária e jornalística de Bernardo Guimarães (1869-1872)*, de autoria do doutorando Matheus da Cruz e Zica, aprovada em 06 de setembro de 2011, pela banca examinadora constituída pelas(os) seguintes professoras(es):

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – FaE/UFMG - Orientador

Prof. Dr. Sócrates Nolasco – ECO/UFRJ

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior – UFRN

Prof^ª. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão – FaE/UFMG

Profa. Dra. Maria Cristina Soares de Gouvêa – FaE/UFMG

Prof^ª. Dra. Andréa Moreno – FaE/UFMG (suplente)

Prof^ª. Dra. Rosana Areal – UFOP (suplente)

Profa. Dra. MARLUCY ALVES PARAÍSO
Coordenadora do *Programa de Pós-Graduação em Educação:*
Conhecimento e Inclusão Social da
FaE/UFMG

Dedico este trabalho a todas as mulheres e homens que ainda sofrem com as conseqüências da histórica conexão entre violência e masculinidade.

AGRADECIMENTOS

Sempre será insuficiente o muito obrigado dedicado às pessoas que se seguem. Não só porque me ajudaram de diferentes maneiras a realizar este trabalho, mas principalmente por que trocamos experiências. Este ato que torna nossa vida mais serena e bela.

Os meus sinceros agradecimentos:

- À CAPES e ao CNPq que, em momentos diferentes, financiaram esta pesquisa, possibilitando sua realização;
- Ao *Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social*, da Faculdade de Educação da UFMG, por ter facultado o vínculo institucional que possibilitou uma formação em pesquisa de modo tão relevante;
- Ao GEPHE (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação), pelo apoio incondicional nas pequenas e grandes demandas que nossas pesquisas exigem;
- Aos componentes da banca de defesa desta tese, pela valiosa possibilidade de interlocução;
- Aos funcionários da FaE/UFMG pela dedicação e atenção com que sempre responderam às demandas da função, especialmente às secretárias do setor de pós-graduação;
- Ao meu orientador desde o início da graduação, Luciano Mendes de Faria Filho, que sempre contribuiu não só para meu trabalho com seus atenciosos apontamentos, mas também para complexificar minhas maneiras de ver e experimentar o mundo;
- A Mariana Queiroga Tabosa, com quem há alguns anos tenho compartilhado muito prazerosamente meus dias, por ter contribuído *sensivelmente* com as leituras que fez desse texto;
- Ao meu irmão Guilherme da Cruz e Zica, pela amizade e carinho na leitura dos originais dessa tese;
- A Professora Doutora Eliane Marta Teixeira Lopes, que soube me escutar em momentos difíceis;

- A Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Antônio Eduardo de Oliveira por me receberem tão bem e contribuírem de forma tão relevante para a elaboração deste trabalho, durante a experiência do doutorado sanduíche em Natal – RN;
- Ao professor e colega Marcelo Ricardo Pereira que, com rara sensibilidade, me ouviu falar inúmeras vezes desse trabalho, até o dia em que a pesquisa tomou a cara que tem hoje;
- Às professoras e amigas Cecília Vieira do Nascimento, Mônica Yumi Jinzenji e Carolina Mafra de Sá que também se dedicaram à leitura de partes deste trabalho e me presentearam com seus comentários;
- Ao professor Marcus Aurélio Taborda de Oliveira e ao seu grupo de orientandos por lerem e discutirem uma versão preliminar da introdução desta tese, e por me incentivarem a continuar pensando a história da educação de maneira mais ampliada.

Deixai, deixai lá nos talados campos
Da velha Europa, aonde em holocausto
De seus tiranos ao feroz capricho
Os povos uns aos outros se degolam,
Onde os tronos um' hora se levantam
Sobre montões de ruínas e cadáveres,
Ora tombando com fracasso horrendo
Com seus destroços as nações esmagam,
Deixai o jugo, e códigos de sangue,
Ominoso legado que heis herdado
Da tirania aos séculos ferrenhos.

(Bernardo Guimarães, *A Baía de Botafogo*,
1864)

Às armas, bravos mineiros!
À guerra a pátria vos chama,
A vingar atroz insulto
Da brasileira auri-flama.

À guerra! À guerra!
Alto bradai;
Guerra ao tirano
Do Paraguai!

(Bernardo Guimarães, *Hino*, 1867)

Resumo

Dois fatores nos motivaram a realizar esse estudo sobre as questões que envolvem a educação e a masculinidade, ou os sujeitos masculinos, no século XIX: a falta de estudos no campo da História da Educação que abordassem essa temática naquele período; e a consciência de que essa falta contribuiu para a manutenção do machismo, responsável por conseqüências trágicas na vida de muito(a)s brasileiro(a)s ainda hoje. Trabalhamos, nesse estudo, com a noção de que a educação de gênero teria pelo menos duas especificidades muito demarcadas: ela não seria exclusiva de uma geração, já que faz parte do processo sempre inacabado da construção identitária abarcando, portanto, infância, juventude, adultez e velhice; e não se daria apenas, e nem fundamentalmente, na escola, haja vista que em uma variedade de âmbitos da vida social há circulação efetiva de representações e práticas culturais que sugerem modelos de gênero fortes o suficiente para definirem as construções das identidades dos indivíduos por elas interpelados. Levando-se tais premissas em conta optamos por estudar as representações relacionadas ao gênero masculino veiculadas principalmente na literatura de Bernardo Guimarães, mas ainda na de outros autores que também estavam escrevendo entre 1869 e 1872, como José de Alencar, Machado de Assis e Alfred Taunay – fato que em grande medida influenciou na escolha desse recorte temporal. Além dos romances, contos e poesias produzidos por esses autores, outras fontes também foram consultadas, como jornais, relatórios de Presidentes da Província de Minas Gerais e relatos de viagem. O cruzamento dessa diversidade documental nos permitiu verificar se havia alguma disparidade nas maneiras de se referir ao gênero masculino no período. Contribuiu também para iluminar os posicionamentos de cada texto específico em relação às mudanças nas relações de gênero já em marcha à época, além de tornar mais evidentes algumas contradições que pareciam marcar aquele momento determinado. A tese defendida é a de que a escrita literária e jornalística de Bernardo Guimarães, produzida entre os anos de 1869 e 1872, tanto capta quanto contribui para o desencadeamento da dupla face de um processo que estaria alterando as percepções dos homens do período em relação às questões de gênero: 1- a diversificação dos modos de ser masculino; e 2- a estatização da violência masculina. Tal argumento foi desdobrado nos cinco capítulos que compõem a tese.

Palavras-chave: Gênero masculino; Violência; Literatura; Educação; Século XIX.

Abstract

There are two main factors that stimulated us to investigate questions regarding education and masculinity in the XIX century: the lack of studies concerning this theme in the field of History of Education; and the consciousness that this lack of studies contributes to the continuity of male chauvinism, which has been responsible for tragic consequences to many Brazilian lives even nowadays. We worked, in this thesis, with the perspective that gender education would have at least two distinct particularities: it would be related not exclusively to one generation, as it makes part of the incomplete process of identitarian construction, comprising childhood, youth, adulthood and elderliness; and it would not take place nor particularly nor fundamentally at school, once the enormous flux of representations and cultural practices diffuses particular models of gender, which also contributes to define the identitarian constructions of individuals from different social contexts. Taking into consideration these premises, we decided to study the representations related to the masculine gender introduced primarily by Bernardo Guimarães' literature, but also by other writers who were producing between 1869 and 1872, such as José de Alencar, Machado de Assis and Alfred Taunay – which had a considerable influence on the choice of this specific period. Besides the novels, short-stories and poems written by those authors, other sources had also been researched, for instance, journals, official returns of the current Presidents of the Province of Minas Gerais during those years and travel reports. The intersection of this documental diversity enabled us to verify if there was any disparity in the manners how the masculine gender was treated in the period. It contributed not just to clarify the positions of each specific text concerning the changes in gender relations, already in process by those years, but also to exemplify some contradictions that seemed to determine that particular moment. Finally, the thesis sustains that the journalistic and literary works of Bernardo Guimarães, produced between 1869 and 1872, captured and contributed to the development of a process that could be modifying the current perceptions regarding gender subjects: 1) a diversification of the manners of being masculine; and 2) the “statization” of masculine violence. This argument was analyzed in the five chapters that compose the thesis.

Keywords: Masculine gender; Violence; Literature; Education; XIX century.

Résumé

Deux facteurs nous ont motivés à examiner des questions autour de l'éducation et de la masculinité, ou des sujets masculins, au XIX^e siècle: l'absence d'études dans le domaine de l'Histoire de l'Éducation qui abordent ce thème; et la conscience que cette absence contribue à la manutention du machisme, responsable des conséquences tragiques à beaucoup de vies brésiliennes même aujourd'hui. Nous travaillons dans cette thèse avec la perspective selon laquelle l'éducation de genre a au moins deux spécificités distinctes: elle n'est pas exclusive d'une seule génération, car elle fait partie du procès inachevé de la construction identitaire qui encadre l'enfance, la jeunesse, la maturité et la vieillesse; et elle ne s'établit ni seulement, ni fondamentalement, à l'école, puisqu'il y a une circulation de plusieurs représentations et des pratiques culturelles qui suggère des modèles de genre assez forts pour définir les constructions des identités des individus de divers milieux culturels. Avec ces prémisses nous avons opté pour étudier des représentations du genre masculin diffusées principalement par la littérature de Bernardo Guimarães, mais aussi par celles d'autres auteurs qui écrivaient entre 1869 et 1872, comme José de Alencar, Machado de Assis et Alfred Taunay – un fait qui a influencé beaucoup dans le choix de cette découpe temporelle. Outre les romans, contes et poésies écrits par ces auteurs, nous avons aussi recherché d'autres sources, comme des journaux, des rapports de Présidents de la Province de Minas Gerais à cette période-là et des rapports de voyage. Le croisement de cette diversité documentaire nous a permis de vérifier s'il y avait quelque disparité dans les manières dont le genre masculin était abordé à cette époque-là. Il a contribué aussi à clarifier des positions adoptées dans chaque texte spécifiquement en ce qui concerne les changements dans les relations de genres déjà en marche à cette époque-là ; de plus, il a evidenzié certaines contradictions qui paraissent déterminer ce moment-là. La thèse soutient que le matériau littéraire et journalistique de Bernardo Guimarães écrit entre 1869 et 1872 non seulement capture mais aussi contribue au développement d'un procès qui altere les perceptions des hommes de cette période en ce qui concernait les questions de genre: 1) la diversification des manières d'être masculin; et 2) l'étatisation de la violence masculine. Cet argument est analysé aux cinq chapitres qui composent la thèse.

Mots clés: Genre masculin; Violence; Littérature; Education; XIX^e siècle.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 13 |
| Capítulo I: As masculinidades nos meados do século XIX: entre antigos costumes e novas expectativas..... | 37 |
| 1. A historiografia e a herança colonial..... | 37 |
| 2. Homens mineiros na mira dos viajantes..... | 40 |
| 2.1. As armas do masculino..... | 41 |
| 2.2. Mulheres fora de casa? “Deus nos livre dessa desgraça”..... | 43 |
| 3. A violência no discurso de Bernardo Guimarães entre 1859-1865..... | 45 |
| Capítulo II: As masculinidades em tempos de instabilidade: posicionamentos diversos em relação às mudanças na organização dos papéis sociais de gênero..... | 53 |
| 1. As razões de Estado e as outras masculinidades..... | 54 |
| 1.1. O masculino desarmado..... | 54 |
| 1.2. Mulheres fora de casa..... | 59 |
| 2. O <i>Noticiador de Minas</i> e as masculinidades refratárias às mudanças na organização dos papéis de gênero..... | 63 |
| 2.1. Sentimentos e anseios masculinos..... | 65 |
| 2.2. A mulher no pedestal..... | 68 |
| 2.3. Ironia masculina contra as mulheres: a agressão defensiva..... | 76 |
| Capítulo III: O feminino pede passagem: a literatura do período..... | 85 |
| 1. As masculinidades mineiras entre a “Inocência” de Taunay e a “Garganta do Inferno” de Bernardo Guimarães..... | 85 |
| 2. A despolarização de gênero na prosa literária do período..... | 99 |
| 2.1. Meninas ciosas de suas liberdades: o desejo da mulher na ordem do dia..... | 101 |
| 2.2. Sobre meninas e cobras: o poder feminino em metáforas..... | 103 |

| | |
|--|-----|
| 2.3. <i>Como se fosse um rapaz</i> : as indefinições de gênero..... | 107 |
| 2.4. <i>Como uma moça</i> : outras representações masculinas..... | 110 |
| Capítulo IV : Masculinidades possíveis: os diferentes protagonistas homens produzidos por três autores do período..... | 113 |
| 1. José de Alencar e a nostalgia das antigas liberdades masculinas..... | 113 |
| 2. Machado de Assis e os homens abastados da corte..... | 124 |
| 3. A teatralização da violência masculina e a legitimação do Estado em Bernardo Guimarães..... | 133 |
| Capítulo V : Da honra individual masculina à honra da pátria: a Guerra do Paraguai e os deslocamentos da violência nos diferentes gêneros textuais produzidos por Bernardo Guimarães..... | 148 |
| 1. A constituição das sensibilidades masculinas em meio às metáforas bélicas da imprensa e da política..... | 148 |
| 2. A Guerra do Paraguai: violência física em nome da honra da pátria..... | 162 |
| Conclusão | 175 |
| Referências Bibliográficas | 180 |
| Fontes | 190 |

Introdução

Acreditamos que a opção por trabalhar nessa ocasião com a produção de Bernardo Guimarães¹ guarda alguma relação com o acaso. Refiro-me à possibilidade de ter sido aceito pelo Professor Luciano Mendes de Faria Filho, no ano de 2004, como um de seus orientandos de iniciação científica, num momento em que ele começava a realizar uma releitura da produção literária de Bernardo Guimarães em triplo esforço de sua parte, como afirma em um de seus artigos sobre o romancista e poeta mineiro:

...o trabalho com a obra de B. Guimarães significa uma possibilidade a mais de conhecermos algumas facetas importantes da cultura e do processo de escolarização no Brasil e, mais especificamente, em Minas Gerais, ao longo dos oitocentos. Em segundo lugar, este texto acompanha outros em que temos tentado trabalhar com fontes diversas (jornais, relatórios de diretoras e inspetores escolares, legislação escolar), buscando apontar para a importância destas para a história da educação e produzir uma inteligibilidade própria a cada uma delas. (...) Finalmente este trabalho é parte do esforço por trazer à tona a produção literária, científica ou política de alguns intelectuais mineiros, buscando aquilatar a importância destes sujeitos no processo de escolarização nos últimos dois séculos.

(FARIA FILHO, 2006 b, p. 154)

Foi nesse processo que descobri as potencialidades da produção escrita de Bernardo Guimarães para a realização de investigações historiográficas que se baseassem ou partissem dela. A utilização da literatura desse autor como fonte para compreensão de fenômenos culturais do período de sua produção – segunda metade do séc. XIX – é recente. Embora ela nunca tenha deixado de ser estudada para outros fins. As grandes compilações de História da Literatura brasileira, feitas e refeitas por críticos literários e acadêmicos ao

¹ De acordo com Cruz (1911) e Magalhães (1926), Bernardo Joaquim da Silva Guimarães nasceu em 1825 em Ouro Preto e, também nesta cidade, morreu em 1884. Bacharelou-se em Direito em São Paulo em 1852 quando publicou seu primeiro livro de poesias. Foi professor de Filologia e Língua Nacional em Ouro Preto de 1854 a 1858, jornalista na Corte de 1859 a 1861, juiz em Goiás de 1861 a 1863, e, a partir daí, professor de Retórica e Poética em Ouro Preto, Congonhas do Campo e Queluz. Nesta fase ele publicaria seus romances e só pararia de escrever em 1883, um ano antes de sua morte. (Notamos que a partir destas duas primeiras escritas biográficas, as posteriores irão acrescentar quase nenhuma informação. Obtivemos alguns avanços nesse sentido durante a realização dessa pesquisa e cremos que eles aparecerão com maior nitidez no último capítulo da tese).

longo de todo o século XX², jamais omitiram alguns comentários sobre a produção literária do autor mineiro. Nessas obras de síntese, a literatura bernardiana aparece muito mais para compor quadros gerais – como ela se relaciona com o romantismo, sertanismo, indianismo, naturalismo, realismo... –, compostos por cada um dos historiadores da literatura, do que para ser tomada em suas especificidades históricas. A visão canônica dos clássicos da história da literatura brasileira é em geral superficial e estereotipada pois, ao analisarem a literatura daquele escritor, não levam em consideração as condições de produção daquele escritor³. Talvez por isso eles tenderiam a pintar um Bernardo Guimarães pouco consciente de seu fazer literário.

Um grupo de estudiosos já tem apontado para esse equívoco, presente nessas compilações de história da literatura canônicas, desde pelo menos os anos 70 do século XX⁴. Utilizando as poesias eróticas do próprio Bernardo Guimarães, relegadas por muito tempo à clandestinidade, e novas abordagens teórico-literárias, esses estudiosos tentaram trazer à tona um autor mais crítico de seu tempo, capaz de instigar seus leitores.

Um terceiro grupo⁵ tem ainda tentado, além de não negligenciar a poesia erótica e satírica do autor mineiro, para um maior entendimento de seu fazer literário, estabelecer também um diálogo de sua literatura com sua produção jornalística. Ao fazerem isso contribuem não só com o refinamento de alguns pontos da vida do autor, obscurecidos pelos seus biógrafos que são do início do século XX, mas também com a consolidação dos aspectos revistos pelos primeiros críticos do cânone.

Integrando esse esforço de releitura da obra de Bernardo Guimarães, percebíamos que a fonte literária do autor nos permitia trabalhar em diversas frentes em busca de aquilatarmos nossa compreensão da cultura e educação nas Minas Gerais do

² Cf., dentre outros: Romero (1903, p. 240); Veríssimo (1963, p. 210); Sodré (1969, p. 323-324); Alencar (1969, p. 257); Cândido (1975, p. 236); Cândido & Castelo (1966, p. 5); Moisés (1984, p. 195).

³ Em estudo interessante sobre o tratamento dado pelos historiadores tradicionais da Literatura brasileira à produção de Joaquim Manuel de Macedo, Almeida (2008) chegou a uma conclusão muito próxima dessa que exponho sobre o caso de Bernardo Guimarães.

⁴ Ver principalmente: Oliveira Júnior (1977); Coelho (1982, p. 9-53); Sússekind (2003, p. 151-165); Lima (1991, p. 241-253); Santos (1994); Volobuef (1999, p. 157-304).

⁵ Para mais informações, consultar: Brait (1997, p. 61-71); Corrêa (2006); Garmes (1993); Miranda (2003 p. 13-20); Böechat (2003, p. 21-30); Peixoto (2003, p. 31-40); Böechat (2004, p. 146); Faria Filho (2004); Faria Filho (2006a, p. 153-173); e Faria Filho (2006b, p. 145-169).

século XIX. Nesse processo de busca um assunto foi chamando mais nossa atenção: a questão da masculinidade e das experiências masculinas no período. Tentaremos demonstrar o porquê dessa escolha a seguir. É evidente que, neste caso, não se trata de um mero acaso, já que o lugar social onde produzimos nossas pesquisas tem bastante influência no momento da definição de muitos dos aspectos que nortearão qualquer investigação que seja proposta. Segundo De Certeau (1975 [2007], p. 72; *itálico no original*):

Um estudo particular será definido pela relação que mantém com outros, contemporâneos, com um *estado da questão*, com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que constituem, com os postos avançados e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento. Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado.

Há seis anos um grupo de pesquisadoras(es)⁶ do GEPHE (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, hoje Centro de Estudos e Pesquisas em História da Educação – Centro do qual faço parte), envolvendo professoras(es), doutorandas(os), mestrandas(os) e alunas(os) de iniciação científica, produziu um levantamento significativo de trabalhos sobre a temática da feminização do magistério. Esse trabalho fez parte de um esforço mais amplo delineado pelo *Projeto Estudos de História da Educação e Gênero*. Após consultas no portal da CAPES, em anais de eventos e nas revistas da área, e textos (livros, trabalhos completos, artigos, teses e dissertações), quarenta e uma publicações⁷ que se inserem no campo da História da Educação e que abordam o tema da feminização do magistério foram escolhidas. As pesquisas são referentes a diferentes regiões do país e foram produzidas entre os anos de 1990 e 2005.

Levando-se em conta que a área de estudos sobre o processo de feminização do magistério é uma das mais diretamente interessadas nas questões de gênero, dentre as várias subdivisões existentes no campo da História da Educação, podemos considerar que uma revisão de trabalhos que se debruçaram sobre essa temática deve ser lida como um bom indicador do que se passa com os estudos de gênero no campo mais geral da disciplina

⁶ Luciano Mendes de Faria Filho; Eliane Marta Teixeira Lopes; Mônica Yumi Jinzenji; Carolina Mafra de Sá; Cecília Vieira do Nascimento; Elenice Fontoura de Paula Macedo; e Walquíria Miranda Rosa.

⁷ Cf. a relação completa das referências no Anexo I da referência: Faria Filho *et al.* (2005, p. 84-87).

História da Educação. Assim, as autoras e o autor constataram que *um grande número de estudos ligados à profissão docente, vem utilizando a categoria gênero como uma possibilidade de enfatizar a voz e a condição das mulheres*, o que acabou acarretando em *deixar de lado como os homens constroem as relações com o conhecimento, com a escola, a leitura e a profissão* (FARIA FILHO *et al.*, 2005, p.54).

De modo geral a análise dos trabalhos demonstrou que:

1) praticamente em todo o Brasil, o magistério se torna uma ocupação majoritariamente feminina entre finais do século XIX e início do século XX; 2) as razões evocadas para explicar esse fenômeno são muito semelhantes em todos trabalhos e são, na maioria das vezes, mais afirmadas do que demonstradas; 3) essa produção, no Brasil, é profundamente devedora, no plano internacional, das elaborações teóricas contidas nas produções de M. Apple e A. Nova, além de dialogar muito pouco com outras matrizes internacionais sobre as relações de gênero no magistério; **4) não há um único trabalho que enfoque especificamente a questão da presença masculina no magistério primário no período analisado.**

(FARIA FILHO *et al.*, 2005, p. 55; ênfase adicionada)

As autoras e o autor concluem então que:

Como resultado e continuidade do trabalho, vislumbramos a necessidade de pesquisas que, dentre outros aspectos: a) Busquem demonstrar pelo cruzamento de fontes as afirmações feitas a partir das matrizes conceituais abraçadas; b) Busquem dialogar, nos planos nacional e internacional, com produções recentes sobre as relações de gênero na educação ; c) **Incorporem decisivamente o sujeito masculino e a questão da masculinidade no âmbito dos estudos das relações de gênero na história da educação e, mais especificamente, do magistério;** d) Busquem realizar estudos comparativos entre as diversas Províncias e/ou Estados brasileiros.

(FARIA FILHO *et al.*, 2005, p. 82; ênfase adicionada)

Essa lacuna, verificada pelos próprios pesquisadores do campo, animou em parte meu esforço de tentar me aproximar, de alguma forma, das questões que envolvem a educação e a masculinidade, ou os sujeitos masculinos, no século XIX. Mas o principal estímulo talvez tenha vindo da consciência do papel que essa falta tem para a manutenção de maneiras bastante *empobrecedoras* (Cf. PITLUK, 2007), ou *banalizadas* (Cf. NOLASCO, 2001), com as quais muitos homens continuam a contar para lidarem consigo mesmos e com as pessoas de seu entorno.

Em pesquisa recente com educadoras do Ensino Fundamental Silva & Luz (2010, p. 36-37) verificaram que:

O olhar sobre a organização das experiências dos meninos, sob o ponto de vista das possibilidades de participação em diferentes situações e relações no ambiente escolar, revelou que há uma dimensão de exclusão que envolve tanto práticas culturais como algumas possibilidades de trocas afetivas, marcadas por concepções do masculino presentes entre as educadoras.

Essa exclusão dos meninos se evidencia na privação de muitas situações de interação afetiva e corporal que as educadoras propiciam às meninas, como as ações de cuidado com os cabelos. Os meninos parecem ser vistos desde muito cedo como menos afetados por situações de risco e abandono, necessitando, portanto, de menos proteção. Isso se expressa, por exemplo, na permissão e mesmo incentivo a comportamentos mais ousados e arriscados nas brincadeiras, como a literatura tem evidenciado, como se eles fossem mais resistentes aos perigos e pudessem, com menos ajuda dos adultos, constituírem-se em sujeitos no mundo. A necessidade de reforçar essa imagem de resistência e força alinha-se às interdições a brincadeiras ligadas ao cuidado com filhos (brincar de bonecas) e ao trabalho doméstico (cozinha, arrumação dos ambientes), evidenciando uma maior resistência em incluir os meninos em espaços e atividades tidas como femininas do que o inverso.

Infelizmente, tais constatações ainda guardam muita proximidade com o que Nolasco (1993, p. 42-43) já apontava no início da década de 90:

O cotidiano dos meninos está permeado por observações tais como: “isto é brinquedo de menina”, “menino não chora”, “menino não abraça nem beija outro menino, só os maricas”, “você transou com ela? Não? É muito bobo!”, “você é um medroso, parece mulher”. Enfim, uma gama de afirmações vindas em um primeiro momento da família, posteriormente da escola e das relações sociais, fará crer aos meninos que existe um homem viril, corajoso, esperto, conquistador, forte, imune a fragilidades, inseguranças e angústias. Os meninos crescem achando que os outros são assim, e quando são repreendidos por não estarem se comportando como deveriam, se sentem problemáticos em relação ao modelo.

Sem falar uns com os outros sobre sentimentos e receios mais íntimos, os meninos tendem a reforçar e engrandecer ainda mais o modelo vigente. Neste sentido, as estórias masculinas são narrativas por vezes fantasiosas que buscam reconhecimento, aceitação e afirmação de quem as conta.

Os meninos crescem estimulados a contar vantagens e méritos. O padrão masculino incia-se em um mundo onde acreditam ser os melhores só por serem homens. (...) Os meninos são educados para desenvolverem seus pontos de vista competitivamente, e, nesse sentido, pouco articulados com o ponto de vista do outro, bem como distantes das necessidades que brotam de seus corações.

Por isso identificar a historicidade das experiências masculinas pode ser importante por vários motivos, dentre os quais podemos destacar a possibilidade de

contribuirmos para o desmonte de três vieses que têm marcado negativamente a vida de muitos homens: idealização; silêncio; e simplificação. Proporciona, portanto a possibilidade: 1º- de **evitarmos que a noção idealizada**, que ainda habita a cabeça de muitos homens e mulheres, de que é possível a existência de um super-homem infalível com o qual eles têm de se assemelhar, **continue limitando com tanta eficiência as experiências masculinas**; 2º- de que uma discussão sobre a condição masculina se torne cada vez mais possível para os homens que aprenderam – e para os meninos que ainda aprendem – que só o sucesso deve ser posto na fala, **permitindo-os fugir, dessa forma, de uma experiência do masculino marcada pelo silêncio**; e, finalmente, em 3º- de **estranharmos a simplificação com a qual muitos homens têm lidado com seus sentimentos**, marcados, muitas vezes, pela obsessão sexual, já que, como afirma Nolasco (1993, p.99), em geral:

...se um homem aproxima-se tanto de um outro homem quanto de uma mulher, o único código amoroso que compreende é o da sexualização dos afetos. Desta forma, se um homem está muito próximo de uma mulher, imediatamente lida com esta ansiedade transformando-a em um “objeto comestível”. Em relação a outro homem, evita envolver-se porque teme que o desfecho seja a cama. Não existe ainda uma idéia muito clara da discriminação entre apelo sexual e afetivo, o que dificulta aos homens administrar os seus desejos.

Minha própria experiência masculina durante infância e juventude não esteve fora desse quadro, pois também foi marcada de diferentes formas e em níveis diversos de intensidade por essas questões. Contribuía significativamente para isso, acredito, o fato de que, assim como milhares de crianças pelo mundo afora, eu também era influenciado pelos filmes⁸, séries e desenhos que circularam naquela década de expansão das televisões coloridas em que:

...uma masculinidade mais dura e violenta passa a ser exaltada, especialmente a partir dos anos 80. Surgem os “exterminadores” e os “robocops”, os “rambos” e tantos outros “duros de matar”. (...) Os corpos desses novos heróis exalam uma hiper-masculinidade marcada pelos músculos esculpido nos exercícios e nas lutas, ou produzidos por incríveis combinações humano-tecnológicas, em que o corpo-máquina potencializa as habilidades e poderes do homem.

(LOURO, 2000, p. 442)

⁸ Sobre esse assunto conferir ainda: Jeffords (1994).

Hoje vejo que, como muitos outros, também pude encontrar saídas, negociar inventivamente com aquelas prescrições hiper-masculinas veiculadas pela cultura de massa do período e, graças à singularidade que marca todo e qualquer indivíduo, entre a obediência e a burla, assim pude também sobreviver a elas sem ter de obedecê-las à risca. Procurar segui-las fielmente teria significado, sem dúvida, um empobrecimento não só do aspecto específico de minha experiência de gênero, mas também, num nível mais geral, da minha própria experiência como ser humano.

Em fins da década de vinte, Freud (1927 [1980], p.222), em sua *Dissolução do complexo de Édipo*, revê aquela sua teoria inicial (do Complexo de Édipo) e afirma que *a anatomia é destino*. A frase causou muitas animosidades e ainda é lida por alguns no sentido inverso do que ele queria afirmar. Como nos esclarece Pereira (2010, p.8-9), o que ele estava dizendo com tal frase é que *ela é destino e não origem. Ela é destino e não algo dado a priori ou determinado biologicamente. A anatomia é devir*. Alguns anos antes, inclusive, Freud (1925 [1980], p. 320) já havia afirmado que:

...todos os indivíduos, em resultado de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto.

Joan Scott (1988 [1995], p. 84), historiadora que ficou famosa por suas teorizações sobre questões de gênero, quer reconheça ou não a dívida que tem para com essas formulações inauguradas pelo campo da psicanálise, o que faz, na verdade, é uma radicalização dessas idéias quando afirma que *temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual*. Ela usa mesmo o conceito de ‘gênero’ como uma categoria histórica, como um modo de apreender *a organização social da relação entre os sexos* (SCOTT, 1988 [1995], p. 72); como *uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens*

exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (SCOTT, 1988 [1995], p. 75).

Enfim, suas formulações nos permitem historicizar as experiências que homens e mulheres, ao longo dos séculos, tiveram com as prescrições de gênero vigentes em cada época. É interessante notar também que em sua teoria de gênero, apesar da autora enfatizar a importância da dimensão social na construção identitária, ela não deixa de sublinhar que essa sempre se dá, em última instância, no âmbito da subjetividade.

Uma das principais implicações de tal maneira de compreensão da realidade é a de que não há uma identidade generificada passível de ser terminada, finalizada. Durante toda a vida o sujeito irá se debater entre, de um lado, os modelos prescritivos de gênero, sempre idealizados e circunscritos a cada período e lugar específicos, e, de outro, sua condição de falta de adequação a qualquer uma dessas prescrições devido, simplesmente, à condição irreduzível de sua individualidade que é sempre, em algum ponto, singular.

É, aliás, esta individualidade, impossível de ser nomeada, presente em cada sujeito, que é capaz de explicar as mudanças ocorridas nos modelos de gênero que circulam no mundo social de maneira mais ampla. Ou, em outras palavras, é ela que explica a historicidade desses modelos dentro de cada cultura. Outra vez, então, temos que concordar com Scott (1988 [1995], p. 86-88) quando afirma que essa inventividade dos sujeitos jamais pode se manifestar, por outro lado, sem que esses se valham de símbolos, imagens, textos ou rituais que fazem parte da conjuntura específica em que estão inseridos. Daí a importância que a autora dá ao estudo dos *símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (com frequência contraditórias) de gênero* (dá o exemplo de Eva/Maria, para as mulheres) e, principalmente, das circunstâncias em que essas *representações simbólicas são invocadas* (SCOTT, 1988 [1995], p.86).

Tal concepção a respeito do modo como se opera a dinâmica de gênero exige de nós uma compreensão do que seja educação de uma maneira bastante alargada. A educação de gênero teria pelo menos duas especificidades muito demarcadas que devem ser levadas em conta: 1) ela não seria exclusiva de uma geração, já que faz parte do processo sempre inacabado da construção identitária abarcando, portanto, infância, juventude, adultez e velhice; 2) a educação de gênero não se dá apenas, e nem fundamentalmente, na escola,

haja vista que em uma variedade de âmbitos da vida social há circulação efetiva de representações e práticas culturais que sugerem modelos de gênero fortes o suficiente para definirem as construções das identidades dos indivíduos por elas interpelados.

Guacira L. Louro (2000), ao enfrentar o desafio de se fazer uma história da educação de gênero no século XX brasileiro a partir dessa perspectiva, para atender a estas especificidades, operou com o conceito de “pedagogia cultural” cuja idéia principal é justamente a de ampliar a concepção sobre os processos formativos, considerando que a educação se dá em locais sociais variados, incluindo a escola, mas não se restringindo a ela (LOURO, 2000, p. 423). Ainda atendendo àquelas especificidades, a historiadora também amplia a concepção a respeito de quais devem ser as fontes para se fazer História da Educação. Nesse caso Louro (2000, p. 423) se valeu do cinema, até então pouquíssimo utilizado na área, que aparece, aos olhos da autora, como sendo portador de “uma instância formativa poderosa, na qual representações de gênero, sexuais, étnicas e de classe eram (e são) reiteradas, legitimadas ou marginalizadas”. Ela esclarece ainda que “o ritual [de ir ao cinema] não era (...) exclusivo dos jovens; a paixão pelo cinema era, então [anos 30 e 40], largamente difundida entre os adultos” (LOURO, 2000, p.425).

Louro (2000) nos oferece, assim, um trabalho histórico que leva em conta a idéia de que algo que está aparentemente diluído na cultura – representações imagéticas – também têm poder formador e que todos, tanto jovens quanto adultos que são por ele interpelados, são de alguma forma influenciados. Ora, o que está na base de sua pesquisa é a concepção de que as representações culturais “engendram práticas sociais, possibilitam ou tornam disponíveis identidades culturais (especialmente de gênero e sexuais)” (LOURO, 2000, p. 424).

Essas colocações feitas por Guacira L. Louro (2000), com as quais concordamos, embora ela não o tenha citado, parecem estar em forte consonância com a produção teórica desenvolvida por Roger Chartier (2002). Sobretudo em passagens como esta, em que o autor afirma, no artigo de título bastante emblemático, *O mundo como representação*, que “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo” (CHARTIER, 2002, p. 66). Longe de entender as representações

culturais “como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade”, o historiador francês as concebe como “entidades que constroem as próprias divisões do mundo social” (CHARTIER, 2007 [2009], p. 7). Representações culturais que têm, portanto, efeitos sociais determinantes para as construções de identidades tanto individuais quanto coletivas. Isso não quer dizer, no entanto, que as representações por si só constroem sozinhas toda a realidade:

A reflexão sobre a definição das identidades sexuais constitui uma ilustração exemplar da exigência que hoje habita em toda a prática histórica: compreender, ao mesmo tempo, como as representações e os discursos constroem as relações de dominação e como eles próprios dependem dos recursos desiguais e dos interesses contrários que separam aqueles cuja potência legitimam daqueles ou daquelas cuja submissão asseguram (ou devem assegurar). Entendida dessa maneira, a noção de representação não nos afasta nem do real nem do social.

(CHARTIER, 2007 [2009], p. 51)

Mas o fato é que o reconhecimento, possibilitado por essa visada teórica, de que 1) as representações culturais circulantes nos mais diferentes espaços sociais – e por meio dos mais diferentes veículos – têm, de certa maneira, um poder formativo ou, como preferiu Louro (2000), um *poder pedagógico*; e o de que 2) não só as crianças, mas também os adultos estão imersos em “processos educativos” durante quase todo tempo, trouxe uma renovação à área de História da Educação, aos nossos olhos muito interessante, em termos de fontes, temáticas e enfoques.

G. L. Louro (2000), como já vimos, fala de uma *pedagogia cultural* do cinema, voltada sobretudo para jovens e adultos ao longo de todo o século XX; Carla Simone Chamon (1996), por sua vez, vai dizer de uma *pedagogia dos sentidos* contida nos festejos cívicos, direcionada aos cidadãos mineiros da primeira metade do século XIX; enquanto Carolina Mafra de SÁ (2009) demonstra como o teatro em Minas Gerais no início da segunda metade do século XIX foi investido por seus contemporâneos de uma *função educativa*, visto como sendo capaz de ensinar muitas virtudes aos cidadãos que compareciam às peças. Todas essas “pedagogias” atingiam um público amplo e difícil de ser especificado, a não ser o fato de que era composto, sobretudo, por adultos.

A literatura – fonte principal de nosso estudo – também tem o perfil das instâncias culturais estudadas por essas pesquisadoras. Também “forma”, de maneira indireta e sugestiva, ao fazer circular representações culturais, um público que é, em última instância, muito difícil de ser delimitado⁹. Por isso, não por acaso, foi concomitante a esse despertar da área que a literatura começou a ser cada vez mais utilizada por pesquisadores da História da Educação¹⁰. As pesquisas passaram, ao invés de tentar captar na literatura apenas indícios de uma realidade do período de produção dessa ou daquela obra, a tomá-la mesmo como um veículo de formação, concordando que as representações que ela mobiliza não são alheias à constituição das identidades dos leitores em cada período histórico específico. Em meio a essa produção, que é recente, as pesquisas que ressaltam a construção e a estruturação das relações de gênero a partir da literatura acentuam, sobretudo, a experiência feminina (dentre outros cf. ALVES, 2007; MAGALDI, 1992) – quadro que corrobora a constatação, das pesquisadoras e do pesquisador que fizeram o levantamento da produção na área de história da feminização do magistério, em trabalho já citado acima, de que há uma falta de estudos sobre a experiência masculina na História da Educação (Cf. FARIA FILHO *et al.*, 2005).

Essa exclusividade de foco, presente em muitas pesquisas, direcionado às experiências e representações sobre mulheres, a ponto da noção de ‘gênero’ passar a significar mesmo estudos sobre mulheres, teve sua razão e sua historicidade, como bem nos lembra Scott (1988 [1995], p. 75):

⁹ Uma tentativa de situar melhor a quantidade dos leitores de literatura na segunda metade do século XIX pode ser encontrada em GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Sobre as condições de circulação e recepção da produção literária no Brasil oitocentista. In: *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial / EDUSP, 2004. p.57-122. Embora o autor prometa precisar melhor “quem” eram esses leitores, ao lermos seu trabalho não conseguimos encontrar maiores esclarecimentos a esse respeito, senão que o seu número era muito reduzido – mesmo levando-se em conta a prática de leitura em voz alta, que era freqüente no período.

¹⁰ A História da Educação já tem utilizado a literatura como uma de suas possíveis fontes há algum tempo. No fim da década de 90 Eliane Marta Teixeira Lopes (1998) publica um artigo chamando atenção para as ricas possibilidades oferecidas pela literatura aos historiadores da educação e Ana Maria de Oliveira Galvão (1998) também publica o resultado de sua dissertação de mestrado, no qual trabalhou com literatura, memórias e auto-biografias. Mas é na década de 2010 que podemos perceber melhor o aumento de sua utilização para a produção de pesquisas histórico-educacionais, conforme podemos ver nas publicações de Kleber Garcia Campos (2001), Maria Cristina Soares Gouvêia (2004 a) e Pedro da Cunha Pinto Neto (2006). Aqui mencionamos também os vários trabalhos de Luciano Mendes de Faria Filho (2004) (2006 a) (2006 b) (2007 a) (2007 b) (2009) e (2010) que abordam a História da Educação a partir da literatura de Bernardo Guimarães.

Na sua utilização recente mais simples, ‘gênero’ é sinônimo de ‘mulheres’. (...) Esse uso do termo ‘gênero’ constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80.

Mas esse é apenas um aspecto. O termo ‘gênero’, além de um substituto para o termo mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro.

O que mais nos chama atenção nessa fala da autora é que a formação de gênero se dá em relação. Se a pesquisa histórica exclusiva de apenas um dos gêneros tinha sido necessária em um contexto específico, já naquele período não era mais considerada suficiente para uma melhor compreensão dos fenômenos relacionados às questões de gênero no passado. É nesse sentido que ela cita um trecho bastante esclarecedor escrito pela pesquisadora Natalie Zemon Davis, conhecida principalmente por seus estudos sobre história das mulheres, demonstrando que tal percepção era comum às duas:

Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância *dos sexos*, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la.

(DAVIS *apud* SCOTT, 1988 [1995], p. 72)

No Brasil, Rosely Gomes Costa (2002, p. 227), em seu interessante artigo *Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades*, se posiciona de maneira muito semelhante à postura assumida pelas autoras norte-americanas supra-citadas em relação ao tema:

A escolha de determinados sujeitos de investigação (homens ou mulheres, homens e mulheres) não interfere, do meu ponto de vista, na perspectiva relacional analítica que se deve adotar. Nesse sentido, a crítica feminista estaria criando outro tipo de viés ao não incorporar os homens em seus estudos, contribuindo na produção de uma percepção, ao meu ver equivocada, de mundos – masculino e feminino – separados, que não se relacionam.

(COSTA, 2002, p. 227)

Concordando absolutamente com essas colocações, não perdemos de vista a história das mulheres ao longo da realização da pesquisa. Ora com maior intensidade, ora com menor, a atenção às representações culturais veiculadas sobre as mulheres nos ajudou em muitos momentos a iluminar certos posicionamentos masculinos em relação às questões de gênero no período. Por isso, mesmo que tenhamos focado mais – por motivos que já discutimos acima – as representações culturais que estivessem ligadas à masculinidade e aos sujeitos masculinos, podemos afirmar que essa pesquisa também se integra ao esforço maior de consolidação do campo da história de gênero que passa a ser entendido, cada vez mais, em termos de uma história das relações de gênero. Acreditamos que os estudos sobre aspectos da história da masculinidade, feitos sob a ótica apontada pelas historiadoras citadas acima, como é o caso do nosso, só têm a contribuir para que esse quadro se consolide. Ou seja, para que possamos, num futuro breve, ao invés de fazermos histórias com foco em um ou outro gênero, fazermos das relações entre eles.

Esses são alguns dos pressupostos dessa pesquisa. Ao explicitá-los não fazemos outra coisa senão seguir o conselho de Le Goff (1978 [1989], p. 79) quando discorre sobre a preocupação com a relação entre a teoria e a empiria:

Até agora, a história nova tentou escapar de dois perigos: ser sistemática, de um lado, ser puramente empírica, de outro, à imagem da escola positivista (que acreditava ser objetiva porque sem teoria, e que, na maior parte dos casos, era sem idéias). Contudo, cumpre reconhecer que (...) os historiadores da história nova, insistindo, a justo título, sobre a multiplicidade dos enfoques, nem por isso deixaram de lado o teórico. **Este, longe de ser dogmático, é tão-só a explicação das teorias implícitas que, fatalmente, o historiador, como qualquer cientista, coloca na base de seu trabalho. Ele tem todo interesse em tomar consciência dessas teorias, bem como o dever de declará-las aos outros.** Faço votos de que, especialmente, o historiador, ainda que se mantenha afastado dos sistemas rígidos de explicações históricas, reconheça a existência de sistemas históricos cuja estrutura e cujas transformações lhe incumbe analisar.

(LE GOFF, 1978 [1989], p. 79; ênfase adicionada)

Pois bem, até aqui procuramos deixar claras quais são as posições teóricas sobre gênero e educação que fundamentam essa pesquisa e tornam o uso da literatura como fonte não só possível, mas recomendável. No entanto, ainda falta falarmos de um outro pressuposto teórico-metodológico que também dá sustentação a esse trabalho. Ele diz respeito, sobretudo, à maneira como trataremos a literatura nessa pesquisa. Por muito

tempo ela foi considerada um tipo de fonte problemática, suspeita, devido à especificidade da relação que mantém com a ficção. Luiz Alberto Brandão Santos (2000) lembra a nós, historiadores, que:

...todos os relatos históricos são ficcionais – pensando-se que a condição da ficcionalidade é suspender a relação de exclusão entre verdade e falsidade, entre acerto e erro, certeza e dúvida. Isso ocorre porque a história tem por objeto documentos-monumentos: todo documento é verdadeiro – incluindo os deliberadamente falsos – e falso; é, simultaneamente, referência e construção. O material da história são experiências-relatos, corpos-imagens, realidades-virtualidades, vigílias-sonhos.

(SANTOS, 2000, p. 51)

Por este motivo, não faria sentido deixar de abordar a literatura como fonte. Contudo, algumas de suas especificidades demandam certa atenção. Octávio Ianni (1999), fazendo comparações entre a literatura e a sociologia, fala da complicada relação que uma e outra estabelecem com a ‘realidade’:

Em razão da relação evidente ou implícita, real ou imaginária, transparente ou esquizofrênica, com a ‘realidade’, a sociologia e a literatura revelam-se formas de autoconsciência. Não se trata de aceitar tranqüilamente que existe uma dada ‘realidade’, a qual poderia ser descrita, compreendida, explicada ou imaginada. A despeito das dúvidas, é inegável que essas formas narrativas conferem ao leitor a convicção ou a ilusão do que pode ser ou teria sido o dilema, a situação ou o incidente.

(IANNI, 1999, p. 39)

E, mais especificamente sobre a literatura, em sua relação com a ‘realidade’, Santos (2000) ainda nos alerta que:

A literatura pode insurgir-se contra os modos de significação preestabelecidos à medida que luta para fazer virem à tona modos que, apesar de possuírem inegável presença, são pouco difundidos ou relegados a planos secundários no mercado social dos discursos. A literatura luta, assim, para afetar o real, mostrando que o futuro não é aquilo que obrigatoriamente se tornará presente, o futuro não é um passado ainda não ocorrido. Duplo papel da literatura: mostrar que o que é – que se ‘acredita ser’ – já está sendo transformado pelo que ‘pode ser’ (ou, que o ‘pode ser’ é uma dimensão do ‘ser’); e mostrar que o que ‘pode ser’ se contrapõe àquilo que ‘tem de ser’, se opõe à pretensão ou à tentativa de controle unívoco do ‘ser’.

(SANTOS, 2000, p.53)

Num texto que escrevi em co-autoria com Faria Filho e Gouvêa (2007, p.43-49), também tentamos enfrentar esta discussão em suas páginas iniciais. Nele, afirmamos que:

No caso da produção literária, os signos constituem-se como representações. A literatura, entendida como prática simbólica, configura-se como a formulação de uma outra realidade que, embora tenha como referente constante o real no qual autor e leitor se inserem, guarda com a realidade uma relação não de transparência, mas de opacidade própria da reconstrução. O conceito de representação significa considerar que o autor não reproduz o real, mas o reconstrói, tendo como matéria-prima os signos. No momento de produção do texto, traz para a escrita a sua compreensão do real, bem como o projeto de realidade pretendida. Ele representa, portanto, a realidade, tendo a linguagem literária como signo.

(FARIA FILHO, GOUVÊA & ZICA, 2007, p. 44)

Luiz Costa Lima (1986, p. 192) tem algo a acrescentar a esta discussão. Se por um lado “o texto de intenção literária afasta de si os princípios a que se subordina o documento”, por outro, não consegue fugir da “inevitabilidade documental de tudo que o olhar humano atinge”. Esta inevitabilidade, segundo o autor, proviria da relação que o homem mantém com os signos:

Para ele [o homem], signo algum é capaz de se esgotar em si mesmo. Sequer os nomes próprios, por mais bizarros que sejam, deixam de conter a alusão a algo de diverso. Nenhum signo é capaz de se clausurar em si mesmo porque a alegoria, menos que o resultado de uma tática expressiva, é uma propriedade sempre pronta a aparecer onde as palavras se combinem. O significado das palavras como que vaza delas mesmas. Desse incessante vaziar nasce uma incessante alegorização. As alegorizações incessantemente criadas testemunham que todo produto humano significa além do propósito com que fora concebido; que tudo enfim documenta algo desconhecido e inesperado. O que faço documenta não só o que sei, mas também o que desconheço.

(LIMA, 1986, p. 193)

Para o historiador da Educação que queira utilizar a literatura como fonte, estar atento a esta dupla relação – autonomia e compromisso – que a literatura mantém com a realidade parecer ser fundamental. É o que nos sugere Ana Maria de Oliveira Galvão (1996). No momento da abordagem:

Uma compreensão maior da obra literária só se dá, pois, quando se supera as duas visões que têm sido predominantes: ou tomá-la simplesmente como produto, enfatizando os elementos externos que formam a sua matéria – as circunstâncias

do meio que influíram na sua elaboração – ou considerando essencial o fato dela ser expressão ou não da realidade, ou ainda analisando sua função na sociedade; ou o seu oposto, ou seja, a análise mergulha somente na sua estrutura interna, nos elementos intrínsecos que compõem a ficção, como se sua construção independesse de qualquer tipo de condicionamento, principalmente social.

(GALVÃO, 1996, p.107)

Compreendemos que, assim como os outros tipos de discursos, o literário tem suas especificidades, mas da mesma forma que todos os outros, ele também é produzido num contexto específico, definido justamente pelas relações estabelecidas entre os vários discursos disponíveis num mesmo período e lugar determinados. Isso implica em dizer que todos os discursos – cada qual com sua especificidade – guardam, na realidade, algum tipo de relação com os demais que circulam e produzem o mesmo contexto social no/do qual surgem. As representações culturais só se engendram em um dado discurso por que estão em meio a um confronto, a uma disputa, com outras e é por essa razão que não é possível compreender o sentido de uma representação cultural presente em um discurso específico sem que o *contexto intertextual* da contenda também seja retomado:

Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ‘ser-percebido’ constitutivo de sua identidade.

(CHARTIER, 2002, p. 73)

Na historiografia francesa já é bastante antigo o procedimento de relacionar um fato ou um texto específico a outros do mesmo período. Nessa tradição tal procedimento passou mesmo a ser tomado como a forma eminentemente histórica de se produzir conhecimento. Vejamos o que dizia um dos fundadores da escola dos *Annales*:

...o problema não consiste em perguntar se, ao ler certas passagens de Rabelais, somos tentados a exclamar: “Esse Rabelais! Já naquele tempo um livre-pensador!” Mas se os contemporâneos de Rabelais (...), ao lerem essas mesmas passagens, experimentaram, ou não, uma tentação de tal ordem.

(FEBVRE, 1942 [1992], p. 36)

Foram, assim, os textos dos contemporâneos de Rabelais que possibilitaram Lucien Febvre a realizar uma compreensão histórica da produção daquele autor. Anos depois, Paul Veyne iria ressaltar sua constatação de que toda história é na verdade uma história comparada:

O difícil é dizer até onde vai a simples história e onde começa a história comparada. Se para estudar o regime senhorial do Forez, mencionam-se, lado a lado, fatos relativos a senhorios diferentes – e como não o fazer? –, escreve-se uma história comparada?

(VEYNE, 1971 [2008], p. 101)

Com essa dúvida/afirmativa ele na verdade reatualiza a premissa de que o conhecimento histórico de um texto ou, no caso, de um fato é impossível se não há relação com outros textos ou fatos que compõem um mesmo período. De Certeau (1975 [2007], p. 92), quatro anos mais tarde, ao falar da escrita historiográfica, afirma que “o particular especifica ao mesmo tempo a atenção e a pesquisa históricas”, mas adverte que tal particularidade não pode aparecer, num trabalho histórico, por si só, como uma curiosidade. Atende assim ao que Febvre (1946 [1997], p. 181) havia lançado como um manifesto aos historiadores em 1946: “Que nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso, como outrora se usava procurar livros nos cais. Peça-lhes que nos dêem uma História não automática, mas problemática”. De Certeau (1975 [2007], p. 92) defende exatamente que no trabalho histórico seja feita a relação entre um texto, ou um fato, e o que lhes for exterior:

Na verdade, a particularidade tem por atribuição desempenhar sobre o fundo de uma formalização explícita; por função, introduzir ali uma interrogação; por significação remeter aos atos, pessoas e a tudo que permanece ainda exterior ao saber assim como ao discurso.

Para De Certeau (1975 [2007], p. 92) o “lugar que a história criou remete à prática de combinar o modelo com os seus desvios”. A História agiria, assim, *na fronteira da regularidade*. Ou seja, segundo ele, temos de fazer o esforço de construir não só o desvio, mas também a regularidade, ou o modelo, ao qual aparecerá relacionado o desvio – que também produzimos.

Em 1991 Peter Burke (1991 [1992]), que embora não seja francês mantém um diálogo forte com aquela tradição historiográfica, também nos lembra da relação entre o particular e o que o extrapola, e da importância desse procedimento para os historiadores. Segundo ele, os pesquisadores estariam preocupados “tanto com as tendências, quanto com os acontecimentos, tanto com os movimentos coletivos, quanto com as ações individuais” (BURKE, 1991 [1992], p.14), e a oposição tradicional entre os acontecimentos e as estruturas fora substituída “por um interesse por seu inter-relacionamento” (BURKE, 1991 [1992], p. 36-37).

Bernard Lepetit (1996 [1998]), por sua vez, ao falar das escalas em História, irá problematizar uma noção que parece rondar o trabalho dos historiadores. Ao invés de usar o termo “contexto” o autor prefere falar em “sistemas de contextos”. O avanço é interessante, já que problematiza a idéia de que exista um contexto histórico invariável e *a priori* no pano de fundo do desenrolar de qualquer particularidade que esteja sendo estudada por um historiador (LEPETIT, 1996 [1998], p. 86-89). Mas nem por isso o autor nega a importância de continuarmos lançando mão de sua construção para a compreensão histórica. Seria uma questão, apenas, de assumir que ele – “contexto” ou “sistema de contextos” – também é uma formulação do historiador:

O conjunto dos contextos construído ao longo da experimentação historiográfica é ao mesmo tempo quadro, o mais englobante deles, e nível de generalização. Mas a questão de saber se aquele que foi restituído está completo, ou mesmo se é o único imaginável, fica sem solução. Invocar a experiência dos atores parece ser um meio de romper uma tal incerteza. Um relativismo metodológico vem se completar numa forma de realismo epistemológico.

(LEPETIT, 1996 [1998], p. 89)

Podemos citar ainda o livro recente de Roger Chartier (2007 [2009], p. 57), no qual também dá sua contribuição à reafirmação do compromisso do historiador com o procedimento de relacionar o particular e o geral:

A união indissociável do global e do local levou alguns a propor a noção de “glocal”, que designa com correção, se não com elegância, os processos pelos quais são apropriadas as referências partilhadas, os modelos impostos, os textos e os bens que circulam mundialmente, para fazer sentido em um tempo e em um lugar concretos.

Esse procedimento, que podemos chamar grosso modo de “aproximação texto/contexto”, que se enraizou na pesquisa histórica ao longo do século XX como uma forma genuína de produção de conhecimento, sobretudo no caso francês que é de nosso maior conhecimento, nem sempre foi tão unânime. Na Inglaterra, por exemplo, e mais especificamente em Cambridge, a introdução dessa lógica interpretativa produziu um grande debate na área de estudos sobre a história dos clássicos da política.

Por volta da década de 60, um grupo representado principalmente por John Pocock e Quentin Skinner passou a questionar a, então, influente história do pensamento político, de matriz essencialista, que vinha sendo praticada desde pelo menos a década de 30 do século XX sobretudo pelo seu maior expoente, Arthur Lovejoy:

...a história das idéias tal como era feita por Arthur Lovejoy (o fundador do influente *Journal of the History of Ideas*) e seus seguidores, isolando “unidades de idéia” e as seguindo através dos séculos, procurava, por exemplo, recuperar as transformações que a idéia platônica da Grande Cadeia do Ser sofreu até o século XIX para continuar a dar uma explicação racional do mundo. Criticando tal história como anacrônica, Skinner e outros, como John Dunn, Richard Tuck e John Pocock, procuram mostrar que pensadores como Hobbes ou Locke falavam uma linguagem muito própria e se referiam a questões muito específicas de sua própria época, o século XVII.

(PALLARES-BURKE, 2000, p. 308-309)

Talvez justamente por conta desse debate (ou, poderíamos dizer, disputa de campo acadêmico) que tiveram de empreender em Cambridge¹¹, que não deixava de ser uma contenda teórica, é que Pocock e Skinner tenham produzido tanto sobre o tema da hermenêutica na História¹². Skinner (1978 [1996], p. 13) expõe sua teoria e método, que consideramos bastante instigantes, empregados em seu livro sobre a história d’ *As fundações do pensamento político moderno*:

...compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido

¹¹ Para saber sobre esse processo cf. Pocock (1995 [2003], p. 23-62).

¹² Os principais artigos produzidos por SKINNER sobre o tema estão listados em SKINNER (1978 [1996], p.698). Os de POCOCK estão listados, sobretudo, nos pés de página de POCOCK (1995 [2003], p.23-62).

significar com o que disse – ou deixou de dizer. Quando tentamos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um “quadro” histórico para nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar.

Em entrevista a Lúcia Pallares-Burke (2000, p. 315), Quentin Skinner nos esclarece ainda mais a respeito do que pensa sobre teoria e metodologia da história:

O que tentei foi argumentar que há muitas coisas importantes sobre os textos que precisam ser estudadas, além dos próprios textos, se se quiser efetivamente compreendê-los; caso contrário, não seria possível compreender quais haviam sido suas motivações, a que eles se referiam e se estavam, por exemplo, satirizando, repudiando, ridicularizando ou aceitando outras idéias e argumentações.

(SKINNER *apud* PALLARES-BURKE, 2000, p. 315)

Ao ser perguntado sobre as muitas críticas que seu trabalho teórico recebeu, em sua resposta o autor refina ainda mais seus argumentos:

...há uma distinção essencial a ser feita quando se trata de questões como as que eu formulo sobre a relação entre as intenções dos autores e a interpretação dos textos. Trata-se da distinção entre o que o autor pretendeu dizer, de um lado, e, de outro, o que o autor pretendeu com o ato de proferir uma elocução, ou seja, uma afirmação ou um texto, com o significado que teve; em outras palavras, há uma dimensão de significado e há outra dimensão separada que diz respeito ao que o autor pode ter querido fazer com o significado. Ora, é importante dizer que a crítica pós-modernista freqüentemente parece confundir essas duas dimensões e que, portanto, muitas das críticas feitas ao meu trabalho atacam posições que nunca defendi. Nunca pretendi negar a pertinência das críticas de Derrida à idéia de que os autores têm autoridade sobre seus próprios textos. O que sempre quis defender foi uma posição que é erroneamente confundida com o projeto tradicional da hermenêutica. Quando falo da intencionalidade dos autores, não estou me referindo ao significado dos textos ou elocuições, mas ao significado do ato de escrever o texto ou proferir uma elocução. Na verdade, minha teoria da interpretação, diferentemente de outras teorias mais tradicionais, dá grande ênfase ao que chamo de atos lingüísticos. Trata-se, nesse caso, de saber o que o autor queria com o texto, o que significa também lidar com as intenções do autor, mas num sentido ao qual não se podem aplicar as críticas que me foram dirigidas.

(SKINNER *apud* PALLARES-BURKE, 2000, p. 320)

Enfim, esse procedimento – inseparável da teoria que o embasa – explicitado, sobretudo nas argumentações de Quentin Skinner, nos inspirou bastante na elaboração da pergunta principal da pesquisa: Que identidades culturais e práticas sociais as representações masculinas construídas nos textos de Bernardo Guimarães, confrontadas

com outras do mesmo período, estariam tornando possíveis para os sujeitos interpelados por elas?

Sobre o recorte temporal, devido à natureza do problema a que nos propusemos investigar optamos por focar um período que não fosse muito longo, já que, do contrário, a possibilidade de nos reportarmos a uma maior variedade de discursos ficaria comprometida.

Outro fator também nos influenciou em nossa escolha do recorte: a atenção às possibilidades de intertextualidade que cada parte, do total de mais de 30 anos – 1852 a 1883 – que Bernardo Guimarães publicou literatura, oferecia. Por vários motivos o período em que o autor está publicando seus primeiros contos e romances, 1869-1872, foi se mostrando cada vez mais como um recorte promissor para o tipo de abordagem ao qual nos propusemos. Podemos destacar principalmente três fatos. Primeiro o de que nesses mesmos quatro anos outros dois escritores, que mais tarde também se tornariam parte do cânone literário brasileiro assim como Bernardo Guimarães, estreavam na escrita em prosa: Alfred Taunay (mais tarde, Visconde de Taunay) e Machado de Assis – oportunidade, portanto, de cotejarmos as representações masculinas em cada um deles. Outro fato interessante é que nesse período José de Alencar, à época já romancista consagrado, também está publicando em prosa – oferecendo, assim, mais uma possibilidade de praticarmos uma leitura intertextual. Mencionamos também a verificação de uma instigante variedade de discursos não-literários que de uma forma ou de outra, bem como a literatura de Bernardo Guimarães, também construía representações sobre a experiência da masculinidade em Minas Gerais, naquele mesmo momento – o que possibilitava uma maior riqueza de pontos de vista no instante da realização das aproximações intertextuais.

Durante a busca por esclarecermos a pergunta principal tivemos a sensação de que um movimento interessante se operava diante de nossos olhos. Ao passo que íamos mapeando as representações masculinas que circulavam em diferentes discursos do período nos apropriávamos com maior acuidade das construções textuais de Bernardo Guimarães a respeito do tema. Do mesmo modo, ao aquilatarmos com mais precisão as posições do autor em relação às masculinidades naquele contexto, tínhamos a oportunidade de lermos as várias imagens do masculino circulantes no período de uma maneira original.

A tese defendida é a de que a escrita literária e jornalística de Bernardo Guimarães, produzida entre os anos de 1869 e 1872, tanto capta quanto contribui para o desencadeamento da dupla face de um processo que estaria alterando as percepções dos homens do período em relação às questões de gênero: 1- a diversificação dos modos de ser masculino; e 2- a estatização da violência masculina. Desdobramos tal argumento em cinco capítulos, no texto que se segue.

Para compreendermos melhor os tipos de representações masculinas que Bernardo Guimarães construiu em suas narrativas, entre 1869 e 1872, consideramos importante buscar informações a respeito das experiências masculinas em períodos anteriores a esse recorte em Minas Gerais por um duplo motivo: essa é a região de sua família materna e paterna e foi onde mais tempo viveu; ela foi também a escolhida para ser o palco onde se desenrolam todas as suas histórias.

Por esse motivo, no capítulo 1 procuramos, em alguma medida, retomar a produção historiográfica que tangenciou a temática da masculinidade no Brasil durante o século XIX e em períodos anteriores. Também analisamos alguns relatos produzidos por viajantes estrangeiros que visitaram a província de Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX e início da segunda. Além disso, buscamos mostrar ainda alguns aspectos da escrita jornalística e poética de Bernardo Guimarães produzida antes do recorte principal da pesquisa, entre os anos de 1859 e 1865.

No capítulo 2, por outro lado, quisemos voltar nosso olhar para o fato de que as representações masculinas veiculadas nas narrativas literárias do autor mineiro, produzidas entre 1869 e 1872, foram produzidas em um contexto intertextual determinado. Por isso consideramos conhecer as representações masculinas que estavam circulando em outros discursos no mesmo período e local em que estava escrevendo¹³, mesmo que fragmentariamente, também era algo fundamental para um entendimento mais aprofundado de suas “escolhas” em suas construções textuais.

Assim sendo, primeiramente fizemos uma leitura dos Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais produzidos naquele período, procurando captar que tipo de relação a lógica de Estado, na qual esses textos estavam fundados, estabelecia

¹³ Ouro Preto, então capital de da província de Minas Gerais.

com as questões colocadas para o gênero masculino naquela conjuntura. Num segundo momento, visitamos as páginas do *Noticiador de Minas*, único jornal encontrado cujas edições durante esse período estão quase que inteiramente conservadas, onde pudemos dimensionar as posições anônimas de alguns homens daquela localidade em relação às questões que impactavam as masculinidades da época.

Já o capítulo 3 constituiu um primeiro esforço que fizemos para nos aproximar da ambiência literária na qual a produção de Bernardo Guimarães estava inserida, e ao mesmo tempo a produzia. Primeiramente focalizamos as narrativas literárias que trataram de Minas Gerais em suas histórias, tanto a produzida por Bernardo Guimarães quanto por Alfred Taunay. A aproximação dessas leituras com as feitas no capítulo anterior foi interessante, uma vez que nos indicou possíveis posicionamentos desses escritores diante do embate estabelecido naquele contexto específico em relação ao que deveria pautar os comportamentos masculinos.

A análise dos demais autores selecionados, por sua vez, realizada num momento posterior, demonstrou que de maneira geral, assim como Bernardo Guimarães e Alfred Taunay, tanto Machado de Assis quanto José de Alencar pareciam estar não só testemunhando mas também construindo um contexto de desestabilização dos papéis de gênero, conforme sugere a construção de muitas de suas personagens.

Na construção do capítulo 4, tentamos aprofundar ainda mais a compreensão das produções literárias contemporâneas das de Bernardo Guimarães, enfocando o aspecto específico das representações masculinas em cada um dos autores separadamente. Desta forma, pudemos conhecer melhor o lugar do masculino na produção de Bernardo Guimarães, uma vez que nos inteiramos de outras possibilidades de se perceber e dar a ver as masculinidades naquele contexto que ele poderia ter seguido, mas que, pelos vários motivos que definiam sua individualidade, não o fez.

No capítulo 5, por fim, tentamos realizar uma aproximação dos textos produzidos por Bernardo Guimarães em três gêneros discursivos distintos – romanesco, poético e jornalístico – durante aqueles mesmos anos de 1869 a 1872, com o intuito de compreender melhor questões como: afinal, por que eram certas características de se representar os homens que marcavam a prosa literária de Bernardo Guimarães e não outras?

Como teria se dado a construção de sua “predileção” por uma determinada forma específica se representar a masculinidade? Perseguí-las significou para nós, em outros termos, averiguar como um indivíduo lidou com as questões de seu tempo, como, ao enfrentá-las, acabou unificando de maneira original o novo ao que era velho.

CAPÍTULO I

As Masculinidades nos meados do século XIX: entre antigos costumes e novas expectativas

1. A historiografia e a herança colonial

Encontramos muitas informações sobre as masculinidades no Brasil colonial, no trabalho panorâmico sobre a história da sexualidade, realizado por Ronaldo Vainfas (1997). O tipo masculino colonial que teria sido preponderante, de acordo com a documentação analisada pelo autor, parece ser o de uma agressividade quase intocada pelos limites da lei (pois a lei era a da sua arma) e de sexualidade livre dos rígidos freios morais (em oposição à vigiada sexualidade de suas esposas e filhas). Segundo o historiador, embora julgassem errado deitar-se com virgens, casadas ou parentas, “ao falarem sobre mulheres, nossos colonos mal disfarçavam a misoginia herdada da Península, vangloriando-se com irreverência de seus privilégios masculinos” (VAINFAS, 1997, p. 69). Para ele, ainda, “muitas das conversas entre os homens da Colônia do século XVI parecem indicar essa atmosfera de galhofa, escárnio e folgança, típica das moralidades masculinas da Península” (VAINFAS, 1997, p. 67). O autor termina por concluir que as defesas que muitos portugueses da Colônia fizeram da fornicção, e por isso denunciados à inquisição, embora jamais condenados, significavam mais uma “afirmação de virilidade, vanglória de machos”, do que obstinação em pecar ou em desafiar a Igreja (VAINFAS, 1997, p. 67).

O principal alvo para a realização destas aventuras masculinas, tão freqüentemente narradas aos seus pares que tanta importância pareciam dar a isto, era a *mulher solteira*, termo que tinha um significado distinto do de hoje:

Solteira era mulher desimpedida, livre, sem proteção de família ou marido, passível de envolver-se em quaisquer relações amorosas ou sexuais. (...) Com sentido muito diferente da celibatária – mulher que aspirava a casar-se ou que optara pela castidade sem ingressar em religião –, solteira era, como se dizia, a ‘mulher que nunca casou’, ‘mulher que não tem marido’, ‘mulher pública’, quase um sinônimo de meretriz, ainda que sem conotação profissional.

(VAINFAS, 1997, p. 69)

Segundo o historiador, esses mesmos homens que ostentavam com tais mulheres “sem proteção” sua atividade sexual perante os demais, eram também os que prendiam as mulheres de sua família em casa ou matavam com facilidade suas esposas caso suspeitassem que essas lhes fossem infiéis. Além da reclusão doméstica, “por todos almejada em defesa da própria honra ou virgindade das filhas, a ela somar-se-ia a prisão nos conventos e recolhimentos” (VAINFAS, 1997, p.135). Deve-se mencionar que o assassinato da adúltera tinha o respaldo das leis portuguesas, o que não acontecia com o adúltero, situação que permanece intacta no Brasil até meados do século XIX (VAINFAS, 1997, p.138-139). Assim, a ostentação viril por meio do exercício da sexualidade era acompanhada de perto pela ostentação viril por meio da violência¹⁴. Para tal modelo de masculinidade só a violência tinha o poder de reaver a honra quando posta em xeque:

No tocante às classes abastadas, nossa crônica acha-se repleta de assassinatos cruéis de donas e sinhás perpetrados por maridos soberbos, irmãos enciumados e pais zelosos, que ao menor sinal de traição ou indisciplina, punham-se a lavar a honra com sangue. (...)

Mas a violência misógina não era um privilégio das elites. Praticavam-na todos os homens, e a tal ponto que as Constituições de 1707, dispendo sobre a punição dos amancebados, recomendavam muita discricção aos vigários na admoestação às adúlteras, especialmente se fossem os maridos capazes de matá-las ou impingir-lhes “mau tratamento considerável”.

(VAINFAS, 1997, p. 137)

Esta “dupla moral” – uma para a mulher e outra para o homem – permanecerá no século XIX, segundo a historiadora Mary Del Priori (2006):

Durante o século XIX continuam sem punição as infidelidades descontínuas e transitórias por parte dos homens casados, bem como toleravam concubinatos de escravas com seus senhores. (...)

O adultério perpetuava-se como sobrevivência de doutrinas morais tradicionais. Fazia-se amor com a esposa quando se queria descendência; o restante do tempo, era com a outra. A fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina; a falta de

¹⁴ Esses costumes não seriam exclusivos nem do Brasil, nem do período colonial: “No limiar do século XVI, estaríamos diante de um complexo processo de interação entre os antigos costumes misóginos, pulverizados em toda a Europa, e o discurso de cunho antifeminino, herdeiro da Antiguidade clássica e da teologia moral cristã, vulgarizado em escala crescente desde o final da Idade Média. (...) Diversas manifestações da cultura popular ibérica indicam-nos a existência de traços misóginos não tão distantes do receituário oficial.” (VAINFAS, 1997, p.128)

fidelidade masculina vista como um mal inevitável que se havia de suportar. É sobre a honra e a fidelidade da esposa que repousava a perenidade do casal.
(DEL PRIORI, 2006, p. 187)

A violência masculina contra a adúltera, por outro lado, também sobrevive no século XIX:

Casada, a mulher passava a pertencer a seu marido e a ele só. Qualquer interpretação equivocada de condutas reais ou supostas era severamente punida; ela não pode sequer dar lugar a dúvidas infundadas, pois o peso da reputação era importantíssimo.
(DEL PRIORI, 2006, p. 221-222)

Estes homens extremamente preocupados com sua imagem pública, violentos e impiedosos para com suas mulheres e para com qualquer um que ameaçasse sua honra, e ciosos de suas reputações sexuais, ainda chegariam a aparecer até no início do século XX, mesmo nas fantasias literárias de alguns homens que testemunharam certo enfraquecimento desse modelo masculino naquele período. Pelo menos é para isso que apontam as pesquisas de Albuquerque Júnior (2008 a, b e c) em relação a esse assunto na região Nordeste – na verdade, um dos poucos que tem produzido sobre história do gênero masculino no Brasil. Em “A Escrita como Remédio: erudição, doença e masculinidade no Nordeste do começo do Século XX” ele afirma:

A crise das masculinidades, no pós-Primeira Guerra Mundial, que foi comum a todas as sociedades ocidentais, vai se expressar nesta região [Nordeste] que se inventa neste momento, como adoecimento. A impossibilidade das novas gerações em atualizarem os códigos, relações, saberes e performances que definiam a masculinidade na sociedade escravista vai ser narrada e justificada a partir do tema da doença. Esta passa a ser núcleo de sentido das muitas biografias masculinas que se escrevem neste período. (...) A doença justifica até mesmo a escolha da carreira intelectual, a impossibilidade ou aversão a ser como seu pai ou avô, tocando um engenho ou administrando uma fazenda. Ser homem de letras é ser homem feminilizado, que deve compensar esta sua situação pela reposição constante da memória dos homens de sua estirpe, de seu sangue, seus ancestrais que vêm lhe dar a dignidade que lhe falta.
(...)

Somente escrevendo podem ser homens como antigamente, podem falar deles, neles projetarem seus desejos e sonhos, podem com eles tentar compor rostidades, corporeidades que venham servir de identidades postíças para homens desfibrados.

(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008 a, p. 486-487)

Levar em conta essa “crise” pela qual passou a masculinidade na passagem do século XIX para o XX serve, de acordo com o autor, para uma melhor compreensão da abundância de escritas memorialísticas (sendo elas individuais ou coletivas) produzidas naquele período e naquela região. Numa vertente mais social encontraríamos Leonardo Mota, Gustavo Barroso, Juvenal Galeno, Luís Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, todos eles “assombrados com a morte do sertão” e com a desvirilização do mundo que isso evidenciava (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008 a, p. 485); já na vertente mais literária estamos diante de figuras como Augusto dos Anjos, Manuel Bandeira, e daquele que seria o mais emblemático de todo esse processo, José Lins do Rego¹⁵ cuja literatura, segundo o historiador, “nasce da necessidade que sente de conjurar a morte, não somente dos homens, mas de toda uma ‘civilização’, de um mundo, o mundo dos engenhos bangüês, tarefa difícil e interminável, que se espalha por vários volumes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008 a, p. 489).

2. Homens mineiros na mira dos viajantes

Nos relatos dos viajantes europeus que visitaram o Brasil ao longo do século XIX podemos perceber referências a aspectos bastante diversificados do cotidiano. A ansiedade por classificar detalhadamente os animais, os vegetais, os tipos de rocha e clima de cada lugar em que pisavam, característica que perpassa a maioria deles, parecia se espraiar também nas observações minuciosas que faziam do comportamento social, cultural e econômico de cada população visitada. Segundo Kury (2008, p. 321):

Os conhecimentos oriundos das viagens do século XIX deveriam, desse modo, ser amplos o suficiente para abarcar descrições textuais e imagens de objetos tais como tipos raciais, sexualidade vegetal, anatomia animal, relações entre o físico e

¹⁵ A dificuldade enfrentada por esses homens em constituírem suas identidades masculinas, em tal contexto de transição, ainda será abordada com mais detalhes por Albuquerque Júnior (2008 b e c) em dois outros artigos que focalizam a vida e a produção escrita de José Lins do Rego: “O Engenho de Meninos: literatura e história de gênero em José Lins do Rego”; e “De Fogo Morto: mudança social e crise dos padrões tradicionais de masculinidade no Nordeste do começo do século XX”.

o moral tanto nos indivíduos quanto nas civilizações, além dos aspectos históricos, políticos, literários ou artísticos dos lugares visitados. Para tanto, os viajantes que percorreram as vastas regiões do planeta tornaram-se especialistas nas “artes de imitação” (...).

Apesar da ambição de construir um “registro fiel”, que marca todos eles, devemos estar atentos para o fato de que nem por isso tais olhares estrangeiros deixaram de ter seus filtros, suas seleções. De toda forma, sendo fiéis ou não, a produção de cada um deles, quando somada, é bastante volumosa e parece ter tido força suficiente para estabelecer uma tradição de se dizer das brasileiras e dos brasileiros, e, por que não, das mineiras e dos mineiros, habitantes da província que nos interessa mais especificamente nesse momento.

Em obsessão quase “taxionômica” esses viajantes também têm curiosidade bastante viva no que tange aos tipos de relações estabelecidas entre homens e mulheres nos lugares por onde passam. Que costumes cada um dos “sexos” cultivaria nesta terra distante da Europa? Embora quisessem falar mais dos costumes das mulheres, uma reclamação que farão em coro é a respeito da dificuldade que encontraram por aqui em ter acesso a este mundo do “belo sexo”, meticulosamente escondido, pelos homens da família, das vistas de estranhos. Na regularidade deste protesto erige-se uma tradição de se dizer deste homem do interior do Brasil e este comportamento masculino, o de esconder suas mulheres, parece se tornar uma marca desta identidade discursiva que se cria para os mineiros.

2.1. Mulheres fora de casa? “Deus nos livre dessa desgraça”

Essa teria sido a frase dita por alguns homens de Minas Gerais quando ouviram, da boca do naturalista Auguste de Saint-Hilaire (1847, p. 90), que as mulheres circulavam livremente pelas ruas das cidades francesas, de acordo com o que relata o europeu.

Bem antes de Auguste de Saint-Hilaire (1847) ter registrado tal comentário, já em 1815, o naturalista russo G. W. Freireyss (1815, p. 36), em viagem por Minas Gerais, menciona o costume:

As mulheres brancas e suas filhas moças quase nunca eram vistas, de modo que podia-se acreditar que os fazendeiros só tivessem filhos com as negras; porém isso era conseqüência do costume da mãe-pátria (Portugal), que proíbe expor aos olhos de estranhos as esposas e as filhas o que, no interior do Brasil, é observado com todo o rigor.

Esse argumento parece sobreviver durante boa parte do século XIX, já que o inglês Richard Burton (1868, p. 334) vai dizer algo muito próximo disso mais de cinquenta anos depois:

A mineira vive no sistema de semi-reclusão, que atravessou o Atlântico, vindo da Ibéria; esse sistema foi reforçado pelo domínio do Islam, que, por seu lado, emprestou algum afrouxamento do exemplo cristão. “Femme file et ne commande pas”. Apenas nas famílias mais instruídas, a dona de casa e as filhas se assentam à mesa com um estranho. (...) Esse estado de coisas fez-me lembrar muito dos cristãos da Síria, que não trocaram seu velho sistema pela liberdade, ou, como dizem eles, pela licença, da Europa.

O Alemão Hermann Burmeister (1850, p. 226-228), também em viagem por Minas na metade do século, vai fazer considerações a esse respeito. Ao andar pelas ruas de Ouro Preto chama sua atenção a falta de mulheres:

Mas o que sobremodo faz sentir sua falta são as relações sociais entre os elementos dos dois sexos, e as mulheres continuam tão isoladas e afastadas da sociedade e da vida coletiva como em todos os demais pontos desse país. Manifestei, uma vez, a um jovem cavalheiro, em Ouro Preto, minha admiração pela dificuldade que há no Brasil de chegar-se a conhecer uma senhora de esfera social superior, o que não causava boa impressão ao forasteiro (...). O meu interpelado deu-me toda a razão, prontificando-se a oferecer-me ensejo de ser apresentado à sociedade e convidando-me para uma visita à sua casa. Mas talvez sua esposa ou seus parentes não houvessem aprovado o plano do meu amigo, pois ele não voltou para buscar-me na hora combinada e nem nunca mais o tornei a ver.

Durante seu trajeto o alemão, que pretendia percorrer mais lugares em sua estadia no Brasil, acabou quebrando a perna, fato que o obrigou a se fixar em uma localidade durante alguns meses, tendo oportunidade, assim, de ver o dia-a-dia dos mineiros e, até quanto possível das mineiras, não apenas como alguém que está de passagem. O lugar onde vive por uns cinco meses é Congonhas do Campo, cidadezinha

bastante próxima de Ouro Preto. Após essa experiência ele adquire mais recursos que os outros viajantes citados para explicar o curioso costume a que temos nos referido:

Em convites oficiais ou por ocasião de uma visita inesperada, a dona da casa ou as filhas nunca se mostram; ficam fora do círculo masculino, olhando furtivamente pelas portas ou pelas janelas para ver quando o hóspede se retira; se acontece que um olhar desse as atinge, escondem-se com a máxima rapidez. É interpretado como sinal de audácia ou falta de decoro uma senhora vir receber a visita de uma pessoa recentemente apresentada, pois somente aos poucos é-se admitido no convívio das mulheres da casa. Um tanto deste hábito atribui-se à timidez do sexo feminino, mas a maior parte provém da desconfiança dos homens, que, julgando os outros por si, justificam essa atitude. Neste sentido, o brasileiro merece tão pouca confiança quanto no seu sentimento de justiça. Ele vai aos limites do que pode conseguir, sendo tão devasso fora de casa quanto severo e desconfiado é dentro da mesma. Nisto, brancos, mulatos e pretos são iguais; cada um trata de fechar sua mulher a sete chaves, a fim de poder gozar mais livremente suas paixões.

(BURMEISTER, 1850, p. 272-273)

2.2. As armas do masculino

Aqui pretendemos enfocar uma outra regularidade percebida nos discursos dos viajantes que passaram por Minas Gerais no século XIX. Diante da dificuldade de encontrarem oportunidade para descrever os hábitos das mulheres mineiras – embora nem por isso tenham deixado de conseguir observações a este respeito – acabam se atendo, com mais frequência e pormenor, nas considerações que fazem sobre os homens, com quem convivem muito mais de perto. E a outra regularidade discursiva que encontramos em seus diversos relatos diz respeito à frequência com que se referem ao costume masculino de andar armado¹⁶.

Em 1835 o inglês Charles James Fox Bunbury (1835, p. 38-39) chamava atenção para o fato de que no Brasil a “lei da faca”, (apesar de não ser reconhecida pela

¹⁶ Testemunhos da presença constante das armas no cotidiano das pessoas que viveram em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, são os ex-votos onde freqüentemente encontramos pinturas e descrições de cenas em que a pessoa foi salva de um ferimento de bala (*Museu do Aleijadinho*, em Ouro Preto); e também os oratórios que, muito presentes na vida dos mineiros, dentre as várias formas que assumiam, uma específica e bastante comum era a de uma bala de cartucheira. Conhecidos como “Oratórios bala”, eles ocupam boa parte do bonito *Museu do Oratório*, localizado no Adro da Igreja do Carmo em Ouro Preto (www.museudooratorio.org.br).

constituição), existe, assim mesmo de maneira muito considerável”. Para ilustrar essa afirmativa conta uma história que teria ocorrido no Rio de Janeiro, alguns anos antes, quando um cidadão insultado em um jornal matou o redator com uma espada à luz do dia. O pior, na opinião do viajante, era que o matador não havia sido punido já que ninguém testemunhara contra o réu.

O discurso do alemão Herman Burmeister (1850, p. 281), produzido alguns anos mais tarde, não parece se referir à obediência ao império de outra lei senão à da “faca” quando destaca a necessidade de se utilizar armas em suas andanças pela província de Minas Gerais:

Os pobres usam, na cintura, um facão com cabo e bainha de prata, enquanto outros usam pistolas na sela, embora seja proibido viajar com as mesmas carregadas. (...) O fazendeiro quando sai para inspecionar as plantações anda armado em tais ocasiões. Eu viajei através de Minas sem facão e sem pistolas, mas meus companheiros e meu filho sempre andavam armados, o que bastava para impor respeito. Ninguém teria ousado atacar-nos. Mesmo quando meu filho viajava sozinho e sem armas, ninguém tentou agredi-lo, pois levava consigo o polvorinho e o saco de chumbo, o que naturalmente fazia supor que andasse armado. Quem podia pensar que lhe faltava o par de pistolas?

Em 1868, Richard Burton (1868, p. 313), também viajando por Minas Gerais, relata ter visto uma ou outra vez “indivíduos armados de garruchas, movendo-se furtivamente no mato”. Diz ainda que o costume de andar armado perpassava pobres e ricos naquela província:

Via de regra, todos os homens andam armados: com revólveres ou punhais, que são usados ocultamente nas cidades; no interior, ninguém anda a pé ou a cavalo, sem uma garrucha e todos trazem uma faca na cintura. O derramamento de sangue é encarado sem muito horror; praticamente, não há aquela preocupação e aquele respeito pela vida humana que caracterizam os antigos países da Europa. O afetuoso diminutivo “facadinha” significa um esfaqueamento e uma “mortezinha” é um assassinato, geralmente à traição.

(BURTON, 1869, p.331)

O Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos (1837, p. 82-83), em sua “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais” já havia tentado explicar a existência da violência nas estradas mineiras e sua conclusão era bastante condescendente com o uso de armas, que aparecia justificado como a única maneira de se proteger dos roubos:

(...) [Antigamente] as contendas de família terminavam nos sanguinolentos campos de batalha. Tudo mudou com os progressos da civilização, mas infelizmente se observa que, havendo até o ano de 1820 a maior segurança nas estradas, podendo as cargas dos tropeiros, as bagagens dos viandantes, ficarem nos ranchos ou no meio dos campos sem correrem risco de serem roubadas e como se estivessem no fundo de um armazém aferrolhado, no dia de hoje os ranchos são às vezes atacados e os viandantes assaltados nas estradas, vendo-se por conseguinte na rigorosa necessidade de caminharem armados. Esta alteração de moralidade na classe inferior do povo da província é atribuída: 1) aos recrutamentos, pois que um grande número de homens, para não entrarem no serviço militar, abandonaram as suas famílias e habitações, acostumaram-se à vida errante e a sustentar-se à custa alheia, por todos os meios que melhor se lhes proporcionarem; 2) aos vadios e estrangeiros; 3) ao luxo que se tem introduzido na província. Mas outros, talvez com razão mais sólida, consideram o aumento progressivo dos jogos de azar como o motivo principal da imoralidade das classes inferiores dos habitantes de Minas.

Tal concessão feita pelo Brigadeiro nos diz muito de como ele e seus contemporâneos, em meio aos “progressos da civilização”, procuravam forjar modos e justificativas para a manutenção da prerrogativa masculina de ir e vir portando armas. Este uso parecia encontrar, desta forma, uma certa conivência por parte das autoridades que pareciam fazer “vista grossa” em relação a um costume que parecia vir de mais longe que 1820, conforme salienta o Brigadeiro. Em 1811 John Mawe (1811) já fazia menção a este hábito.

Tendo encontrado essas regularidades nos discursos produzidos pelos viajantes, podemos considerar que as afirmações feitas pelos historiadores citados no início do texto a respeito da masculinidade brasileira do século XIX têm procedência. Os tipos de identidade cultural e de prática social sugeridos pelas representações masculinas tecidas pelos viajantes ao longo do século XIX apontam de fato para a perpetuação, entre os homens, de antigos costumes perpassados pela violência e pela misoginia.

3. A violência no discurso de Bernardo Guimarães entre 1859-1865

Bernardo Guimarães, antes de se aventurar na produção de narrativas literárias – que serão o foco de nossas análises nos capítulos que se seguirão – antes, portanto, dos anos que cobrem o recorte principal de nossa pesquisa – 1869-1872 – já escrevia em outros

gêneros textuais. Havia participado intensamente no jornalismo e felizmente quase todos os números do periódico do qual foi co-editor, intitulado *A Actualidade*, publicado no Rio de Janeiro, entre os anos de 1859 e 1861, foram conservados¹⁷. Nesse mesmo período o autor também tinha escrito poesias que foram publicadas em 1865, acrescidas à última edição de seu primeiro livro intitulado *Poesias* (1ª ed. 1852).

Embora a análise desses dois registros não nos tenha permitido enxergar alguma posição específica do autor em relação ao costume masculino descrito pelos viajantes de deixarem as mulheres reclusas, possibilitou-nos ao menos compreender um pouco a respeito de como Bernardo Guimarães esteve lidando, antes de escrever seus romances e contos, com a questão da violência em seu discurso, outra marca do masculino no século XIX brasileiro segundo os viajantes.

A longa poesia *A Baía de Botafogo, canto épico* (1865 [1959], p.206) apresenta indícios de um esforço de compreensão histórica a respeito da origem da violência que, como vimos, ainda parecia marcar a experiência de muitos homens e mulheres no século XIX. Tomando como inspiração a vista das grandes pedras que abundam nas praias do Rio de Janeiro, o autor fará uma reflexão poética sobre a história do Brasil.

Na descrição do encontro dos europeus com o continente americano, são destacadas imagens que demarcam a característica violenta desta chegada. É o “nauta audaz” quem vem “bater”, “devassar”, “quebrar a paz” que aqui existia, “golpear com machado”, “alavanca” e “picareta”, “lacerar os flancos”. É a masculina indústria que vem se apoderar do feminino espírito fecundo da natureza inculta. A figura do progresso é a responsável por “rasgar os véus” do novo mundo. Qualidades e verbos carregados de sentidos que nos remetem ao universo da violência.

Haveria um Querubim, segundo a mesma poesia, que incumbido por Deus guardava os portões do novo mundo, aonde esperava a chegada de humanos que fizessem daqui um novo éden. Ao ver os europeus chegarem, o dito Querubim pensa ter cumprido a promessa pela qual tanto esperava. Mas, ainda assim, a chegada destes homens é descrita com imagens e verbos violentos como: “arbustos enfezados” que, com seus “mastros”,

¹⁷ Tivemos acesso a eles na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

“singram” e “as portas vêm abrindo” (*A Baía de Botafogo, canto épico*, 1865 [1959], p. 211-213):

Enfim lá surge um dia, em que nas orlas
Extremas do oriente vê singrando
– Como galhos de arbustos enfezados
Medrando a custo em páramos de areia –
No equóreo plaine os suspirados mastros,
Que vêm ao continente americano
Novos homens trazer, destinos novos.

Então sorriu-se o Querubim formoso,
E de celeste júbilo banhadas
As faces lhe resplendem; – crava os olhos
De inefável fulgor no firmamento,
E este hosana de amor aos céus exalça:

“Salve, dia feliz, que no oriente
Entre formosas galas despontando,
De uma era nova as portas vens abrindo!(...)”

“Já do seio da esconsa eternidade
Nova série de séculos dourados
Vejo surgirem!... – Novos horizontes
Cheios de luz pelo porvir resplendem!...
Já desaparece a bárbara rudeza
Dos primitivos íncolas das selvas,
E à luz imensa que da aurora surge
Da ignorância as sombras esvaeçam!”

A essa altura, o Querubim tem um pressentimento e parece compreender que não seriam esses recém-chegados os responsáveis por todas as melhorias que alimentavam suas esperanças (*A Baía de Botafogo, canto épico*, 1865 [1959], p. 211-213):

“Mas ah! – que véu fatídico e sinistro
Me enturva os olhos!... Lutuosas sombras
Pairam pelo horizonte, que inda há pouco
Se me antolhava límpido e sereno!...
De luta e sangue séculos ainda
Sobre estas regiões têm de volver-se,
Té que se cumpra a última palavra
Dos desígnios do Eterno, e abra-se esplêndido
Esse porvir de luz e de venturas,
Do qual hoje desponta o albor primeiro
Na infinita cadeia das idades!
(...)
Mal regradas paixões, torpe cobiça,

Covarde ignávia, cálculos estúpidos,
 Trarão ainda à terra da abundância,
 Da riqueza e da paz, miséria e fome,
 Guerra e flagícios, cativo e morte!”

O Querubim, parece assumir nessa poesia a função de anunciar ou, ainda, preannunciar o que está por vir. Ao fazer isso critica explicitamente a violência intrínseca à escravidão empregada pelos europeus na América ao longo de quase quatro séculos de colonização (*A Baía de Botafogo, canto épico*, 1865 [1959], p. 214-215):

“Ó vós, a quem os fados incumbiram
 De abrir o seio destas virgens plagas
 Às luzes da verdade e do progresso,
 Cuidais que aos sons da algema e do azorrague
 A missão cumprireis santa e sublime,
 Que mal compreendeis?... oh! sois indignos,
 Sois traidores ao céu, que vos envia!...
 Ingratos!... aqui onde a liberdade,
 De vossos tristes climas foragida,
 Um asilo feliz vos preparava,
 Onde nunca aos ouvidos dos humanos
 O retinir dos ferros ecoasse,
 Por que vindes vós mesmos algemá-la,
 E com dobrados nós atá-la ao tronco,
 A cuja sombra em doce paz dormia?...”

Essa poesia expressa ainda uma sensibilidade ao violento clima europeu do período, deixando entrever algumas imagens do porvir nas quais estão envolvidos “decadência”, “ruínas”, “guerras” e “holocaustos”... E não nos esqueçamos de que era aquele modelo europeu o abraçado por muitos dirigentes brasileiros do período. Bernardo Guimarães, portanto, além de estar pensando as questões da Europa e de seu tempo, parecia estar pensando sobretudo a respeito dos modelos de Brasil a construir (*A Baía de Botafogo, canto épico*, 1865 [1959], p. 214-215):

“Deixai, deixai lá nos talados campos
 Da velha Europa, aonde em holocausto
 De seus tiranos ao feroz capricho
 Os povos uns aos outros se degolam,
 Onde os tronos um’hora se levantam
 Sobre montões de ruínas e cadáveres,
 Ora tombando com fracasso horrendo
 Com seus destroços as nações se esmagam,

Deixai o jugo, e códigos de sangue,
 Ominoso legado que heis herdado
 Da tirania aos séculos ferrenhos.
 Não, não venhais nestes tão puros climas
 Inocular o pestilente germen
 De ruins paixões, de vícios execráveis,
 Que das velhas nações corrompe a seiva;
 E nem tenteis plantar por estas margens
 Vãos preconceitos, fósmeas da antigualha,
 Estranhas leis, instituições caducas,
 Que em vosso mal impróvidos deixastes
 Cravar no chão raízes seculares!”

E então, após essas críticas e advertências, o Querubim termina a sua fala e com ela a poesia, em tom, ao mesmo tempo, de esperança e de indignação (*A Baía de Botafogo, canto épico*, 1865 [1959], p. 215):

“Deixai, que nestas veigas solitárias
 Renasça a tolerância, e que algum dia
 Novos costumes, leis, que se harmonizem
 Aos ditames da eterna sapiência,
 Da liberdade à sombra aqui floresçam...”

Porém se um dia, ó santa liberdade,
 Tens de ver teus altares profanados
 Neste país, que os céus te destinaram;
 Estas imensas regiões fecundas,
 Com toda opulência e louçania,
 Aos olhos dos mortais, indignos delas,
 De chofre pelas ondas devoradas,
 De novo nos abismos se sovertam!”

Nessa poesia, portanto, é nítido o tom de repúdio construído por Bernardo Guimarães em relação à violência, sobretudo em relação ao recurso às armas utilizado pelos exércitos nacionais. Esse mesmo tom de reprovação em relação ao recurso às armas e à violência também irá aparecer nas páginas do periódico *A Actualidade*, do qual era, junto de outros dois mineiros, Flávio Farnese¹⁸ e Lafayette Rodrigues Pereira¹⁹, redator-chefe. Os

¹⁸ Flávio Farnese (18??-1871). Nascido no Serro, foi advogado e jornalista e um dos fundadores do Partido Republicano. Por ocasião de sua morte, Bernardo Guimarães escreveu um longo poema *A morte de Flávio Farnese*.

¹⁹ Advogado, jornalista, jurista, orador, político, diplomata e conselheiro de Estado. Nasceu em Queluz (MG), em 28 de março de 1834, e faleceu no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1917. Eleito em 1º de maio de 1909 para a Cadeira n.23, na sucessão de Machado de Assis, tomou posse por carta, lida e registrada na ata da sessão de 3 de setembro de 1910. Exerceu a presidência do Ceará (1864-65) e a do

três eram bacharéis pela Faculdade de Direito de São Paulo e fundaram o referido jornal na cidade do Rio de Janeiro, então corte do Império, no início de 1859. Bernardo Guimarães se afastou do grupo no início de 1861 e no ano seguinte a ‘folha’ parece ter chegado ao fim. Este impresso semanal apresentava-se como de oposição, e discutia sobre política, decisões do Império, literatura e legislação. Além de veicular notícias da Corte, publicava também de outras províncias, e, na maioria das vezes, de Minas Gerais.

Em crítica à política que ficou conhecida no período como “Conciliação”, na qual o partido Liberal e o partido Conservador arrefeceram suas desavenças, o que acabou favorecendo os conservadores (Cf. MATTOS, 1987 e IGLESIAS, 1993), os redatores da *Actualidade* embora tenham expressado na matéria – *Efeitos da Conciliação* (19/02/1859) – seu desconforto em relação àquele estado de coisas, nem por isso propunham uma volta ao conflito armado entre os dois partidos como já havia ocorrido em décadas anteriores:

Se a intolerância política produziu males, que ninguém pretende escurecer; se na história dos desatinos a que foram arrastados os partidos há mais de uma página que todo o bom brasileiro quisera que nunca se houvesse escrito, não é mais lisonjeiro o quadro que a época da conciliação tem de oferecer aos vindouros.

(...)

Será que a paz geral tem resultado da mudez da imprensa, do abandono das urnas em torno do quais nossos pais, e nós mesmos **disputávamos o triunfo** da liberdade ou da ordem, da monarquia ou da república, da unidade do império, ou da federação das províncias? Será o predomínio do poder executivo que tem confiscado em seu proveito a interpretação das leis a própria faculdade de legislar, a distribuição dos dinheiros públicos nominalmente fiscalizada por câmaras dependentes ou escravizadas, a liberdade da eleição que é a primeira condição de um governo constitucional?

(Jornal *Actualidade*, 19/02/1859; ênfase adicionada)

A “lógica de combate” é vista positivamente, mas desde que não desembocasse em armas, conforme já havia ocorrido em períodos anteriores. A imprensa, as urnas e as câmaras aparecem como os lugares adequados nos quais as “disputas” entre partidos

Maranhão (1865-1866). Regressando ao Rio, aceitou a colaboração que lhe era oferecida em A Opinião Liberal e no Diário do Povo. Em 1868, ascendeu Itaboraí ao Conselho da Coroa, fato que determinou novos rumos no cenário político brasileiro. Uma facção dos antigos Progressistas e dos Liberais Históricos buscava a solução da República. Foi então publicado o Manifesto de 3 de dezembro de 1870, redigido por Quintino Bocaiúva, com a colaboração de Salvador de Mendonça. Lafayette Rodrigues Pereira aparecia como um dos seus signatários, embora não tivesse assinado pessoalmente o Manifesto, tendo apenas à primeira reunião, em que se haviam de assentar as bases para a criação do novo partido, e na qual foi aclamado secretário da nova agremiação política. Lafayette era a esse tempo redator da República.

“adversários” precisariam ocorrer. Quase um ano depois a visão do jornal em relação a isso parecia não ter sofrido grandes alterações. Em *A política de hoje* (07/01/1860), o não recurso à luta armada é várias vezes representado como um símbolo de avanço para a história do Império do Brasil, que se iniciava em 1822, tal qual a representavam:

O nosso passado pode ser naturalmente dividido em três períodos. O primeiro abrange os gloriosos e imortais trabalhos da organização do país em nação independente e da fundação de nossas belas instituições.

O segundo foi todo gasto na consolidação do sistema de governo adotado, na conservação da unidade do império e na sufocação de revoltas que surgiam aqui e ali.

O último período, que se estende até os tempos de hoje, é o período da paz da ordem e dos melhoramentos materiais. Depois dos lamentáveis acontecimentos de 1848 [se refere ao derramamento de sangue ocasionado pela revolta liberal de Recife, conhecida como Revolução Praieira] o império entrou visivelmente em uma nova era, que se tivesse sido convenientemente explorada, teria dado, magníficos frutos.

Os partidos políticos abandonaram o expediente de ir medir o triunfo de suas idéias ao campo de batalha, e deram sinal de chamar a luta ao terreno legal.

A atividade do país, que até então tinha sido absorvida pela exaltação das paixões políticas, tomou nova direção e voltou-se toda para a indústria, comércio e toda a espécie de melhoramentos materiais.

(Jornal *Actualidade*, 07/01/1860; ênfase adicionada)

O pior dos períodos, do modo como representavam a história do Império do Brasil, teria sido o segundo, o regencial, do qual as lutas armadas teriam sido a principal marca, em franca oposição ao primeiro período quando:

A missão do político no primeiro período era grandiosa, difícilíssima. Que sagacidade, que senso prático, que soma de conhecimentos e experiências, não eram de mister para fundar uma nacionalidade... (...). Honra e glória a esses venerados sábios, a quem devemos tudo quanto somos hoje. **Seus nomes devem brilhar na mais remota posteridade com um fulgor mais belo do que a chama dos capitais do velho mundo que fundaram nacionalidades com a ponta da espada. Lá as nacionalidades foram criadas no meio do estrepido das armas e ao estrondo do carro do conquistador. Aqui a nacionalidade fundou-se, como deve sê-lo no século da civilização, pela inteligência e pela sabedoria na calma do conselho.**

(Jornal *Actualidade*, 07/01/1860; ênfase adicionada)

O período posterior a esse, o das lutas armadas, teria sido responsável inclusive, em sua argumentação, pelos problemas que marcavam a terceira fase na qual o tempo histórico dos redatores estava incluído. Para a *Actualidade*, muitos dos políticos, que se formaram e constituíram suas carreiras em meio à violência do período anterior e que ainda exerciam cargos importantes, eram completamente inadequados para esse novo período vivido pelo país, muito mais complexo e exigente segundo os redatores. Esses políticos são representados pelos três jovens mineiros da mesma forma que pintaram as lutas armadas que produziram as identidades nacionais na Europa: como anacrônicos.

Durante uma boa parte do segundo período, a missão do político limitava-se à tarefa de pacificar rebeliões.

O problema que então ocupava a atenção do homem de estado, era o de sufocar revoltas e reprimir os assomos da anarquia.

A habilidade e sabedoria do homem de estado não consistia em compreender os grandes interesses do país, dar impulso ao desenvolvimento da riqueza pública e aproveitar os vastos recursos deste belo e opulento torrão. Exterminar com a espada a anarquia que surgia num ou noutro ponto, manejar habilmente a intriga política e conservar-se no poder pela opressão era tudo.

Para isso, cumpre confessar, não eram de mister talentos superiores nem um vasto saber. Bastava algum tino policial, e força armada à disposição.

Entretanto foi nessa tarefa que muitos homens adquiriram os foros de estadistas consumados, de políticos finos e de hábeis administradores, à cuja sombra vivem hoje em dourada paz!

Essas reputações, porém, ganhas na pacificação de revoltas não resistem às provanças de hoje.

(...)

Cumpre reconhecer que essas organizações ministeriais determinadas pela necessidade de satisfazer pequenas vaidades de deputações de uma ou outra província são hoje anacrônicas.

A ciência provada por testemunhos inequívocos, amor ao país e ao trabalho são os dotes que devem caracterizar os homens chamados ao poder.

(Jornal *Actualidade*, 07/01/1860)

Esse tipo de argumentação desenvolvida pelos três homens mineiros mostra que nem todos os sujeitos masculinos do período estavam tão ligados aos antigos costumes que marcavam aquele gênero, conforme sugeriam os viajantes. Essa mesma argumentação contrária à violência, presente tanto no jornal quanto na poesia de Bernardo Guimarães, revela também que essa nova sensibilidade estava em grande medida atrelada à existência de um Estado com uma política organizada em termos mais democráticos.

CAPÍTULO II

As masculinidades em tempos de instabilidade: posicionamentos diversos em relação às mudanças na organização dos papéis sociais de gênero

Como estamos defendendo, conhecer as representações masculinas que estão circulando em outros discursos no mesmo período e local em que Bernardo Guimarães escreve, mesmo que fragmentariamente, é algo fundamental para um entendimento mais aprofundado das escolhas daquele autor em suas construções textuais. O esforço realizado nesse capítulo, de nos aproximarmos do período que cobre o recorte principal da pesquisa, 1869 – 1872, nos ajudou a esclarecer questões importantes que serão desenvolvidas no seguinte: Que implicações as formas escolhidas por Bernardo Guimarães de se representar o ser masculino podem ter tido naquele momento? A que questões Bernardo Guimarães estaria respondendo ao representar a masculinidade de uma determinada forma e não de outra?

Na primeira parte do capítulo trataremos das representações de masculino/feminino nos relatórios produzidos pelos Presidentes da Província de Minas Gerais entre os anos de 1869 e 1872. Como as questões ligadas à masculinidade aparecem em suas páginas? Os antigos costumes masculinos descritos pelos viajantes têm alguma presença nesses relatórios? O que esperavam dos homens e mulheres do período aqueles que se ocupavam do controle do Estado?

Após essa abordagem, passamos à análise do único jornal de Ouro Preto da época que está arquivado e disponível tanto na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais, quanto no Arquivo Público Mineiro²⁰. Não por acaso²¹, trata-se do periódico do Partido Conservador, intitulado *Noticiador de Minas*, o qual nos traz muitas informações valiosas a respeito dos homens que estavam envolvidos tanto com sua produção quanto com seu

²⁰ Também on-line, no site do APM: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

²¹ Na constituição do acervo da hemeroteca mineira é nítida a predominância dos jornais conservadores entre aqueles que foram arquivados/organizados/conservados, caracterizando-se, assim, uma verdadeira política da memória.

consumo. O que consideravam um comportamento desejável e aceitável para homens e mulheres? Que tipo de questão mobilizava os homens a escrever sobre as mulheres naquele periódico? Como a voz masculina aparece nessas ocasiões? Os antigos costumes masculinos chegam a ter alguma presença naquelas páginas?

1. As razões de Estado e as outras masculinidades

1.1. O masculino desarmado

Durante boa parte do século XIX, conforme atestam os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, o alto índice de homicídios, provocados em sua imensa maioria por pessoas do sexo masculino, chamava a atenção dos dirigentes sem que isto, no entanto, implicasse num questionamento mais contundente do difundido costume masculino de estar sempre armado (VELLASCO, 2003, p. 275). Depois de algumas tentativas isoladas, como a de 1831, quem irá fazê-lo com maior veemência é o Presidente Andrade Figueira em seu relatório de maio de 1869. Nele afirmava que o alto número de homicídios, que ocorria a cada ano na província, tinha total relação com o “detestável estilo de uso de armas offensivas, que forma, por assim dizer, o direito commum na província” (Relatório de Presidente da Província de Minas Gerais, 1869, 1º relatório, p. 9). Sendo assim, propunha que este costume fosse energeticamente fiscalizado e punido.

Já o relatório de seu sucessor, Dr. José Maria Correa de Sá e Benevides, que data de apenas alguns meses depois, agosto do mesmo ano, não aparenta que ele estivesse tão preocupado com a questão como o presidente anterior. Na distinção que de praxe faziam entre crimes contra a pessoa e crimes contra a propriedade, o Dr. José Maria comemorava que dos 58 crimes ocorridos na Província, apenas 5 haviam sido contra a propriedade e justificava: “A estatística criminal não é absolutamente desanimadora, porquanto os attentados contra a vida são menos degradantes do que os contra a propriedade, porque em geral são determinados por **paixões nobres** e raras vezes premeditados” (Relatório de Presidente da Província de Minas Gerais, 1869, 2º relatório p.11; ênfase adicionada).

Apesar da permanência de um código das sociedades de corte onde era difundida a idéia de que o ato de matar era considerado nobre em ocasiões determinadas, o relatório de Sá e Benevides também mostra uma nova forma de se posicionar diante do mundo: para muitos a propriedade passa a ser mais importante que a vida dos indivíduos. De toda forma, sua convivência com o antigo código masculino de honra, algo apenas secundário em relação à propriedade, mas não necessariamente problemático, nos fornece um bom indício de como “as campanhas do século XIX para complicar e civilizar a masculinidade despertavam o repúdio” de muitos (GAY, 1995 [1988], p.121).

Mas o Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, presidente da província de Minas Gerais durante o ano de 1870, em seu relatório de março de 1871, reiterando o discurso de Andrade Figueira feito dois anos antes, voltava a fazer a conexão entre o alto número de homicídios, dos quais muitas vezes as vítimas eram mulheres e crianças, e o “fatal uso de armas proibidas” (Relatório de Presidente da Província de Minas Gerais, 1871, p. 7) e se queixava das dificuldades que teve ao tentar desarmar a população que, em sua palavras, “por hábito já anda assim há muito” (Relatório de Presidente da Província de Minas Gerais, 1871, p. 10)²². Dificuldades à parte, o que importa é que seu relatório deixa explícito que pelo menos o estranhamento deste costume, inaugurado dois anos antes, parecia ter se efetivado com sucesso e logrado mais adeptos contra sua manutenção. Parece haver nesse momento um recrudescimento da disputa que o Estado tinha empreendido contra o poder que os indivíduos masculinos tinham desde os tempos da Colônia naquela região.

A sensibilidade do primeiro e do terceiro presidentes de província citados, sugere não só a existência de outras formas de ser masculino naquele contexto quanto também o desejo do Estado de torná-las mais difundidas entre a população. No Brasil a vontade dos responsáveis pela condução das políticas de Estado e, mesmo, por sua estruturação, de limitar o poder masculino, diferentemente de muitos países da Europa, não parece ter sido acompanhada tão de perto pela campanha médica para a *desmoralização do pênis*²³, como o fora em muitas partes da Europa. A perseguição ao onanismo e “os cuidados com os desperdícios de sêmen” só terão alguma influência maior no Brasil em

²² Na sessão dos relatórios intitulada “Factos Notáveis” podemos ver, ainda, que o uso de armas para o suicídio e os acidentes fatais, decorrentes de seu manuseio, também eram frequentes.

²³ Cf. Kempf & Aron (1992).

fins do XIX, antes disso afeta apenas “uma pequena elite” (DEL PRIORI, 2006 [2005], p.202-208). Isto não significa, no entanto, que essas teorias já não estivessem em circulação nas bibliotecas dos médicos brasileiros (Cf. ENGEL, 2008). Mas, como afirma DEL PRIORI, o que teria preponderado nas mentes dos homens oitocentistas foi “o sonho das ereções permanentes, infatigáveis, perpétuas”, como fica evidente, segundo ela, no poema *Elixir do Pajé* (1875), do próprio Bernardo Guimarães (DEL PRIORI, 2006 [2005], p.202).

De fato, com ou sem o sucesso da divulgação da condenação dos “usos irresponsáveis” do pênis no Brasil do século XIX, os bacharéis e políticos dialogam com as representações sobre as masculinidades que eram produzidas na Europa, passando assim a intervir nas liberdades que caracterizavam as condutas masculinas no país desde o período colonial. Após a independência, em 1822, aumenta o número de políticos que “retiram os olhos” de Portugal e passam a tomar como referência outros países como Inglaterra, França e Prússia. O projeto da Academia de Direito de São Paulo, que se implanta em 1827, nasce inclusive com esse espírito de “superar o passado imediatamente colonial, formando, através do ensino jurídico, uma elite intelectual aberta à modernidade” (ADORNO, 1988, p.95). Apesar de manter em sua primeira estrutura curricular “arcaicas noções de Direito Público Eclesiástico para ponderar as relações entre Igreja e Estado”, não deixou de trazer também “uma grande inovação” ao incluir “uma cadeira de Economia Política, no quinto ano, muito antes do que na França” (ADORNO, 1988, p.96). O estabelecimento da Academia de Direito de São Paulo possibilitava aos estudantes, portanto, se aproximarem de novas idéias sobre o que seria a política, em oposição à antiga hegemonia “jus-naturalista da tradição coimbrã”, com seus pressupostos universais e imutáveis – que, ambigüamente, segundo o autor, nunca deixou, no entanto, de ter força no currículo daquela instituição ao longo de boa parte do século XIX (ADORNO, 1988, p.95).

Mas, apesar das ambigüidades e do peso da tradição, é preciso estar atento para o fato de que “os parlamentares brasileiros” que idealizaram a proposta do curso jurídico em 1825 “– muitos dos quais haviam freqüentado universidades européias –” estavam mais preocupados em superar uma tradição e acreditavam que na faculdade poderia se constituir “uma elite política coerente, disciplinada, homogênea e devota às razões do Estado e ao

poder público”, em oposição ao personalismo característico do período anterior (ADORNO, 1988, p.86).

A influência que a noção de “razão de Estado” passa a exercer sobre os governantes europeus, sobretudo após o século XVIII, parece ter tido um papel fundamental para o desencadeamento das muitas mudanças que vemos se desenrolarem no século XIX e que passamos a considerar, inclusive, como características da modernidade (FOUCAULT, 2006 [1988], p.304). Se nas constituições régias de Portugal, por exemplo, durante vários séculos a religião e o Estado estiveram irmanados na manutenção do poder masculino no interior da esfera familiar, com a finalidade de se justificarem mutuamente, na forma da equivalência: Deus na religião, rei no Estado, pai na família²⁴ (VAINFAS, 1996, p.119); com o advento e expansão da idéia de uma “razão de Estado” isso passa a não ter tanta relevância.

Como bem salienta Foucault (2006 [1988], p. 306) “a razão de Estado não remete à sabedoria de Deus, à razão, nem às estratégias do príncipe. Ela se relaciona ao Estado, à sua natureza e à sua racionalidade própria. (...) O Estado é uma coisa que existe por si”. Assim sendo:

uma vez que o Estado é sua própria finalidade e que a finalidade exclusiva dos governos deve ser não apenas a conservação, mas também o fortalecimento permanente e o desenvolvimento das forças do Estado, fica claro que os governos não têm que se preocupar com os indivíduos; ou melhor, eles apenas têm que se preocupar com os indivíduos quando eles apresentam algum interesse para essa finalidade. (...) Do ponto de vista do Estado, o indivíduo apenas existe quando ele promove diretamente uma mudança, mesmo que mínima, no poderio do Estado, seja esta positiva ou negativa. O Estado tem que se ocupar do indivíduo apenas quando ele pode introduzir tal mudança. E tanto o Estado lhe pede para viver, trabalhar, produzir e consumir, como lhe exige morrer.

(FOUCAULT, 2006 [1988], p. 308)

Em linhas gerais o que Foucault sugere é que importa menos ao Estado se o indivíduo é do sexo masculino ou feminino, do que se ele/ela pode ser útil ou não para o

²⁴ “O reforço da família conjugal, microcélula da nação e do ecúmeno cristão, a conversão de cada pai em monarca e ‘sacerdote’ doméstico, a instrumentalização das comunidades em favor das modernas estruturas estatais e eclesiásticas – inculcando-lhes o zelo pela “nova” pastoral – eis a estratégia político-religiosa adotada pelos poderes ocidentais. Patriarcalismo e família conjugal jamais se excluiriam, portanto, na estratégia veiculada pelas Reformas e pelos Estados europeus [na Idade Moderna das Monarquias].” (VAINFAS, 1996, p.119)

seu desenvolvimento próprio, em comparação com os demais Estados, vistos invariavelmente, a partir dessa lógica, como rivais (FOUCAULT, 2006 [1988], p.307-308). Consideramos que essa linha de raciocínio pode nos ajudar a compreender o choque entre os interesses de alguns presidentes da província de Minas Gerais, evidenciados em seus relatórios, e alguns dos costumes descritos pelos viajantes estrangeiros que por lá passaram em suas andanças. Se as mulheres podem contribuir para o incremento do poderio do Estado, seja como mães educadas, seja como professoras, elas terão respaldo para isso; se a liberdade masculina rivaliza e enfraquece o poder do Estado, ele irá coibi-la. O Estado no século XIX, apesar de ser ainda uma instituição visivelmente masculina, já não era, no entanto, tão parcial como as antigas leis portuguesas favoráveis que eram aos homens.

Isto não impedia, entretanto, que idéias conservadoras permanecessem inclusive no interior do Estado, como as do já citado José Maria Correa de Sá e Benevides, presidente da província de Minas Gerais durante quatro meses de 1869, que não considerava, como já dissemos acima, os crimes contra a vida assim tão graves – já que na maioria das vezes seriam, em seu raciocínio, movidos por paixões nobres. Idéias como essas continuavam a povoar em alguma medida as mentes e os modos de gestão da população pelas elites brasileiras. Catedrático de Direito Natural na Academia de Direito de São Paulo entre os anos de 1877 e 1890, era monarquista resoluto:

apegado ao passado e à tradição, opunha-se ao espírito moderno, investindo contra o racionalismo e o liberalismo revolucionário. Católico convicto, sustentou seus ensinamentos no jus-naturalismo teológico. Digladiou com tudo o que fosse representativo do novo século. Torpedeou as filosofias que se orientavam sob a órbita do Iluminismo e que seduziam os acadêmicos. Não acolheu com simpatia o advento do evolucionismo spenceriano e se mostrou franco adversário do positivismo, por considerar pernicioso sua influência à sociedade e ao progresso do direito. Coerente com seus princípios filosóficos, rejeitou, em teoria política, o liberalismo, sobretudo quanto ao laicismo e à legitimidade do sufrágio universal, razão de sua fidelidade à monarquia de direito divino e de seu repúdio ao governo provisório republicano, instaurado em 1889. No mesmo sentido, nunca acolheu com bons olhos as mudanças que se processavam na organização familiar. Em matéria de vida civil, prosseguiu acreditando na inferioridade da mulher.

(ADORNO, 1988, p. 98-99)

Talvez por assumir posições tão conservadoras assumidas por Sá e Benevides é que seus cronistas e biógrafos afirmam que ele “retumbava na cátedra, mas não penetrava

os espíritos” (PORCHAT *apud* ADORNO, 1988, p.99), ainda que mantivesse bom trânsito político, pois, afinal, chegar a ser Presidente de uma das mais importantes províncias do Império não era facultado a qualquer um. De todo modo é importante salientar que aquele tempo abrigou esse tipo de permanência na ocasião em que se desenvolve a organização do Estado brasileiro que tinha expectativas modernas.

1.2. Mulheres fora de casa

Novas faces do masculino eram possibilitadas e traziam consigo também, é evidente, novos modos de compreender o lugar do feminino e das mulheres. Assim, um outro costume que parecia garantir a estabilidade do longo “poder masculino”, descrito pelos viajantes, também viria a ser questionado pelos mesmos representantes do Estado: a manutenção das mulheres no espaço doméstico.

O próprio presidente da província de Minas Gerais Dr. Antônio Luiz Affonso de Carvalho, em seu relatório de março de 1871, além de reforçar a crítica ao difundido hábito do porte de armas na província, também protesta vivamente contra a alarmante desproporção entre o número de 463 cadeiras de ensino primário para meninos e apenas 62, para o sexo feminino (Relatório de Presidente da Província de Minas Gerais, 1871, p. 35). Partindo desse dado o presidente irá sugerir em sua escrita que a modernidade estava se estabelecendo de uma vez por todas no Brasil e que a mulher que estuda e trabalha era uma personagem importante dessa conjuntura: “a escrava trabalha forçada sob a direção do senhor, a mulher livre carece de ensino prévio, por que ella mesma é que tem de dirigir-se a si própria” (Relatório de Presidente da Província de Minas Gerais, 1871, p.35). Modernidade brasileira que, como se vê, convivia com a escravidão...

Já no relatório do Presidente Senador Joaquim Floriano de Godoy, entregue em Janeiro de 1873, referente ao ano de 1872, período em que governou a província, destaca no anexo A-21 a importância das mulheres para que várias melhorias almejadas se realizassem. Para isso era imprescindível que fossem criados “estabelecimentos próprios para a educação do sexo feminino, no qual devemos fundar todas as nossas esperanças de futuro” (Relatório de Presidente da Província de Minas Gerais, 1873, p. 11).

A pesquisa empreendida por Gouvêa (2004 b, p. 199) demonstra que as mulheres mineiras, apesar de terem enfrentado alguns empecilhos para o acesso à educação no XIX, num balanço geral obtiveram avanços neste quesito naquele século:

As sucessivas leis que buscavam regular a convivência entre os gêneros no interior dos espaços escolares demonstram como os textos legais progressivamente tinham em vista garantir o acesso à escola da população feminina.

(GOUVÊA, 2004 b, p. 201-202)

Na análise da educação escolar na província mineira, chama atenção, no estudo dos mapas de frequência da segunda metade do século, o significativo aumento das escolas femininas. (...) se em 1815 as meninas não são registradas nas poucas escolas existentes, em 1889 elas chegam a constituir 35% do total de matriculados. Tais dados apontam como a escolarização da população feminina vai adquirindo maior legitimidade no período, configurando-se como a forma escolar de educação da população é incorporada por maior contingente de famílias.

(GOUVÊA, 2004 b, p. 206-207)

Por outro lado, o Estado foi também um dos principais responsáveis por propiciar o desencadeamento do fenômeno que ficou conhecido como “feminização do magistério”, no Brasil da segunda metade do XIX, quando as mulheres passaram a assumir cargos de professora que as permitiram circular nos espaços públicos com maior legitimidade. Processo “construído com argumentações em torno, inclusive, de uma desqualificação masculina” para o exercício dessa profissão (Cf. FARIA FILHO *et al.*, 2005, p.81).

Há um debate historiográfico já estabelecido a respeito da situação de sujeição ou não das mulheres em relação aos homens durante o período colonial e século XIX no Brasil. Autoras como Eni de M. Samara (1983), Iraci de Del Nero Costa (1979) e Mariza Corrêa (1982) criticaram o conceito de patriarcalismo utilizado por Gilberto Freyre e por Antônio Cândido, ressaltando, dentre outras coisas, que durante o período colonial e ao longo do século XIX muitas mulheres foram chefes de fogo além de terem assumido funções sociais muito diversificadas nos contextos em que estiveram inseridas, sobretudo as de camadas mais populares.

Ronaldo Vainfas (1997, p. 118), por sua vez, embora reconheça as contribuições que essas pesquisas trouxeram para o campo no sentido de matizar nossa visão sobre as relações familiares e de gênero no passado, questiona se o reconhecimento dessas questões possa implicar necessariamente na afirmação de que essas mulheres, “organizadas em “famílias alternativas”, viviam alheias ao poder e aos valores patriarcais”. O trabalho de Parker (1991) também vai nessa direção e, assim como Vainfas (1996), reafirma a validade do conceito de patriarcalismo para se entender as relações familiares no Brasil, sobretudo a discrepância de poder existente entre homens e mulheres durante o período colonial e o século XIX.

Durval M. de Albuquerque Júnior (2003, p. 138-139), que também recupera esse debate, considera por sua vez que:

... antes de dedicar longo tempo a analisar se o patriarcalismo é a realidade da colônia ou do século XIX, devemos nos perguntar por que no começo do século vinte intelectuais como Gilberto Freyre descrevem esse período como patriarcal, o que está acontecendo nesse momento histórico que o leva a inventar este conceito.

Ao se aproximar do contexto de produção do conceito de patriarcalismo, complexificando-o, como havia se proposto a fazer, Albuquerque Júnior (2003, p. 138-140) nem por isso deixa, a nosso ver, de concordar que os períodos anteriores ao início do século XX tiveram de fato formas de relações entre os gêneros bastante assimétricas, já que somente nesse período a presença da mulher no espaço público teria sido verdadeiramente sentida como uma ameaça à hierarquia social de maneira mais ampla, justamente o que teria levado Freyre a forjar a noção de patriarcalismo com o objetivo de instaurar uma reação a essa situação:

A conjuntura que vai do final do século XIX até o começo dos anos trinta do século XX, período marcado pelo fim da escravidão, pelo fim do império, pela emergência de uma sociedade urbano-industrial, período de nascimento e formação intelectual de Gilberto Freyre, permitiu-lhe usar o conceito para definir uma forma de organização familiar, cujo desaparecimento ele próprio estava testemunhando.

(...)

O patriarcalismo, sociedade do poder masculino, do império dos pais, assentada em relações paternalistas, de filhotismo e apadrinhamento, sociedade das

parentelas, ia sendo modificado por um processo visto como de desvirilização, de declínio de um dado modelo de masculinidade, período de confusão entre as fronteiras de gênero, em que as mulheres começam a assumir lugares antes reservados aos homens.

(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 138-140)

Portanto, se as mulheres já estavam circulando nos “espaços públicos” desde o período colonial, conforme apontam várias pesquisas, sem que isso ofuscasse, no entanto, a força dos códigos masculinos de então²⁵, de acordo com o que também têm postulado alguns trabalhos, podemos interpretar a participação ativa do Estado nesta “saída feminina oficial” do lar para a escola, nas Minas Gerais do terceiro quartel do XIX, como detentora de um importante potencial de mudanças nas percepções dos papéis de gênero. Devemos ter atenção para o fato de que esta saída se referiria mais que simplesmente à saída de um espaço físico concreto. Esta saída deve ser vista, sobretudo do ponto de vista de uma saída que impacta o conjunto da vida social, ou seja, deve ser tomada antes de tudo sob o prisma dos impactos (social, cultural, político, econômico...) que a legitimidade que o Estado reconhece para a presença das mulheres no espaço público, ainda que inicialmente apenas em discurso – que é o caso do período analisado –, pode ter significado.

Por outro lado, é claro que se essa legitimidade agora propagandeada pelo Estado para a presença das mulheres no espaço público não estivesse em consonância com os anseios das mulheres do período ela, possivelmente, não teria a repercussão que sabemos que teve quando verificamos que em fins do século XIX a maioria do professorado já era do sexo feminino. O surgimento do jornal *O Sexo Feminino* (1873-1874), dirigido pela professora Francisca Senhorinha, na cidade de Campanha (região sul de Minas Gerais), não deixa de ser um representante célebre do protagonismo feminino nesse processo de

²⁵ Os trabalhos que abordaram a documentação de processos crime, ao longo de todo o século XIX e início do XX no Brasil, mostram ao mesmo tempo a frequência com que as mulheres foram vítimas da violência e a baixa incidência do envolvimento delas na execução de crimes violentos. Ou seja, os homens tornavam o espaço público perigoso tanto para si próprios, quanto para as mulheres, principalmente. Encontramos isso no estudo que Vellasco (2004) faz sobre Minas Gerais ao longo do século XIX; na pesquisa em que Carvalho Franco (1983 [1964]) se detém na região do Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, em fins do século XIX; e em Chalhoub (2001 [1986]), quando analisa os crimes na capital carioca da *belle époque*. A esse respeito é interessante notar ainda que não deixava de assustar o viajante inglês Richard Burton (1976 [1868] p.302), em sua passagem por Ouro Preto, a desproporção numérica de 454 homens presos para 12 mulheres presas.

conquista de legitimidade, paralelo sim à ação do Estado, embora com objetivos muitas vezes convergentes (FARIA FILHO *et al.*, 2005, p.75).

2. O *Noticiador de Minas* e as masculinidades refratárias às mudanças na organização dos papéis de gênero

Como vimos anteriormente, se nos relatos de viajantes encontramos a descrição de certos costumes muito ligados a antigas tradições, no que tange às relações de gênero, já nos relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais encontramos algumas propostas e iniciativas para que novas formas de relações de gênero surgissem. No caso dos jornais, principalmente no do *Noticiador de Minas* – o mais bem documentado referente ao período e o que será mais explorado por nós já que, talvez pela menor quantidade de números dos demais, não encontramos nada de muito significativo para nossa pesquisa nesses – a escrita masculina que o conforma revela uma outra face do embate entre tradição e novidade, no que diz respeito às relações entre homens e mulheres, que se desenrola naquele contexto. Mostra também de que maneira esse processo está afetando os homens envolvidos com a produção e consumo daquele periódico, que parecem se sentir cada vez mais compelidos a escrever sobre o tema, ainda que ele jamais tenha sido o foco principal de qualquer uma das edições.

Como já dissemos, apenas alguns jornais de Ouro Preto que cobrem o período de 1869 a 1872 foram conservados. Estes se encontram micro-filmados ou na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais ou digitalizados e disponíveis no site do Arquivo Público Mineiro, sob o título de Jornais Mineiros²⁶. A coleção mais completa é a do periódico do Partido Conservador – e ao mesmo tempo oficial – *Noticiador de Minas*, que cobre todo o ano de 1869, a segunda metade de 1870 e os anos inteiros de 1871 e 1872. Encontramos também poucas edições que vão de Novembro de 1869 a Maio de 1870 do também conservador *Dezesseis de Julho*, publicado no Rio de Janeiro, mas preocupado com assuntos que diziam respeito à província de Minas Gerais; e as escassas edições referentes a dois meses, Fevereiro e Março de 1870, de outro periódico conservador, o *Conservador de*

²⁶ <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>.

Minas. Mas a maior falta que se faz sentir é a de mais edições do *Liberal de Minas*, ao que parece, a julgarmos pelas polêmicas que podemos ler no *Noticiador de Minas*, o principal rival dos Conservadores naquele contexto na província. Desse período há apenas dois exemplares: a edição de número 56, de 09/09/1869 e a de número 98, de 21/04/1870.

De toda forma, temos de trabalhar com o que temos. Por isso passaremos à análise de artigos do jornal mais bem documentado do período: *O Noticiador de Minas*. Observamos que na maioria das vezes em que os homens se valeram da escrita nesse jornal em incursões nas temáticas dos “sexos”, como comumente se referiam, foi para se defenderem de um avanço feminino legal que parecia se operar no período, percebido por eles mais como uma ameaça do que qualquer outra coisa. Embora as reivindicações feministas não tenham sido tão explícitas e contundentes por aqui quanto em países como Alemanha, Inglaterra e EUA (GAY, 1988 [1984], p.131-142; GAY, 1995 [1988], p.331-370) – embora isso não queira dizer que elas tenham sido inexistentes no Brasil (MUZART, 2003) ou em Minas Gerais (FARIA FILHO *et al*, 2005, p.72-81) –, o que a análise do jornal oficial da capital da província, entre os anos de 1869 e 1872, nos mostra é que seus editores, leitores e vários colaboradores se mostravam bastante prevenidos contra elas.

Da mesma forma que isso evidencia um apego desses homens às tradições e aos privilégios masculinos que, segundo os viajantes, caracterizavam a região até aquele momento, traz também à tona uma outra face do processo pelo qual passa uma parcela da masculinidade do período. Para nós, a ansiedade por exaltarem a beleza feminina, elogiarem o lugar de mãe e sua importância para a família – que no século XIX se trata sempre de um grande argumento (Cf. PERROT, 2009 [1987] & SCOTT, 1999) – e utilizarem com tanta frequência a ironia contra as mulheres, no fundo acaba revelando um sentimento de insegurança que parecia os rondar, como poderemos ver mais adiante.

Sabemos que, devido à falta de outros jornais, a impressão que obtivemos a partir da análise do *Noticiador de Minas*, deve ser tomada com cautela quanto às pretensões de generalização. Mas o fato de tal jornal, que para o período tem uma longevidade considerável e que se comparado a outros da mesma época tem boa qualidade de impressão – uma vez que traz muitas imagens, inexistentes nos demais –, ser o principal e

praticamente o único periódico ouro-pretano remanescente daqueles anos já o torna relevante o bastante para nos ajudar a melhor compreender as relações de gênero no período, mesmo que diga apenas da parte dos homens que estiveram envolvidos ou com sua produção ou com seu consumo.

2.1. Sentimentos e anseios masculinos

Os homens falam de seus sentimentos no período, mais do que imaginamos. Dedicam poesias a amigos, dizem de suas experiências, de suas angústias e também de seus anseios. A amizade masculina parece ser um ponto bastante importante segundo evidenciam os textos veiculados no jornal. Amigos escrevem para consolarem-se uns aos outros com muita frequência, com textos que guardam muita proximidade com o gênero epistolar. Escrevem também para conversarem, inclusive, sobre a condição masculina como é o caso do texto intitulado “A virilidade: recordações da mocidade”, veiculado na edição 314 (20/05/1871), no qual um amigo relata ao outro as impressões que tem sobre o seu processo de envelhecimento. A seguinte emenda segue o título: “Por J. M. Siqueira, ao seu distinto amigo A. L. M. S. de Albergaria. Offerece o autor.”

O assunto da condição masculina não aparece, aliás, apenas em redações de um amigo a outro. A edição 21 (10/10/1868) traz um texto interessante sobre isso, transcrito de um jornal do exterior de nome não citado, com o título “Desejos”. O artigo fala do que os homens desejavam no período e do que, na verdade, deveriam desejar, segundo a moral de um antigo texto árabe que teria sido retirado de um manuscrito existente na Biblioteca de Oxford. Após expor todos os desejos citados do original árabe, J. V., o tradutor que assina o artigo, lista os desejos que ele julga serem os dos homens de seu tempo e propõe ao final uma comparação em tom bastante moralista, sugerindo a superioridade dos antigos. Dentre os desejos citados do manuscrito árabe que tomam ares de sábios conselhos, encontramos:

“- Quizera ter nascido mulher, e não homem, porque a mulher é sempre guiada, como o cavallo, e o homem guia-se a si próprio, como o leão; resulta daqui o serem attribuidos a outrem os erros daquela, em quanto que os deste só o podem ser à sua própria vontade.
(...)

- Quizera que minha mulher fosse cega, surda e muda, para poder viver tranqüilo.
- Quizera que ella fosse feia como um monstro para só a mim agradar. A verdadeira belleza está na alma.

(...)

- Quizera que cada mentira cortasse a qualquer um palmo da sua estatura; todas as mulheres seriam pequeníssimas, viveríamos porém mais felizes.”

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 21, 10/10/1868)

Supondo que o tal texto tenha sido de fato localizado em Oxford – uma vez que após pesquisarmos não conseguimos maiores informações a seu respeito – perguntamo-nos, então, por que, afinal, alguns homens do “iluminado e civilizado” século XIX acharam interessante recuperar falas tão rancorosas e ofensivas em relação às mulheres? Mas que mulher é essa que é preciso que se cale em pleno século XIX?

Assim como o sexo dos indivíduos começava a não ter tanta importância para a razão de Estado (FOUCAULT, 2006 [1988], p.306), desde que eles pudessem contribuir para seu desenvolvimento, isso também começava a ser flexibilizado pelo processo de industrialização do século XIX que “com seus exércitos administrativos e suas redes comerciais internacionais em expansão, descobriu que as mulheres eram cada vez mais úteis” (GAY, 1988 [1984], p.135). Acontece que, se para o Estado e para o Capital os sexos não pareciam ser assim tão importantes, para muitos homens os seus privilégios ainda eram uma questão intocável, o que não deixa de testemunhar que nem tudo relacionado a gênero tem ligação com as razões de Estado ou do Capital; as relações humanas são mais complexas do que isto. *O Noticiador de Minas*, traz um artigo copiado de outro periódico – *Novo Mundo* – que foi veiculado na edição 336 (25/07/1871), único a abordar esse tema durante os quatro anos em que o acompanhamos, intitulado “A mulher como empregada pública”, no qual o autor anônimo mostra admiração pelo modelo americano:

Poucas coisas têm-se adiantado tanto neste ultimo decennio, como a dos direitos das mulheres. Não sendo nós de opinião que é do papel das senhoras ir à sacristia da parochia rubricar-se como votante e depois disso ir fazer eleitores e deputados (e não queremos pelo próprio amor dellas), todavia, cremos que em todo paiz civilisado se deve abrir porta franca à concurrencia da mulher nos empregos e profissões para que a natureza a dotou com qualidades pelo menos iguaes ao do commum dos homens que desempenhão essas profissões.

Em 1862 não havia nos Estados-Unidos uma só mulher empregada em repartições governamentais. Nesse ano tinha já rebentado a guerra com o sul dos Estados, e o ministro da fazenda, que precisava de um grande número de empregados para contar, dividir e aparar com thesoura as pilhas de papel moeda

que então se emitirão resolveu admittir senhoras a este serviço. Então 65 foram empregadas na repartição do thesoureiro-geral, com o ordenado de 120\$ por mez. Logo depois, a repartição das rendas admittio 40, e de então para cá o número tem-se augmentado muito. Hoje só no departamento do thesoureiro há 218 empregadas; no das rendas internas há 90; secção há 150 e nas outras secções do ministério há cerca de 200, fazendo um total de cerca de 700 senhoras empregadas em todo thesouro.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 336, 25/07/1871)

Lembramos que essa saída feminina do lar nos próprios EUA parece não ter ocorrido sem causar alguma reação masculina, a mesma que vemos grassar no nosso jornal antes mesmo que as reivindicações chegassem por aqui com a intensidade que tinham por lá – lembremos que o autor de maneira um tanto defensiva, logo de início, descarta seu apoio à concessão do direito de voto às mulheres, prevenindo-se de uma bandeira sabidamente já bastante abraçada por vários setores naquele mesmo país que ora se tomava como modelo. Em relação às lutas travadas pelos movimentos feministas na segunda metade do XIX, Peter Gay (1984 [1988], p. 144) demonstra que elas foram percebidas por vários homens nos EUA através de imagens em que se misturam as vestimentas femininas e o vento forte que pode arrastar quem estiver pela frente:

Ocasionalmente, os antifeministas em toda intensidade primitiva desistiam das pretensões humorísticas para expor o medo que o homem tinha da mulher. Num discurso que proferiu da tribuna da Câmara dos Deputados a 30 de maio de 1872, Stevenson Archer, de Maryland, advertia que “o sufrágio feminino não pode ser tolerado, apesar de ser apoiado pelo candidato republicano à vice-presidência”. O movimento havia se tornado uma ameaça, advertia Archer; “esses inovadores” já não eram mais “meros arlequins em espartilhos”; de fato, “um exército monstruoso está vindo ao nosso encontro – 100 mil ‘tufões vestidos de anáguas’ – , e nós precisamos enfrentá-lo com firmeza para não sermos esmagados pelo vendaval. A pequenina mulher atingiu tal tamanho e força que suas estocadas já fazem gemer o grande homem; suas unhas delicadas transformaram-se em garras de águia, que agora arrancam a carne que antes afagavam; e se o rapagão bem-disposto não se puser rapidamente em guarda, será estrangulado, derrubado e forçado a aceitar condições com as quais até pouco tempo atrás não teria nem sonhado”. A mulher, criada por Deus para ser gentil e amável, tornara-se enorme, dona de fortes punhos e garras afiadas, capaz de derrubar o homem e deixá-lo estatelado. O pequeno menino escondido no homem do século XIX olhava para sua poderosa e imprevisível mamãe e tinha medo.

Se compreendermos o medo e a ansiedade que essa “saída feminina oficial” parece ter causado a muitos homens do período talvez tenhamos uma melhor noção do que

significava para eles recuperar antigos textos, restos de um passado no qual os desejos de dominação masculina ainda eram não só manifestos e evidentes, mas sobretudo vistos como legítimos. O presente parecia ser para muitos deles sufocante demais.

2.2. A mulher no pedestal

O mais comum nas várias edições que acompanhamos do *Noticiador de Minas*, não eram os textos sobre a mulher trabalhadora – como já dissemos, a esse respeito só encontramos aquele citado acima – mas sim os que se esforçavam em reiterar a exaltação tanto do ideal de beleza da feminilidade, quanto o da missão da mulher na família, sobretudo em seu papel de mãe. Podemos ver isso com clareza no número 423 (27/03/1872), em artigo intitulado “A religião e a mulher – Impressões no Templo”, no qual o autor anônimo escreve sobre as sensações que teve ao ouvir o canto de algumas mulheres em uma missa. Após elogiar a religião cristã, o articulista passa então a dizer das relações dessa com as mulheres:

Mas em que ponto o christianismo estampou toda a sua sublimidade? Onde o seu verbo divino reflectiu com todo o fulgor senão na mais bella parcella, em cuja criação Deus como que se havia esmerado, senão na mulher?

Limittada até então a ser uma humilde companheira do homem e até sua escrava, entregue aos mais rudes e materiaes interesses, o christianismo faz surgir a aurora da sua redenção, nobilitou-a, enobreceu-lhe o espírito, povoou-lhe o coração dos mais bellos e ineffáveis sentimentos, tornando-o verdadeiro sacrário de verdadeiras virtudes.

(...)

E quanto mais a sociedade se aperfeiçoa, quanto mais a civilização inspirando-se nas verdades luminosas estampadas nas paginas sacrossantas da Bíblia caminha, avança para o último grão de sua perfectibilidade, tanto mais a mulher nobilita-se, eleva-se para a consecução de todos os destinos que lhes forão assignados por Deus.

(...)

Mas, a religião do Christo não consiste em verdades abstractas, nem em práticas estéreis, e sim em um culto ideal e sensível que a distingue de todas as religiões que a imaginação do homem há creado. Para a mulher a religião christã é ainda uma gratidão, porque nobilitou-a, collocou-a à par o homem, elevou-a ao grão de santidade.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 423, 27/03/1872)

Na edição 338 do mesmo jornal, no ano anterior ao da publicação do último artigo citado (01/08/1871), num texto intitulado “A mulher”, e assinado por Dr. Antônio Manoel dos Reis, encontramos vários dos elementos presentes na última citação que fizemos do jornal:

A mulher é o encanto da criação, o ídolo das nossas adorações, o palpito dos nossos peitos, o scismar das nossas almas.

(...)

Quantos thesouros não tem conferido ao mundo, esse sexo, no qual a natureza depositou tudo quanto há de mais seductor nas formas, de mais deslumbrante na formosura, de mais bello na imaginação?!...

O coração da mulher é um altar onde os homens sacrificão ao amor; é o cofre onde se encerrão os mais nobres sentimentos, as mais elevadas virtudes.

(...)

Importante e nobre é o papel que ella representa no mundo, já simplesmente como mulher, já como esposa, e já como mãe. *Mulher*, ella é uma gota do nosso sangue e o ponto para onde convergem nossos pensamentos e acções; - *esposa*, ella é um anjo que a Divindade fez baixar do céo, para associar-se aos nossos prazeres e entristecer-se com a nossa desdita; *mãe*, ella é tudo quanto se pode imaginar de mais elevado no coração humano. É o pharol que nos guia pelo caminho da honra e do dever, desviando nossos passos do abysmo do vicio e do crime.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 338, 01/08/1871)

Os articulistas, como vimos, também gostavam bastante de falar em história e nisso o Dr. Reis não fugiu à regra:

Recorra-se às páginas da história e ahi achar-se-ha exemplos edificantes de piedade, amor materno e heroísmo!

Ver-se-ha virgens pudibundas e matronas respeitáveis, caminharem de frente erguida, passo firme, e de olhos enxutos, para o altar do sacrificio, deixando rolar as cabeças pelos ensangüentados degraus do cadafalso, por dedicação à pátria, fidelidade aos esposos e amor aos filhos!

Escrava na China, desprezada no Japão, na Malásia, Sumatra, Phillipinas e outras ilhas; vendida na África, castigada barbaramente na Núbia; felizmente entre os povos onde a civillisação tem dissipado as espessas sombras da ignorância, a mulher representa importantíssimos papéis no seio da família, na sociedade, nas artes e na litteratura.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 338, 01/08/1871)

Esse tipo de raciocínio expresso nesses artigos evidencia o compartilhamento de experiências, preocupações e visões de mundo entre homens de diferentes regiões que viviam naquela mesma época. Segundo Peter Gay (1995 [1988], p. 298-299), muitos outros

homens também o utilizaram como reação ao mesmo avanço feminino que experimentavam:

Em meados da década de 1850, John Chapman, editor da liberal *Westminster Review*, apresentou a crescente influência da mulher ao longo das eras como um capítulo no progresso moral da humanidade. Na barbárie e na Antigüidade, a mulher era tratada como criança, uma trabalhadora, e uma dependente sem defesas à disposição da luxúria do homem. Mas com a passagem dos séculos “a mais baixa escrava do homem se tornou a principal influência sob a qual ele vive, sua inspiração na batalha, sua companhia mental, a encarnação da beleza, do amor, da devoção, do sagrado, a fonte e o tema da poesia – obrigando os mais nobres a adorar em seu altar”. Fazer a história da mulher como uma ascensão da servidão à liberdade, tão deliciosa de olhar, passou a ser um esporte favorito dos jornalistas. Não ficavam desconcertados com o fato de que sua argumentação se apoiava em materiais históricos escassos e ruins e que seu alegre relato da evolução inspiradora da mulher era apenas mais um estratagema para esquivar-se às questões contemporâneas. Claramente, para eles, a mulher como alta sacerdotisa do bom e do belo não precisava das marcas superficiais do poder – mais instrução e direito de voto – para exercer sua supremacia.

É interessante que no mesmo número do jornal citado anteriormente um outro artigo – sobre regimes de governo – traga uma citação de John Stuart Mill, designado no texto como um “liberal inglês”. Parece que o seu livro *Systema Representativo* teria sido mais aceito que seu outro livro recém lançado àquela época, *A sujeição das mulheres*, publicado em 1869, que, segundo Peter Gay (1988 [1984], p. 131-132), “viria a ser a obra-chave da história do feminismo”, tamanha a contundência das denúncias que nele fez das injustiças legitimadas pelo código inglês para com as mulheres até aquele momento. Pelo que pudemos perceber, para falar de mulheres os jornalistas do *Noticiador de Minas* pareciam preferir outros autores, outros assuntos e outras abordagens, bem distantes das questões que Stuart Mill trazia para a ordem do dia...

Na edição 514 (06/12/1872), o quarteto História-Mulher-Religião-Família aparecerá dessa vez no gênero poético. Trata-se de “A criação da mulher”, assinada por A. J. de Macedo Soares, da qual trazemos o trecho final:

(...)
De um verbo o homem nasceu! No olhar altivo
Brilhava a chamma que avassalla os mundos;
E ao sentir dentro de si germens fecundos
Hymnos de gloria alçou ao Creador.

Mas da vida os encantos, a alegria
 Não resumem os gozos da sciencia;
 Si enlevada sorria a intelligencia
 Gemia o coração n'ancia do amor.

Deus escutou as preces do proscripto
 E o pranto abençoou do peregrino!
 E d'um raio de luz do olhar divino
 Surgio na terra a estatua da mulher.
 Sublime Prometheu; do amor ao fogo
 Nella o homem fundio su'alma e vida;
 Esposa, mãe, irmã, filha querida
 Unio a della a essência de seu ser.

Virgem, que tua historia ouves narrada
 Nos toscos versos de uma pobre Lyra,
 Segue o norte da estrella que te inspira
 Dessa mãe que por ti vive feliz!
 Lume do olhar de Deus! Possa em tu'alma
 Sempre fulgir da crença a luz radiante
 E em teu peregrinar no mundo errante
 Brotar flores e perolas gentis!

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 514, 06/12/1872)

Nessa mesma linha uma outra poesia sugestivamente intitulada “A mulher”, publicada dez números antes dessa última, edição 504 (07/11/1872), também não parecia estar muito preocupada com as novas representações de mulher que a modernidade fazia surgir. Como na poesia anterior, mais uma vez o autor, desta vez Augusto Frederico Colin, irá lembrar a origem bíblica da mulher e de sua necessária vinculação ao homem, a quem devia servir com sua extrema bondade e beleza com que Deus a dotou:

(...)
 Tal a vida!.. O Omnipotente,
 Providente,
 Juncto à noite poz o dia.
 - Ao sol a sombra, e ao claor
 O frescor -,
 Com a mais sublime harmonia.

Como um astro radiante,
 Coruscante,
 Do mais límpido fulgor,
 Na terra alçou magestosa,
 Portentosa,
 A mulher – anjo d'amor!

De teus lábios nacarados,
 Perfumados,
 Dimana a consolação;
 Meigo sorrir delicado,
 Doce agrado,
 Branda paz ao coração.

É su' alma um templo immenso,
 Onde o incenso,
 Vive sempre a fumegar,
 Como um hymno que da terra
 Se descerra
 Para a Deos louvores dar.

Oh virgem! Tal é teu fado,
 Consagrado,
 Nos decretos do Senhor;
 Teu ser a terra abrilhanta
 Como encanta
 No prado cheirosa flor.
 (...)

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 504, 07/11/1872)

Talvez possamos relacionar essa recorrente associação positiva entre a mulher e as referências cristãs não só a um indício do processo que Maria José F. Rosado Nunes (1996, p. 503-513) chamou de “feminização do catolicismo brasileiro” que teria ocorrido ao longo do século XIX, como também da boa acolhida que ele parece ter alcançado entre os homens em Minas Gerais. Dentre as várias características desse processo de feminização do catolicismo estaria a valorização que a Igreja Católica passou a empreender em relação às figuras femininas bíblicas. É no século XIX que as leituras negativas da Eva pecadora perdem espaço para o culto de Maria (LIMA & TEIXEIRA, 2008, p.113-126). Isso se devia em boa parte à estratégia que a Igreja Católica havia traçado para conter o avanço do laicismo que aqueles anos dos oitocentos assistiam, principalmente entre os homens. Para isso, ela mobilizou a mulher como um elemento-chave da reforma interna que teve de empreender²⁷ (ROSADO NUNES, 2008, p.507-508). Os cultos passaram a começar mais cedo, no horário de trabalho dos homens; as igrejas começaram a contar muito mais com a

²⁷ Nestor Duarte já tinha se sensibilizado para essa característica, embora não tenha precisado o fenômeno como uma característica do século XIX, já que generalizava sua afirmação também para o período da colônia “A religião católica tem uma predileção especial pela criança e pela mulher, como centros mais aptos à sua influência moral e pedagógica, para atingir ao fim de sua tarefa de ortodoxia. Religião mais feminina do que masculina, no Brasil pelo menos.” (DUARTE, 1966 [1939], p.77).

presença das mulheres; além de uma disseminação de colégios católicos femininos no período.

Um aspecto que deve ser ressaltado é que a valorização que a Igreja passa a empreender em relação às mulheres se direciona, sobretudo, à condição que deviam assumir de esposas e mães. Raquel Martins de Assis (2004, p. 228-238) encontra isso de maneira muito explícita na pesquisa que fez sobre o periódico *Selecta Catholica*, principal expoente do pensamento da Igreja em Minas Gerais em meados do século XIX. Sobre a figura feminina nas páginas do jornal ela afirma que “ao tentar esclarecer a importância da vida familiar para o bom andamento da sociedade, os redatores da *Selecta Catholica* se preocupam amiúde com o papel da mulher na condução da família” (ASSIS, 2004, p.228). Esclarece ainda que em sua leitura percebeu que para o pensamento católico do período:

à mulher cabe o papel de cuidar da economia doméstica e de preocupar-se com o futuro familiar. E como a esposa é a pessoa designada para cuidar das questões internas da família, a tarefa da educação na infância é responsabilidade da mãe, pois segundo o jornal, os homens não são tão capazes de educar as crianças.
(ASSIS, 2004, p.229)

Ternas e sacrificadas em nome da boa educação dos filhos e do bem-estar de seus lares, elas seriam as principais guardiãs da fé católica em crise. Em troca dessa importante missão a elas confiada, a Igreja lhes pedia obediência e resignação, lhes pedia que fossem modelos vivos de bondade e doação no lar (LIMA & TEIXEIRA, 2008, p.125-126). Não seria esse um modelo feminino bastante indicado para uma masculinidade que, para além de estar se tornando mais laica, está acima de tudo sendo marcada principalmente pelo questionamento de sua antiga hegemonia no domínio dos poderes de decisão? Nas páginas do *Noticiador de Minas* podemos ver tanto que os homens que nele escrevem estão se sentindo ameaçados pelas mulheres, pois estão numa postura defensiva, quanto que os mesmos pareciam estar bastante satisfeitos com essa manobra feita pela Igreja ao longo daquele século, a ponto de tomarem fragmentos de discursos católicos como seus. Repetiam muito esse ideal de mulher, presente nos discursos católicos do período, na condição de esposa/mãe terna e bondosa.

Nesse sentido, não é inverossímil supormos que a peça de teatro “O Anjo da Paz”, apresentada em Ouro Preto naqueles dias – sua propaganda está na edição 156 (09/10/1869) – tivesse como protagonista uma personagem feminina. Essas mulheres, convenientemente representadas por esses homens como anjos de paz, de amor, de bondade e de beleza, corriam, no entanto, segundo os mesmos homens, muitos perigos. Dentre eles o teatro, o baile, o romance, e até os primos serão apontados como ameaças à tamanha pureza existente nas mulheres. Acompanhemos um trecho do artigo intitulado “Os primos”, assinado, sintomaticamente, por um(?) certo Mephistopholes – figura da tentação – e transcrito do *Correio Pernambucano*, na edição 395 (05/01/1872):

Dizem geralmente os moralistas da epocha que o baile, o theatro e o romance são as maiores seducções da família. Engano manifesto! Há uma seducção mais terrível e menos supportável que o theatro, o baile e o romance: é o primo.

Se uma menina disser por exemplo:

- Passei hontem a noite no theatro!
- Estive antes de hontem n'um baile!
- Acabei de ler um romance hoje!

Deve causar menos impressão que se ella disser sorrindo:

- Meu primo esteve hontem ao pé do piano conversando comigo.

Ninguém pode saber ao certo o que vai de medonho nessa declaração!

Um primo ao pé do piano! As palavras murmuradas entre os sons vibrantes da tecla que estremece; o segredo, o jogo do espírito velado pelo mysterio, o raio do olhar, a respiração suffocada, tudo isso é o que há de mais assustador para a tranqüillidade das famílias.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 395, 05/01/1872)

A sociedade do século XIX também convive com a antítese do modelo feminino de pureza e candura: a prostituta. Essa figura aparecerá na ed. 34 (10/11/1868), num texto de autor anônimo intitulado “A prostituição”. Mas, ao invés de reprovar os homens que a patrocinavam, é a mulher prostituta que aparecerá como a grande culpada. Sobretudo por que elas subverteriam o que para eles seria a sagrada missão feminina: maternidade e exemplo de virtude. Assim, utilizavam o avesso do modelo para justamente reforçá-lo, como podemos ver nos trechos:

Não pode haver quadro mais triste do que o da prostituição, nem vida mais miserável, e tão cheia de horror. É a escada por onde a mulher sobe para buscar o título da degradação, e receber a coroa do repúdio que a sociedade lhe offerece. (...) A figura da mulher que se envolve nessa túnica de corrupção, é tão medonha que faz recuar o coração que possui os dotes angélicos da virgindade, que faz

tremer o espírito sem poder exprimir a linguagem santa, que fortalece e enobrece o coração da mulher forte.

(...)

Um ente tão caro, que forma a ventura da sociedade, que sabe compreender os affectos d'alma, não sei como possa romper esses laços, e escolher uma missão tão vil, para viver sempre desgraçada e infeliz! (...) é riscar de seu pensamento que é livre, de que foi creada para ser mãe, e para legar à humanidade filhos que abençoassem sua memória, e jamais se esquecessem de suas virtudes!

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 34, 10/11/1868)

Cinco edições depois – no n.39 (21/11/1868) – o tema volta às páginas do jornal, dessa vez em versos sob o mesmo título do artigo de alguns dias atrás, “A prostituição”. Também não vinha assinada, mas trazia a informação de que teria sido escrita em Campo Grande Realengo, em 10 de setembro de 1861. A idéia expressa na poesia era bastante semelhante à apresentada no artigo. Ambos os autores utilizavam o avesso do modelo senão para reforçarem o próprio modelo de inocência e candura femininas, conforme é possível verificar logo no início dela:

Mulher!.... do Creador obra querida,
Formosa como sol, na terra um anjo,
Cheia de pejo, de candura e graças
Mandada pelo céu, como a esperança,
Doce remédio aos males desse mundo,
Formada p'ra viver com pranto, e rizados,
Rizados do coração, e prantos d'alma!....
Mulher!..... o que fizeste?..... Negra sombra
Aos olhos da razão, da natureza,
Tuas graças do céu, por que escurece?
Que fizeste, ó mulher?... que às mãos de neve,
Aonde a compaixão, e a caridade
Contra os males da terra o céu puzera,
Hoje, ou são frias como as mãos da morte,
Ou são abraçadas como o inferno,
Que escalda o coração, que punge n'alma?...
(...)

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 39, 21/11/1868)

Como tentamos demonstrar, os homens que contribuíram no *Noticiador de Minas* entre o final dos anos de 1868 até o final de 1872 pareciam ter em mente um modelo bem determinado ao falarem das mulheres, seja através dos gêneros narrativos, seja através dos poéticos. Para justificarem suas posições em relação ao alto lugar ocupado pela mulher no período – ideal de bondade e beleza –, compartilhadas com os clérigos católicos que

estão feminizando o catolicismo brasileiro naquele período, buscaram tanto argumentos “históricos”, contrastando sua época a anteriores, consideradas mais bárbaras, quanto argumentos “antropológicos”, ao diferenciarem a condição da mulher no Ocidente com as das mulheres asiáticas e africanas, ainda em estado lastimável de sujeição, segundo eles. Seja elogiando a candura e a caridade das mulheres diretamente, seja indiretamente, através da condenação de seu avesso, da prostituta, o que esses homens fizeram, na verdade, foi uma tentativa de resistirem às pressões de homens e mulheres para que fosse flexibilizada a hegemonia masculina no domínio dos poderes de decisão no mundo do trabalho e da política – o domínio delas no lar já estava de bom tamanho para eles, e não retirava a delicadeza, como supunham que seria se as damas entrassem nas disputas dos agressivos meios comerciais e da vida pública. A idealização parece ter sido também uma tentativa de desviarem da vista de seus leitores as novas mulheres que a modernidade possibilitava surgir.

2.3. Ironia masculina contra as mulheres: a agressão defensiva

Concomitante à idealização do feminino, os colaboradores do *Noticiador de Minas* também parecem ter tentado uma outra maneira bem menos cortês de se livrarem do incômodo que passaram a sentir em relação às mulheres: a utilização da ironia contra elas. Isso pode ser observado no artigo “Curiosidade”, edição 421 (21/03/1872), que diz com sarcasmo que as mulheres seriam movidas por esse sentimento:

Ouçamos Mme. Pussieux:

<< A *curiosidade* tem perdido mais moças do que a inclinação. >>

Faço logo no princípio uma citação, por que sou doudo pelas citações... de mulheres; e depois para mostrar aos leitores a exactidão de um pensamento tão a propósito.

O que quer dizer *curiosidade*?

Entre os homens é uma palavra quase ininteligível.

Tem apenas applicação.

De bom grado a apagaríamos do dicionário, se não fosse a atenção que devemos a *ellas*.

Por que nenhuma palavra exprime tão admiravelmente este desmedido afan de inquerir, observar, tactear, averiguar e saber que tanto caracteriza o bello sexo.

As causas mais triviaes, singelas e correntes são objecto de sua *curiosidade*.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 421, 21/03/1872)

Após dar muitos exemplos em que a curiosidade põe a perder as mulheres, o autor anônimo conclui sua narrativa em tom de gracejo:

Nos meus momentos de mau humor escrevi invectivas contra a mulher.
 E sei de boa fonte que as moças teram as minhas humildes produções fulminado
 com os raios de sua ira o meu nome obscuro.
 Dirão os senhores sem dúvida, se as atacas nos teus escriptos com ou sem razão,
 o que as obriga a lê-los?
 - Ora, o que as obriga a ler, a *curiosidade*.
 (Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 421, 21/03/1872)

Lemos essas ridicularizações do feminino como o sintoma de um mal-estar social de seu gênero, de uma percepção angustiante do questionamento de seu status superior até então inviolado. Se vangloriavam dessa forma para afastar um sentimento de ameaça que um outro representava:

...Baudelaire achava que a auto-exibição do humorista escondia incertezas internas perturbadoras, até mesmo aterrorizadoras. No século XIX, ele e outros observadores elaboraram essa percepção desencantada, transformando-a numa psicologia da agressão defensiva. O riso que zomba dos outros é, em geral, incenso que a pessoa queima no altar que construiu para si própria, um altar que se sabe ser vacilante. “Há um sintoma de fraqueza no riso”, escreveu Baudelaire, um desesperado esperar contra toda a esperança.
 (GAY, 1995 [1988], p.371-372)

No próprio artigo que vínhamos citando sobre a curiosidade feminina, o humor sarcástico andou bem próximo da agressão declarada, quando por exemplo o narrador torna explícito seu rancor em relação às mulheres retomando o Gênesis:

Por *curiosidade* perdeu a nossa mãe Eva toda a espécie humana, donde se depreende que terrível cousa é a *curiosidade*.
 Sem ella viveríamos ainda no estado primitivo de Innocencia, em que viveram nossos primeiros pais.
 Habitaríamos um paraizo cheio de encantos.
 Não verteríamos o suor de nosso rosto para ganhar o pão.... e o vinho.
 Affagariamos a juba do leão.
 Brincaríamos com o tigre.
 E cobrir-nos-hiamos com a folha de figueira.

Em uma palavra, viveríamos felizes, sem pezares nem desgostos, e quem sabe, talvez sem *inglezes*.
 Mas a maldita *curiosidade* estragou o nosso brilhante futuro.
 Ao vir ao mundo a *curiosidade* encarnou-se na mulher.
 (Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 421, 21/03/1872)

Na edição 492 (03/10/1872), o pequeno texto “O matrimônio”, extraído de “um jornal”, traz várias piadas contra o matrimônio, considerado pelo autor como sendo “uma pezada cadêa que arrasta um bom terço da humanidade” – e aqui se revela o flagrante contraste com o modelo puritano vigorante em muitos países do período que erigiu, com bastante êxito, o casamento como uma importante instituição muito respeitada inclusive pelos homens. Vejamos alguns trechos:

Um marido: (No dia da bôda) – O matrimônio é um verdadeiro céu.
 (Dois annos depois) – O matrimônio é um verdadeiro purgatório.
 Cinco annos depois, com cinco filhos e quatro contos de renda annual – O matrimonio é um inferno.
Um poeta: (Seus primeiros versos):
 Vais ser minha – sem igual ditoso
 Serei na terra o mais feliz mortal.
 (Seus últimos versos):
 Para viver na terra em santa calma,
 Quero enuiuvar-me, ou dar ao demo a alma.
Elle a ella: (no primeiro mez, com voz de pretendente:) Joanhinha!
 (Passando um anno, com voz de inspector de quarteirão:) Joanna!
 (...)

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 492, 03/10/1872)

O mesmo matrimônio que era tão recomendado às mulheres era, por esses mesmos homens que o prescreviam a elas, ridicularizado, representado como algo indesejável e a ser evitado por eles. Essas piadas significam, no fundo, certo exibicionismo de macheza contra a possibilidade de que, no contato com a esposa, esses homens pudessem perder parte de sua intocada liberdade, já que para o macho de verdade não devia existir limite algum. Por esse prisma o matrimônio seria, pois, uma “pezada cadêa”, na qual a figura do agente carcerário não seria outra senão a da mulher.

Em “Estudos Gynológicos”, edição 508 (19/11/1872), traduzido por S. F. do jornal paraguaio *Derecho*, desta vez irá comparar características femininas a funções

gramaticais da língua de maneira bastante pejorativa, como poderemos acompanhar nos seguintes trechos:

A mulher é uma grammatica que serve para fallar e desenvolver sua própria língua.
 Ensina os meninos a formar os primeiros sons e a pronunciar as primeiras palavras.
 Carece de orthographia e etymologia.
 A mulher é letra que nem é vogal, nem consoante; só não dá som algum; unida ao homem é que <<faz>> produzir vozes.
 Quase todas as mulheres são linguaes, mas também as há nasaes, labiaes e guturaes.
 Prosodicamente fallando, podem ser esdrúxulas, agudas ou graves, assim como longas ou breves.
 Também se costuma cognominar as graves de <<formaes>>, agudas de <<espirituosas mordazes, picantes e gamenhas>>, e as esdrúxulas de <<sensaboronas e tolas>>.
 A mulher é o adjectivo do substantivo homem.
 Teimosa por natureza e sorte, contra todas as regras grammaticais, não concorda em <<gênero>>, discorda às vezes em <<número>>, concordando sempre no <<caso>>.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 508, 19/11/1872)

Esse uso justamente da linguagem para ironizar as mulheres não deixa também de ser revelador da relação que ela tem com o falo, ou se preferirem, com o poder no período. A fala ainda era um símbolo do poder masculino. Ora, as mulheres não lutaram por outra coisa durante o século XIX senão exatamente por terem a sua fala reconhecida, legitimada, no espaço público. E nessa altura – início da década de setenta do XIX – já estavam bastante avançadas em suas conquistas. Lembremo-nos do periódico fundado e dirigido pela professora Francisca Senhorinha da Mota Diniz intitulado *O Sexo Feminino* em 1874, Campanha – MG (FARIA FILHO *et al*, 2005); ou do progressivo número de mulheres que ingressavam nas escolas de primeiras letras na província mineira (GOUVÊA, 2004 b); e ainda da crescente entrada das mulheres na profissão do magistério (FARIA FILHO *et al*, 2005). E não temos argumentado que era justamente esse avanço feminino que fazia com que os homens desse jornal ficassem tão encastelados em suas piadas caracterizadas por uma agressão defensiva?

Há inclusive certas insinuações sexuais em algumas passagens do mesmo texto que vínhamos citando que reiteram a estreita noção de uma sexualidade bipartida, vejamos:

Quanto a seu número pode-se elevar-se ao plural, concordando com um substantivo do singular: exemplo: as odaliscas e o sultão. Da mesma maneira estando ella no singular, e concorrendo na oração muitos substantivos, não é raro vê-la concordar com todos.

(Nota – Dispensa-se o exemplo por ser muito commum).

(...)

Em gramática geral é o agente que exercita a acção do verbo activo; na syntaxe da mulher é muitas vezes o <<paciente ou dativo>>.

Aos seus nominativos cabe perfeitamente a designação de <<sujeitos>> com que alguns grammaticos qualificão o <<agente>>.

Na syntaxe da mulher se pode rigorosamente fazer uma distincção marcada entre sujeito e agente.

O agente se distingue do sujeito em que só elle exercita a sua acção sobre o verbo.....

A mulher pode soffrer a acção de um ou muitos “sujeitos”, um ou muitos “dativos”, mas subordina-se somente à de um “agente”.

Concorrendo muitos substantivos na mesma oração, não é de admirar que o adjectivo mulher queira concordar com todos.

Encarada debaixo do ponto de vista discursivo, a mulher é uma reticência. Olhando-se-a bem, vê-se que muitas cousas podem ainda sahir d’alli.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 508, 19/11/1872)

Dividindo, assim, a sexualidade em, de um lado, pólo homem-masculino-ativo, e, do outro, pólo mulher-feminino-passivo, os autores construía uma visão bastante conveniente aos homens já que em tal concepção apenas o detentor do pênis tem o poder de agir, de praticar, de instaurar o ato sexual, inclusive. Esse pensamento reitera a idéia de que sem a presença dele, falo, a sexualidade chega mesmo a ser impossível. Toma assim foros de imprescindível, tamanha a importância de que se reveste. Mas o interessante é que o autor vem lembrar disso justamente num período em que muitas mulheres assalariadas, em espaços urbanos, estão dizendo justamente o contrário, mostrando que a presença de um homem na casa já não era tão importante, tão indispensável assim. Será que na sexualidade também? Não podemos nos esquecer, portanto, do fundo de insegurança que deve estar à espreita nesse tipo de humor.

Outra característica foi utilizada por aqueles homens para exporem – com mais ou menos ironia – seu ressentimento em relação às mulheres, no período: a tagarelice, que para eles seria uma intolerável marca feminina. Na edição 406 (06/02/1872), o artigo “A mulher de espírito”, transcrito de outro jornal não especificado, em tom prescritivo para o bom comportamento da mulher, a descreve como um exemplo a ser seguido. Não é

vaidosa, não dança muito, não conversa com outras mulheres... o autor praticamente parecia preferir que ela fosse um homem:

Quanto às suas predileções, a mulher de espírito busca sempre a conversação dos homens e foge o mais que pode da do seu sexo. – Isto é de absoluto rigor –. Ella não tem *cachorrinho* predilecto, nem de seu particular serviço. É um passatempo que deixa a quem não tem em que se entretenha.

(...)

A mulher de espírito não é maldizente; isto se prova com o facto a pouco referido – que foge da conversação das outras mulheres.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 406, 06/02/1872)

É essa mesma característica a responsável pela condenação da mulher na, segundo L. M. Pecegueiro que é quem a assina, antiga fábula “A fidelidade ou a mulher e o cão”, publicada em forma de poesia na edição 392 (28/12/1871). A moral da história é que o cão é mais fiel que a mulher, pois ela ao apanhar, ao contrário de seu concorrente, não consegue ficar calada e fala contra o marido, motivo pelo qual é punida. Um rei tinha um pajem, designado no texto como Valido, que era responsável por cuidar de sua águia. Esse Valido a roubou e o rei, que não tinha idéia de quem tinha sido o ladrão, promete punição ao responsável pelo furto. Tudo estava a esse pé:

Té que um dia entre outros taes
 Discutia-se a questão:
 - Sobre qual dentro os mortaes
 Nos tinha mais affeição -
 Chega o rei nesse entremente,
 E de toda aquella gente
 Quer saber a opinião;
 Cada qual diz o que sente,
 Quando accode de repente
 O valido e diz – o cão!

Torna o rei – pois a mulher,
 Que é do amor a imagem véra,
 Poderá alguém dizer
 Que não nos é mais sincera?
 - Não, senhor, inda o respito.
 Redarguio o favorito
 E sou capaz de o provar,
 Crea Vossa Magestade,
 Como o cão em amisade
 Não há quem possa igualar.

(...)

Diz-lhe o rei – Vamos, então!
 Cumpre a palavra hontem dada.
 E o favorito no cão
 Dá-lhe uma forte pancada.
 Foge o cão o aflicto,
 Quando logo o favorito
 De novo o busca animar,
 E o animal reconhecido,
 Já da pancada esquecido
 Corre ao senhor a affagar.

Nisto chega à mulher,
 E dá-lhe uma bofetada;
 Grita esta sem perder;
 Toda raivosa e insultada:
 - Aqui d'el-rei, se não morro!
 Foi esse grande cachorro
 Que a régia águia roubou!
 Tornar-me assim tão vexada!
 Dar-me uma bofetada!...
 Hei de gritar! Sim, roubou!

Foi elle, foi, é verdade,
 A sua águia lá está,
 Saiba Vossa Magestade
 Que o dizer não se me dá!...
 (...)

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 392, 28/12/1871)

Assim, mesmo desmascarado pelas muitas palavras pronunciadas pela esposa, o marido é perdoado pelo rei já que conseguiu provar o que tinha dito – que a mulher era menos fiel que o cão – e a punição régia volta-se, então, para ela. De maneira muito semelhante ao que ocorre nessa fábula, o masculino também será protegido em detrimento do feminino, encarnado na figura da comadre, ridicularizada na história como sendo a fofqueira, em outro texto publicado cem edições mais tarde, no número 492 (03/10/1872), com o sugestivo título: “Como o marido engana a mulher”. Trata-se do relato de uma cena de adultério masculino, um tanto naturalizado pelo tom irônico da narrativa, que teria sido presenciado pela comadre. Essa tenta contar à esposa traída que, por sua vez, não lhe dá ouvidos preferindo acreditar na fidelidade do marido. Tudo começa quando o homem foi passear no jardim pela manhã e:

Para mal de seus pecados lá já estava a creada que nada tinha de feia, e antes muito e muito bonita.

(...)

Pedi-lhe beijo, e a creada não quis se fazer de boa por tão pouca cousa: deu-lho pensando que ninguém os via ali àquella hora. Mas, oh! que fatalidade! Lá do sótão visinho a comadre do pobre do marido observava tudo dous olhos de lynce!

- Estou perdida, disse a creada; aquella senhora é o demônio, nada perdoa, e hoje mesmo a ama saberá de tudo.

É verdade, disse o amo, que aquella tarasca vai enredar-me... mas, ajuntou elle, a tudo se dá volta... e eu cá a espero. Coragem, e a victoria será nossa.

(...)

O bom marido acordou a mulher e convidou-a para ir passear no jardim; a mulher, que nada maliciava, annuio.

Lá no meio das flores, lá sobre o banco da relva a beijou e depois voltarão abraçados para casa; almoçou e sahiu o marido deixando a mulher entregue a seus cuidados caseiros.

O marido na rua, e a comadre em casa.

Contou tudo o que vio.

- Ora, eis ahi, disse a mulher à sua comadre, como as cousas são! Tudo isso se passou entre mim e meu marido, e vós já attribuis, maliciosamente que o facto se deu elle e a criada.

Insistia a comadre, e a mulher defendia seu marido; até que, desenganada, retirouse a comadre, sahindo desabridamente.

(...)

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 492, 03/10/1872)

A respeito desse texto podemos ressaltar ainda que ele, assim como outros veiculados nesse jornal, insiste em evidenciar uma diferença crucial entre as idéias desses homens sobre a fidelidade no casamento, e o respeito do mundo protestante a essa norma que teria marcado não só o gênero feminino, mas também o masculino, em outras partes do mundo, naquele mesmo período. Por aqui os homens ainda pareciam muito ciosos de seus privilégios de macho, dentre eles o de praticar o adultério impunemente, numa radical oposição às mulheres.

Como vimos, portanto, no que tange às questões de gênero, o principal que chega no *Noticiador de Minas*, principal periódico ouro-pretano remanescente do período, não é a reivindicação feminina, as perspectivas de mudanças inauguradas naquele século e que estavam sendo postas em prática em outros países no mesmo período. Pelo contrário, o que a escrita masculina do jornal nos revela é que os seus colaboradores estavam bastante armados contra essas possíveis mudanças. Pelo menos é isso que parecem revelar tanto a reiterada idealização da beleza e da bondade femininas, quanto a agressiva e ressentida

ironia em relação às mulheres, também presente em suas páginas. O que não deixa de revelar a ansiedade que parecia atazanar os pensamentos de muitos daqueles homens.

Após termos acompanhado as questões de gênero veiculadas em dois diferentes discursos produzidos no período e local onde Bernardo Guimarães publicou suas primeiras narrativas, 1869-1872, pensamos ter conseguido nos aproximar, da maneira que foi possível dentro dos limites da realização de um trabalho de tese, do contexto intertextual no qual se integraram as representações masculinas construídas pelo autor. Esse exercício nos permitiu ver, ainda que através de fragmentos, os tipos de identidade cultural e prática social que pareciam marcar o masculino naquela ambiência: personalidades masculinas que pareciam se constituir marcadas pelo conflito entre a mudança e a permanência de determinadas antigas formas de ser e se perceber como homem. No próximo capítulo veremos como o conhecimento desse conflito que deve ter significado muito nas experiências daqueles sujeitos pode contribuir significativamente para um entendimento mais aprofundado das escolhas feitas por Bernardo Guimarães e por outros escritores em suas construções narrativas.

CAPÍTULO III

O feminino pede passagem: a literatura do período

Nos capítulos anteriores chamamos atenção para o fato de que Bernardo Guimarães construiu suas representações masculinas em um determinado contexto intertextual. Por meio do diálogo com as questões que expusemos nas páginas anteriores, na primeira parte deste capítulo, explicitaremos algumas “escolhas”²⁸ feitas tanto por Bernardo Guimarães quanto por Alfred Taunay ao representarem homens e mulheres em suas narrativas que tematizaram Minas Gerais, no período entre 1869 e 1872. Como a literatura produzida pelos dois se relacionaria com as condutas masculinas marcadas por tradições ainda remanescentes no período? Ofereceriam resistência às mudanças nessas condutas, como o fizeram os jornalistas do *Noticiador de Minas*? Ou estariam mais abertos ao surgimento de novas formas de ser masculino, como propunham alguns Presidentes de Província à época?

Na segunda parte do capítulo pretendemos trazer evidências, encontradas nesses e em outros autores de prosa romântica no período, como José de Alencar e Machado de Assis, de que os papéis de gênero já não estavam tão fixos entre dois pólos. Muitas das imagens de personagens que a literatura desses escritores pôs em circulação vão de encontro a algumas das novidades que aquele século possibilitava no que tange às experiências de gênero. Essa parte se constitui, também, num primeiro esforço de nos aproximarmos da ambiência literária na qual a produção de Bernardo Guimarães estava inserida.

1. As masculinidades mineiras entre a “Inocência” de Taunay e a “Garganta do Inferno” de Bernardo Guimarães

²⁸ Levamos em consideração aqui as reflexões de Skinner (1996), quando pondera que somente o diálogo entre as fontes analisadas pode apontar para a *possibilidade* de algumas escolhas. Isso implica em assumir que essas “escolhas” às quais nos referimos podem mudar de acordo com as fontes que serão postas em diálogo. Implica em reconhecer também a impossibilidade de sabermos de fato qual teria sido a intenção ou as motivações exatas das escolhas de um autor. Se trata, portanto, apenas de uma tentativa de aproximação possível.

Em 1872, Alfred d'Escragnolle Taunay, que ainda não era o Visconde de Taunay, tinha apenas vinte e nove anos e publicava seu segundo romance, *Inocência*, obra que o consagraria como grande escritor no Brasil Império. Embora a história, que se desenrola no ano de 1860, não se passe em Minas Gerais, é de mineiros que fala quase todo o tempo. Os personagens mais importantes são dessa província e o lugar onde se passa a história fica na província de Mato Grosso, na divisa com Minas Gerais e São Paulo, numa fazenda próxima à Vila de Sant'Ana do Parnaíba. Cirino, o rapaz que se apaixona por Inocência, é paulista, mas foi criado por um tio mineiro que vivia em Ouro Preto, onde estudou farmácia. O pai de Inocência, Martinho dos Santos Pereira, ou simplesmente Pereira, como é chamado no decorrer da narrativa, também diz com orgulho que era das Gerais, ou que era “geralista”, como diziam por lá (p.16). Inocência estava doente e quando Pereira descobre, na estrada, que Cirino é farmacêutico, oferece-lhe abrigo em sua fazenda em troca da cura que poderia trazer para sua filha. Cirino aceita o convite, mas Pereira o adverte:

- Sr. Cirino, eu cá sou homem muito bom de gênio, muito amigo de todos, muito acomodado e que tenho o coração perto da boca, como vosmecê deve ter visto...
 - Por certo, concordou o outro.
 - Pois bem, mas... tenho um grande defeito; sou muito desconfiado. Vai o doutor entrar no interior da minha a casa e... deve portar-se como...
 - Oh, Sr. Pereira! – atalhou Cirino com animação, mas sem grande estranheza, pois conhecia o zelo com que os homens do sertão guardam da vista dos profanos os seus aposentos domésticos – posso gabar-me de ter sido recebido no seio de muita família honesta e sei proceder como devo.
- Expandiu-se um tanto o rosto do mineiro.

(Inocência, p. 31)²⁹

Mais à frente a desconfiança e ansiedade em relação à vigilância sobre a filha ficarão ainda mais nítidas na fala do pai:

- Eu repito, disse ele com calor, isto de mulheres, não há que fiar. Bem faziam os nossos do tempo antigo. As raparigas andavam direitinhas que nem um fuso... Uma piscadela de olho mais duvidosa, era logo pau... Contaram-me que hoje lá nas cidades... arrenego!... Não há menina, por pobrezinha que seja, que não saiba ler livros de letra de forma e garatujar no papel... que deixe de ir a “fonçonatas” com vestidos abertos na frente como “raparigas fadistas” e que saracoteiam em

²⁹ Preferimos utilizar esta forma de citar as obras para que não fique tão cansativa a repetição das datas de cada uma delas. Para verificar a data da primeira edição e da utilizada por mim basta conferir no item FONTES, ao final do texto.

danças e falam alto e “mostram os dentes” por dá cá aquela palha com qualquer “tafulão” malcriado... pois pelintras e beldroegas não faltam.. Cruz!... Assim, também é demais, não acha? Cá no meu modo de pensar, entendo que não se maltratam as coitadinhas, mas também é preciso não dar asas às formigas... Quando elas ficam taludas, atamanca-se uma festança para casá-las com um rapaz decente ou algum primo, e acabou-se a história...

(Inocência, p. 32)

Um naturalista alemão, Guilherme Tembel Meyer, também é personagem da narrativa de Taunay. Ao chegar à casa de Pereira acidentalmente, o mineiro fica sabendo que o saxônio trazia uma carta de recomendação de seu irmão mais velho, fato que o deixa muito contente. E para mostrar que o alemão seria recebido como alguém da família, como o próprio irmão, o fazendeiro irá apresentá-lo à filha, concessão que não fazia a ninguém. Meyer, ingenuamente, elogia a beleza de Inocência ao conhecê-la, fato que deixará o pai da menina “possesso”. Não reparando no incômodo que causara ao dono da casa continuou:

- Aqui, no sertão do Brasil, há o mau costume de esconder as mulheres. Viajante não sabe de todo se são bonitas, se feias, e nada pode contar nos livros para o conhecimento dos que lêem. Mas, palavra de honra, Sr. Pereira, se todas se parecem com esta sua filha, é coisa muito e muito digna de ser vista e escrita!

(Inocência, p. 61)

Pereira passa então a cochichar com Cirino que estava ao seu lado:

- Nem sei como me contenha... Estou cego de raiva... Que presente me mandou o Chico!... É uma peste, este diabo melado... Vê uma rapariguinha e enche logo as bochechas para lhe dizer meia dúzia de pachouchadas e graçolas... Não está má esta!... É um perdido. Nada... Isto não me cheira bem: vou ficar de olho nele...

(...)

- Vejam só, continuou Pereira retendo seu interlocutor para deixar Meyer distanciar-se, em boas me fui eu meter!... Se não fosse a tal carta do mano, o “cujo” dançava ao som do cacete... Malcriadaço! Uma mulher que daqui a dois dias está para receber marido... (...)

- E mulher, prosseguiu o mineiro com raivosa volubilidade, é gente tão levada da breca, que se lambe toda de gosto com ditinhos e requebros desta súcia de embromadores. Com elas, digo eu sempre, não há que fiar... Má hora me trouxe esse “alamão”... Mil raios o rachim!... E logo o Chico... Tenho agora que ficar de alcatéia... meter-me em “tocaia” e fazer fojos para que o “bracaiá” não me entre no galinheiro. Ora que tal!

(Inocência, p. 61-62)

Fica nítida a circularidade dos discursos no período, é impossível deixar de notar a apropriação que Taunay está fazendo aqui dos discursos produzidos pelos viajantes europeus, os mesmos que analisamos no primeiro capítulo dessa tese, ao mobilizar a imagem do interiorano desconfiado que tranca as mulheres de sua família.

Tanta desconfiança em relação ao estrangeiro vai deixando, na verdade, o caminho livre a Cirino, este sim o que realmente se apaixona por Inocência, em oposição a Meyer que, embora dia e noite vigiado por Pereira, nenhuma intenção a mais parecia ter nos elogios que fazia à moça como sugere a narrativa. O amor do moço era correspondido pela menina e os dois passam a se encontrar às escondidas.

Ao final da história, quando Manecão, o noivo a quem o pai a prometera, aparece para acertar os detalhes do casamento e Inocência protesta vivamente dizendo que não se casará. Pereira a agride fisicamente e a faz se retirar do recinto. O mineiro confessa, então, ao escolhido que recebera em casa um alemão e que, embora já tivesse ido embora, teria deixado a moça apaixonada de tal forma que a teria transtornado assim. Ambos em fúria, julgando-se desrespeitados ao extremo, planejam a morte do naturalista como forma de recobrar a honra. Só então é que irão descobrir toda a verdade. O anão surdo-mudo, Tico, que vivia em companhia de Inocência e que de tudo sabia, ao ouvir o engano que iriam cometer, dá um salto e com gesticulações e mímicas explica aos dois quem era na verdade o sedutor da menina: Cirino, o farmacêutico meio médico, que ao longo de toda a narrativa estivera acima de qualquer suspeita. Após soltarem gritos de cólera, passam então a cogitar sobre a morte desse outro para “desagravarem-se”. Manecão assume a tarefa, e diante de tal resolução responde o pai da moça:

- Você diz bem, retorquiu Pereira, tenha pena de mim... Estou com esta cabeça como um cortiço de guaxupés... É um zumbido!... Mostre que já é dono desta casa e faça como entender... Entrego-me de pés e mãos atados a você... Tudo lhe pertence... Enquanto a honra do mineiro não for desafrentada... não levanto o rosto... Meu Deus, meu Deus, que vergonha!

(Inocência, p. 137)

Após tocar o rapaz, Manecão se encontra com ele na estrada e depois de trocarem insultos:

(...) de supetão tirando uma garrucha da cintura, desfechou-a à queima-roupa em Cirino.
 Varou a bala o corpo do infeliz e o fez baquear por terra.
 Dois gritos estrugiram.
 Um de agonia, outro de triunfo.

(Inocência, p. 140)

Os sertanejos tiveram, assim, suas respectivas honras lavadas com o sangue de quem supostamente as havia manchado. Mas perdem também, com esse procedimento, Inocência que, assim como Cirino, irá morrer pouco tempo depois.

Esse romance explora com maior riqueza de detalhes aqueles costumes descritos pelos viajantes que visitaram os sertões do Brasil, sobretudo os de Minas Gerais, demonstrados anteriormente. As duas principais características aparecem. A desconfiança dos homens em relação às mulheres e a clausura em que as mantinham; e a prática da violência, do uso de armas, em nome da honra masculina³⁰. Mas o romance vai além das descrições dos viajantes, pois ao fazer o leitor se identificar com os amantes, e ao ridicularizar o exagero de desconfiança e crueldade do pai mineiro, o autor, ao invés de fazer apenas uma descrição, dramatiza esse costume levando Inocência, ou os inocentes, a morrerem ao final em nome da honra masculina, ressaltando, dessa forma, toda a dimensão do egoísmo que embasa tal visão de mundo, sugerindo a desaprovação do apego a ela.

Enquanto Taunay é um homem da corte, bastante marcado pela herança francesa que carrega inclusive no nome – era neto do pintor Antoine Taunay que veio no início do XIX com a Missão Francesa, durante a regência de D. João VI –, tentando falar dos costumes desses sertanejos, Bernardo Guimarães, por sua vez, nos pareceu ter uma sensibilidade mais aguçada para falar do interior, já que passou a maior parte de sua vida na própria província sobre a qual tanto escreveu, Minas Gerais. Isso talvez nos ajude a entender o fato de a narrativa do primeiro estar tão mais próxima dos relatos dos viajantes em relação à do segundo, que parece ter seguido caminho mais independente ao tocar, entretanto, em problemas bastante semelhantes.

³⁰ Como já dissemos, a presença da violência masculina na cultura das populações do interior do Brasil do século XIX está fartamente documentada e analisada nos trabalhos de: Carvalho Franco (1983 [1964]) e Vellasco (2004). Cultura que parece insistir em perdurar nas cidades, no início do século XX, conforme sugerem os resultados do estudo de Chalhoub (2001 [1986]).

Embora não fosse tão jovem quanto Taunay, Bernardo Guimarães, assim como aquele, estava estreando na escrita literária em prosa nesse período. Três anos antes publicara seu primeiro romance: *O Ermitão de Muquém ou História da fundação da Romaria de Muquém na província de Goiás* (1869)³¹. A narrativa é dividida em quatro pousos pelo narrador, já que a história teria sido contada a ele ao final de cada dia de viagem. Os homens vinham de Goiás e estavam em Minas Gerais quando um deles, mineiro de perto de Diamantina, começa a narrar a história da romaria, que parecia agradar aos sertanejos de muitos estados:

Reúne-se ali todos os anos, na época da festa, uma população de cerca de dez mil pessoas, que vêm de distâncias enormes, até do Pará e Rio Grande do Sul, umas por devoção e para cumprirem promessas, outras para fazerem comércio, pois que nesses dias aquele lugar torna-se uma feira imensa, onde se compra, vende-se e permuta-se toda a qualidade de mercadorias. Aí os sertanejos do norte de Goiás, e das extremas das províncias da Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão, vão-se prover de fazendas, quinquilharias, ferragens e vinhos, que compram aos negociantes de Meia-Ponte e Goiás, que conduzem daquele ponto essas mercadorias. Os romeiros também vendem aos negociantes destas duas cidades e aos de Minas e São Paulo, grande quantidade de couros, solas, animais cavалares, redes fabricadas pelos índios, escravos, ouro em pó e diamantes.

(O Ermitão de Muquém, p. 25-26)

Assim, se a história não fala diretamente de Minas Gerais, é dos homens dessa província que ela irá chamar a atenção, e serão eles quem irão narrá-la. Aliás, pela extensão da influência que a romaria do Muquém parecia ter no período, a história narrada por Bernardo Guimarães parece adquirir foros de um mito, não só de um estado, mas de um interior do Brasil, do que seria o sertão em geral. É assim que o autor se refere à sua própria história na parte “Ao Leitor”, sem demarcar as especificidades de cada província do interior, preferindo utilizar a categoria “sertão” como algo que serviria para designar um modo de vida que marcaria o interior do país de maneira geral, opondo-se somente à Corte e às grandes cidades:

...representa cenas da vida dos homens do sertão, seus folguedos ruidosos e um pouco bárbaros, seus costumes licenciosos, seu espírito de valentia e suas rixas sanguinolentas. É verdade que o meu romance pinta o sertanejo de há um século;

³¹ Embora já fosse consagrado como poeta desde a publicação de suas *Poesias*, em 1852.

mas deve-se refletir que é só nas côrtes e nas grandes cidades que os costumes e usanças se modificam e transformam de tempos e tempos pela continuada comunicação com o estrangeiro e pelo espírito da nota.

(O Ermitão de Muquém, p.17)

O personagem principal é Gonçalo, um rapaz que tem justamente na agressão sua principal fonte de prestígio social, mas que, no fim da história, se arrepende de seus assassinatos após, por um milagre, sobreviver ao disparar de uma flecha que o mataria. Tal circunstância o leva a abandonar a convivência com o resto do mundo e a se transformar num Ermitão, adorador de nossa Senhora da Abadia, quem lhe tinha feito uma aparição e lhe ordenara construir uma capela em seu nome junto aos ermos que habitava.

Logo no início da história o narrador justifica o comportamento desordeiro do rapaz, primeiro, com o argumento da má educação que recebera durante a infância – momento em que se percebe nitidamente a “ausência do pai”, uma das tópicas de B. Guimarães para explicar o comportamento desregrado dos filhos – e, depois, com o da morte dos pais dele antes que completasse vinte anos:

Em todos os maus lugares, onde quer que houvesse uma orgia, um batuque, uma algazarra qualquer, podia-se jurar que lá se achava Gonçalo puxando barulho, provocando desordens, só para ter ocasião de ostentar a bravura e fazer sentir a algum desgraçado o peso de seu braço de ferro. Nisto consistia todo o seu orgulho, toda a sua glória. Quando em Goiás aparecia algum desses valentões afamados, com um desses apelidos extravagantes que por si só fazem tremer, como Veneno, Jacaré, Tiracouro, Ganguçu, etc., bem barbudo, vestido de couro, armado até os dentes, lá ia Gonçalo procurá-lo e não sossegava enquanto não achasse ocasião de quebrar-lhe a proa.

(Ermitão de Muquém, p. 34)

O fato é que apesar de todos estes desvarios, Gonçalo acabara conquistando o respeito e até mesmo a estima de muitos:

Demais, Gonçalo tinha por si grande número de parceiros, vadios e bandidos como ele, que o temiam e respeitavam, e com os quais contava em ocasião de aperto. Era uma malta de rapazes ociosos e devassos, da qual ele, por sua superioridade em forças, destreza, riqueza e generosidade, era o chefe natural. Posto que temido como uma onça e respeitado entre seus camaradas pela sua valentia, Gonçalo não deixava de ser estimado, e em qualquer folguedo a sua presença era indispensável, pois era o companheiro mais alegre e folgazão que se conhecia.

(Ermitão de Muquém, p. 36)

Mas se as oportunidades de ele dar provas de seu poder de ameaça se esgotavam ele as criava. E será este o motivo da sua desgraça e a de outros.

A vida tranqüila que ia passando, sem achar ocasião ao menos de dar uns murros ou uns pontapés, o enjoava por tal sorte, que estava resolvido a ir viajar pelos sertões em busca de quanto valentão e facínora afamado por aí houvesse, medir suas forças com eles, matá-los todos e trazer suas orelhas de mimo ao capitão-mor. O destino, porém, ajeitou as coisas por tal modo que não foi preciso a Gonçalo sair de Goiás para que fossem completamente satisfeitos os seus desejos. Entre os comparsas de Gonçalo havia um que, além de ser seu particular amigo, era o único que ousava rivalizar com ele em força e destreza. Era um rapaz por nome Reinaldo, robusto e bem feito, e geralmente estimado por sua franqueza e lealdade, e que ainda não se tinha deixado inteiramente eivar do espírito de desordem e devassidão dos seus companheiros. Nos exercícios de luta, esgrima e outros era o que dava mais trabalho a Gonçalo, e por vezes acontecia ficar indecisa a vitória. Como era ainda muito moço, tinha esperança de um dia igualar, senão exceder a seu amigo em vigor e agilidade.

(Ermitão de Muquém, p. 38)

Gonçalo decide então procurar intriga com o próprio amigo numa festa organizada pelo respeitado ferreiro do arraial, Mestre Mateus, procurando seduzir Maroca, namorada de Reinaldo. O diálogo a seguir se dava entre o protagonista e o dono da festa:

- Agora sim, compadre, sou da festa; a Maroca está aí, vai tudo bem. E o Reinaldo, onde está ele? Não veio?...

- Não enxergas!... Olha, lá está ele naquele canto, e por sinal que está hoje triste e de viseira fechada, não sei porquê.

- Bem! Lá o vejo, disse Gonçalo, em cujos olhos reluzia um prazer satânico, e continuou resmungando entre si: - Bem! Muito bem! Aqui sim! Tenho uma linda menina a quem posso fazer a corte, e ao lado dela um valentão de primeira ordem, a quem farei abaixar o topete. Ah! Reinaldinho, meu amigo, eis aqui uma bela ocasião de mostrar, sem ser por brincadeira, qual dos dois é mais valente, o tigre ou a onça, e isto sem quebra de nossa amizade; para teu ensino quebrar-te-ei bem as costelas diante de toda esta gente, e nem por isso deixaremos de continuar a ser bons amigos como dantes. Não serás o primeiro amigo a quem dou uma destas proveitosas lições.

(Ermitão de Muquém, p. 44)

O desfecho desta história foi bastante trágico para os três envolvidos. Gonçalo realmente seduzira Maroca e conseguiu convencê-la a sair da festa às escondidas consigo. Reinaldo, ao se dar conta disto, sai à procura dos dois. Este os alcança ainda na estrada,

onde ali mesmo travaram luta com facas empunhadas. Reinaldo é morto; Maroca enlouquece ao presenciar o assassinato; e Gonçalo sobrevive a custo e é obrigado a fugir para as matas povoadas de tribos indígenas, além de ser condenado a conviver com o peso da culpa.

Com as mãos manchadas no sangue de um amigo a quem perfidamente assassinara, com a alma atassalhada de remorsos e em um sombrio desespero, vagava a esmo pelos desertos, esperando morrer às garras de alguma fera ou entre as mãos dos gentios, se não sucumbisse à mortal tristeza que por dentro o corroía.
(Ermitão de Muquém, p. 78)

Talvez possamos considerar que da mesma forma que Taunay representa a conexão “violência – honra masculina” como algo trágico, à sua maneira, também Bernardo Guimarães o fez, e na obra de ambos o tom em relação a ela é de reprovação³². Parecem promover um afastamento, portanto, em suas produções literárias, daquele antigo modelo masculino descrito pelos viajantes e de tudo o que ele acarretava: homens que se armavam para fazerem “justiça” à medida de suas próprias vontades individuais – para prejuízo das mulheres, é claro.

Quanto às heroínas de Bernardo Guimarães, parecem ostentar uma desobediência ainda mais contundente que a da personagem Inocência de Taunay, embora padeçam de destinos não menos trágicos que o daquela. Lina, apesar dos esforços de sua mãe, foge de casa em *A Garganta do Inferno* (1871), bem como o fez Jupira, à revelia da vontade de seu pai (*Jupira*, 1872). Ou seja, apesar das tentativas, por parte de quem as criavam, em as deixarem “presas”, elas sempre saíam de casa.

A Garganta do Inferno é uma das três histórias que compõem a segunda publicação de Bernardo Guimarães em prosa, intitulada *Lendas e Romances* (1871). A personagem principal da história, que teria se passado no século XVIII em Lavras Novas, perto de Ouro Preto, é Lina, menina com seus treze ou quatorze anos. Ao descrevê-la, o narrador afirma:

³² Nesse sentido é curioso perceber o quanto esses literatos pareciam estar conectados ao esforço que o Estado empreendia, naquele período, contra esse tipo de violência masculina que parecia ser uma marca daquela cultura. Cf. Vellasco (2004, p.274).

O único defeito que se lhe notava – se é a que isso se pode chamar defeito – era ter a imaginação um tanto exaltada, andar às vezes distraída, e gostar muito de contos de fadas e histórias de encantamento. (...)

Em virtude dessa disposição de espírito, tinha certos caprichos singulares e extravagantes, posto que inocentes, único motivo por que sua mãe às vezes ralhava com ela. Assim, por vezes, em noites de luar, gostava de passear sozinha (...).

(A Garganta do Inferno, p. 150-151)

Mas se o hábito de andar sozinha parecia extravagante, Lina não podia conter a “tentação que a fascinava” nessa direção:

Gertrudes, que todos os dias curtia mil sustos e inquietações por causa dos prolongados passeios de sua filha, a repreendia com brandura. Lina a escutava com submissão, e prometia de boca e de coração nunca mais sair de perto de sua mãe. Mas era debalde; a coitadinha não podia varrer da idéia aquela tentação que a fascinava, e não tinha forças para cumprir suas promessas.

(A Garganta do Inferno, p. 154-155)

Lina andava pelas montanhas da região à procura de uma gruta, espécie de caverna, na qual estaria o príncipe encantado que vira em sonhos. Numa dessas andanças ela de fato encontra um rapaz muito bem vestido e parecido com o que se apresentava em suas visões. Convidada a acompanhá-lo até sua casa, a menina aceita e os dois passam a viver um romance em meio a todo o ouro que abundava na moradia do Moço, assim designado ao longo de toda a história. O tempo foi passando e Lina suplicava que fossem visitar sua mãe. O rapaz não consentia. E quando confrontado a respeito de se casarem, ele apenas dizia que ainda não era tempo, que era necessário convencer seu pai primeiro.

Ela então se descobre abandonada pelo moço, que já tinha outra prometida em Vila Rica. Aquele a oferece dinheiro e suplica para que não ficasse tão desolada:

Debruçou-se sobre a mesa e, ocultando o rosto entre os braços, desatou n’uma torrente de lágrimas e soluços. Mas não durou muito esse pranto; Lina tinha a alma altiva, orgulhosa e vingativa, e estes sentimentos, que agora pela primeira vez nela se revelavam, fizeram explosão com terrível violência.

Apenas estancou-se a torrente das lágrimas, o moço, condoído de sua angústia, lançou-se aos pés dela, dando ainda desculpas e pedindo perdão. Em vez de escutá-lo, Lina refletia.

(...)

Depois que o jovem fidalgo partiu, Lina ficou pensando, não em perdoar-lhe mas em tomar dele a mais cabal e mais cruel vingança por tamanha aleivosia e tão desapiedado abandono. Dotada de paixões enérgicas, suas resoluções eram

prontas e decisivas. Queria vingar-se e depois morrer. Tão cruelmente abandonada por seu amante, pelo príncipe de suas visões por quem estava sacrificando sua infeliz mãe com cuja maldição contava, não queria mais viver neste mundo.

(A Garganta do Inferno, p. 185-187)

Segundo o narrador, havia uma grande fenda conhecida pelos moradores das redondezas de Lavras Novas como Garganta do Inferno. Para se vingar, Lina joga todo o ouro que o rapaz tinha em casa nesse precipício. Em seguida, ela também se arremessa na tal “garganta”. A mãe, que presenciou o suicídio da filha, de desgosto morre e o Moço, quando fica sabendo do fim de sua riqueza, enlouquece e também se mata:

Voltou à casa sozinho, e atacou fogo a todos os edifícios de seu rico estabelecimento. Depois, com os cabelos hirtos, os vestidos em desordem, com os olhos desvairados e a fisionomia de um possesso, saiu a correr pelo campo a fora, até que, de propósito ou por acaso, achou-se perto da caverna fatal, chamada Garganta do Inferno. Ali, sempre em carreira disparada, foi girando, girando em redor dela, cada vez se avizinando mais, como se fosse arrebatado por um redemoinho, até que desapareceu no medonho boqueirão.

(A Garganta do Inferno, p. 203)

Na verdade, o gosto pela liberdade e a ferocidade vingativa, características marcantes da personagem principal de *A Garganta do Inferno*, retornarão com maior impacto na protagonista feminina de outra narrativa, parte também de uma nova compilação de contos do mesmo autor, que viria a lume um ano depois. Publicada no mesmo ano que *Inocência* de Taunay, 1872, *Jupira*, novela que tem o mesmo nome da protagonista, é uma das três histórias publicadas em coletânea pela Editora Garnier sob o título *Histórias e Tradições da Província de Minas Gerais*. Ela narra a trajetória dessa filha de índia com branco em diferentes fases de seu desenvolvimento.

Jupira viveu aproximadamente seus primeiros cinco anos na floresta com sua mãe, Jurema. Dos cinco até os “nove para dez anos” viveu com seu pai branco, José Luís, no arraial de Campo Belo, que se situava em Minas Gerais, na divisa com São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Desta idade até chegar aos quase quinze, ela esteve novamente com a mãe e os demais indígenas de sua tribo até novamente voltar ao convívio com os cristãos no arraial. A maior parte da narrativa irá tratar deste período de sua vida, pós-quinze anos,

além de se deter com maiores detalhes, também, nos períodos em que Jupira esteve entre os cristãos do povoado, deixando os períodos em que esteve na floresta com ares de mistério.

Na primeira vez em que viveu com o pai, entre os seus cinco e dez anos, José Luis tentou educá-la à maneira da sociedade ocidental cristã que, no período, se auto-intitulava com muito orgulho civilizada:

...e foi com muita dificuldade, que seu pai no fim de sete anos conseguiu que ela adquirisse alguns costumes de civilização, andasse vestida, cosesse, lesse e escrevesse alguma coisa. Muitas vezes a iam agarrar pelos matos quase nua, trepada como macaco nas mais altas árvores, ou nadando nos profundos remansos do Rio Verde em risco de ser devorada por algum jaú ou sucuri.

(Jupira, p.146)

Podemos ver ainda, em outro trecho, o que envolvia este tipo de educação feminina “civilizada”:

Jupira sem que ela soubesse, não andava sem uma sentinela à vista. Era um primo seu, um sobrinho de José Luís [pai de Jupira], por nome Carlos, e a quem todos chamavam Carlito, pouco mais velho do que ela, rapazinho vivo e esperto como um diabrete. Não tendo podido parar no seminário em razão de seu gênio trêfego, indócil e insubordinado, freqüentava como externo a escola de primeiras letras, onde se havia muito mal. Entretanto era excelente para servir de companheiro de brinquedos e ao mesmo tempo de sentinela a sua prima durante o dia, porque de noite dormia ela fechada debaixo de chave em companhia da velha caseira de José Luís.

(Jupira, p.147)

Em ambas as citações é perceptível o tom de enclausuramento que encerrava tal projeto de educação feminina. Não podia subir em árvore nem nadar; seu corpo devia estar constrangido pelas roupas; durante o dia ela devia ser vigiada e à noite, trancada. No entanto, o desejo de Jupira ao longo de toda a história se mostra sempre mais forte, sempre prepondera sobre as interdições que lhes tentam impor, mesmo nessa fase da infância:

Todavia apesar de todas essas precauções, uma bela manhã Jupira não amanheceu em casa. Tinha arranjado modo de trepar pela parede, e como era de telha-vã, isto é, sem forro no teto, descobriu um pedaço de telhado, saltou fora, e voou para as selvas em companhia de sua mãe.

(Jupira, p. 148)

Mulheres como Jupira e sua mãe, Jurema, exibiam uma independência desconcertante para o branco cristão, Luis Soares. Como marido, ele fora abandonado (p.145); como pai, desobedecido (p.147, 149 e 167), amedrontado e, por fim, calado:

- Meu pai, - disse-lhe afinal com um sorriso, que fez arrepiarem-se as carnes de José Luis, - ninguém será capaz de dar-me um marido contra a minha vontade; eu já sei como a gente se livra deles, quando nos querem levar à força!
José Luís assombrado com aquela resposta recolheu-se ao silêncio, e desistiu do seu propósito.

(Jupira, p.165)

Esta cena se dá quando Jupira já tem seus quinze anos e seu pai tentava arranjar-lhe um “bom partido”. Ela se refere ao episódio que teria ocorrido na floresta quando, perto de seus quinze anos, a moça matou o cacique da tribo que a queria amar à força. Jupira escapa à ordem do pai, e o narrador não deixará de lembrar e reintroduzir no texto isto que teria sido uma “falha paterna”, responsabilizada pelo comportamento livre e agressivo assumido pela moça em sua puberdade (*Jupira*, p.168). Nesse sentido, a protagonista dessa história vai além da de Lina, em *A Garganta do Inferno*, 1871. Ambas desobedecem aos pais, mas uma se cala diante da autoridade e a outra não. Uma desobedece às escondidas, a outra não sente necessidade de ocultar.

Jupira parecia fazer sempre o que queria e talvez por isso seus amantes viriam a se sentir tão impotentes diante dela quanto seu pai se sentira outrora. Por isto vemos Carlito, seu primo e infiel amante, bastante aborrecido pela situação de ameaça em que se encontrava:

- Não faltava mais nada! Ia ele rosnando pelo caminho. - Eu ter medo daquela caboclinha, como se fosse minha mãe ou minha senhora moça!... nada! Quer tomar-me à sua conta!... está enganada; - nem tão bobo sou eu, que me deixe alinhavar como o cacique, que ela matou... não me mete cucas... porventura ela é minha mulher para me proibir que eu esteja com a coitadinha da Rosália! Ao menos ela não anda de faca e nem tem dentes de onça para morder a gente.

(Jupira, p. 181)

Este trecho nos revela as circunstâncias específicas em que as mulheres deviam ser respeitadas para muitos da época: ou na situação de esposa, ou na situação de mãe³³. Em qualquer outra situação, de acordo com a fala da personagem masculina, uma mulher jamais poderia exigir o respeito dele, homem. É interessante notar que estas situações citadas, nas quais as mulheres teriam autoridade legitimada, apontam para a instância do espaço privado. Daí mais uma dimensão de importância que toma a narrativa de Jupira em um contexto como este: uma mulher que, sem estar em nenhuma das duas situações, exige satisfações, exige que sua voz seja ouvida e respeitada. Um outro aspecto que toma relevância na história de Jupira é a liberdade com que circula no espaço público, uma importante bandeira dos movimentos feministas do período³⁴.

A história de Jupira também expõe o privilégio masculino de ter legitimado o costume da traição, também sugerido em *A Garganta do Inferno*. A protagonista fica realmente em fúria ao saber que Carlito estava sendo infiel na relação entre os dois, conforme nos esclarece o narrador:

Se em seus amores era livre como a brisa do deserto, consideração nenhuma a podia tolher nos violentos acessos de seu feroz ciúme. Como a onça esfaimada rodeia e espia o nédio e tenro veado, que descuidado vagueia por bosques e campinas, até lançar-lhe as garras, assim Jupira espiava com olhar cioso todos os passos de seu volúvel amante, acompanhava-o sem ser vista, conhecia-lhe o rasto, e em seu instinto selvático quase que o farejava.

(Jupira, p. 180)

Ao final da história Carlito pagará, de fato, com a vida pela traição a Jupira. Ao arquitetar a morte de seu infiel amante, Jupira se afasta, ainda, das tradicionais virtudes que muitos no período se esforçavam por fazer com que continuassem associadas ao feminino, tais como: “constância, paciência, resignação, bondade e ternura” (Cf. FARIA FILHO *et al.*, 2005, p.69). Aprofunda também o que estava esboçado no comportamento de Lina, protagonista de *A Garganta do Inferno* (1871). Se essa se mata ao final e se mostra inequivocamente arrependida de ter desobedecido à sua mãe, Jupira, por sua vez, tem seu suicídio apenas sugerido, uma informação impossível de ser verificada através da narrativa.

³³ Sobretudo para as autoridades católicas que eram muito influentes nas Minas Gerais do período. A esse respeito conferir os trabalhos de Assis (2004) e de Lima & Teixeira (2008).

³⁴ Para mais detalhes, consultar Muzart (2003).

O que indicaria uma maior distância do sentimento de culpa que parece acompanhar a representação da execução dos desejos femininos da protagonista daquela outra narrativa.

2. A despolarização de gênero na prosa literária do período

A desestabilização dos lugares, até então, mais polarizados de gênero – questão que consideramos vital para entender a situação da masculinidade no século XIX –, cujo desenvolvimento pudemos acompanhar com maiores detalhes no caso da província de Minas Gerais, parece integrar um processo mais amplo, conforme indica bibliografia internacional, que também está em curso em outros lugares do mundo (Cf. GAY, 1989 e 1995; PERROT, 2009; BADINTER, 1993; ELIAS, 1994; LE RIDER, 1993 [1990]; ARON & KEMPF, 1992).

Ressaltamos que a análise que fizemos da literatura de outros autores brasileiros do mesmo período nos mostrou que nela a desestabilização aludida acima também se fazia presente. Para esta nossa análise, um dos aspectos que norteou a escolha dos autores foi o fato de terem escrito histórias que, assim como as de Bernardo Guimarães, tinham como palco principal as áreas rurais do interior das províncias, o que não deixou de ser, também, uma alternativa para limitar a quantidade de histórias/obras a serem estudadas. As datas das produções desses autores respeitam, também, o recorte temporal de nossa pesquisa, definido em boa medida pela intensidade da produção em prosa de Bernardo Guimarães entre os anos de 1869 e 1872. Nesse sentido, optamos por reduzir ainda mais o escopo devido à profusão de narrativas literárias publicadas dentro dos marcos desses quatro anos. Percebemos que somente o que foi publicado entre 1871 e 1872 já conformaria uma lista interessante o suficiente para que fizéssemos as análises que nos propusemos.

Esses foram anos vigorosos para Bernardo Guimarães, tanto quanto para Alfred Taunay, José de Alencar e Machado de Assis³⁵, todos talentos reconhecidos pelo principal

³⁵ Assim como a obra de Bernardo Guimarães tem sido retomada em estudos recentes, a desses escritores também, exceto a de Taunay. Sobre Machado de Assis ver Chalhoub (2003) e (2005); sobre José de Alencar conferir Rocha (1998) e Boechat (2003); Estudos sobre os dois autores também aparecem na volumosa coletânea organizada por Márcia Abreu (2008), na qual notamos a falta de um artigo sequer sobre Bernardo Guimarães.

editor da época responsável pela publicação da grande maioria de seus livros, a saber Louis Baptiste Garnier, dono da principal editora do Segundo Reinado, a famosa Garnier³⁶. Esse, portanto, foi outro critério para a escolha desses autores, ou seja, o alcance e a circulação que a Garnier lhes possibilitava.

O único veterano dentre eles era José de Alencar, autor com romances de sucesso desde a década de 1850. Bernardo Guimarães, que embora também já fosse famoso por seus livros de poesia, publicados também desde a década de 1850, apenas estreava em prosa; Machado de Assis, da mesma forma, já havia publicado poesias, mas não prosa; e Alfred Taunay realmente “começava do zero”³⁷.

O leitor deve estar se perguntando como é que Machado de Assis entrou nessa lista afinal, se o critério de seleção dizia que as produções em prosa deveriam se desenrolar em universos rurais e/ou no interior das províncias, temas definitivamente ausentes das histórias daquele autor. A resposta é que a produção machadiana entra aqui como um rico contraponto às narrativas sobre o mundo rural ou provinciano. Quem mais poderia falar melhor do que era cidadão no Brasil do período, da “Corte imperial”, senão o nativo daquele local, o autor de contos reunidos em título não menos emblemático que “Contos Fluminenses”³⁸?

Nessa parte do trabalho, procuramos trazer uma visão mais panorâmica das representações de certas personagens construídas por esses autores, já que, pela quantidade e variedade das histórias, um foco na trama na qual estão envolvidas cada uma delas – como procedemos anteriormente com três narrativas em prosa de Bernardo Guimarães e um romance de Alfred Taunay – tornaria inviável a manutenção do foco da pesquisa.

³⁶ Taunay começa publicando pela Typographia Nacional, que também era expressiva no período, e só mais tarde publica pela Garnier. Para saber mais detalhes sobre o sucesso da parceria dos outros três autores com a Garnier, ver os trabalhos de Hallewell (1985), Pinheiro (2008) e Queiroz (2008).

³⁷ Talvez nem tão do “zero” assim, uma vez que já entrava no campo das letras como que apadrinhado de um dos grandes nomes da literatura do período, Joaquim Manuel de Macedo, que havia sido seu professor e que recomendava a leitura de seu primeiro livro “Mocidade de Trajano” (1871), logo em sua abertura. Aliás, Taunay o dedica a seu mestre.

³⁸ Publicado em 1870, um ano antes do primeiro de nosso recorte. Abrimos a exceção para a entrada dessa obra já que essas histórias foram publicadas pela primeira vez, na realidade, ao longo de toda a década de sessenta no *Jornal das Famílias*, periódico destinado especialmente às mulheres, do qual Machado de Assis foi colaborador assíduo.

As nossas análises incidirão, pois, sobre os personagens dos seguintes textos³⁹:

Bernardo Guimarães – *A Garganta do Inferno* (1871), *Jupira* (1872), *A Filha do Fazendeiro* (1872), *O Seminarista* (1872).

Alfred Taunay – *Mocidade de Trajano* (1871) e *Inocência* (1872).

José de Alencar – *Til* (1871) e *O tronco do Ipê* (1871).

Machado de Assis – *Contos Fluminenses* (1870).

2.1. Meninas ciosas de suas liberdades: o desejo da mulher na ordem do dia

É possível perceber nas narrativas literárias desses diversos autores, que as personagens femininas estão frequentemente vinculadas à autonomia, ou à preocupação com essa prerrogativa. Essa característica parecia chamar a atenção, tanto quanto contribuía, para o desmonte dos papéis até então muito mais definidos para cada gênero.

Já conhecemos a história de *Inocência*, personagem principal do romance de Alfred Taunay, publicado em 1872. A reclusão em que Pereira a mantinha, o desfecho trágico da vida de seu amante e da sua. No início da narrativa, antes do pai apresentá-la ao farmacêutico Cirino, o mocinho por quem ela iria se apaixonar, ele faz uma breve descrição dela:

- (...) É uma menina esquisita...

Parando no limiar da porta, continuou com expansão:

- Nem o Sr. imagina... Às vezes, aquela criança tem lembranças e perguntas que me fazem embatucar... Aqui, havia um livro de horas da minha defunta avó.

...Pois não é que um belo dia ela me pediu que lhe ensinasse a ler?... Que idéia!

...Ainda há pouco tempo me disse que quisera ter nascido princesa... Eu lhe retruquei: E sabe você o que é ser princesa? Sei, me “secundou” ela com toda a clareza, é uma moça muito boa, muito bonita, que tem uma coroa de diamantes na cabeça, muitos “lavrados” no pescoço e que manda nos homens... Fiquei meio tonto (...).

(*Inocência*, p. 34)

A história da protagonista de *A Garganta do Inferno*, escrita por Bernardo Guimarães e publicada em 1871, também já nos é conhecida. Lina é a menina que sonhava

³⁹ Estamos chamando genericamente de textos pois se trata, na verdade, de gêneros textuais muito diferenciados, como romances, novelas e contos.

com o príncipe encantado e com a gruta de ouro, e que, assim como Inocência, também tem um fim trágico. Sua mãe tentava mantê-la em casa a todo custo:

- Cala-te, tola!... Satanaz toma todas as figuras que bem lhe parece para enganar a gente. E depois... algum bicho pode te pegar... alguma cobra te morder... minha filha, não faltam perigos neste mundo... já estás ficando moça... se encontrases por aí algum mal intencionado...

- Ora, mamãe, não há perigo algum... eu ando por aí sempre.

- Nada! Nada! Não quero que saias mais, ouviste?... a tua gruta de ouro ali está... olha, é aquele algodão, aquele fuso, aquele tear, e nada mais. Não consinto que arredes mais o pé a distancia de dez passos desta casa...

- Mas, minha mãe... ia dizendo a menina em tom suplicante.

- Não quero mais que saias, e tenho dito! Atalhou a mãe batendo-lhe o pé, e se teimares em sair, não voltes cá mais à casa, que não sou mais tua mãe.

(A Garganta do Inferno, p. 156-157)

Mas o interessante é que a menina prefere ir atrás de seu desejo a respeitar as proibições da mãe, ainda que mais tarde ela pareça ter se arrependido:

No primeiro e segundo dia Lina ainda conseguiu domar-se, e a muito custo conservou-se em casa; mas quase não comia, nem dormia a cismar na sua teimosa visão; sua imaginação cada vez mais se inflamava, e a expressa e ameaçadora proibição de sua mãe ainda mais lhe assanhava o desejo de sair em procura daquelas quimeras que ela já, de si para si, chamava: minha gruta, meu príncipe. Ao terceiro dia não pôde mais resistir à tentação. Enquanto sua mãe dormia a sesta ao ponto do meio-dia, saiu.

(A Garganta do Inferno, p. 159-160)

Claro que esse é um antigo “tema literário”, o da mulher que sonha demais, que se deixa influenciar pelas histórias encantadas... Mas a questão que colocamos é justamente nos perguntar, por que afinal esse tema, essa representação de mulheres sonhadoras – e por que não dizer, desejanter – retornam na escrita dos autores desse período? Com certeza essas histórias não seriam lidas da mesma forma que em épocas anteriores.

Jupira – protagonista da história que leva seu próprio nome, de autoria de Bernardo Guimarães e publicada em 1872 –, como já dissemos, repete muitas características da personagem Lina, ainda que com maior impacto, já que consegue, ao contrário daquela, transformar sua liberdade em um hábito reconhecido por todos como sendo legítimo:

Apesar dos esforços de seu pai, Jupira nunca pudera perder de todo os hábitos de selvática liberdade em que fora criada. (...) Esses passeios [ela saía sozinha para caçar, pescar e nadar no rio], que seriam muito desinquietadores e dariam muito que falar em outra qualquer rapariga, em Jupira ninguém os estranhava.

(Jupira, p. 168)

No ano anterior à publicação de *Jupira* (1872), José de Alencar, escritor já consagrado à época, lança uma história, que também se passava no interior do Brasil e com título que faz referência à protagonista. Trata-se de *Til* (1871), que tem como personagem principal uma mocinha com o nome de Berta. Alguns também a chamam, no decorrer da narrativa, de Inhá, e Brás, um personagem com deficiência mental – segundo a linguagem corrente da época, um “idiota” –, só a chamava pela monossilábica expressão Til. Vejamos um trecho em que o narrador descreve algumas de suas características:

Já tinha então Berta seus quinze anos, e com a afoiteza da idade também ganhara mais largueza e desenvoltura da ação para sair de casa e demorar-se fora sem inspirar cuidados.

Berta passava por enjeitada e ela o sabia, pois nunca lho ocultavam. Fôra a mãe de Miguel, nhá Tudinha, quem a recolhera e criara com o maior desvelo. Na casa, porém, onde se achava emprestada e por comisseração, era ela a verdadeira senhora, pois que os donos se faziam cativos seus e porfiavam em adivinhar-lhe as vontades para satisfazê-las.

Sem dúvida que nhá Tudinha queria mais bem ao filho de suas entranhas; mas não tinha para ele os extremos, as debilidades e carinhos, que fazia por essa filha de criação, a enjeitadinha. De seu lado, Miguel, embora se estremecesse pela mãe, decerto que pensava mais em Berta, sua colaça.

Sentindo a sedução que exercia em torno de si, não abusava todavia a menina, transformando-se em uma pequena tirana doméstica, à imitação de certas crianças dengosas. A não ser para conservar a liberdade, a que a habituara uma educação campestre, no mais esquivava-se quanto podia ao império que lhe deferiam os súditos de sua graça e gentileza.

(Til, p. 114-115).

2.2. Sobre meninas e cobras: o poder feminino em metáforas

Os autores vão também representar com regularidade uma certa “intimidade assustadora” entre suas personagens femininas e o mundo selvagem simbolizado, na maioria das vezes, pela figura da serpente. Assustadora porque desafia o pensamento comum de que os animais selvagens, ou mais especificamente as cobras, são necessariamente perigosos. Isso sem dúvida se liga à velha representação ocidental de Eva,

a primeira mulher que sucumbe à tentação, que estabelece contato com o que é perigoso, com o mal... Mas a pergunta que nos fazemos é mesma: Afinal por que essas imagens insistem em retornar na escrita desses autores? Nossa hipótese é a atualização dessa representação não traz necessariamente a imagem moral negativa de sua precursora bíblica. Negativo ou positivo, essa aproximação entre mulheres e serpentes aponta para a existência de um poder.

É como se suas personagens tivessem o poder misterioso de saírem ilesas dos contatos que estabelecem com estas criaturas tão temidas. Outras vezes, essas meninas e moças são comparadas às cobras devido ao poder de sedução que seria característico de ambas. A frequência dessas representações vem também atestar a percepção de que o feminino já não coincidia com fragilidade e desproteção.

É com ar de pasmo, por sinal, que o pai de Inocência descreve sua relação com os animais após dizer que a filha era uma menina esquisita:

- (...) E se Sr. visse os modos que tem com os bichinhos?!... Parece que está falando com eles e que os entende... Uma “bicharia”, em chegando ao pé de “Nocência”, fica mansa que nem ovelhinha parida de fresco... Se fosse agora a contar-lhe histórias dessa rapariga, seria um não acabar nunca...

(Inocência, p.34)

Berta, ou Til, a menina independente que protagoniza o romance de Alencar, também mostra essa intimidade aterradora com o mundo selvagem, haja vista a cena em que uma cobra se enrola nela, deixando-a ileso:

Encontrando-se o olhar da serpente e o seu, cravaram-se de modo, ou antes se imbuíram e penetraram tanto um no outro, que não pôde mais a vontade separá-los e romper vínculo poderoso. Parecia que entre a brilhante pupila negra da menina e a lívida retina da cascavel se estabelecera **uma corrente de luz na qual fazia-se o fluxo e refluxo das centelhas elétricas.**

A mesma cambraia que retraiu o dorso flexuoso da boicininga espasmou o talhe grácil de Berta, como se uma força única regera a vida nessas duas organizações. Aí estava reproduzida ao vivo a misteriosa identificação da mulher e da serpente, que deu tema ao poético mito da tentação.

(...)

Afinal, com um movimento hirto estendeu Berta o braço direito para a cascavel, aberta a mão e crispados os dedos, no ímpeto de tocar o rosto do réptil, ao qual tornou-se mais viva a trepidação do olhar.

(...)

Quando a cabeça da cascavel roçou-lhe a ponta dos dedos, um choque íntimo percutiu-lhe o corpo, e estorceu o toro da serpente. Mas passou instantaneamente; o réptil elando-se pelo braço mimoso, veio cingir-lhe as espáduas, formando colar.

Com o toque desse brando serpear sentiu Berta a doçura de uma carícia; a boicininga titilava de volúpia ao tépido calor da cútis acetinada; e escondendo a monstruosa cabeça na conchinha da mão que a menina recolhera ao seio, caiu no letargo.

(Til, p.216-218; ênfase adicionada)

É interessante que a imagem mobilizada pelo autor para designar o poder da conexão entre a personagem e a cascavel esteja ligada a uma característica tão marcante da modernidade: qual seja a da eletricidade, que sequer ainda havia se estabelecido no Brasil naquele período. Na verdade, a preocupação com o poder feminino sugerido pela ligação entre a personagem e a serpente, é, paradoxalmente, a reatualização de uma representação construída há séculos atrás de maneira extremamente negativa pelo Gênesis.

Em passagem menos erotizada, uma vez que o ato sexual não está sugerido de modo tão claro como no fim da citação anterior retirada de *Til*, Margarida, que protagoniza ao lado de Eugênio *O Seminarista* (1872), de Bernardo Guimarães, também é ornada com a serpente pelo narrador e, da mesma maneira que Berta, sai da situação sem o menor prejuízo:

A pequena Margarida, apenas na idade de dois anos, estando a brincar no quintal, desgarrou-se por um momento da companhia da rapariga que a vigiava, e da de seu camarada de infância. Quando este deu pela falta e foi procurá-la, encontrou-a assentada na relva junto de uma fonte a brincar... com que, Santo Deus!... a brincar com uma formidável e truculenta jararaca. A cobra enrolava-se em anéis em volta da criança, lambia-lhe os pés e as mãos com a rubra e farpada língua, e dava-lhe beijos nas faces. A menina a afagava sorrindo, e dava-lhe pequenas pancadas com um pauzinho que tinha na mão, sem que o hediondo animal se irritasse e lhe fizesse a mínima ofensa. Se o Gênesis não nos apresentasse esse terrível réptil como cheio de astúcia e malícia seduzindo a primeira mãe da humanidade e fazendo-a perder para si e para toda a sua descendência as delícias do paraíso terreal, dir-se-ia que até a serpente tem seus impulsos generosos e também sabe respeitar a fraqueza e a inocência da infância.

(...)

Passaram alguns instantes da mais cruel ansiedade, ao fim dos quais a serpente desenroscou-se e foi-se retirando tranqüilamente, e sumiu-se nas moitas.

(O Seminarista, p. 14-15).

Mais à frente no texto Margarida será comparada pelo narrador à serpente que enfeitiça e exerce atração irresistível. Eugênio já tinha tomado a batina, e a consciência de

que Margarida ainda o amava era para ele uma tentação perigosa. Por isso procurava evitar contato com ela:

Portanto ao sair de casa dirigiu-se para o lado oposto ao bairro, em que ela morava. No fim de contas porém, depois de ter percorrido muitas ruas e parado em muitas casas, fosse por uma fatal casualidade, ou porque o coração, mesmo sem que ele o sentisse, o ia arrastando, achou-se nas vizinhanças da habitação, de que fugia.

(...)

É assim, que o passarinho pousado na grimpada da árvore, fascinado pela serpente, que enroscada no tronco fita nele os olhos peçonhentos, hirto de pavor e soltando pios lastimosos vem descendo de ramo em ramo até meter-se na garganta escancarada do hediondo réptil.

(O Seminarista, p. 119)

Esse poder feminino do fascínio associado ao das cobras será recorrente na literatura do autor mineiro⁴⁰. Paulina, em *A Filha do Fazendeiro* – novela publicada ao lado de *Jupira* e *A Cabeça de Tiradentes*, no volume *Histórias e Tradições da Província de Minas Gerais* (1872), de Bernardo Guimarães – exerce uma influência muito semelhante sobre o moço Eduardo, a quem amava:

O giro costumado de Eduardo nas excursões de seu negócio, era passar o Paraná, percorrer alguns municípios da província de Mato Grosso, atravessar a de Goiás e entrar em Minas pelos municípios de Paracatu, Patrocínio, Araxá e Uberaba, para daqui recolher-se a Franca.

Desta vez porém sem plano deliberado, quase sem o querer e sem o pensar, começou sua rota em sentido inverso. Seu coração o chamava para a Uberaba, e para lá tangeu a sua tropa. Bem sabia, que não ia senão avivar suas mágoas no teatro de seu infortúnio; mas ia assim mesmo, como o passarinho fascinado pela serpente, e que soltando lamentosos pios vai descendo de ramo em ramo até meter-se nas goelas do voraz e hediondo réptil.

(A Filha do Fazendeiro, p. 99)

Jupira, por sua vez, a mais perigosa e ameaçadora de todas as personagens femininas de Bernardo Guimarães, não deixaria de ter também seu poder associado ao das cobras. Ela então já desconfiava da traição de Carlito, seu primo amante, e o perseguia com o intuito de vigiá-lo:

⁴⁰ A imagem da serpente tem, aliás, papel fundamental no desenvolvimento mesmo do enredo de duas histórias de Bernardo Guimarães: *O Seminarista* (1872) e *A Garganta do Inferno* (1871).

Esse constrangimento, em que o temível ciúme de Jupira colocava o pobre rapaz, ainda mais lhe atiçava o desejo de estar com a sua alva e meiga Rosália. Posto que sua afeição pela cabocla estivesse quase de todo extinta, não sei por que ela exercia sobre seu espírito um poderoso e terrível ascendente, e ele ainda que com medo e repugnância mesmo, vinha sempre rojar-se aos pés dela. Dir-se-ia que ela tinha o poder de fascinar como a cobra.

(Jupira, p. 180)

A presença dessas representações na produção de nossos literatos parece indicar, mais uma vez, o compartilhamento de experiências relativas às questões de gênero no século XIX, pois as artes européias do período também estariam procurando elaborar a nova situação em que as mulheres se apresentam no período:

Eva, a tentadora, sempre foi um elemento fundamental das homilias e da literatura eclesiástica; Phyllis a cavalgar imperiosamente Aristóteles, e Dalila cortando impiedosamente os cabelos de Sansão aparecem de vez em quando na literatura do final da Idade Média e nas artes plásticas dos primórdios da Era Moderna. (...) [Mas] o século XIX estereotipou essa mulher, conferindo-lhe imagens reconhecíveis e diversas, porém praticamente intercambiáveis. Pintores e poetas reviveram e aprimoraram mulheres fatais do passado distante, dos mitos religiosos e das lendas históricas, ou então inventavam sua própria imagem da *femme fatale*. (...) A mulher perigosa veio a constituir-se num dos temas prediletos da criação literária e artística do século.

(P. GAY, 1988 [1984], p.150)

Isso estaria evidente na obra do pintor alemão Franz von Stuck que:

...não restringiu seu repertório de mulheres poderosas e perigosas à figura de Eva. Pintou também Judite e Salomé; pintou homens que se digladiavam até a morte pela posse de uma mulher cujo prazer era observar a luta; pintou Orfeu, sem cabeça, o sangue a jorrar-lhe do pescoço, depois de seu encontro fatal com as Bacantes. Muitas das mulheres de Stuck, sejam elas Eva, a tentadora original, ou o Vício, a tentação universal, se ornaram triunfantemente com a serpente fálica, o símbolo de sua conquista.

(GAY, 1988 [1984], p.152)

2.3. Como se fosse um rapaz: as indefinições de gênero

Esses mesmos autores parecem ter captado com aguçada sensibilidade o “embaralhamento” dos gêneros que a modernidade trazia consigo. Em meio a discursos e práticas que iam em direção a uma “contenção do poder masculino” e a uma “liberação

feminina”, os literatos recorreram com freqüência a imagens, palavras, atitudes e vestuário até então pertencentes ao universo masculino para descreverem as personagens femininas que construíaam naquele contexto.

Vejamos como as atitudes de Jupira são descritas pelo autor nessa passagem:

Saía sozinha de casa e vagava por campos e matas, caçando ou pescando, como se fosse um rapaz, e muitas vezes nos dias calmosos ia sozinha banhar-se nas águas do seu querido Rio Verde, no mesmo sítio em que na infância se exercitava a fender-lhe as ondas, em um remanso límpido e profundo sobre o qual se debruçavam árvores copadas, cobrindo-o de sombra e fresquidão deliciosa.

(Jupira, p.168)

Ela inclusive punha medo nos homens:

Ela gozava da reputação de ter em aversão os homens, principalmente aqueles que a amavam. Essa fama, baseada no seu gênio arisco e um tanto crespo, na história do cacique que havia matado, e no uso de uma pequena faca guarnecida de prata que sempre trazia no seio, serviam-lhe de salvaguarda, e ninguém ousava atravessar-se em seu caminho quando saía a suas excursões, e se acaso algum rapaz a encontrava pelos rincões solitários ou pelas veredas escusas da mata, tirava-lhe respeitosa e o chapéu, e seguia seu caminho.

(Jupira, p.168)

Outra personagem de Bernardo Guimarães que também enfrenta homens é Margarida, em *O Seminarista* (1872). Luciano, “um homem no vigor da idade, alto e de compleição atlética, de barbas negras e cerradas” (p.67), fica enciumado ao ver na festa de Dona Umbelinda, mãe de Margarida, a predileção que a moça demonstrava pela companhia de Eugênio, o seminarista, à revelia da sua. Ele então vai provocar o estudante, “a fim de desabafar o ciúme e o despeito que por dentro o corroíam” (p.65):

- (...) ah!... e o que vem ele aqui fazer?... decerto aqui veio fugido de casa, e há de ser bem feito que o pai lhe passe uma dúzia de bolos, quando souber que já anda metido em súcias...

Eugênio, por efeito da sua índole e mais ainda de sua educação de seminário, era uma tímida criança para responder às insolências de seu interlocutor. Margarida, porém, que com ser mulher e mais moça tinha o sangue mais quente, e mais altivez e resolução, tomou as dores por ele, e não pôde deixar de repelir tão grosseira chocarrice.

- Súcias não senhor!... veja como fala... bradou ela pondo-se em pé e alçando-se crespa e altaneira como siriema enraivecida.

(O Seminarista, p.65-66)

É de fato interessante notar a semelhança entre essa cena e a que se passa com a personagem Berta, em *Til* (1871) de José de Alencar, na qual, assim como Margarida, Berta também irá proteger com êxito seu amigo das ameaças do perigoso capanga conhecido como João Fera:

Atalhou a menina o ímpeto a João, arrojando-se-lhe em frente, cobrindo com o talhe delgado o corpo de Miguel. Seu olhar cintilante trespassou o olhar fero do capanga como a lâmina de um estilete cravando uma couraça.

- Vai embora! Disse ela com império; e a voz parecia ranger-lhe nos lábios pálidos.

Foi a pupila inflamada e sanguinária do assassino a que abateu-se. (...)

Rompeu-lhe do seio uma sublevação contra o poder misterioso e incompreensível, que lhe agrilhoava com um fio de cabelo as pujanças terríveis do coração, até aí indomável como a sanha do tigre.

Levantou os olhos carregados de cólera.

- Já! Impôs-lhe a menina, que pressentira a reação, e como da primeira vez, a retalhava com o gume de seu olhar.

Ainda hesitou o facínora; mas afinal, vencido por ignoto poder, curvou a cabeça, e de um arranco visível afastou-se vagarosamente com passo tão pesado que lhe custava a arrancar do chão a palma do pé. Duas ou três vezes, antes de encobrir-se na alta capoeira, voltou a cabeça; mas encontrava os olhos cintilantes da menina; e, apesar do grande esforço, vergava ante a inflexível repulsa.

(*Til*, p.28-29)

A descrição que Alencar faz da protagonista de sua história pode nos dizer muito do que parecia chamar a atenção dos homens daquele período em relação às questões de gênero:

Servia-lhe de toucado um chapéu de palha de côco trançada, sob o qual escondia os lindos cabelos negros cacheados, que às vezes, com os saltos, escapavam da prisão e vinham folgar sobre as espáduas. Calçava grossos coturnos de couro de veado, mas tão altos que mais pareciam botas; e comparando com as de Miguel, se diriam irmãs na forma, a não ser o tamanho, onde aliás afogava-se o pezinho buliçoso. (...)

Se a estreita saia de chita dava a esse vestuário um traço feminino, acusando um contorno harmonioso, por isso mesmo ela em seus momentos de luta com a natureza parecia caprichar em destruir aquele vestígio de seu sexo. Os pulos que soltava, a firmeza de seu passo gentil que ela de propósito fazia rijo, imprimiam com efeito certa aspereza e nervura a seus movimentos sempre encantadores, apesar de tudo. (...)

A boca mimosa e breve, conhecia-se que fôra vazada no molde do beijo e do sorriso. Mas quando o brinco iluminava essa fisionomia, e o capricho quebrava-lhe a harmonia das linhas do suave perfil, era um cobrir-se com a máscara do

rapazinho estouvado, que ela teria sido sem dúvida, se a natureza não lhe trocasse o destino. (...)

Contradição viva, seu gênio é o ser e o não ser. Busquem nela a graça da moça e encontrarão o estouvamento do menino; porém mal se apercebiam da ilusão, que já a imagem da mulher despontará em toda sua esplendida fascinação. A antítese banal do “anjo-demônio” torna-se realidade nela, em quem se cambiam no sorriso ou no olhar a serenidade celeste com os fulvos lampejos da paixão, à semelhança do firmamento onde ao radiante matiz da aurora sucedem os fulgores sinistros da procela. (...)

E assim é tudo nela; de contraste em contraste, mudando a cada instante, sua existência tem a constância da volubilidade. Na vaga flutuação dessa alma, como no seio da onda, se desenha o mundo que a cerca; a sombra apaga a luz; uma forma desvanece a outra; ela é a imagem de tudo, menos de si própria.

(Til, p.33-35)

Pensemos em Til como uma “imagem de tudo, menos de si própria”... É, pois, uma imagem de seu tempo, e não de um indivíduo apenas. Os literatos estão captando uma imagem desse tempo em que o masculino e o feminino podem chegar a se manifestar no mesmo ser. Acreditamos que representações como essa, tanto testemunharam como podem ter participado em alguma medida na desestabilização de determinados papéis fixos de gênero que estava se desenvolvendo naquele momento.

2.4. Como uma moça: outras representações masculinas

O “embaralhamento” também se dá no momento em que os autores descrevem alguns personagens masculinos, quando acham necessário lançar mão de imagens e atitudes próprias do universo feminino para a caracterização deles. Eugênio, protagonista de *O Seminarista* (1872) de Bernardo Guimarães, acabava de voltar pela primeira vez à fazenda, depois de alguns anos no seminário:

Foi a Tia Umbelinda quem primeiro rompeu o silêncio:

- Está com efeito um mocetão o Sr. Eugeninho!... há de dar um bonito padre.

O estudante olhou para Margarida como quem dizia – nunca! Corou e abaixou os olhos sorrindo tristemente, como o faria a mais pudica donzela.

(*O Seminarista*, p.44-45)

Em outra passagem, o narrador fará o mesmo tipo de associação “rapaz-moça”:

De repente, Margarida, dando uma volta pelo jardim, apanhou duas flores e correu a apresentá-las a Eugênio.

- Aqui estão duas flores – disse ela –, um cravo e uma rosa. O cravo é você, a rosa sou eu. Fique com a rosa, que eu guardarei o meu cravo. Aquele que deitar fora a sua flor, é porque não sabe querer bem.

Eugênio tomando a flor, pela primeira vez ousou fitar em Margarida olhos ardentes de ternura e paixão; mas para logo os abaixou, e cobriu-se de rubor, como faria a mais pudica e tímida virgem.

(*O Seminarista*, p.44-45)

Em *A Filha do Fazendeiro*, publicada por Bernardo Guimarães no mesmo ano que *O Seminarista*, 1872, o autor faz uma descrição do personagem Roberto de maneira muito próxima da qual fez de Eugênio, aproximando-o das moças:

Era um simplório, mas tinha um excelente caráter, e muita sensibilidade. Há muito tempo desejava falar ao tio no seu casamento com Paulina; mas tinha vergonha e acanhamento como uma moça. Todas as vezes, que ia à casa do tio, ia na firme resolução de falar-lhe francamente no negócio, mas apenas chegava à sua presença, a coragem o abandonava, falava muito, contava mil histórias, e por fim nunca dizia ao que ia.

(*A Filha do Fazendeiro*, p.91)

Eduardo, por sua vez, o mocinho por quem a protagonista Paulina se apaixona em *A Filha do Fazendeiro* (1872), terá sua masculinidade questionada por sua mãe quando fica entristecido por ter sido abandonado pela sua primeira amante:

- Arre também com isso, Eduardo! – disse-lhe ela um dia em tom de branda repreensão; – não mostrarás um dia que és homem? já vou perdendo a fé contigo... (...)

- Ah! Minha mãe, não fale assim; por que motivo?...

- Porque pensei que eras gente, que tinhas coragem e juízo. Agora vejo que não passas de um maluco e um moleirão; que não tens timbre, nem disposição para nada. (...) Tu, meu fracalhão, andas aí todo embezerrado e amuado como criança que apanhou bolos (...). Ah! Meu filho, meu filho, assim tu me desesperas!

(*A Filha do Fazendeiro*, p.91)

Trajano, protagonista do primeiro romance de Alfred Taunay, *A Mocidade de Trajano* (1871), com seus 19 para 20 anos, “já parecia um homem afeito à sociedade, homem imberbe na verdade, de faces cor de rosa e maneiras de menina (...)” (p.96). Em sua descrição o narrador vai se deter sobretudo na beleza de seus cabelos:

Era alto e esbelto sem ter dessas elegâncias exageradas de comprimento de que alguns rapazes são vítimas, forte na saúde, simpático de rosto e possuidor de um cabelo lindíssimo, louro, talvez puxando para o ruivo. Essa cor carregava mais nas extremidades, que ao sol reluziam como ouro avermelhado, e dava reflexos diversos às sinuosas curvas dos seus múltiplos anéis. Quem olhasse para Trajano, deixava-se logo prender por aqueles cabelos tão belos: sem eles ficava sua fisionomia como outra qualquer, falta de cunho especial e sem assinalamento. Nunca tiveram madeixas tanta importância; distinguiam um tipo, determinando-o perfeitamente.

(Mocidade de Trajano, p.96-97)

Essa também é a principal característica que Machado de Assis irá destacar em Jorge, personagem secundário do conto “Miss Dollar” (1870), segundo o narrador, “um gentil pimpolho” que se destacava por sua “nulidade”:

...filho da D. Antônia e a menina dos seus olhos. (...) Freqüentava as casas dos cabeleireiros, onde gastava mais tempo que uma romana da decadência às mãos das suas servas latinas. (...) Calçava luvas da letra E e botas n° 36, duas qualidades que lançava à cara de todos os seus amigos que não desciam do n° 40 e da letra H.

(Miss Dollar, p.26)

Dessa forma, tomamos a recorrência da construção de personagens com tais características, apresentadas ao longo dessa segunda parte do capítulo, como um indício de que outros tipos de identidade cultural e prática social que marcavam o masculino e o feminino nesse contexto já conviviam com os códigos e experiências que teriam sido tão influentes em períodos anteriores.

Essa foi uma leitura mais generalizada da prosa romântica da época, o que conseguimos captar de comum entre as várias histórias narradas pelos diferentes autores. No capítulo a seguir, tentaremos, por outro lado, descobrir o aspecto singular das representações masculinas tecidas por cada um deles quando tomados em suas especificidades.

Capítulo IV

Masculinidades possíveis: os diferentes protagonistas homens produzidos por três autores

Neste capítulo pretendemos aprofundar o olhar sobre cada autor específico (levando em conta as obras já selecionadas em função do recorte temporal da pesquisa) buscando compreender em que o diálogo entre as representações masculinas, próprias a cada um desses autores, pode nos ajudar a revelar da singularidade das construções de personagens masculinos feitas por Bernardo Guimarães naquelas circunstâncias. Começamos pela análise dos textos de autoria de José de Alencar, passamos por Machado de Assis e terminamos o capítulo com Bernardo Guimarães.

1. José de Alencar e a nostalgia das antigas liberdades masculinas

Como tentamos demonstrar, a *despolarização* de gênero parece ter marcado a produção literária do período. No entanto, é preciso considerar que nem todos os personagens masculinos se apresentaram na forma híbrida que demonstramos no tópico anterior. Todos os autores aqui analisados também tiveram suas maneiras de representar personagens masculinos e femininos em posições polarizadas. Isso não quer dizer, entretanto, que as formas de se construir personagens identificados em pólos mais fixos de gênero tenham sido as mesmas. Como o uso do plural indica, cada autor parece “eleger” o que poderíamos chamar de seu “foco polarizador”. Ou seja, cada autor *constrói* a polarização a partir de uma seleção de focos, ou características, que sugerem textualmente a definição de diferenças entre os gêneros, e esses “focos” variam significativamente de um caso para outro. Para nós a percepção dessa variação de “focos polarizadores” evidenciou a falta de um elemento natural, auto-evidente ou essencial, que demarcasse a diferenciação de gênero.

Pretendemos, portanto, abordar a partir daqui os “focos polarizadores” que parecem ter sido os preferidos de cada um dos escritores selecionados no contexto

recortado, começando por José de Alencar em seus dois romances de 1871, *O Tronco do Ipê e Til*.

Chalhoub (2003) demonstra que José de Alencar, tanto como Deputado do Partido Conservador em 1869 e 1870, quanto como civil em 1871, lutou com todas as forças contra a Lei do Ventre Livre, defensor que era da ordem escravocrata⁴¹. Mencionar isso é importante na medida em que uma das principais características da sociedade brasileira escravista de então era a legitimidade que os privilégios masculinos tinham em seu interior. Ao acompanharmos a construção dos personagens masculinos dos romances *Tronco de Ipê e Til*, de fato podemos ver o quanto essa construção foi coerente com a lógica do privilégio masculino, mais uma marca daquela sociedade que era eminentemente hierárquica e escravocrata.

Mário é o personagem principal do romance *O Tronco do Ipê* (1871), de quem o livro enfoca a infância e juventude. Era um menino levado cujo desenvolvimento é marcado principalmente pela violência, conforme sugere a narrativa. Isso fica evidente numa das primeiras descrições do menino trazidas pelo romance:

Desviando-se da aléia do jardim, por onde seguiam os outros, isolou-se do grupo; e por algum tempo não fez outra coisa, senão fustigar as folhas e flores, com um pedaço do arbusto que lhe ficara nas mãos. Parecia deleitar-se com essa destruição; à medida que as rosas mais lindas juncavam o chão desfolhadas, a fisionomia do travesso rapaz adquiria a fria placidez, que era sua expressão ordinária.

(O Tronco do Ipê, p.28)

Essa característica agressiva do menino, na maior parte do romance, é construída como positiva pelo narrador. Os ímpetos agressivos que tomavam de assalto, de quando em quando, o protagonista, são apresentados como fonte de conquistas e coragem para Mário. Nesta descrição, inclusive, outra imagem antiquíssima que ainda é fortemente relacionada ao masculino foi mobilizada: os homens carregariam uma “superabundância de seiva”, próximos que estariam da natureza...:

⁴¹ Para obter mais informações a esse respeito conferir o sub-capítulo intitulado *José de Alencar e a experiência da derrota*, p.192-203, in: CHALHOUB (2003).

Esse menino frio, de poucas palavras, movimentos graduados que parecia querer tomar unas ares ridículos de homem sério; essa natureza de ordinário inerte ou pelo menos tolhida, tinha intermitências incompreensíveis, durante as quais se operavam as expansões enérgicas e vigorosas de seu organismo.

Era o gamo, condenado por muito tempo à imobilidade, que uma vez solto, arroja-se por despenhadeiros e precipícios. Nada o detinha então; **arrostava o perigo e vencia o obstáculo com agilidade e impavidez admiráveis**. Havia nesse corpo uma superabundância de seiva, que precisava desperdiçar, para não ficar sufocado. Depois voltava à sua habitual calma e sisudez.

(...)

Embora pudesse conter por muito tempo as expansões de seu organismo (...) depois de uma dessas abstinências, não havia uma expansão, e sim uma explosão. Era como se o menino tivesse encerrado no corpo um fluído elétrico, que procurasse desprender-se por sucessivas descargas.

Depois de uma ginástica desesperada sobre os mais finos galhos da árvore, Mário, para rematar esse primeiro ato da sua representação acrobática, lançou-se da grimpá do jambeiro e desceu às cambalhotas, suspendendo-se ora nas mãos, ora nos pés.

(O Tronco do Ipê, p.36-37; ênfase adicionada)

Em outra passagem fica ainda mais clara a exaltação que o narrador faz das características de uma masculinidade audaciosa emprestadas a seu personagem:

Um perigo vencido é um degrau que sobe a alma do homem, e do alto do qual olha sobranceira as misérias que lhe vão ficando abaixo dos pés; é um apoio em que se firma para arrojá-lo-se avante. À medida que Mário afrontava a bruteza daquele sítio escabroso, sentia-se mais forte; a têmpera de sua alma apurava-se no atrito daquelas penhas brancas e porventura tomava a seu contato alguma coisa de ríspido e áspero.

O desenvolvimento físico de seu organismo apurava esse crisol do espírito. O corpo adquiria mais vigor e robustez que punha ao serviço das audácias de uma curiosidade infantil.

(O Tronco do Ipê, p.92)

Mas além desse elogio às características agressivas do rapaz, há ainda ao longo de toda a história uma identificação que se constrói entre ele e o leitor. Vamos desconfiando, e muito aos poucos descobrindo junto com o protagonista Mário, que de fato ele e sua mãe tinham sido enganados pelo Barão da Espera na ocasião da morte de seu pai, José Figueira, quando ele ainda era recém-nascido, por volta de 1850. Com a morte do pai de Mário, proprietário da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, o Barão da Espera se aproveita da proximidade que tinha com o falecido e forja um documento no qual a fazenda era transferida para seu nome.

Note-se, com isso, que Mário não é um herói com grandes propósitos em relação a causas coletivas. A defesa da propriedade privada, da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, que ficaria no vale do Paraíba fluminense, onde, aliás, se desenrola toda a história, é a grande fonte para a construção de toda a trama na qual se destaca o arredo rapaz. Essa defesa da propriedade oferece também a legitimidade para uma pretensa construção de identificação entre o leitor e o gênio agressivo de Mário. Ele é, portanto, um herói de sua família, de seu sangue, um herói do mundo privado. Um herói que, aqui como alhures, se move para vingar o pai!

Podemos dizer que a próxima citação sintetiza o livro. Nela vemos a frieza e crueldade do protagonista; a desconfiança e a rivalidade alimentada por Mário em relação ao Barão, que atravessa o romance inteiro; a frequente utilização que o rapaz faz de Alice, filha do Barão, para atingi-lo. Essa passagem narra o momento em que Mário tentava salvar a menina quando ela caiu no redemoinho do lago da fazenda, mesmo lugar onde o pai de Mário havia morrido. É também o mesmo local em que o Barão, mais tarde Mário o saberia, havia recusado socorro ao seu pai:

O terrível problema desenhou-se pois bem claro no espírito de Mário; ou restituir a vítima ao abismo, ou morrer com ela.

A solução não podia ser duvidosa. Se de um lado o instinto poderoso da conservação falava no coração do menino, do outro lado a antipatia que lhe inspirava a filha do barão devia afastar-lhe a idéia de qualquer sacrifício; já não era pequeno o perigo corrido até àquele momento.

Era essa a lógica do coração; mas o orgulho de Mário e o seu desdém pela vida, apresentavam-lhe as coisas por outro prisma. Arrancar Alice ao remoinho, não era para ele rasgo de generosidade ou filantropia; não, era pura e simplesmente uma satisfação de amor-próprio, uma questão de brio.

No seu pundonor infantil, ele se consideraria um covarde, cedendo ao remoinho; ficaria humilhado se não domasse dessa vez ainda o abismo, arrancando-lhe do bojo a vítima, já quase devorada. Pouco lhe importava o nome da vítima; no instante daquele supremo transe talvez nem se lembrou que objeto, que fardo, era esse tão estreitamente unido a seu peito. Fosse, em vez da menina, um cão, lutaria da mesma forma.

De quem se recordou de relance, foi do barão; e recordou-se pensando no imenso prazer que teria se o esmagasse com seu triunfo e seu desprezo. Afigurava-se a Mário que o exemplo de heroísmo e abnegação dado por ele havia de ser para o rico fazendeiro um motivo de sofrimento e despeito. Por que motivo? Não poderia explicar; era um vão pressentimento.

(O Tronco do Ipê, p.97)

Adiante na narrativa o rapaz se torna o prometido de Alice, mesmo ela sendo a principal vítima de sua agressividade de acordo com o romance, como veremos. Mas segundo o narrador não seria a menina quem mais sofreria com tal situação, e sim o sádico protagonista, tendo dessa forma essa sua conduta justificada pelo mesmo narrador:

Ele sentia um prazer cruel fazendo sofrer essa gentil menina.
 Não era ela a fibra mais sensível d'alma do barão, o único ponto do coração em que ele podia ferir a esse homem rico, feliz e estimado?
 Algumas vezes tão mesquinha vingança revelava-se ao espírito lúcido do mancebo em toda a sua odiosa nudez; e então ele indignava-se contra si mesmo. Mas um pensamento vinha a atenuar a vergonha que essa revelação lhe inspirava. Também ele sofria, e mais do que ela; por que sofria por ambos.
 (...)

 Entre aquelas duas almas jovens, ricas e generosas, que o amor atraía e a fatalidade separava, não era decerto a de Alice a mais provada pela desgraça. Ver murchar a esperança que nosso coração afagou desde a infância, é triste sem dúvida, mas não se compara com os transes da subversão que dilacera uma alma, como o terremoto revolve o solo.

(O Tronco de Ipê, p.197)

Essa passagem nos mostra, por outro lado, um detalhe importante da agressividade dessa personagem masculina: ela já não coincidia com a violência física de outros tempos. A agressão do rapaz ao Barão era *mediada* pela relação que mantinha com a filha desse. Um indício de cultivo do ódio masculino, sem dúvida, mas também indicativo de certas permanências, como a posição fragilizada em que a mulher é representada nessa trama, ou a centralidade que o sentimento competitivo tinha na vida daqueles homens. Ao fim do romance, para machucar ainda mais Alice, Mário ameaça abandonar a fazenda. A menina fica extremamente abalada com a notícia e o Barão, se sentindo culpado pela infelicidade da filha, acaba resolvendo contar a verdade ao rapaz, revelando a farsa que inventara para se apossar da fazenda que pertencia ao pai de Mário.

Eis, portanto, o primeiro herói de José de Alencar: dono de um gênio agressivo; que utiliza a mulher como um objeto; e completamente fechado em seu pequeno drama individual. A vitória de Mário sobre o Barão aparecerá como o grande desfecho do romance, o grande prêmio, o grande símbolo de sua – de Mário – honra recobrada (e da sua família ultrajada no passado).

Enfim, num período em que os homens estão tendo questionado um antigo monopólio sobre o exercício da violência e da agressividade, em sua forma pessoal, particular, privada, para as instituições do Estado⁴² – ainda que ele também fosse masculino no período, não nos esqueçamos – José de Alencar parece ter ido justamente resgatar no passado, a história se passa em 1850, um enredo que atenuasse sua insatisfação⁴³ diante do tempo presente, diante da queda do poder do privado que se anunciava, sobretudo na conquista da Lei do Ventre Livre, implementada em 1872, contra a qual vigorosamente lutou naqueles anos. Buscou construir uma história em que o uso privado da agressividade era legítimo e capaz de garantir a justiça.

O romance *Til* (1871) também se passa em uma fazenda, mas desta vez no interior da província de São Paulo, perto de Campinas, e José de Alencar dá a entender que a história se desenvolvia naquela época da publicação. Como bem lembra CHALHOUB (2003, p.199) sobre a relação entre esse romance e o outro discutido anteriormente, a sensação que se tem é a de que *personagens e temas se repetem: rapazes, sinhás-moças, escravos fiéis; mistérios, amores impossíveis, tramas matrimoniais*. A construção de algumas personagens masculinas de destaque na história, no entanto, se apresenta de maneira um pouco distinta do romance anterior. Se naquele é a convivência com a agressividade privada que marca os momentos em que se discorre sobre o protagonista, em *Til* é a condescendência do narrador com a atividade sexual relacionada à ostentação viril que se destacará em sua abordagem de personagens masculinas.

As principais figuras masculinas em *Til* são as de João Fera⁴⁴ e as de Luís Galvão e seu filho Afonso, duplo do pai, cuja semelhança é incessantemente lembrada pelo narrador. A passagem a seguir, que trata da relação entre Luís Galvão e João na juventude, é elucidativa do lugar que cada um irá ocupar na adultez, faixa etária de ambos na maior parte da narrativa:

⁴² Cf. Vellasco (2004).

⁴³ A bibliografia consultada sugere que a sensação de melancolia, de luto, de perda, teria marcado as masculinidades de diferentes lugares do mundo, na passagem do século XIX para o XX: isso fica evidente no estudo que Albuquerque Júnior (2003) fez sobre a emergência da figura do nordestino no Brasil; também em Pérsico (2009) que, num escopo mais ampliado, verifica tal situação na América Latina em geral; da mesma forma podemos ver tal questão em Forth (2006), que estuda especificamente o caso da França; por fim, Le Rider (1992), que encontra uma situação parecida em sua pesquisa sobre a modernidade vienense.

⁴⁴ Uma análise mais detida dessa personagem pode ser encontrada em Chalhoub (2003, p.199-200).

Luís Galvão era magano e fragueiro; gostava de bulir com as raparigas e pregar peças aos caipiras. Daí resultavam constantes desavenças, em que Jão, para defender o moço, tinha necessidade de desancar os assaltantes, pagando em muitas ocasiões com a pele as aventuras galantes do jovem patrão.

Uma vez travou-se tão renhida a luta, que o Bugre prostrou morto a seus pés um arrieiro com quem Luís Galvão puxara briga, oferecendo vinte patações pela mula de estimação em que ele montava, a fim de fazer torresmos do couro. Irritou-se o tropeiro por tal forma com o sarcasmo, que teria com certeza morto ao filho do fazendeiro, se Jão não lhe arrostasse a fúria.

Com algum dinheiro tapou-se a boca aos parentes do morto e acomodou-se tudo; de modo que o Bugre continuou a acompanhar o patrão em suas correrias.

(Til, p.187)

Jão tinha aparência indígena e chegou sozinho na fazenda do pai de Luís Galvão ainda criança e ali fora criado como um afilhado. Com o passar do tempo, os lugares vão se definindo e Jão passa, aos poucos e sutilmente, a assumir um posto subalterno na relação que mantinha com aquele com quem havia sido criado. Assim, se por um lado estava sempre unido ao filho de seu bem-feitor, por outro tinha de assumir a pior parte das consequências das “aventuras galantes do jovem patrão”. Eis que num dado momento Jão se separa do patrão por esse ter feito algo com o qual jamais concordou e é aí que se torna o Jão Fera, o assassino de aluguel mais temido da região. Luís Galvão, já casado, estupra Besita, uma antiga namorada sua com a qual Jão se identificava muito. É desse estupro que se origina Berta, personagem central do romance e que dá título a ele:

Já todos dormiam na casa, quando ela [Besita], deixando a janela, deitou-se. Nesse instante ouviu sobressaltada bater à porta. Quem seria, àquela hora? Soaram os passos de Zana no corredor e logo depois a voz da preta a trocar perguntas e respostas com a pessoa que batia. Afinal rangeu a chave na fechadura.

- Nhazinha, é sinhô!

Ia Besita levantar-se precipitadamente para receber o marido, quando sentiu no escuro que dois braços a cingiam e uma carícia atalhava-lhe a palavra dos lábios.

Ao bruxulear da madrugada, Zana acudindo o chamado da moça foi achá-la debruçada em pranto na maior consternação.

- Tu me perdeste, Zana! Não era meu marido!

- Quem era então, Nhazinha? Perguntou a preta espantada.

- Olha! Disse a moça mostrando-lhe o vulto de Luís Galvão que se afastava.

- Meu Jesus do céu! Exclamou Zana caindo de joelhos aos pés da senhora.

(Til, p. 194-195)

Como já dissemos, após esse episódio Jão Fera se torna um capanga e nessa condição é descrito pelo narrador como um animal: solitário, taciturno, calado, explosivo... Uma adulez representada de modo muito distinto da de Luís Galvão, marcada pela tranqüilidade de sua fazenda herdada, e pela presença da solícita esposa e um casal de filhos.

Jão Fera nunca abandonara a violência com a qual se habituou na juventude devido, em boa medida, às folganças do antigo irmão-patrão, e é representado de maneira severa pelo narrador ao longo da história, como um criminoso de fato. O mesmo tom severo não aparece, no entanto, nas representações acerca de Luís Galvão, como se os desatinos por ele cometidos fossem apenas coisas do passado, da juventude, como algo que não parecia ter mais ligação alguma com o adulto daquele momento. O que queremos dizer é que a parcela de culpa de Luís Galvão na construção da trajetória violenta de Jão Fera, o que sem dúvida o levava mais tarde ao crime, não é ressaltada pelo narrador. O tom brincalhão utilizado pelo narrador na descrição da violência de Jão enquanto encobria as “aventuras galantes” do jovem patrão, que gostava de bulir com as raparigas e pregar peças aos caipiras, desaparece quando Jão passa a utilizar a violência em seu benefício próprio, para ganhar dinheiro e viver livremente. Ou seja, a sensação que se tem é a de que a diferença das posições de cada indivíduo naquela sociedade hierárquica parecia valer para o narrador no momento em que construía seus julgamentos bastante explícitos ao longo da narrativa.

Ao final da história Luís Galvão é perdoado pelo estupro, simplesmente devido à bondade de todas as mulheres da narrativa, pela esposa, por Berta – sua filha originada do estupro – e pela senhora que criou Berta, já que sua mãe morreu quando ainda era recém-nascida. O estupro praticado por alguém daquela posição social era, para o narrador, apenas algo a ser perdoado, algo que se resolveria no privado⁴⁵. Nada de que a bondade cristã não pudesse se encarregar... inclusive para manter intacta a “ordem das coisas”, ou a ordem hierárquica existente naquele universo no qual Luís Galvão era o mais poderoso.

⁴⁵ Luís Galvão já estava acostumado a resolver questões delicadas, como um assassinato, no âmbito do privado desde a juventude, conforme pudemos ver em citação anterior: “Com algum dinheiro tapou-se a boca aos parentes do morto e acomodou-se tudo” (Til, p.187).

Na mesma ocasião Berta, com toda a sua bondade infinita exaltada pelo narrador, persuade até mesmo o revoltado Jão a abandonar seu ódio e sua vida de matador para viver sob sua proteção cuidando da pequena propriedade em que viviam. Ao mesmo passo em que Jão Fera não constitui mais uma ameaça à ordem senhorial, Luís Galvão reafirma seu poder, pois com o perdão dos principais envolvidos no caso do estupro se livra de uma possível censura que poderia sofrer devido àquele procedimento criminoso que cometera. Essa ordem hierárquica, ameaçada pelas leis anti-escravistas, parecia ser, portanto, fundamental para o autor uma vez que organiza sua maneira de representar a diversidade dos sujeitos masculinos. Os privilégios de uma camada abastada incluem alguns privilégios masculinos, em oposição aos que estão nas escalas inferiores de poder, pois somente sobre esses a punição por algum excesso recairia.

Como havia dito acima, Afonso, o filho do barão, que levava inclusive o nome do avô, parece representar um duplo do pai, de acordo com a construção narrativa. Vejamos como isso se dá:

Afonso era o retrato da irmã. Pareciam-se como gêmeos e gêmeos tinham nascido. Mas nele a gentileza era um fogo de artifício; **a índole jovial, que herdara do pai, lhe estava constantemente a brincar no gesto prazenteiro e nas cascatas do riso cordial e folgazão.**

Era tal a aparência dos dois irmãos, que um dia, havia tempos, Afonso lembrou-se de fazer uma travessura. Vestiu-se com roupas da irmã, e tomando uns ares hipócritas, saiu ao encontro de Berta que vinha visitar Linda, como de costume. A moça, cuidando ver a amiga, correu a abraçá-la e cobriu-a de uma chuva de beijos, que lhe foram pontualmente retribuídos.

Foi depois de ter a seu gosto recebido as carícias da moça, e comido-lhe a beijos o saboroso encarnado das faces, que o brejeiro tirando a capelina da irmã, apresentou a sua cabeça de rapaz, desornada da basta madeixa, que ondulava pelas espáduas de Linda, quando ela a trazia solta no passeio da manhã.

(Til, p.71-72; ênfase adicionada)

Tal passagem, ao mesmo tempo em que nos permite lembrar que Afonso vestindo as roupas da irmã, embaralha os gêneros, da mesma forma chama a atenção para o gênio “folgazão” do rapaz, adjetivo próximo dos que o autor utiliza para descrever a índole de seu pai na juventude, “magano e fragueiro”, utilizada para desculpar os atos inconsequentes que aquele cometia, covardemente ancorado por Jão. Outra semelhança que salta aos olhos, e que não parecia estar separada da qualidade de “folgazão”, é a qualidade

de ser namorado. Assim como seu pai, Afonso gostava de “bulir com as raparigas”, e fazia de tudo para conseguir uns beijos de Berta, embora sempre se fizesse de tonto, como se estivesse levando tudo na brincadeira:

Afonso, este namorava Berta às escâncaras, com o recacho e brinco próprios de seu gênio. Essa mesma sinceridade e deslante de seu afeto eram véu para ocultá-lo a olhos suspicazes. Quem o via sempre a gracejar com a menina, acreditava que isso não passava de travessura de moço folgazão sem tinta de malícia.

(Til, p.80; ênfase adicionada)

São muitas as cenas em que vemos Afonso sempre em tom de gracejo e cheio de liberdades no trato com Berta, menina “sem posição social” naquele universo hierárquico:

Quando pronunciava baixinho as últimas palavras, viu Berta uma formosa cabeça magana e brejeira, que se insinuava arteiramente entre seus lábios e o ouvido da companheira, soltando estas palavras com um tom de motejadora confidência:

- Eu também entro no segredo!

Era o Afonso.

- Ai! Exclamou Berta, sentindo nos lábios o roçar do buço macio que pungia a face do mancebo.

- Que abelhudo é você, mano! Acudiu Linda, um tanto contrariada por não ouvir o resto do que tanto lhe interessava.

- Não disfarce, menina, você mesma é que me disse que Inhá estava me chamando para dar-me um bei...

- Um beliscão! Atalhou Berta cravando-lhe no braço a unha rosada, mas rija como a garra da araponga.

E abrindo rapidamente a porta, ganhou a alcova, com o sentido de fechar-se por dentro e evitar assim a desforra que o Afonso não deixaria de tomar e que ela bem suspeitava qual fosse.

Mas transtornou-lhe todo o plano o maganão, metendo de pronto o joelho à porta, antes que a chave desse volta. Começou então uma luta, que devia terminar pela derrota de Berta, apesar do petulante arrojo da menina, habituada aos folguedos de rapazes, e da galanteria com que Afonso moderava o seu impulso, a fim de não molestar a sua gentil competidora, e também para não lograr tão fácil a vitória.

(Til, p. 210-211)

Assim como o pai na juventude gostava de “pregar peças aos caipiras e bulir com as raparigas”, ou seja, se comportava como alguém que podia fazer o que quisesse

com homens e mulheres pobres⁴⁶, podemos ver ecos desse tipo de arrogância nas perseguições que Afonso fazia a Berta, ainda que sempre apresentadas pelo narrador em clima de brincadeira:

Sobressaltou-a, porém, o ramalhar das árvores, agitadas por forte impulso; cuidando que a ameaçava um novo perigo, voltou o rosto para descobrir a causa do rumor.

Devia de ser ameaçador o que viu; pois desfechou numa carreira cega por entre o arvoredo, sem embaraçar-se com as vergôntes a lhe baterem no rosto, e os gravetos que rasgavam a saia de seu vestido novo de cassa.

Amiúde olhava para trás e redobrava de ligeireza, sentindo-se perseguida por um inimigo que vinha sobre ela com extrema velocidade e não tardaria alcançá-la.

Com efeito já o estrépito dos passos no chão se confundiam; e soava a seus ouvidos o sussurro da respiração que resfolgava com o esforço da corrida.

Ouviu-se um grito de susto.

Colhida em sua carreira, a gentil menina estremecia entre os braços de Afonso, como a rola nas mãos de travesso menino; mas não podia estancar o riso brejeiro que, represo nos lábios mimosos, lhe estava borbulhando na covinha das faces e no gesto petulante.

- E agora! Exclamou o rapaz apinhando os lábios num beijo papudo.

- Ai!

(Til, p. 242)

E essa identificação entre pai e filho, tecida pelo autor ao longo de toda a narrativa, é então escancarada no trecho em que o próprio pai, na ocasião da festa em que toda a população das fazendas se reunia na vila de Piracicaba, já quase no fim romance, de cima da sacada se vê em seu filho, lembrando com ternura sua época de jovem namorador:

Desde alguns momentos o olhar de Luís Galvão descobrira da janela fronteira o filho a falar com Berta, e não se arredara mais do grupo. Aquele quadro brilhante da juventude, borrifado com os sorrisos da alegria e perfumado com as fagueiras primícias do coração, despertavam nele reminiscências tão suaves, dormidas no fundo da alma!

Lembrava-se das festas de outrora, quando era moço como o filho, e ali, na mesma vila de Piracicaba, tantas vezes escapulia da família para seguir o rancho de moças onde ia Besita, e à sorrelfa apertar-lhe a mão, ou trocar uma palavra balbuciada a medo.

⁴⁶ Consideramos muito clara a relação entre essas representações e os costumes dos homens do período colonial descritos por Vainfas (1996, p.69), de ostentarem sua atividade sexual tão valorizada pelos demais, com as mulheres solteiras, que conforme já dissemos, na época significava mulher sem a proteção de um pai ou um marido.

Para mais avivar as cores a essa tela da mocidade, que os anos tinham desbotado, ressurgiram aí diante de seus olhos as próprias figuras do gracioso painel; ele retratado na pessoa de Afonso; ela, revivendo na gentileza de Berta.

(Til, p.317)

São, portanto, pai e filho, homens cujas personalidades masculinas representadas estão bastante marcadas tanto pelo traço da ironia, da brincadeira, do sarcasmo, da ousadia e da desobediência, quanto pelo traço do ser namorador, perseguidor de mulher e protegido do compromisso e das consequências de alguma relação mais séria pela postura zombeteira que também os caracteriza. Homens com privilégios perdoáveis, já que os excessos do privado não atrapalhavam suas vidas públicas em nada⁴⁷, conforme fica evidente na trajetória de Luís Galvão. Homens cujos privilégios de posição social se confundem com privilégios masculinos.

2. Machado de Assis e os homens abastados da corte

Nos espaços urbanos representados por Machado de Assis a violência em sua conexão com a masculinidade parece não ter lugar. Já o costume masculino de “bulir com as raparigas”, tal como o descrevia José de Alencar, se faz presente nas histórias machadianas, ainda que apresentado de uma maneira bastante negativa pelos narradores, em cada uma delas.

Em *Confissões de uma viúva moça*, a suposta escritora das cartas que compõem o conto foi enganada por um “**sedutor vulgar** que só se diferenciava dos outros em ter um pouco mais de habilidade que eles” (p.136, ênfase adicionada). Isso, no entanto, não parece abalar a moça que, mesmo tendo sido abandonada pelo tal sedutor vulgar, achava-se, ao final do conto, completamente reabilitada e curada da dor que sentira. O que representa também outra postura feminina diante daquele modo de ser masculino.

⁴⁷ Talvez não por acaso o próprio José de Alencar tenha utilizado do público para seu benefício próprio, como o interessante estudo de Rocha (1998), sobre a inserção daquele escritor no campo das letras, demonstra. Rocha (1998, p.25) o vê como um protótipo do homem cordial, conceito forjado por Sérgio Buarque de Holanda, para designar justamente as consequências negativas da “hipertrofia da esfera privada” na vida dos brasileiros.

Em alguns contos de Machado, o apreço pela promiscuidade aparece como uma característica de determinados personagens masculinos, geralmente rapazes e homens envolvidos com um estilo de vida pautado pelas festas e pela experiência da vida noturna. Esse é o caso de Luís Soares, protagonista do conto cujo título leva seu próprio nome:

A aurora para ele era o crepúsculo, o crepúsculo a aurora. Dormia doze horas consecutivas durante o dia, quer dizer das seis da manhã às seis da tarde.

(...)

Graças a uma boa fortuna que lhe deixara o pai, Soares podia gozar a vida que levava, esquivando-se a todo o gênero de trabalho e entregue somente aos instintos da sua natureza e aos caprichos do seu coração. Coração é talvez demais. Era duvidoso que Soares o tivesse. Ele mesmo o dizia. Quando alguma dama lhe pedia que ele a amasse, Soares respondia:

- Minha rica pequena, eu nasci com a grande vantagem de não ter coisa nenhuma dentro do peito nem dentro da cabeça. Isso que chamam juízo e sentimento são para mim verdadeiros mistérios. Não os compreendo porque os não sinto.

(Luís Soares, p.37-38)

A relação do rapaz com as mulheres era conduzida pelos seus “instintos e caprichos”, e não pelo “juízo e o sentimento”, esses desconhecidos para ele, o que o afastava de qualquer relação estável. A relação mais estável que ele tenta empreender com uma prima foi em nome do dinheiro daquela, já que a fortuna do jovem havia sido toda gasta. Quando ela percebe o interesse de Luís, a moça termina a relação. Luís Soares, se vendo então pobre e sem alternativas, acaba se matando. O mesmo egocentrismo que marcava a experiência hedonista dessa personagem masculina, o leva a morte.

Vasconcelos, por sua vez, um dos protagonistas de *O segredo de Augusta*, era casado, o que, contudo, não o impedia de levar uma vida parecida com a de Luís Soares: “Vasconcelos recolhia-se tarde; acordava sempre depois do meio-dia; e saía às ave-marias para voltar na madrugada seguinte. Quer dizer que fazia com regularidade algumas pequenas excursões à casa da família” (O segredo de Augusta, p.91).

Pela descrição de seu melhor amigo, Batista, podemos ver a que tipo de coisas Vasconcelos estava habituado: “Batista era um rapaz de vinte e cinco anos; era o tipo acabado do pândego; excelente companheiro numa ceia de **sociedade equívoca**, nulo conviva numa sociedade honesta” (O segredo de Augusta, p.92; ênfase adicionada). A esses dois ainda se juntava Gomes, também na casa dos vinte anos, formando assim, os três, “a

trindade do prazer e da dissipação, ligada por uma indissolúvel amizade” (“O segredo de Augusta”, p.93).

O narrador parecia, assim, se posicionar moralmente diante desse modelo de masculinidade. Os três integrantes da “trindade do prazer e da dissipação”, trindade que para o autor de santíssima não tinha nada, eram desenvoltos em uma sociedade designada por ele de “equivoca”, em oposição a uma “sociedade honesta”. Esse tom de julgamento também vai aparecer no conto *Miss Dollar*, na apreciação que o narrador faz de outro personagem com as mesmas características desses que venho apresentando:

Chamava-se Jorge esse rapaz que gastava duzentos mil-réis por mês, sem os ganhar, graças à longanimidade da mãe. (...) Não perdia representação de importância no Alcazar; montava bons cavalos, e enriquecia com despesas extraordinárias as algibeiras de **algumas damas célebres e de vários parasitas obscuros.**

(Miss Dollar, p.26; ênfase adicionada)

Além da promiscuidade e do desprezo pelo trabalho, a vaidade também aparecia como uma forte marca desses “pândegos” individualistas e hedonistas que povoam os *Contos Fluminenses* (1870) de Machado, como fica evidente tanto na descrição de Jorge, de *Miss Dollar* quanto na de Batista, de *O segredo de Augusta*:

Tinha chiste e certa inteligência, mas era preciso que estivesse em clima próprio para que se lhe desenvolvessem essas qualidades. No mais era bonito; tinha um lindo bigode calçava botins do Campas, e vestia no mais apurado gosto; fumava tanto quanto um soldado e tão bem como um lorde.

(O segredo de Augusta, p.92)

Alguns desses personagens masculinos são severamente punidos pelos implacáveis narradores que, ao longo de cada narrativa, preparam para aqueles farristas a humilhante e desesperadora experiência do endividamento. Isso se passa com Luís Soares que:

Cuidava que os seus bens eram renascentes como as cabeças da hidra antiga. Gastava às mãos largas; e os contos de réis, tão dificilmente acumulados por seu pai, escapavam-se-lhe das mãos como pássaros sequiosos por ar livre. Achou-se, portanto, pobre quando menos o esperava. Um dia de manhã, quer dizer às ave-marias, os olhos de Soares viram escritas as palavras fatídicas do

festim babilônico. Era uma carta que o criado lhe entregara dizendo que o banqueiro de Soares a havia deixado à meia-noite. O criado falava como o amo vivia: ao meio-dia chamava meia-noite.

(Luís Soares, p.38)

Vasconcelos também é pego de surpresa pela mesma figura do credor, em *O segredo de Augusta*:

Pelas quatro horas Vasconcelos dispunha-se a sair, quando vieram anunciar-lhe a visita do Sr. José Brito.

Ao ouvir este nome o alegre Vasconcelos franziu o sobrolho.

Pouco depois entrava no gabinete o Sr. José Brito.

O Sr. José Brito era para Vasconcelos um verdadeiro fantasma um eco do abismo, uma voz da realidade: era um credor.

(O Segredo de Augusta, p.97)

Seu estremecimento não era em vão, sua falência estaria de fato muito próxima, segundo o narrador. Quando o Sr. José Brito insiste em receber o dinheiro que Vasconcelos o devia, esse responde:

- Mas se eu não tenho! – disse ele.

- É uma coisa que o deve incomodar muito, mas que a mim não me causa a menor impressão... isto é, deve causar-me alguma, porque o senhor hoje está em situação precária.

- Eu?

- É verdade; as suas casas da rua da Imperatriz estão hipotecadas; a da rua de S. Pedro foi vendida, e a importância já vai longe; os seus escravos têm ido a um e um, sem que o senhor o perceba, e as despesas que o senhor há pouco fez para montar uma casa a certa **dama da sociedade equívoca** são imensas. Eu sei tudo; sei mais do que o senhor...

(O Segredo de Augusta, p.98; ênfase adicionada)

Podemos pensar que o endividamento só aparece como uma possibilidade de punição, como foi a alternativa escolhida pelos narradores das histórias de Machado de Assis, porque no espaço urbano havia uma presença maior do Estado. O credor, ou o banqueiro, estão amparados pela lei. A linguagem objetiva utilizada por eles, a alusão a documentos, revela a impessoalidade dessas relações no espaço urbano, e a impossibilidade de ajeitar as coisas com a influência de um sobrenome ou de um meio social privilegiado no qual até então vivia. Sabemos que o endividamento no mundo rural representado por José de Alencar poderia tomar rumos bem diferentes. Matava-se o cobrador e “com algum

dinheiro tapava-se a boca aos parentes do falecido”... Ou o próprio cobrador mandava matar o devedor e tomava-lhe sua propriedade⁴⁸.

A expressão valorativa já utilizada por Machado de Assis em outro trecho reaparece na última citação: “sociedade equívoca”. A clara menção à prática do adultério por parte de Vasconcelos está também envolvida na fala taxativa do credor. Nesse sentido, consideramos que a alusão à dívida, nos dois casos narrados por Machado de Assis, parece indicar não só um indício de fracasso financeiro, mas também de um fracasso moral. Inclusive, a dívida parece vir como uma possibilidade de regeneração nos dois sentidos, financeiro e moral, já que traz consigo a necessidade de reflexão sobre as conseqüências desse fracasso:

Quando o credor saiu, Vasconcelos entrou a meditar seriamente na sua vida.
Até então gastara tanto e tão cegamente que não reparara no abismo que ele próprio cavara a seus pés.
Veio porém adverti-lo a voz de um dos seus algozes.
Vasconcelos refletiu, calculou, recapitulou as suas despesas e as suas obrigações, e viu que da fortuna que possuía tinha na realidade menos da quarta parte.
Para viver como até ali vivera, aquilo era nada menos que a miséria.
(O Segredo de Augusta, p.99)

Os privilégios masculinos, associados aos privilégios de posição social nas narrativas de Alencar, parecem não se sustentarem nos espaços urbanos representados por Machado de Assis. A promessa da impessoalidade do Estado, que institui a igualdade de todos os cidadãos perante a lei – apesar da existência da escravidão no período, fato para o qual Machado não deu tanta ênfase nesses contos –, parecia ser central nessas narrativas de Machado. Pois era essa promessa que faria com que as garantias de uma camada social abastada, a qual estavam associados antigos privilégios de alguns sujeitos masculinos, não fossem mais possíveis. Característica moderna pela qual o mulato Machado de Assis parecia ansiar com interesse especial.

Outro grupo de personagens masculinos também aparecerá nos *Contos Fluminenses*, em geral representados com maior benevolência pelos narradores. A

⁴⁸ Segundo Chalhoub (2003, p.194) nessa representação de Alencar haveria uma “pesada dose de verossimilhança, diante do que hoje sabemos sobre o vale-tudo fundiário reinante nos brasis em meados do século XIX: invasões de terras públicas, chicanas jurídicas, conflitos entre posseiros e outras artimanhas eram o modo de constituir a grande propriedade agrícola no período”.

característica principal que interliga esses outros personagens é a misantropia, marca de outro modo de ser masculino naquela conjuntura. Em sua maioria são homens bem sucedidos financeiramente e que preferiam o trabalho, os livros e os animais, à companhia de qualquer ser humano.

Em *A mulher de preto*, Estevão, bastante ligado ao trabalho e aos livros – o que o tornava além de franzino, bastante solitário – é representado pelo narrador como um verdadeiro modelo em quem o leitor poderia se espelhar:

Estevão era o tipo do rapaz sério. Tinha talento, ambição e vontade de saber, três armas poderosas nas mãos de um homem que tenha consciência de si. Desde os dezesseis anos a sua vida foi um estudo constante, aturado e profundo. Destinado ao curso médico, Estevão entrou na academia um pouco forçado; não queria desobedecer ao pai. A sua vocação era toda para as matemáticas. Que importa? – disse ele ao saber da resolução paterna; - estudarei a medicina e a matemática. Com efeito teve tempo para uma e outra coisa; teve tempo ainda para estudar a literatura, e as principais obras da antiguidade e contemporâneas eram-lhe tão familiares como os tratados de operações e de higiene. Para estudar tanto, foi-lhe preciso sacrificar uma parte da saúde. Estevão aos vinte e quatro anos adquirira uma magreza, que não era a dos dezesseis; tinha a tez pálida e a cabeça pendia-lhe um pouco para a frente pelo longo hábito da leitura. Mas esses vestígios de uma longa aplicação intelectual não lhe alteraram a regularidade e harmonia das feições, nem os olhos perderam nos livros o brilho e a expressão.

(A mulher de preto, p.61)

Em uma visita que Estevão fez ao teatro Lírio conheceu Menezes, de quem acabou se tornando próximo, para o espanto do amigo que apresentara um ao outro e que já lhe havia dito: - *Meneses é um misantropo, e um cético; não crê em nada, nem estima ninguém* (*A mulher de preto*, p.59). Ao longo do conto descobrimos que o afastamento de ambos em relação às pessoas se desembocava numa mesma questão: no apego que tinham ao trabalho e, principalmente, aos livros.

Daí a dez minutos parava o cupê à porta de uma casa da rua do Lavrado.

Apearam-se os dois e subiram.

Menezes mostrou a Estevão o seu gabinete de trabalho, onde havia duas longas estantes de livros.

- É a minha família – disse o deputado mostrando os livros. – História, filosofia, poesia... e alguns de política. Aqui estudo e trabalho. Quando cá vier, é aqui que o hei de receber.

(A mulher de preto, p.60)

Esse fascínio pela erudição, que marca inclusive o corpo de Estevão, magro e com a cabeça pendente, e que faz com que Meneses chegue inclusive a considerar os livros como sua família, também marca a personalidade do Dr. Mendonça em *Miss Dollar*. Assim como Estevão, Dr. Mendonça também era jovem, médico, bem sucedido nos estudos, mas solitário. Como Meneses, Dr. Mendonça também tinha uma família singular:

Era o Dr. Mendonça homem de seus trinta e quatro anos, bem apessoado, maneiras francas e distintas. Tinha-se formado em medicina e tratou algum tempo de doentes; a clínica estava já adiantada quando sobreveio uma epidemia na capital: o Dr. Mendonça inventou um elixir contra a doença; e tão excelente era o elixir, que o autor ganhou um bom par de contos de réis. Agora exercia a medicina como amador. Tinha quanto bastava para si e a família. A família compunha-se dos animais citados acima [sua coleção de cães].

(Miss Dollar, p.16)

Da mesma forma que o gosto pela leitura estava estampado na “família” de Meneses, que era constituída por livros, o apreço do Dr. Mendonça pelas leituras históricas também fica explícito quando tomamos contato com sua “família”:

A coleção de cães era uma verdadeira galeria de homens ilustres. O mais estimado deles chamava-se *Diógenes*; havia um galgo que acudia ao nome de *César*; um cão d'água que se chamava *Nelson*; *Cornélia* chamava-se uma cadelinha rasteira, e *Calígula* um enorme cão de fila, vera efígie do grande monstro que a sociedade romana produziu. Quando se achava entre toda essa gente, ilustre por diferentes títulos, dizia Mendonça que entrava na história; era assim que se esquecia do resto do mundo.

(Miss Dollar, p.21)

Para nós a recorrência da imagem conjugada da masculinidade com a misantropia e a erudição, representada positivamente nas narrativas de Machado de Assis, representa uma questão difícil de ser abordada. Talvez o que possamos considerar a respeito da representação desse modo de ser masculino é que existe uma permanência nela, em relação às demais trazidas no texto até aqui: ela continua associada aos excessos, embora a excessos diferentes. Não mais o excesso de violência e de conquistas amorosas que marcava as representações masculinas construídas pelos viajantes estrangeiros, pelos redatores do periódico ouro-pretano *O Noticiador de Minas*, e pelo autor José de Alencar. Nem sequer o excesso de vaidade corporal e de festas que caracterizava uma boa parcela

dos personagens representados negativamente pela pena machadiana... Os excessos, aos quais estavam relacionados os personagens masculinos que pareciam contar com uma maior aprovação por parte do autor fluminense, seriam o da *solidão* – misantropia –, e o da *leitura* – erudição.

Talvez a solidão e a erudição em excesso fossem mais positivas, aos olhos de Machado de Assis, dentre outros motivos por que não feriam certas disposições do Estado, novo regulador das condutas dos indivíduos. Regulação que era importante, sobretudo, em espaços urbanos como o do Rio de Janeiro onde uma quantidade crescente de pessoas já se aglomerava. Essa pesquisa possibilitou perceber, portanto, que pessoas fechadas em seus mundos individuais, não violentas e bem sucedidas, podiam ser “bem-vindas” naquele contexto. Por outro lado, indica ainda que Machado de Assis esteve sensível ao fato de que o controle estatal, exercido sobre os indivíduos masculinos naquele contexto, apesar de necessário, também tinha sua dimensão de excesso.

De toda forma, a figura do misantropo com afeição aos animais aparece ainda na imaginação de Tito, protagonista de outro conto machadiano intitulado *Linha reta, linha curva*, quando aquele inventa uma história para entreter os convidados durante uma reunião:

Era nas horas da lua cheia que o solitário deixava a residência para ir passear nos arredores. Levava sempre consigo um grande macaco, que acudia pelo nome de *Calígula*.

O macaco e o homem, o homem e o macaco, eram dois amigos inseparáveis, dentro e fora de casa, na lua nova.

Mil versões corriam a respeito desse misterioso solitário.

A mais geral é que era um feiticeiro. Havia uma que o dava por doido; outro por simplesmente atacado de misantropia.

Esta última versão tinha por si duas circunstâncias: a primeira era não constar nada de positivo que fizesse reconhecer no homem hábitos de feiticeiro ou alienado; a segunda era a amizade que parecia votar ao macaco e o horror com que fugia ao olhar dos homens. Quando a gente se aborrece dos homens toma sempre a afeição dos animais, que têm a vantagem de não discorrer, nem intrigar.

O misterioso... É preciso dar-lhe um nome; chamemo-lo Daniel. Daniel preferia o macaco, e não falava a mais homem algum.

(Linha reta, linha curva, p.169)

Tito, o sujeito que contou tal história fantástica, também era um rapaz interessado no conhecimento e, assim como alguns já apresentados, o adquire de forma

bastante solitária. Após a conclusão do curso de direito, foi fazer uma viagem internacional para aprendizagem – não para divertimentos, como frisa o narrador em tom de aprovação – sem acompanhante algum:

Tito sabia juntar muita jovialidade a muita delicadeza; sabia fazer rir sem saltar fora das conveniências. Acrescia que, voltando de uma longa e pitoresca viagem, trazia as algibeiras da memória (deixem passar a frase) cheias de vivas reminiscências. Tinha feito uma viagem de poeta e não de peralvilho. Soube ver e sabia contar. Estas duas qualidades, indispensáveis ao viajante, que por desgraça são as mais raras. A maioria das pessoas que viajam nem sabem ver, nem sabem contar.

(Linha reta, linha curva, p.150-151)

E o apreço pela erudição reaparece nesse personagem ao tomarmos contato com sua sensibilidade em relação aos lugares visitados:

Tito tinha andado por todas as repúblicas do mar Pacífico, tinha vivido no México e em alguns Estados americanos. Tinha depois ido à Europa no paquete da linha New York. Viu Londres e Paris. Foi à Espanha, onde viveu a vida de Almagro, dando serenatas às janelas das Rosinas de hoje. Trouxe de lá alguns leques e mantilhas. Passou à Itália e levantou o espírito à altura das recordações da arte clássica. Viu a sombra de Dante nas ruas de Florença; viu as almas dos doges pairando saudosas sobre as águas viúvas do Adriático; a terra de Rafael, de Virgílio e Miguel Ângelo foi para ele uma fonte viva de recordações do passado e de impressões para o futuro. Foi à Grécia, onde soube evocar o espírito das gerações extintas que deram ao gênio da arte e da poesia um fulgor que atravessou as sombras dos séculos.

(Linha reta, linha curva, p.150-151)

Outro misantropo que completa a galeria presente nos *Contos Fluminenses* de Machado de Assis é o personagem homônimo do próprio conto que protagoniza, Frei Simão, que não conta, no entanto, com uma sorte tão digna quanto a de alguns personagens que também experimentam a misantropia, como é o caso de Tito, Dr. Mendonça e do deputado Meneses, todos conquistando suas amadas ao final de cada história:

Era Frei Simão de caráter taciturno e desconfiado. Passava dias inteiros na sua cela, donde apenas saía na hora do refeitório e dos ofícios divinos. Não contava amizade alguma no convento, porque não era possível entreter com ele os preliminares que fundam e consolidam as afeições.

Em um convento, onde a comunhão das almas deve ser mais e mais profunda, Frei Simão parecia fugir à regra geral. Um dos noviços pôs-lhe alcunha de *urso*, que lhe ficou, mas só entre os noviços, bem entendido. (...)

Durante os cinco dias de moléstia, a cela de Frei Simão esteve cheia de frades. Frei Simão não disse palavra durante esses cinco dias; só no último, quando se aproximava o minuto fatal, sentou-se no leito, fez chamar para mais perto o abade, e disse-lhe ao ouvido com voz sufocada e em tom estranho:
- Morro odiando a humanidade!

(Frei Simão, p.183)

Os homens abastados representados por Machado, portanto, ou são festeiros inveterados, irresponsáveis e promíscuos – representados em tom de reprovação –, ou são estudiosos bem-sucedidos e discretos, refugiados nos livros e no trabalho, amantes fiéis às suas donzelas e, acima de tudo, assombrados pela misantropia – apresentados pelos narradores de cada uma das histórias de modo bem mais favorável. Por outro lado, é o Estado que parece organizar a experiência desses dois modos de ser masculino no espaço urbano, tais quais foram representados pelo autor fluminense: se é o Estado que garante a punição do primeiro modo de ser masculino, via endividamento, é também esse mesmo Estado o responsável por fazer com que as principais marcas do segundo modo de ser masculino, solidão e erudição, fossem vistas de maneira positiva. As representações desses homens contidos de Machado de Assis são muito diferentes daquelas veiculadas na literatura de Alencar, analisada anteriormente, na qual a ostentação viril através da agressividade e da sexualidade por parte de homens pertencentes a classes abastadas permanecia sendo representada como algo perdoável.

3- A teatralização da violência masculina e a legitimação do Estado em Bernardo Guimarães

Dos personagens masculinos produzidos por Bernardo Guimarães entre 1871 e 1872, apenas dois não têm um final trágico, emblema das dificuldades com que os sujeitos masculinos lidavam com as novidades na distribuição dos papéis de gênero que naquele período passavam a conviver com as antigas formas dessa distribuição. Os amantes infiéis de Lina e Jupira morrem por meio da vingança delas, respectivamente em *A Garganta do Inferno* e *Jupira*. Roberto, o primo ciumento e inseguro da protagonista Paulina, suicida-se e Eduardo, negociante de mulas que a abandona, sugere-se que tenha enlouquecido e morrido num convento após presenciar a morte da mesma Paulina, em *A filha do*

fazendeiro. Eugênio, em *O Seminarista*, também termina a história na condição de louco. Na disputa apresentada pelo romance entre os planos dos pais de Eugênio de torná-lo padre e os desejos do rapaz, contrários àqueles planos, os projetos paternos saem vencedores, quadro que resulta na perda de sua sanidade mental.

Abordar todas essas narrativas com o detalhamento que merecem seria muito complicado para os limites dessa pesquisa. Optamos, então, por analisar mais de perto as características dos dois personagens de Bernardo Guimarães com destinos menos trágicos: Anselmo no conto *Uma História de Quilombolas* (1871) e Elias no romance *O Garimpeiro* (1872). Após abordarmos cada caso à parte, veremos como os dois se assemelham em mais de um aspecto. Começemos por Elias, protagonista de *O Garimpeiro* (1872).

O romance, logo em suas primeiras páginas, traz um dilema bastante significativo para compreendermos como Bernardo Guimarães estava lidando com a relação entre a masculinidade e a violência naquele momento. Referimo-nos aos posicionamentos divergentes que Azevedo e Elias, dois moços com características bastante diversas, assumem na discussão que se estabelece entre eles, estimulada em boa medida devido ao interesse de ambos pela mesma donzela de nome Lúcia, a filha do Major. Vejamos como Azevedo é caracterizado pelo narrador:

...trajava com elegância e certo requinte de mau gosto, porém, à última moda. Sobre o colete brilhavam-lhe a grossa cadeia do relógio, guarnecida de uma infinidade penduricalhos, a luneta com seu competente trancelim, e no peito da camisa um formidável alfinete de diamante. O colete tinha também uma cintilante abotoadura metálica. Era em tudo o tipo acabado do peralvilho da corte, todo frisado e almiscarado. Era um negociante fluminense há pouco estabelecido no lugar. (...) O jovem negociante era de conversação jovial e zombeteira. Para se inculcar de fina e polida educação escarneckia de tudo quanto era do sertão, e naquela ocasião, para dar mostras de seu espírito, começou pelas cavalladas.

(*O Garimpeiro*, p.18)

Pelo tom da descrição podemos perceber que, assim como os narradores de Machado de Assis, o narrador dessa história de Bernardo Guimarães também parecia dar atenção especial a esse tipo masculino narcisista e indiscreto que, ao que tudo indica, se tornava popular à época. Mas o contraponto apresentado por cada um deles a esse modelo masculino representado por ambos como reprovável é bastante distinto. As histórias de

Machado valorizavam os personagens masculinos pacíficos, solitários e bem sucedidos, recompensados pelos muitos estudos que adquiriram, em contraposição à condenação que faziam dos esbanjadores e irresponsáveis. Guimarães, por seu turno, embora também apresente a erudição e a solidão como características de Elias, não deixa por outro lado de enfatizar sua pobreza e seu gênio agressivo, o que o diferencia dos personagens de Machado que se opõem aos bem-vestidos fanfarrões. Ambos os modelos são civilizados: um para viver na Corte e o outro no sertão.

Elias, o protagonista, nitidamente o preferido do narrador, era correspondido por Lúcia em seu amor impossível e corria nas cavalhadas. Os deboches de Azevedo o afetam e assim se precipita uma discussão entre os dois:

Elias, que ouvia com impaciência as palavras do negociante, que humilhavam e o feriam em seu amor-próprio, julgou que não devia deixar sem resposta os motejos **daquele pelintra**, com quem, sem saber por que, embirrara desde princípio, e assentou de **confundi-lo e esmaga-lo**. Elias, que além de ter feito os estudos preparatórios, por seu amor à leitura tinha adquirido variada instrução, era de feito muito superior ao seu **adversário**.

(O Garimpeiro, p.19; ênfase adicionada)

Embora esse trecho crie a expectativa de que talvez se chegue à agressão física, a rusga entre os dois fica, no entanto, apenas no “embate dialógico”. Elias inclusive deixa claro em uma de suas respostas às zombarias de Azevedo que não era adepto da violência e que até por isso mesmo as cavalhadas eram um divertimento louvável:

- (...) O senhor bem sabe que as cavalhadas não são mais do que uma imagem, um simulacro das antigas justas e torneios. Mas esses divertimentos bárbaros, em que se derramava sangue, e que muitas vezes custavam a vida aos justadores, não podem compadecer-se com as luzes e costumes da civilização atual, e admira que, mesmo nos sanguinários tempos da média idade, fossem tolerados entre povos cristãos. A cavalhada, porém, ficou como uma imitação daquelas lutas cavalheirescas, que, não custando o sangue nem a vida a ninguém, oferece um brilhante e nobre espetáculo aos olhos do povo.

(O Garimpeiro, p.19)

Não podemos nos esquecer de que esse mesmo Elias que festejava o não derramamento de sangue no costume das cavalhadas é descrito pelo narrador um tanto agressivamente *esmagando seu adversário* com seus argumentos (O Garimpeiro, p.19).

Embora o protagonista não se valesse da agressão física, são as representações ligadas ao mundo da guerra que norteiam sua postura discursiva, o que não deixa, por outro lado, de representar um avanço, pois como nos lembra Peter Gay (1995 [1988], p.218), sintetizando um postulado Freudiano: “o primeiro homem que lançou um xingamento contra seu inimigo, e não uma lança, foi o verdadeiro fundador da civilização”.

É intrigante o fato de que o protagonista, contraditoriamente, no mesmo diálogo em que repudia os tempos da Idade Média, tempos em que os homens se matavam, oferece um alibi para a violência física. Desde que ela estivesse ligada à defesa da nação ela estaria justificada, inclusive sendo esse outro ponto positivo das cavalcadas por ele ressaltado:

- (...) O uso de correr cavalcadas também produziria ainda uma outra vantagem, e seria inspirar aos nossos fazendeiros o gosto pela criação de bons e bonitos animais, tendo mais capricho na escolha e apuração das raças cavалares, coisas de máxima importância, e que em nosso país se trata com o maior desleixo. A cavalaria é uma das armas mais poderosas, principalmente nas guerras da América, onde ela é indispensável, e sem bons cavalos e bons cavaleiros não pode haver boa cavalaria. Quando a arte for uma arte inútil, quando a carreira militar for uma profissão ignóbil e desprezível, então a cavalcada será um espetáculo só próprio para bobos e crianças.

(O Garimpeiro, p.20)

Seguindo o mesmo raciocínio da utilidade da cavalcada para o Estado, no caso de algum confronto armado no qual se envolvesse, o protagonista fecha a argumentação ferina contra seu “adversário” de modo provocador:

- Embora!... O senhor acha ridícula a cavalcada; mas, pergunto eu, qual será mais ridículo, uma cavalcada ou um baile? Quem se presta mais ao debique público: aquele que dirige e sopeia um generoso corcel no meio da liça, sopesando uma lança ou brandindo uma espada, ou aquele que ao lado de uma dama arrasta os pés em um salão, fazendo mesuras, trejeitos e requebros? Qual será mais proveitoso ao país, um bom dançarino ou um bom cavaleiro?

O negociante sentiu-se algum tanto desconcertado com as calorosas tiradas do jovem sertanejo em defesa das cavalcadas, e que eram interrompidas continuamente pelos aplausos e animadores apartes do Major. Lúcia, que não supunha Elias tão instruído e bem falante, o escutava com íntima satisfação e aplaudia, ora com um gesto, ora com um sorriso.

- Seja como quiser, meu caro senhor – disse o negociante. – Não sabia que era cavaleiro e tão entusiasta; agora que o sei, não me animo mais a contrariá-lo. Fique cada um com sua opinião que não vale a pena questionar sobre semelhante coisa.

(O Garimpeiro, p.21)

Se levássemos em conta os argumentos do próprio Elias para compreendermos seu desempenho nas cavalhadas ele seria considerado o exemplo de cidadão: o desenvolvimento de sua habilidade com armas e cavalos, ao invés de ser apenas um capricho e um divertimento individual, não seria mais que uma obrigação de sua parte, um dever o qual cumpria com competência:

Chegou a hora da corrida de cabeças.

São cabeças de papelão colocadas sobre quatro postes nos cantos, e uma quinta no meio da arena. Os cavaleiros, volteando a arena a galope, cada um por sua vez tem de enfiá-las na ponta da espada; é este último passo o mais difícil, e em que poucos são felizes.

Elias, quando largou a lança, tinha nela enfiadas todas as quatro cabeças. Depois em vez de desembainhar a espada como os outros, viram-no abrir alguns botões da farda, tirar do seio um curto punhal, e dependurando-se dos arreios com a presteza e agilidade de um gaúcho, quase sumir-se debaixo do cavalo, e depois reaparecer com a cabeça cravada na ponta do punhal. Os aplausos e os foguetes retumbaram por todos os lados.

(O Garimpeiro, p.23-24)

Na argumentação do narrador o que fica claro é que toda essa *violência encenada* com lanças, espadas, punhais e cabeças de papel, poderia vir a ser utilizada, não pelo indivíduo para seu benefício próprio, mas pelo Estado que poderia lançar mão das habilidades desse indivíduo na ocasião de uma guerra em que se envolvesse. Não se trata, portanto, da antiga violência em nome da honra masculina ou em nome da família de determinado indivíduo, que como já vimos, foi claramente rechaçada por Bernardo Guimarães em seu primeiro romance, *O Ermitão de Muquém* (1869) – e com a qual José de Alencar parecia ter simpatia. Podemos considerar que essa representação masculina construída pelo escritor mineiro se aproxima mais da de Machado de Assis no sentido de que seus personagens representados positivamente – os misantropos – também têm uma ligação positiva com o Estado, já que reconhecem a presença desse e respeitam seu monopólio sobre a violência.

Em *O Garimpeiro* a violência aparece “domesticada” em diversas formas inventadas pela civilização para lidar com ela em seu interior: a agressividade cultivada no discurso; na teatralização; e em sua associação ao Estado (ELIAS, 1994). Por outra via, a

alusão feita pelo narrador a tantas formas de lidar com agressividade, para falar daquele personagem masculino, pode significar que essa ainda era uma questão importante para os homens do período – inclusive para o próprio autor.

Ao longo de toda a narrativa o protagonista sequer chega a cogitar a possibilidade de usar sua capacidade marcial para fins particulares, como poderia ter feito na ocasião em que o Major o proíbe de cortejar Lúcia devido a sua pobreza. Apesar de toda indignação que isso lhe causou, em nenhum momento Elias pensa em raptar sua amada ou ameaçar fisicamente o Major – sem nome especificado durante toda a narrativa, uma clara caricatura feita por Guimarães de gerações mais velhas, pais e ocupantes de postos oficiais, marcados que seriam por valores antiquados para alguns daquele período. Ao contrário, utilizaria toda a sua disposição e energia para o trabalho honesto, como podemos ler no bilhete em que se despede de sua amada e lhe explica suas decisões no momento em que o Major o impede de vê-la:

“Teu pai tem dado a entender claramente que não me quer mais em sua casa. Devo deixar-te e amanhã mesmo estarei longe de ti; este golpe feriu-me cruelmente, mas não me desalenta. Sou pobre, e é essa a razão por que teu pai me despreza. Mas devia lembrar-se que sou moço, e, louvado Deus! tenho robustez e inteligência, sei trabalhar, e amanhã posso ser rico. Adeus, Lúcia; não percas a esperança, e ama-me sempre, que para tudo há remédio. Eu vou trabalhar para me tornar digno de ti e aos olhos de teu pai. O teu amor me alenta e me enche de coragem e de confiança em minha estrela. Ah! Possas tu nunca faltar-me com ele! Eu parto com o coração ralado de angústia e de saudade. Terás notícias minhas... dentro em dois anos estarei de volta ou... Adeus.”

(O Garimpeiro, p.34)

Como veremos, as diferenças entre os dois rapazes – Elias e Azevedo – mostram como o autor estava percebendo duas faces da modernidade no que ela possibilitava aos homens naquele dado momento, sobretudo no tipo de relação que poderiam manter com a violência. Indicam também os posicionamentos de Bernardo Guimarães diante dessas possibilidades.

Ao contrário de Machado de Assis, que nuança a masculinidade urbana, grosso modo, em dois tipos, Bernardo Guimarães estereotipa a masculinidade urbana, ao construir a personagem de Azevedo, no polo mais negativo daqueles apontados por Machado: o polo dos vaidosos e irresponsáveis. Através de Azevedo podemos notar como o escritor mineiro

parecia estar olhando com desconfiança para os efeitos que a modernidade imprimia nos homens das cidades.

O rapaz é representado como um homem sem qualidades internas, em franca oposição à sua exterioridade, essa sim rica e belamente ornamentada pelas roupas e acessórios da moda. Além de desagradável, pedante e pouco erudito, o personagem é além de tudo pintado como um *incapaz*. Incapaz de argumentar com Elias, incapaz de conquistar Lúcia e incapaz em vigor físico, pois enquanto seu “adversário” fazia todas as peripécias na cavalhada, adquirindo por isso o título de *herói da festa* (p.24), Azevedo permanece na posição impotente de expectador. Assiste crescer a admiração de Lúcia por Elias sem, contudo tomar iniciativa alguma. Mesmo que teatralizadamente, é Elias quem é representado como o homem de ação. No fechamento do diálogo entre os dois, já citado acima, vemos inclusive Elias aproximar Azevedo de maneira pejorativa ao mundo do feminino criticando-o por preferir “as medidas, trejeitos e requieiros” (p.21) dos bailes do Rio de Janeiro, à masculina cavalhada do interior, onde os homens ainda “sopesavam uma lança ou brandiam uma espada” (p.21) – ainda que, não nos esqueçamos, teatralizadamente...

A construção do personagem Elias direciona nosso olhar, dessa forma, para outra face das mudanças ocorridas nas masculinidades impulsionadas pela modernidade. Se nas cidades, segundo a ótica do autor, a modernidade estaria produzindo homens sem energia por estarem ligados ao consumismo, ao prazer das festas e da arte, ao individualismo, à supervalorização das aparências e à superficialidade material do que podia ser comprado; no meio rural, quando temperada pela rusticidade do campo, onde o autor sugere haver certa permanência do antigo culto masculino da força física e da potência agressiva, a face mais visível da modernidade para os sujeitos masculinos daquela região parece ser a do Estado – face, aliás, como já pode se supor, bem mais apreciada por Bernardo Guimarães.

Essa representação feita pelo escritor mineiro traz boa carga de verossimilhança, já que, como afirma João Antônio de Paula (2000, p.101), a grande marca da modernidade em Minas Gerais é “a precoce, ampla e “moderna” presença do Estado (...) desde a Colônia”. Para o historiador, isso explica inclusive:

...a posição de destaque que Minas Gerais teve na política brasileira no período imperial e em grande parte do período republicano. Os mineiros foram acostumados ao Estado desde há muito. Dessa relação, nasceram aptidão e experiência para lidar com a maquinaria estatal; nasceram cooptação, adesão e manipulação, uso da máquina pública como moeda de troca de favores e benesses; nasceram revoltas e repúdio como se viu no movimento da Conjuração, na revolta contra a consolidação autoritária de Pedro I, na Revolução de 1842, na ação republicana de Teófilo Otoni...

(PAULA, 2000, p.101)

Portanto, o homem sertanejo modelar de Bernardo Guimarães não trazia vestimentas conformes com a última moda do período, costume que já naquele momento era associado à modernidade. De maneira bastante verossimilhante, como já dissemos, a modernidade dele era marcada, no entanto, pela preocupação com o Estado que se por um lado exigia uma consciência cidadã e patriótica a ser adquirida, sobretudo, nos livros, por outro, não dispensava a energia física e o potencial agressivo de seus cidadãos.

Entendemos, assim, que o autor mineiro teria sido muito sensível às possibilidades ofertadas por seu tempo. Ele teria compreendido que essa modernidade estatal permitia que a antiga relação entre masculinidade e violência, já existente naquela província há anos e bastante prezada pelos homens daquela região, não precisasse ser desfeita completamente, uma vez que a tarefa parecia ser difícilíssima, segundo testemunham os relatórios dos Presidentes de Província produzidos na época. Para Bernardo Guimarães seria necessário apenas que a antiga associação entre masculinidade e violência tomasse novos rumos, que fosse canalizada para o Estado.

Inclusive as mulheres mineiras que tiveram contato com o jornal destinado a elas na passagem da década de 20 para a de 30 do século XIX, intitulado *O Mentor das Brasileiras*, foram alertadas com frequência para considerarem a doação da vida à pátria, se necessário, como algo não só aceitável, mas extremamente louvável (JINZENJI, 2010). Segundo a lógica daquele periódico:

O homem deve estar sempre pronto para pegar em armas e defender sua pátria, além de fornecer cidadãos a ela; à mulher cabia igualmente administrar a família e educar os cidadãos e, sempre que necessário, apoiá-los na defesa da pátria. Uma série de matérias discutia, a partir de exemplos, a necessidade de secundarizar o amor à família pelo amor à pátria; voltadas especialmente para as

mulheres, defendia-se que nos regimes constitucionais a luta pela pátria era recompensada pelo bem comum.

(JINZENJI, 2010, p.208-209)

Por sustentar um modelo em conformidade com esse patriotismo, a representação de Elias porta o forte traço de um heroísmo desinteressado e sincero, o que o tornava mais admirável que os outros personagens masculinos com os quais tinha de disputar a mão de Lúcia esses, segundo a lógica do texto, sempre marcados pelas insígnias enganadoras do dinheiro, como era o caso de Azevedo. Elias, tendo sido banido da casa do Major, fica dois anos fora trabalhando e procurando adquirir algum pecúlio. Azevedo, apesar de suas vestes impecáveis, não tinha tanto dinheiro quanto Leonel, outro rapaz que começa a cortejar Lúcia. Leonel em quase tudo era um duplo de Azevedo, com a diferença de ser aparentemente bem mais rico. O Major, homem racional e calculista, vendo uma boa oportunidade de lucrar com o casamento da filha, praticamente a obriga a se casar com o tal Leonel⁴⁹. Assim como Azevedo foi descrito como um *boneco almiscarado* (p.20), Leonel é pintado como um *boneco enfeitado* (p.56). Suas exterioridades eram impecáveis:

...chegara à Bagagem um rico viajante, elegantemente trajado, com numeroso séquito de pajens e camaradas e aparatosa bagagem. Era um jovem baiano, bem feito, bonito, e de maneiras agradáveis e insinuantes. Do Sincorá, onde se enriquecera com a compra de diamantes, viera à Bagagem continuar na mesma especulação, e examinar e explorar esse novo descoberto. (...)

Leonel, assim se chamava o recém-chegado, tornou-se logo extremamente popular. Além de seu agradável exterior e da afabilidade de suas maneiras, era dotado de prendas e qualidades que o tornavam apreciado e desejado em todas as companhias, tocava admiravelmente violão e cantava com muita graça as modinhas e lundus de sua terra. Além de tudo era sumamente liberal, e trajava-se com luxo que, relativamente ao lugar, podia-se chamar suntuoso.

(O Garimpeiro, p.46)

Toda sua beleza, cordialidade e luxo escondiam, contudo, assim como o fora com Azevedo, uma verdade perturbadora a respeito daquela personagem masculina:

...o público e o governo brasileiro deram fé da grande quantidade de notas falsas que tinham sido introduzidas na circulação, e se começaram a dar mais enérgicas

⁴⁹ Lembremos dos pais mandões dos sertões de Minas Gerais, descritos pelos viajantes que visitaram a região ao longo do séc. XIX.

providências para descobrir e capturar os fabricantes e introdutores da moeda falsa. (...)

Leonel era um dos agentes mais audazes e ativos dessa sociedade de moedeiros falsos, cujo centro existia na Bahia e que se ramificava pelo império inteiro.

Por aí já se pode avaliar de que têmpera era a consciência daquele homem, e de que perversidades não seria capaz. Tinha porém o dom de ocultar sua perversidade debaixo das mais brilhantes e sedutoras exterioridades, e a todos iludia e fascinava.

(O Garimpeiro, p.72-73)

Do mesmo modo que Elias desbancou Azevedo na discussão, demonstrando a personalidade mesquinha que existia por detrás daquelas belas aparências, ele também o fará com Leonel mais adiante na narrativa. Elias desmascara Leonel em público, já que havia trabalhado com o rapaz no Sincorá e sido enganado pelo mesmo Leonel recebendo dinheiro falso como pagamento. Elias, com suas maneiras um tanto rudes, mas francas, dá provas mais uma vez de sua honestidade e coragem para desafiar qualquer fraude:

- Senhor Leonel, (...) tenho a satisfação de lhe apresentar este meu patrício e amigo, que acaba de chegar de fora, o senhor Elias.

Leonel estremeceu, e olhou rapidamente para Elias. Depois, reportando-se, fez um breve aceno com a cabeça, e o cumprimentou friamente.

Esta recepção fez ferver o sangue a Elias, que, resolvido a desmascarar aquele embusteiro, dirigiu-lhe resolutamente a palavra:

- Oh! Senhor Leonel!... já não me conhece?... tenho infinito prazer em torna-lo a ver.

- Pois quê! Exclamou o Major, então já se conheciam?...

Leonel levantou-se pálido, e com visível perturbação largou, ou, antes, deixou cair sobre a cadeira o violão que tinha nas mãos, e bastantemente enfiado balbuciou:

- O senhor é... quem?... não me lembro de todo.

(O Garimpeiro, p.71)

A seguir citaremos o desfecho desse encontro onde a mensagem passada é bastante clara, como veremos: a agressividade masculina, aliada à sinceridade e direcionada à realização do bem de todos, era muito melhor, aos olhos do autor, que a dissimuladora cordialidade que muitos homens estariam adotando:

- Elias!... resmungou o baiano como que forcejando por lembrar-se, não sei... talvez com um esforço de memória... no Sincorá!... conheci e protegi lá tanta gente.

Aquela fatuidade e arrogância, aquele desdenhoso esquecimento, fosse real ou fingido, fez perder de todo a paciência a Elias, que bradou com toda a força de seus pulmões:

- Diga antes, senhor Leonel, enganei e roubei lá tanta gente!

- Insolente! Gritou Leonel; senhor Major, este homem ou é um doido, ou está bêbado; se o não fizer desaparecer imediatamente daqui, retiro-me de sua casa para nunca mais voltar...

- Cala-te, ladrão, bradou Elias; e, agarrando com mão de ferro o braço de Leonel, antes que ninguém pudesse estorvá-lo, em dois arrancos o arrastou para o meio da sala exclamando: És um ladrão, e hei de marcar-te na cara!...

Imediatamente se ouviu o estalo de uma bofetada nas faces do baiano. Um punhal reluziu na mão deste; mas já ambos estavam cercados e separados por uma turba imensa.

(O Garimpeiro, p.71-72)

Ao desmascarar Leonel de maneira tão ríspida, Elias tanto salva sua amada de um casamento infeliz, como entrega um criminoso ao Estado. A relação estabelecida por Bernardo Guimarães entre Estado e masculinidade tem, portanto, proximidades e distanciamentos em comparação à relação produzida por Machado de Assis. Os misantropos machadianos seriam bem-vindos ao Estado, no sentido de que ao canalizarem suas energias para os livros ou os animais não interferiam no poder daquele Estado detentor do monopólio da violência. A agressividade e o engajamento de Elias também seriam bem-vindos ao Estado por legitimarem seu poder, já que as ações do rapaz eram em boa medida feitas em nome desse Estado. Essas representações positivas de personagens masculinos em conformidade com as razões de Estado, construídas por esses dois escritores, os aproximam, portanto.

O que afasta essas personagens masculinas de Machado e Bernardo Guimarães, por outro lado, é a maneira seguida por cada um para tecer as relações entre os tais personagens e o Estado. Os misantropos dos *Contos Fluminenses* parecem oferecer uma contribuição quase que indireta ao Estado. Aqueles personagens cidadãos representados favoravelmente por Machado de Assis contribuía com o Estado justamente com a sua não-ação no mundo público, pois, mais fechados em suas individualidades, evitavam que uma *desordem coletiva* pudesse vir à tona – preocupação constante do Estado. Outra maneira indireta de contribuírem para a grandeza do Estado era a aplicação que tinham nos estudos. Médicos e políticos que com sua inteligência poderiam tornar o país mais forte.

Já Bernardo Guimarães teria escolhido uma via mais próxima da ação. Desde o início de *O Garimpeiro*, o protagonista Elias ressalta a possibilidade dos cidadãos serem úteis *com suas ações* para o Estado, até mesmo com ações violentas, tais quais eram representadas na cavalcada pelas cenas com lanças, espadas e punhais. Ao final do romance o próprio Elias, em conformidade com suas palavras, irá agir em nome desse Estado, ao denunciar o moedeiro falso, Leonel. O autor mineiro faz, inclusive, coincidirem as motivações pessoais do protagonista com as motivações do Estado para agir daquela forma. Leonel tanto precisava ser contido por que lesava o Estado, quanto por que iria se casar com Lúcia através de um contrato com o pai dela e não pela livre vontade dela, já que aquela amava a Elias. A ação do protagonista protege tanto o bom funcionamento do Estado, quanto o bem-estar de sua amada.

É interessante atentar para o fato de que essa mesma associação entre amor romântico, heroísmo masculino – agressivo, em certa medida – e utilidade ao Estado também estava presente no conto *Uma História de Quilombolas*, publicado um ano antes pelo próprio Bernardo Guimarães, junto de outros dois contos sob o título único de *Lendas e Romances* (1871). A história se passaria na região de Vila Rica em fins do século XVIII. Anselmo é um mulato livre e namora a bonita escrava Lucinda, cujo proprietário é um Capitão não nomeado, com o qual ele se dá bem e com quem já tinha acertado de comprar a alforria da tal moça para se casarem. Porém um escravo do Capitão, Cabra Matheus, o odiava por ter lhe roubado Lucinda, que por sua vez nunca o quisera como companheiro. O tal Matheus foge para um quilombo e junta alguns parceiros para raptar Lucinda. Nesse momento é que a narrativa se inicia:

- Malditos! Exclamou Anselmo. Mas, em qualquer parte que a levem, eu hei de descobri-los, nem que se sumam por baixo da terra.

No inferno que vão parar, lá hei de segui-los. São oito horas apenas, continuou consultando o relógio, montado no meu Cabiúna ainda posso muito bem alcançá-los. Até breve, Sr. Capitão.

E o moço, apertando as esporas nos flancos do cavalo, bambeava as rédeas para partir.

- Não faça tal, bradou o patrão; está doudo, homem! Olhe que eles são muitos. Depois quem sabe de que quilombo são e que rumo levaram? Há tantos quilombos por esses matos...

- Eu tomarei o rasto.

(Uma História de Quilombolas, p.13)

Anselmo é representado, portanto, como um rapaz audacioso, de atitude, destemido e capaz de sacrifícios. Para salvar sua amada segue sozinho as pistas deixadas pelos quilombolas até encontrá-los. Tenta compra-la aos quilombolas, mas não consegue e torna-se prisioneiro de Zambi Cassange, o líder do Quilombo, e ao ver que não conseguiria fazer nada para recuperar Lucinda naquelas circunstâncias resolve fugir dali, sempre correndo grandes riscos.

Queremos chamar atenção também para o fato de que, após a fuga, Anselmo não hesita em “voar à Vila-Rica a informar o governador e pedir providências para dar no quilombo e libertar sua querida Florinda” (Uma História de Quilombolas, p.69). Ou seja, em outra história a felicidade do casal está também ligada de certa maneira à “felicidade do Estado”. Mais uma vez um rapaz representado como bondoso, justo, corajoso e agressivo, se necessário, se faz útil ao Estado ao mesmo tempo em que tenta garantir sua felicidade.

Era então governador-geral D. Manoel de Portugal e Castro, que foi o último governador da Capitania de Minas Gerais.

D. Manoel acolheu benignamente o moço, e escutou com mostras de sumo interesse a minuciosa narrativa que ele fez dos acontecimentos extraordinários, e de que o moço fora parte tão importante. Cassange e Cara-seca [chefes de quilombo] eram o terror das imediações do Ouro Preto, havia perto de vinte anos, em um raio de cinco a seis léguas em redor. Não havia segurança alguma para os viandantes e tropeiros; o roubo nas estradas e a pilhagem nas fazendas eram quotidianos. (...) Chegou o negócio a ponto que alguns donos de tropa e fazendeiros, vendo a impotência do governo para protegê-los, estipulavam com os chefes de quilombo, obrigando-se a pagar-lhes uma certa contribuição, para que os não incomodassem.

O negócio era portanto de suma importância, e o governador deu parabéns à sua fortuna, que lhe deparava por fim aquele meio providencial de destruir o quilombo do famoso e formidável Cassange, que havia tanto tempo zombava de seus milicianos e capitães do mato.

(Uma História de Quilombolas, p.95-96)

Em nome do Estado, Anselmo parte de Vila-Rica no mesmo dia chefiando mais de sessenta homens dispostos a capturar ou até matar os quilombolas – daí seu envolvimento com a violência em nome do Estado. Os milicianos e capitães do mato comandados pelo rapaz emboscam o recinto à noite e rapidamente prendem a maioria dos integrantes do quilombo, tendo alguns fugido e apenas outros dois ou três sido mortos.

Cassange, no entanto foge com Lucinda. Anselmo os alcança e tem de negociar com o líder. Zambi pede, em troca da vida e da liberdade da moça, que os seus fossem soltos. Anselmo explica a seus homens as circunstâncias e todos concordam em salvar a moça, ao invés de cumprirem a promessa principal feita ao governador. Ao chegarem à cidade o protagonista sem demora se apresenta ao Palácio do Governo para prestar todas as explicações. A princípio o governador se mostra bastante irritado ao ver que os quilombolas não tinham vindo nem vivos nem mortos, mas ouvindo o que Anselmo tinha a dizer acaba não só o perdoando como também o acolhendo.

D. Manoel era moço ainda, tinha imaginação viva e índole naturalmente bondosa. Posto que, como instrumento, que era, do absolutismo de então, estivesse azevado a atos de despotismo e tirania, não deixava de ter espírito reto e justiceiro, e coração capaz de sentimentos generosos e propenso a atos de magnanimidade. Além disso, D. Manoel, que tinha alma apaixonada e muito sensível aos encantos do belo sexo, tinha tido em sua vida muitas aventuras amorosas, algumas das quais bem escandalosas, e portanto devia saber dar o devido desconto a todas as faltas que proviessem dessa fonte.

Escutou pois com toda a atenção e interesse a narrativa do moço, e depois que este terminou, não pôde deixar de exclamar, com certo tom de familiaridade:

- Com mil diabos, homem!... Muito formosa deve ser essa Florinda por quem acabas de fazer tamanhas loucuras, meu rapaz, arriscando por ela tantas vezes e por tantas maneiras a tua vida. Vai busca-la já aqui; deveras que tenho suma curiosidade de vê-la.

(...)

- Vá, vá já busca-la; e a ser verdade tudo quanto Vm. diz, desde já tomo a ambos debaixo de minha proteção; forrarei à minha custa a rapariga, e eu e minha mulher seremos os padrinhos do casamento. (...)

Nesse mesmo dia Florinda se achava instalada em um cômodo aposento do palácio do governador, em companhia de seu esposo, a quem o infortúnio, a beleza e os poucos anos da rapariga haviam inspirado o mais vivo e terno interesse.

(Uma História de Quilombolas, p.118-119)

Embora Anselmo ainda tenha sido acusado de ter mentido ao governador, o que quase lhe custou a vida, ao final consegue provar sua inocência e enfim se casa com Florinda sob toda a proteção do representante do Estado na localidade, D. Manoel.

Esse esforço de aproximação com as histórias de cada autor em específico nos levou a duas constatações que consideramos importantes de serem frisadas. Primeiro, que os homens estão lidando de maneiras diferentes com as questões que marcavam o gênero masculino à época, o que reforça nossa tese de que há uma diversidade de modos de ser

masculino no período. As imagens singulares do masculino que cada um fez circular em sua literatura evidenciam tanto que os próprios prosadores estavam se posicionando de modos distintos em relação às novidades que impactavam a masculinidade no período, como que o discurso literário disponível naquele tempo parece ter divulgado e sugerido, para seus leitores e leitoras, modelos diversificados de identidades culturais e práticas sociais masculinas.

Segundo, que o fato de termos notado essas variações de escritor para escritor nos permitiu esclarecer um pouco mais nossa compreensão do que seria a singularidade das representações masculinas produzidas por Bernardo Guimarães, em meio às outras possibilidades que aquele tempo parecia permitir. Identificamos como sendo a marca principal das representações que fez do gênero masculino a relação investida de positividade que estabeleceu entre a masculinidade, a atitude violenta – ainda que, às vezes, de forma teatralizada – e o Estado nas construções de determinados personagens, em oposição ao uso da violência pelos homens para benefício próprio. Eis a outra face do processo que, conforme defendemos, o autor está tanto captando quanto contribuindo para seu desencadeamento naquela conjuntura histórica determinada: a estatização da violência masculina.

Chegados a esse ponto nos perguntamos: afinal, por que são essas características e não outras que marcam o discurso sobre o masculino veiculado na prosa de Bernardo Guimarães? Como deve ter se dado a construção dessa sua “predileção”? O que teria ocorrido para que ele mudasse de opinião, já que em período anterior, como vimos no primeiro capítulo, Bernardo Guimarães jamais chegou sequer a considerar a possibilidade de se utilizar a violência física, mesmo que estivesse associada ao Estado?

Com o intuito de entender melhor essas questões tentaremos identificar, no próximo capítulo, os posicionamentos do autor em relação à violência e ao Estado evidenciados em outros gêneros de escrita produzidos por ele, concomitantemente à publicação de seus romances e contos que até aqui vínhamos analisando.

CAPÍTULO V

Da honra masculina à honra da pátria: a Guerra do Paraguai e os deslocamentos da violência nos diferentes gêneros textuais produzidos por Bernardo Guimarães

1. A constituição das sensibilidades masculinas em meio às metáforas bélicas da imprensa e da política

O elogio a sujeitos masculinos prontos a servirem à pátria, inclusive com a violência, não era exclusivo das narrativas literárias produzidas por Bernardo Guimarães entre 1869 e 1872. Esse elogio também vai aparecer muito claramente em sua poesia do período, sobretudo em *A morte de Flávio Farnese*, escrita em 1871⁵⁰, ano de falecimento do antigo companheiro de periodismo, quando mais ou menos uma década atrás chefiaram no Rio de Janeiro, juntos de Lafaiete Rodrigues, a folha liberal intitulada *A Actualidade*. Ao falar do amigo, é a participação dele na imprensa que vem com mais força na construção poética do autor. Bernardo Guimarães representa Farnese em sua atuação jornalística muito elogiosamente como um soldado em meio a uma batalha na qual luta pelo bem-estar da pátria (*A morte de Flávio Farnese*, 1876 [1959], p.295-298):

Era um atleta; - desd'a verde idade
Lutando sem cessar em liça aberta
Nos santos arraiais da liberdade
O vimos sempre alerta.
Era um atleta, um lidador valente
Esse, que aí jaz dormindo eternamente.

Inda no primo albor da juventude
O austero moço via com tristeza
Naufragar da nação toda a virtude
No charco da baixeza;

⁵⁰ Muitas das poesias escritas pelo autor nesse intervalo entre 1865 a 1875, veiculadas em sua maioria na imprensa, serão por ele reunidas e publicadas no formato de livro pela Editora Garnier sob o título de *Novas Poesias*, no ano de 1876, via pela qual a elas tivemos acesso.

(...)

Dos filhos do progresso ei-lo na frente
 Contra o oculto inimigo se revolta,
 E ao perigo, que antolha-se eminente,
 Do alarma o grito solta.

Ei-lo, que se dedica generoso
 De nobre luta às escabrosas lidas;
 Brande da imprensa o facho luminoso
 Ante as turbas dormidas
 Da indiferença na letal modorra.
 Como réstia de luz, que o sol enfia
 Entre as grades de lúgubre masmorra,
 Da frase sua o ardor e a valentia
 Do povo ao coração levou a crença,
 E os gelos derreteu da indiferença.

Audaz empunha o cálamo de ferro,
 E com pujante frase
 Afronta a corrupção, fulmina o erro,
 E ataca pela base
 Da autocracia o velho balurte,
 Que, em mal! – inda vigora em tanta parte.

Por seu talento másculo movida
 A pluma se converte em férrea clava,
 Que o servilismo e a corrupção trucidada,
 E a sepultura ao despotismo cava.

As metáforas bélicas apresentadas nesse trecho revelam a presença latente de referências a atitudes e características fálicas que nos remetem ao universo do gênero masculino, marcado por referências ligadas à potência, à força e ao poder. “Austero”, “líder”, “guerreiro”, “sempre alerta”, ele é aquele que “brande o facho luminoso”, o “cálamo de ferro”. É aquele que, com a mesma energia do sol, “*enfia* a luz”. Enfim, portador de um “talento másculo” capaz até de transformar a feminina “pluma” em dura e masculina “clava férrea”.

Em realidade, esse tipo de percepção da participação dos indivíduos na imprensa e na política não parecia ser exclusivo da escrita poética de Bernardo Guimarães. Como veremos, ela era quase consensual para os sujeitos envolvidos com esses meios. O próprio Bernardo Guimarães foi representado dessa maneira quando teve participação em uma polêmica política desenvolvida por jornais de partidos contrários em Ouro Preto, pouco mais de um ano antes de publicar aquela poesia.

Ele passou a contribuir com certa frequência no periódico *Liberal de Minas*, desde que havia ressurgido no início de 1869, depois de alguns anos parado. Embora, como já dissemos no segundo capítulo, tenham restado apenas dois exemplares desse jornal no Arquivo Público Mineiro, pudemos encontrar ecos de sua existência no periódico conservador intitulado *Noticiador de Minas*, já trabalhado por nós em páginas anteriores.

Assim que o *Liberal de Minas* volta à cena, o *Noticiador* cria uma sessão especial exclusivamente para criticar e ironizar seu opositor, nomeada de *Minha Luneta Política*, onde um anônimo comenta rigorosamente cada notícia publicada no semanário liberal. Na edição 82 (10/03/1869) o autor da sessão comemora porque seu jornal, o *Noticiador*, teria sido o verdadeiro responsável, segundo ele, por ter trazido o literato Bernardo Guimarães de volta ao debate político, mesmo que estivesse no partido contrário:

A minha luneta política faz seus cumprimentos ao mavioso poeta Bernardo Guimarães pela declaração franca e explícita que faz de sua dedicação à causa liberal.

E felicita ao *Noticiador* por ter desenterroado **a espada de tão valente lidador. É um serviço aos partidos, à oposição e às letras.**

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 82, 10/03/1869; ênfase adicionada)

Chamamos atenção para o fato de que essa metáfora de um soldado armado que luta pelo bem público, utilizada pelo crítico conservador para falar da participação de Bernardo Guimarães na política e no jornalismo, é bastante próxima das que o próprio poeta mineiro havia utilizado para homenagear o amigo jornalista Flávio Farnese.

Apesar de tais imagens estarem relacionadas ao universo da violência, devemos ter noção de que o próprio fato de ser uma representação de atitudes agressivas e não a própria atitude, já significava uma mudança cultural importante que aquele século assistia, pois é nesse período que, *embora empapados de retórica belicosa, os políticos desenvolveram instituições que permitiam aos que disputavam o poder engajar-se num duelo em que todos sobreviveriam, e a maioria, cedo ou tarde, retornaria* (GAY, 1995 [1988], p.221). Instituições como o jornal, por exemplo.

Mas mesmo que representasse um avanço, não deixa de ser intrigante, para nós, constatarmos o quanto parecia ser difundida, no período, essa percepção da imprensa e da política como um *espaço de combate*, evidenciada pela freqüente utilização de metáforas

relacionadas à guerra. O fato de Bernardo Guimarães estar envolvido com o jornalismo, que era percebido daquela forma pelos sujeitos do período, já nos leva a pensar em algumas possíveis relações entre essa sua atividade e as características emprestadas aos seus personagens masculinos, analisados no último capítulo. A participação na imprensa era enxergada como uma das maneiras de *agir* em nome da *pátria*, de *lutar* pela *nação*, de ser útil ao bem do Estado. Nesse sentido não é de todo infundada a consideração de que os personagens Elias e Anselmo teriam alguma relação com o engajamento político do próprio autor que os criou.

As disputas políticas feitas via imprensa, representadas como uma guerra naqueles anos, já eram, inclusive, bem conhecidas de Bernardo Guimarães há pelo menos mais de uma década, desde os tempos da *Actualidade*. A própria lógica de “denuncismo” assumida por aquela ‘folha’, era geralmente permeada pela agressividade e, na maior parte das vezes, dotada de uma linguagem bastante ofensiva.

Consideramos o modo de organização textual do artigo *Revista Literária* (01/10/1859) elucidativo da lógica discursiva de combate que permeava a maioria das matérias veiculadas pela *Actualidade*. Primeiramente, como em uma guerra, os três redatores mineiros, Bernardo Guimarães, Lafaiete Rodrigues e Flávio Farnese, construíam a imagem de um inimigo que ameaçava algo de importância vital. Nesse caso, a vítima era a literatura nacional e os vilões seriam a indiferença e o mal gosto, representado como um estranho invasor a ser repellido:

As letras formam e fortificam o espírito nacional, e tornam-se ao mesmo tempo o seu mais belo e fiel transumpto.

O maior ou menor grau de perfeição, a que tem atingido, dão a medida do grau de vigor e desenvolvimento a que tem chegado uma nacionalidade qualquer.

Quando **o falso gosto invade as regiões** da literatura, ou quando uma profunda indiferença pelos trabalhos do espírito se revela entre um povo, é evidente indício, de que esse povo, a não estar mergulhado nas trevas do mais profundo barbarismo, se acha nas vias da corrupção e da decadência.

Entre nós, nação de ontem, as letras também se acham na infância. O espírito nacional, ainda não bem pronunciado, ainda não robustecido por tradições gloriosas de um longo passado, ainda não transparece em nossa literatura de um modo enérgico e original.

Nossa excessiva admiração pelos monumentos da moderna literatura da Europa, dessa sociedade colocada em condições diametralmente opostas às nossas, nos tem feito abandonar as próprias inspirações, para entregar-nos ao estudo e imitação de uma literatura, a qual, se bem que rica e brilhante não tem deixado de

contribuir para dar uma direção falsa e forçada ao espírito de nossa literatura nacional.

(Jornal *A Actualidade*, 01/10/1859; ênfase adicionada)

Além da mobilização da imagem de um invasor ameaçador, a “indiferença e o mal gosto” são também representados como agressores, como quando os três redatores afirmam que *nossas letras* estariam sendo *sufocadas pela atmosfera pseudá da indiferença* (Ênfase adicionada). Concomitante à produção do inimigo, constrói-se também, como em uma guerra, uma justificativa nobre para a ofensiva, no caso o zelo pelo progresso da nação e da literatura nacional, sendo ambos, para ele, um indissociável do outro. Inimigo e justificativa construídos, o próximo e definitivo passo é a explicitação do ataque:

Cumpra **quebrar** este silêncio, despertar o público dessa profunda indiferença, com que se acolher os produtos de nossa literatura. – Bons ou maus eles devem ser estudados, e **submetidos** aos juízos da crítica, para que os talentos inexperientes conheçam os escolhos, que devem evitar, e os modelos, que podem adoptar.

(Jornal *A Actualidade*, 01/10/1859; ênfase adicionada)

Os editores parecem, dessa forma, querer passar a idéia de que tinham a oferecer uma resposta agressiva ao invasor e ameaçador inimigo representado pela indiferença, e esclareciam que a essa reação violenta eram nobremente *levados apenas pelo culto das letras e pelo desejo de vê-las prosperar entre nós*.

Como já foi dito, muitas outras matérias da *Actualidade* também seguiam essas três etapas em sua estrutura textual, quais sejam: 1. a produção de um inimigo; 2. a construção de uma justificativa nobre; e 3. a indicação de uma reação violenta à ameaça trazida pelo inimigo em questão. Não nos surpreende, portanto, que as palavras utilizadas por seus redatores para falar de seu próprio ofício – a imprensa – na metalingüística matéria intitulada *Governo sem imprensa* (21/01/1860), sejam muito próximas daquelas utilizadas cerca de dez anos depois tanto por Bernardo Guimarães, em sua poesia dedicada a Flávio Farnese, quanto pelo polemista conservador, autor da sessão *Luneta Política*, em menção à participação jornalística do escritor em favor dos liberais. Os três mineiros começam, como de praxe, identificando o inimigo, no caso a obscuridade dos atos governamentais:

É inconcebível, que em um país regido pelo sistema representativo, sistema essencialmente de discussão e publicidade, o governo possa subsistir sem uma imprensa a seu serviço, sem um órgão oficial, que exponha suas vistas, explique sua política, explique suas medidas, e as justifique, quando sejam **agredidas**.

(Jornal *A Actualidade*, 21/01/1860; ênfase adicionada)

A imprensa aparece assim como parte central dessa “guerra” política em meio a qual desfilam “agressões” e “defesas”. Os três redatores da *Actualidade* também vão construir uma justificativa nobre para a postura agressiva em que se colocavam diante desse inimigo. Nessa ocasião se apresentam como os defensores de duas, para eles, intocáveis vítimas: a causa pública e a ética na imprensa.

Desgraçado o país, em que a **arena** das discussões ficasse fechada por tão longo prazo. A opinião pública, **vigilante e severa**, como deve ser em países representativos regularmente organizados tem obrigação de acompanhar constantemente com a sua **censura** todos os atos da administração, e não perdê-la de vista por tão longo tempo, sem risco de comprometer a causa pública.

(...)

A criação de órgão oficial é hoje uma necessidade indeclinável para o gabinete; e é muito mais digno do governo de uma nação civilizada, de um governo, que preza sua dignidade, ter um órgão próprio, em que se apresente **discutindo em face** do país, do que entrar em obscuros contratos com empresas particulares, ou procurar corrompê-las, desmoralizando a imprensa, esse primeiro móvel da civilização, e a **mais forte** garantia das públicas liberdades.

(Jornal *A Actualidade*, 21/01/1860; ênfase adicionada)

Dessa forma, a *Actualidade* irá “agredir” com bastante ironia – já que viam a imprensa e o espaço público como uma “arena” – o procedimento do governo de se apresentar formal e publicamente apenas nas sessões da tribuna que se reunia de oito em oito meses:

A tribuna em nosso país não é **arena** suficiente para o governo **bater-se** com os seus **adversários**; oito meses de intervalo entre as sessões são um espaço por demais longo, para que durante ele os atos do governo possam sem inconveniente deixar de ser discutidos, e para que as **censuras**, que lhe são dirigidas, fiquem sem **resposta**.

(...)

O gabinete, se ainda não perdeu toda a esperança de vida e saúde, se ainda não está, como se diz, esperando a cada instante pelo transe da agonia, **não pode nem deve deixar seus atos indefesos**, não pode prescindir de órgão oficial de publicidade, que pleiteie à sua causa.

(Jornal *A Actualidade*, 21/01/1860; ênfase adicionada)

Ao que tudo indica essa representação de adversários que se batiam em uma *arena*, construída por Bernardo Guimarães e seus colegas quase uma década atrás na *Actualidade* para se referirem à imprensa, ainda era pertinente para os sujeitos envolvidos com o jornalismo em Ouro Preto entre os anos de 1869 e 1872. E como vimos, o próprio escritor mineiro que temos pesquisado era um desses sujeitos que não estava imune a tal clima agressivo do periodismo político presente na capital mineira, naquela conjuntura. Acreditamos que essa concepção geral para os envolvidos com imprensa de que as palavras eram armas, e de que um debate era uma guerra, tem total relação com a representação de Elias, o protagonista de *O Garimpeiro*, escrito por Bernardo Guimarães em 1872, “*esmagando seu adversário*” com suas argumentações em um diálogo com Azevedo (*O Garimpeiro*, p.19).

O reconhecimento já consolidado de Bernardo Guimarães como poeta naquele período, desde pelo menos o 3º número do *Liberal de Minas*, sem dúvida foi utilizado pelos liberais que nele participavam como um trunfo político. Por isso o escritor também acabava sendo, de alguma forma, atingido pelas ironias do jornal do partido conservador, conforme veremos a seguir. Esse terceiro número do *Liberal de Minas* foi bastante criticado pelos conservadores do *Noticiador de Minas* (Ed.73-17/02/1869), principalmente pelas lentes da *Luneta* que não perdoaram o erro tipográfico presente na denúncia que os liberais faziam de uma suposta perseguição política ao poeta e, à época ainda professor, Bernardo Guimarães:

A minha luneta tão límpida e pura perde o brilho que lhe refletiu o sol ardente do artigo de fundo diante da *crônica* administrativa, judiciária, dos *atuais dominadores*.

Que quadro horrível e medonho, não desenrola aos olhos tristes dos bons cidadãos, o noticiário do *Liberal de Minas*?..

O fim do mundo se aproxima. Sim. Ouçam de boca aberta e olhos desvairados pelo susto e pelo terror.

<< O dr. Bernardo J. da Silva Guimarães, que soube conquistar um lugar proeminente entre os literatos do país, acaba de ser demitido *de uma cadeira de lente* (!) no externato desta cidade; liberal de tempera forte, não podia escapar aos golpes da ditadura reinante.>>

Demitido de uma cadeira!.... Infeliz homem!....

Ser condenado a não se assentar mais, a viver vagando!..

(...)

Se ao menos o tivessem demitido de lente de uma cadeira! Mas não tiveram a barbaridade de demiti-lo de uma cadeira de lente, segundo afirma o *Liberal de Minas*, que é publicado em tipos bem grandes, e em português bem correto.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 73, 17/02/1869)

Mesmo estando envolvido em espinhosas intrigas políticas, cujo engajamento dos sujeitos nelas era característico da cultura daquela região⁵¹, Bernardo Guimarães não deixava de ser admirado como poeta. O próprio ferino autor da *Luneta*, quando se depara com um dos poemas dele, veiculado na mesma edição n.3 do periódico liberal, se rende e lhe faz elogios:

O dr. Bernardo Guimarães é sempre o mesmo poeta. A sua elegia faz vibrar o coração mais endurecido.

A minha luneta, com respeito e admiração, divisa em sua fronte, já tão laureada, mais um brilhante de glória.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 73, 17/02/1869)

O tom elogioso também aparece na notícia que rebate a afirmação feita pelos liberais a respeito da demissão de Bernardo Guimarães, intitulada *A demissão do Dr. Bernardo Joaquim da Silva Guimarães* (Ed.73-17/02/1869, p.3):

O dr. Bernardo J. da Silva Guimarães não foi demitido mas sim dispensado do exercício da cadeira de retórica e poética do externato desta capital que fora convidado a reger interinamente e por comissão, e não como professor titulado.

A dispensa não foi determinada pela reputação literária, que o Dr. Bernardo tem sabido conquistar, e menos pela de liberal de tempera forte, mas contestável, que lhe querem emprestar; mas porque suprimida, como se acha aquela cadeira pela lei n.1605, não era de vantagem alguma ao ensino a conservação por quatro meses de uma cadeira cujo ensino forma curso regular e científico.

Sendo poeta reconhecido, seu posicionamento político parecia ter bastante importância naquele contexto, daí o interesse dos conservadores em questionarem o adjetivo a ele associado de “liberal de tempera forte”. Essa disputa em relação ao

⁵¹ Já nos referimos anteriormente ao trabalho de João Antônio de Paula (2000), no qual ele chama atenção para a forte relação que os mineiros mantinham com a política no século XIX, cultura que surge muito em função da presença da maquinaria estatal desde muito cedo na região. Isso não passou despercebido ao viajante inglês Richard Burton que ao passar pela região anotou que “o sentimento partidário era muito forte em Ouro Preto” (BURTON, 1976 [1868], p.308). Fala também da importância que o jornalismo parecia ter na vida dos habitantes daquela capital (BURTON, 1976 [1868], p.337).

posicionamento político de Bernardo Guimarães reaparece na mesma sessão do *Noticiador* menos de um mês depois, em 10/03/1869, edição 82, quando o autor é reconhecido, mesmo sendo criticado em sua coerência partidária, como o “1º poeta de Minas”:

A minha luneta é amadora fanática da história, e só por amor dela pede ao ilustre poeta mineiro, que explique o seguinte trecho de seu artigo:

<< Pela imprensa, todas as vezes que a ocasião se ofereceu tenho prestado à causa liberal e continuarei a prestar meus insignificantes serviços. >>

É sabido que s. s. participou em uma folha conservadora, publicada nesta capital, e redigida pelo sr. senador Firmino, artigos políticos.

A minha luneta política acata e respeita o mérito incontestável do 1º poeta de minas.

Não deseja perturbar-lhe o silêncio, que inspira a poesia.

Se faz aquele pedido é porque é infelizmente política.

E a política é tão exigente!..

Não é assim sr. B. Guimarães?

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 82, 10/03/1869; ênfase adicionada)

Se, por um lado, seus “adversários” conservadores tinham de lidar com a já estabelecida fama de Bernardo Guimarães como literato nos momentos em que o criticavam, não deixavam, por outro lado, de utilizar o que escreveu em seu antigo jornal liberal, *A Actualidade*, contra ele mesmo e seus novos parceiros no *Liberal de Minas*, como aconteceu na edição 78 do *Noticiador*, de 01/03/1869, na mesma sessão crítica intitulada *Minha luneta política*:

Padre, a minha luneta leu o seu soneto ao mimoso poeta B. Guimarães.

Ela não sabe o que te agradecer mais, se as agradáveis, doces e suaves emoções que lhes despeitastes, se as recordações de um passado de que sempre ela lembra com riso estrepitoso.

Padre, a minha luneta muito te agradece. Aperta-te com toda a efusão as tuas poéticas mãos.

O teu *azinhavrado* soneto conquistou-te uma linda coroa de louro.

E como ela não sabe tecer-te uma grinalda de pudibunda e cheirosa violeta; por isso, toma emprestado ao n. 37 da ACTUALIDADE, folha outrora redigida pelos teus correligionários Farnese, Lafaiete e Bernardo Guimarães, o perfumado *bouquet*, que toma a liberdade de oferecer às tuas poéticas e reverendas ventas.

Eis o esplêndido *bouquet* entretecido pela folha liberal de 1859:

<< O sr. padre José Joaquim Corrêa d’Almeida tem indomável vocação pelos conceitos baixos, pelas idéias grosseiras, e diremos mesmo pelo asqueroso. (Mimoso *bouquet*!..) Seu espírito, com a mais condenável rebeldia repele tudo quanto é belo, grande, delicado e nobre. >> (Como é tão bem entretecido!!)

(...)

Meu padre, não desmaies de..... saudades.

Lá mesmo na *Actualidade* ainda se desabrocha a rosa, a violeta, o amor perfeito, e cresce a malva maçã.

A minha luneta vai colhê-las, e remetê-las a uma mão dadivosa e feiticeira dessa leal cidade para entretecer um *bouquet* soberbamente luxurioso.

Adeus Padre. Queira-me sempre bem.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 78, 01/03/1869)

Dedicatórias como essa feita pelo padre a Bernardo Guimarães pareciam ser recorrentes, o que indica a existência de um certo consenso a respeito de sua imagem enquanto um poeta modelar para aquela geração de mineiros. Não deixa de ser emblemático em relação a isso que no dia dez de agosto de 1871 José Miguel Siqueira tenha iniciado a publicação de uma série de cartas sobre assuntos literários dedicadas, em tom de admiração, a Bernardo Guimarães, na edição 341 do próprio jornal conservador *Noticiador de Minas*. Série que só terminaria na edição de n. 347 (29/08/1871)⁵².

O *Noticiador de Minas*, que até o fim de 1872 era publicado de três em três dias, em primeiro de fevereiro de 1873 comemora sua conquista da condição de se tornar diário e muda mesmo seu título para *Diário de Minas*, mantendo, contudo, sua filiação ao Partido Conservador. Em sua primeira edição (01/02/1873) encontramos outra referência ao autor mineiro, mas desta vez ainda mais explícita. Tratava-se de uma poesia-homenagem escrita por um jovem chamado Pedro Fernandes, trazendo um título que não poderia ser mais emblemático: *Bernardo Guimarães*.

Assim, admirado como escritor por liberais e conservadores, o que podemos ver é que essa publicidade de Bernardo Guimarães, adquirida a partir de sua produção poética, tinha um certo peso nas disputas políticas que ocorriam naquele contexto, das quais o próprio autor não estava de forma alguma afastado, conforme tentamos demonstrar acima, sobretudo na polêmica criada pelo responsável da sessão *Luneta*, lembrando o que fora escrito pelo escritor anos antes na *Actualidade*. Essa polêmica ainda se desenrolou em outros números do jornal conservador, como pudemos ler na edição 86 (19/03/1869):

⁵² Na Ed. 341 está a primeira intitulada *A arte de escrever*; na 346 estão outras duas, respectivamente *A vocação* e *A crítica*; por fim, no n.347, encontramos a última que trazia o título de *A amizade*.

Padre, a minha luneta lendo seu mimoso soneto à B. Guimarães sentiu uma vertiginosa emoção. Foi a flora da *Actualidade*, apanhou o primeiro *bouquet*, e levou-o às tuas poéticas ventas.

O teu – *Epigrama chato* – veio revelar-me um certo despeito.

Padre, a minha luneta pede mil desculpas por tão insignificante lembrança.

Vou colher rosas, violetas, amores-perfeitos e malva-maçã, no grande jardim plantado e regado pelos Farneses, Lafaietes e B. Guimarães, para a tua *Ella* entretecer-te um perfumoso *bouquet*, esplendido de beleza.

Eis a rosa:

<< A dicção do padre Correa nem sempre é correta no estilo, absolutamente destituído dos primores da língua, de graça e de elegância, é extremamente baixo, grosseiro e chato. O poeta da Barbacena a cada passo emprega dictérios de *cabaret*, gírias de *arrieiros*, e frases que o homem polido jamais repetiria em sociedade de gente limpa, conspurcam cada uma das páginas de suas obras. >>

(...)

Padre, não arrufe-se mais com a minha luneta.

Se esta cestinha de escolhidas, primorosas e odoríferas flores não chegar para a moldura e remate do *bouquet*, a minha luneta irá ao n. 42 da *Actualidade*, ao jardim do sr. Gaspar da Silveira Martins, e à horta do sr. José Roberto e aí colherá magnólias, jasmims do cabo, guanabaras, cravos rosas, e mil outras flores. O teu *bouquet* há de igualar, senão exceder, ao de um Marco, Baccarat, ou M. Gauthier.

P.S. Um favor, padre. Glose lá este mote:

Padre missa não diga,

Que impurezas mastiga.

Bernardo Guimarães parece ter respondido às ofensivas do autor da *Luneta*, no n. 13 do *Liberal de Minas*, conforme fica indicado, como veremos, na edição 89 (29/03/1869) do periódico conservador ao qual tivemos acesso, onde ele é novamente solicitado a dar satisfações:

O sr. B. Guimarães afirma com toda a segurança, e como um homem que sabe o que escreve << que não teve parte na análise das poesias do padre Nicoldo de Barbacena. >>

O *colaborador* esquecido do que afirma o dr. B. Guimarães, diz << que o artigo *desapiedadamente* crítico que a *Actualidade* publicou sobre as poesias do estimável poeta barbacenense, não é da pena do dr. Bernardo, o qual nesse tempo – *parece* – que não tomava parte ainda na redação daquela folha. >>

Vejam no que ficam.

Tomou, ou não tomou parte, sr. dr. Guimarães?

Que coerência, meus senhores!!

O caso não parece ter seguido adiante, mas dá a idéia do que se passava nos jornais naquele contexto – do qual Bernardo Guimarães era produto e produtor – marcado por acusações, respostas irônicas e agressões verbais. Em outras palavras, podemos

considerar que o autor estava há muito envolvido com um meio que de alguma forma o impulsionava em direção a uma maneira de estar no mundo marcada por certo tom de agressividade.

Já dissemos que a participação de Bernardo Guimarães na imprensa parece ter relação com representação que ele constrói de alguns personagens masculinos preocupados em *agir* a favor da razão de Estado em suas narrativas literárias. Mas seu envolvimento com o jornalismo e a política, por si só, não é capaz de explicar o culto que o autor mineiro passa a fazer da *agressividade* masculina associada ao Estado nos três gêneros textuais produzidos por ele entre 1869 e 1872 – poético, romanesco e jornalístico. Prova disso é que em anos anteriores ao recorte principal da pesquisa, quando esteve envolvido com o jornal *Actualidade*, ele encontrou maneiras para se opor à agressividade que marcava a imprensa através de sua poesia, o que não se deu nesse contexto como pudemos acompanhar nos versos de *A morte de Flávio Farnese* (1876 [1959], p.295-298), escritos em 1871, onde a agressividade da imprensa é apresentada positivamente.

Uma década antes, quando era jornalista no Rio de Janeiro, Bernardo Guimarães escreveu uma poesia belíssima e longa, intitulada *O Dilúvio de Papel, sonho de um jornalista poeta* (1865 [1959], p.107-125), onde a noção de “espaço público-arena” foi duramente criticada. Nessa poesia, todo o elogio da publicidade e do que era público, fortemente presente no jornal do qual era colaborador-chefe, *A Actualidade*, parece perder sua aura. A vigilância extrema, a ânsia por estar sempre informado, o estado de permanente prontidão para denunciar, a compulsão por se inteirar do maior número possível de assuntos para torná-los públicos, tudo isso parece voltar-se contra o jornalista-poeta, como se autodenominou na poesia.

Os jornais, ao invés de serem os veículos do esclarecimento libertador, como eram representados em seu próprio periódico, na poesia aparecem como responsáveis por uma sensação de sufocamento, como desagradáveis intrometidos, intrusos impertinentes, violentos invasores. Ao longo da poesia, a sensação de perseguição do mundo público – representado principalmente pela figura dos jornais – sobre o indivíduo fica muito clara quando o dilúvio de papel, anunciado no título – que se trata na verdade de um dilúvio de jornais –, aparece nas estrofes. O referido dilúvio se apresenta na poesia-sonho como uma

punição orquestrada pela musa por conta do abandono em que o jornalista a teria deixado em favor do periodismo. A passagem em que ele está sendo perseguido pelos jornais é tanto trágica quanto cômica. Após a maldição da musa, nem mesmo no espaço privado (promessa burguesa do lugar de descanso) ele é poupado:

A custo rompo, e chego esbaforido
 Ao sossegado albergue, e precavido
 A porta logo tranco,
 E de um só arranco
 Com as escadas íngremes invisto.
 Mas! Oh! desgraça! Oh! caso não previsto!
 As folhas entre as pernas se embaralham,
 E todo me atrapalham,
 E quase de uma queda me escangalham.
 Mas salvei-me sem risco, e subo ao quarto
 Do meu repouso, e onde me descarto
 De tudo que me zanga e me atrapalha.
 Cansado já do excesso
 De golpe me arremesso
 Sobre o colchão de fresca e fofa palha;
 Mas apenas encosto na almofada
 A fronte afadigada,
 Eis começa de novo o atroz vexame;
 Como importunas vespas,
 De folhas me acomete novo enxame;
 Zumbindo pelo ar co'as asas crespas,
 Agravando à porfia o meu martírio
 A ponto de me por quase em delírio.

(Dilúvio de Papel, sonho de um jornalista poeta, 1865 [1959] p.118)

A violência se fazia presente nessa perseguição dos jornais, conforme pudemos ver indicada, no trecho acima, a partir da metáfora do tombo de que o jornalista-poeta quase foi vítima por conta deles. Assim, a agressividade que ele praticava no jornalismo parecia retornar em sua poesia/sonho como uma ameaça a si mesmo. Por isso não parece ser sem propósito que ele se pinte, ainda que com bastante humor, em muitas passagens, como se estivesse em meio a uma guerra. No espaço onírico dos versos o jornalista-poeta vê os jornais como um exército de soldados ameaçadores contra os quais tem de lutar para sobreviver, embora sua vitória apareça ao longo de toda a poesia sempre como impossível de ser conquistada:

Mal dou um passo, eis no mesmo instante

Encontro por diante
Jornal imenso de formato largo,
 Aos meus primeiros passos pondo embargo.
 Vou desviá-lo, e em sua retaguarda
 Encontro um *Suplemento*;
 Porém, pondo-me em guarda
 Para a direita opero um movimento,
 Em encontro frente a frente o *Mercantil*.
 Para evitá-lo esgueiro-me sutil,
 Buscando flanqueá-lo, e vejo ao lado
 O *Diário do Rio de Janeiro*
 Que todo desdobrado
 Ante mim se apresenta sobranceiro;
 Com brusco movimento impaciente
 Me volto de repente
 E quase que me achei todo embrulhado
 No *Diário do Rio Oficial*.
 Então compreendi toda a extensão
 E força do meu mal,
 E o sentido satânico e fatal
 Que encerrava da musa a maldição.
 Eis-me pelos jornais de todo o lado
 Em assédio formal engaiolado!
 Assédio, que depois foi um Vesúvio,
 Que arrojou das entranhas um dilúvio.

Porém, o sangue-frio inda não perco,
 Co'a ponta da bengala
 Romper procuro o cerco
 Que obstinado em torno se me instala.
 Sobre o inimigo intrépido me atiro;
 Brandindo uma estocada
 Varo o *Jornal*, e mortalmente o firo;
 E de uma cutilada
 Denodado rasguei de meio a meio
 O *Mercantil* e o *Oficial Correio*;
 Co'as botas ao *Diário* faço guerra;
 E debaixo dos pés o calco em terra.
 Mas ai de mim! Em batalhões espessos,
 Ao longe como ao perto,
 Resistindo a meus rudes arremessos
 O inimigo rebenta em campo aberto.
 Debalde lhes desfecho denodado
 Mil golpes repetidos;
 Debalde vou deixando o chão coalhado
 De mortos e feridos.
 E quanto mais o meu furor se assanha,
 Mais a coorte cresce e se arrebanha!

(*Dilúvio de Papel, sonho de um jornalista poeta*, 1865 [1959] p.117)

Nessa tragi-comédia lírica, Bernardo Guimarães posiciona-se, portanto, contra a valorização da *postura belicosa* que, contraditoriamente, sustentava na *Actualidade*. Ou seja, se em seu periódico a postura agressiva e vigilante dos jornais era vista como uma condição favorável para o bem estar das pessoas, pois garantiria o bom andamento da democracia, na referida poesia tal postura aparece como uma ameaça à vida dos próprios sujeitos que a adotam.

A análise concomitante desses dois diferentes registros discursivos, produzidos num mesmo contexto histórico específico e pelo mesmo autor, não deixa de ser bastante interessante no sentido de que nos mostra a divisão daquele sujeito masculino naquele dado momento. Essa divisão, no entanto, já não fica tão evidente se avançamos um pouco no tempo, como já havíamos dito em páginas anteriores.

No período em que Bernardo Guimarães está publicando suas narrativas – recorte principal da pesquisa, 1869-1872 –, concomitante à sua volta ao jornalismo através do *Liberal de Minas*, sua escrita poética já não apresentava a contradição em relação à lógica combativa do jornalismo como havia se dado em *Dilúvio de Papel, sonho de um jornalista poeta* (1865 [1959], p.107-125). Os três tipos de discurso produzidos por Bernardo Guimarães nessa fase demonstram certo consenso em relação à necessidade de uma postura em certa medida agressiva diante do mundo.

A pergunta, então, retorna: afinal, o que teria sido responsável pela mudança na escrita de Bernardo Guimarães quando, na passagem de uma década, todos os gêneros textuais produzidos por ele passam a corroborar a associação entre agressividade, masculinidade e Estado?

2. A Guerra do Paraguai: violência física em nome da honra da pátria

Sustentamos a tese de que essa mudança que pudemos perceber nas representações acerca da violência presentes no discurso de Bernardo Guimarães esteja associado a um acontecimento histórico que parece ter influenciado significativamente aquela geração. O autor mineiro até então via no Brasil uma fonte de esperança e de paz, tal qual o representava em sua poesia até 1865, um país que poderia representar um modelo de

diferença em relação ao modelo bélico europeu – como tentamos mostrar no capítulo 1. Ele tem, no entanto, uma inflexão nessa maneira de enxergá-lo quando o vê, assim como os estados europeus, também se envolver numa guerra, a do Paraguai, que dura de 1865 a 1871.

Numa cidade não tão populosa como era Ouro Preto, localidade marcada pela valorização da atividade política, herdeira da forte e precoce presença do Estado na região (PAULA, 2000, p.101), onde a opinião de Bernardo Guimarães era bastante considerada no período, conforme já vimos, ele acabou se posicionando diante daqueles acontecimentos.

Em 1869, a Guerra do Paraguai já está quase definida e a sensação que se tem, ao lermos os jornais do período, é a de que um fim favorável aos brasileiros está próximo. Naquele momento os partidos políticos começavam sua disputa pela memória da guerra. Os conservadores reclamam a proeminência de Duque de Caxias, que também era conservador, como o grande responsável pelos sucessos do exército brasileiro na Campanha do Paraguai. Não era surpreendente, por conseguinte, que o *Noticiador de Minas*, em sua Ed.121 (26/06/1869), desse espaço em suas colunas para aquele militar, conforme lê-se em *A pedido*:

<< Illmos. srs. – Agradeço de coração a câmara municipal da cidade de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais, as felicitações que me dirige, pelos brilhantes feitos do exército brasileiro, que tive a fortuna de comandar nos campos do Paraguai.

Eu aceito essas felicitações, unicamente, como uma prova de bondade e benevolência da parte dessa digna província e ilustrada corporação, pois que tenho consciência de que dela só é credor o mesmo exército, cabendo-me, apenas, a glória de ter sido testemunha ocular de seu valor, intrepidez, e constância nos maiores sofrimentos e provações de tão árdua campanha; porquanto, nada mais fiz do que cumprir o meu dever como brasileiro e como soldado. Aceite, pois, a câmara municipal da cidade de Ouro Preto o meu eterno reconhecimento e gratidão. (...) >> *Duque de Caxias*

Alguns meses depois, a disputa continuava e Duque de Caxias seguia sendo lembrado pelos conservadores como o grande responsável pelo sucesso das tropas brasileiras no Paraguai (*Noticiador de Minas*, Ed. 151, 25/09/1869):

- A guerra chega a seu fim. Foi uma boa inspiração ao gabinete de 16 de julho [conservador], a escolha que fez S. A. o sr. Conde d'Eu para comandar o nosso

exército. O ilustre príncipe tem revelado a ciência da guerra, e a coragem de alguns heróis de sua família.

Esta guerra feita com os conservadores, que os liberais recrutaram, dirigida pelo ilustre Duque de Caxias, concluída pelo nosso valoroso príncipe, é mais um florão que a história há de um dia engastar na coroa, que deve eleger o partido nacional, o grande partido conservador.

Mas os liberais contestaram fortemente toda essa influência. Testemunha disso é a transcrição que o *Noticiador* fez do *Conservador da Campanha*, em seu número 162 (30/10/1869), simplesmente intitulada de *O duque de Caxias*, na qual o editor se mostra furioso com as críticas que eram feitas ao duque e por isso escrevia em sua defesa:

Neste livre, mas desventurado Brazil, pobre do cidadão que, embora por alto merecimento, chega às eminências das hierarquia social!

A grita desenfreada dos difamadores, a voz rouquenha da inveja, o ruge-ruge sombrio de miseráveis intrigantes, são urzes que **na liça política dilaceram as túnicas dos mais valentes e esforçados lidadores.**⁵³

(...)

Nosso desígnio é apenas lavar um protesto em nome da *consciência nacional* e do *pundonor brasileiro*, contra as truanescas chocarrices, grosseiras injúrias, pérfidas calúnias e até. (miséria!) obscenos epigramas que é hoje moda, em certa classe de espíritos pervertidos, lançar ao mais ilustre e benemérito cidadão brasileiro, depois do Imperador, o ínclito duque de Caxias.

O duque de Caxias é presentemente o mote obrigado das glosas indecentes da imprensa licenciosa ou, na expressão de um escritor contemporâneo, a bigorna onde malham todos os martelos da calúnia e da difamação.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 162, 30/10/1869; ênfase adicionada)

Talvez não coincidentemente, no único exemplar do *Liberal de Minas* do ano de 1870 que restou no Arquivo Público Mineiro, encontramos uma brincadeira por parte de alguns de seus colaboradores em relação à exaltação dos conservadores na defesa empedernida que faziam da figura de Duque de Caxias, que, pelo jeito, continuava sendo criticada. A edição é a de número 98 (21/04/1870) e a sessão, em que aparece a ironia, traz o título de *Mofinas*:

DECRETO

Nós Camilo Modesto Firmiano Zinabre && decretamos o seguinte, que será fielmente observado no estado de Santa Bárbara:

⁵³ Novamente podemos ver as metáforas de guerra que os jornalistas utilizavam com frequência para se auto-referirem em meio às disputas político-jornalísticas nas quais estavam envolvidos.

Art. Único. É absolutamente proibido e nem consentimos que neste Estado se fale mal de s. a. o sr. duque de Caxias.

Francisco Silveira Zinabre do nosso conselho assim o tenha entendido e faça executar &&.

D. Xico Zinabre Silveira.

(Jornal *O Noticiador de Minas*, edição 98, 21/04/1870)

Em meio a essa contenda, na qual liberais e conservadores lutavam por definir uma imagem que fosse mais favorável a cada um de seus partidos a respeito do que teria sido a experiência da Guerra do Paraguai, Bernardo Guimarães então toma partido e dá sua contribuição ao lado dos liberais. Selando de uma vez por todas a fusão entre jornalista e poeta, que já vinha sendo anunciada em sua produção anterior, o autor mineiro irá publicar em partes, na folha liberal mais influente do país no período, *A Reforma*, editada no Rio de Janeiro, uma poesia épica na qual pretendeu “reconstituir” com riqueza de detalhes todas as etapas da Guerra do Paraguai, mas ao mesmo tempo realizando, como veremos, um esforço a mais para a consolidação da visão liberal daquele conflito.

Em 15 de outubro de 1871, Bernardo Guimarães publica a primeira, de um total de oito partes, de sua poesia épica intitulada *A campanha do Paraguai – Heróides brasileiras* (1876 [1959], p.250-288). Numa espécie de resumo histórico daquele evento, o poeta segue a ordem cronológica daquele conflito na organização de sua poesia, sendo cada parte publicada separadamente de acordo com as edições do jornal: *I- Invocação; II- Lopez e Humaitá; III- Osório e a passagem do Passo da Pátria; IV- Riachuelo e Barroso; V- Uruguaiana e Canavarro; VI- Tuiuti e 24 de Maio; VII- Porto-Alegre; e, por fim, VIII- Assalto a Curuzu.*

Nessas mais de trinta páginas, salta aos olhos a falta de uma menção sequer à figura de Duque de Caxias, herói de guerra dos conservadores, conforme já vimos. Segundo o historiador Francisco IGLESIAS (1993, p.181), essa disputa política entre os partidos envolvendo a Guerra do Paraguai teria sido decisiva inclusive para a queda do regime monárquico de governo, ocorrida alguns anos mais tarde:

Os desentendimentos entre os partidos Liberal e Conservador e a acusação do poder pessoal do imperador culminam, em plena Guerra do Paraguai, na mais espetacular queda de gabinete – a de 1868. Muitos liberais descontentes e sem possibilidade de outro funcionamento do sistema aceitam a sua substituição.

Aliam-se a republicanos tradicionais e criam o Partido Republicano em 1870, que lança manifesto, em cuja conclusão se diz: “Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é em sua essência e em sua prática antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos.” O ano de 1870 assinala ainda a queda do Segundo Império Francês, em reforço do antimonarquismo. (...)

A década de 1870 assinala a degradingolada do regime até aí vigente. Os militares chegados dos campos do Paraguai querem participar da vida pública, da qual estavam de fato distantes. (...) **Os partidos têm entre suas lideranças militares notórios: se os conservadores tinham Caxias, os liberais exibem Osório.** E as questões entre o governo e eles começam a ganhar vigor na década seguinte, contribuindo para enfraquecer o trono.

(IGLESIAS, 1993, p. 181; ênfase adicionada)

Será Osório, portanto, quem aparecerá na longa poesia de Bernardo Guimarães como o grande herói da Guerra do Paraguai, face ao silenciamento em relação à participação de Caxias na condução do conflito:

Eis já de Osório além do Paraná
O heróico vulto assoma,
Arde-lhe o peito em belicoso afã;
No ardido arrojo tudo vence e doma.
Brada avante!, - e voando impetuoso
De combate em combate
Com a ponta da lança às portas bate
Do déspota orgulhoso.

(III- *Osório e a passagem do Passo da Pátria em A campanha do Paraguai – Heróides brasileiras*, 1876 [1959], p.259 e 261)

O autor mineiro, portanto, contribui decisivamente para consolidar a imagem do mártir militar da Guerra do Paraguai, eleito pelos liberais e republicanos, representado-o como um homem que nunca erra e que “tudo doma” e que, com “a ponta de sua lança”, as portas do inimigo arromba. Com metáforas semelhantes vai ainda descrevê-lo como um grande líder em VII- *Porto-Alegre (A campanha do Paraguai – Heróides brasileiras*, 1876 [1959], p.277 e 278):

Avante! Avante! Fogo! – Osório brada
As filas perlustrando;
Na destra lhe reluz a heróica espada
As valerosas legiões guiando,
Como um farol de glória
Lhes apontando a senda da vitória.

Avante! Avante! – a valerosa gente
 Um passo não recua,
 Pois está vendo reluzir-lhe à frente
 Do legendário Osório a espada nua,
 E a hoste belicosa
 De Osório ao grito avança impetuosa.

Nessas descrições enaltecedoras, as metáforas fálicas são muito reveladoras de uma espécie de “mística masculina” na qual se envolvem suas representações construídas sobre a guerra. O que não dizer da “espada nua” que “aponta”, que “reluz à frente”, enfim, que “abre” o caminho? Essa mistura entre masculinidade e violência volta a aparecer no elogio feito pelo poeta à capacidade mortífera do Brigadeiro Andrade Neves naquela Guerra, em poesia escrita na ocasião do falecimento daquele oficial em batalha – 06/12/1869 (*O brigadeiro Andrade Neves, barão do Triunfo – Ode*, 1876 [1959], p.231):

Que lidador é esse, altivo e forte
 Qual novo Gedeão,
 Que na ponta da lança leva a morte,
 O horror, a confusão,
 Às consternadas, inimigas hordas
 Do Paraguai pelas sangrentas bordas?

Ei-lo que avulta nas guerreiras lides
 Intrépido, incansável
 O brasileiro Alcides;
 Aos botes de sua lança formidável
 As hostes inimigas
 Caem bem como espigas
 Aos golpes do ceifeiro infatigável.

Seu cavalo é veloz como o tufão;
 E pronto como o raio
 Seu braço leva ao campo paraguaio
 Morte e destruição.

Onde o valente passa,
 À frente da falange gloriosa,
 É bem como borrasca impetuosa,
 Que tudo arrasa, tudo despedaça.

Outro fator que também nos chama atenção é a proximidade dessas metáforas que dizem da atividade guerreira desse soldado, daquelas utilizadas pelos jornalistas do período para designarem-se a si próprios no desempenho daquela função. Não por acaso

são também idênticas às que Bernardo Guimarães, por sua vez, utilizou em sua poesia por meio da qual homenageava o amigo articulista Flávio Farnese, naquele mesmo ano de 1871. Sim, as metáforas são parecidas, mas não podemos perder de vista que o assunto do qual cada uma delas trata é, sem dúvida, muito diferente. As “lutas” da imprensa não envolviam o derramamento de sangue que a experiência da Guerra do Paraguai trazia.

Violência física com a qual Bernardo Guimarães jamais concordara em qualquer um de seus escritos anteriores ao tal conflito com o Paraguai. Essa concordância com o uso de armas, agora revelada pelo culto do masculino guerreiro promovido nessas suas poesias sobre a Guerra do Paraguai, personificação da destruição, representa uma novidade na produção do autor. Como vimos no capítulo 1, na *Actualidade* mais de uma vez Bernardo Guimarães e seus dois companheiros de redação haviam condenado o recurso à violência física como um símbolo de barbárie, como algo totalmente reprovável. Em suas poesias anteriores à tal Guerra também denunciava a violência armada praticada nos conflitos entre países europeus como um exemplo a ser evitado.

Nosso argumento é o de que seu forte envolvimento com a política e a imprensa⁵⁴ no momento específico em que o Brasil está em guerra, contexto em que a guerra era a principal pauta, a principal temática a ser discutida, o teria impactado suficientemente a ponto de possibilitar uma mudança em sua sensibilidade fazendo com que, nessa nova fase, passasse a admitir a violência física, desde que estivesse envolvida com o heroísmo em nome da pátria. Seria essa a chave para compreendermos a opção feita pelo autor por representar aqueles personagens masculinos de seus contos e romances, analisados no capítulo anterior, tendo como características principais aquelas e não outras, também possíveis para aquele contexto: rapazes agressivos se preciso, em nome da pátria.

Mas se, como temos tentado demonstrar, essa aceitação da violência, ainda que em circunstâncias específicas, por parte de Bernardo Guimarães constituía uma novidade em sua produção, a utilização do argumento da nação como elemento justificador de uma postura hostil não o era. Em outras palavras, se nos lembrarmos bem, a utilização da imagem da nação e do interesse público na construção de uma justificativa nobre para a

⁵⁴ Segundo Paula (2000), a cultura de se engajar nessas atividades estaria entre uma das principais marcas dos homens daquela região.

agressão – ainda que verbal naquele caso – já estava fartamente presente nos artigos da *Actualidade*, no qual havia escrito dez anos antes. Da mesma forma que Bernardo Guimarães, junto de seus colegas, justificava suas violentas invectivas jornalísticas contra os “inimigos” de cada ocasião, nesse momento faz isso para legitimar a violência física praticada pelos soldados brasileiros.

Observando esse argumento da pátria em sua escrita, pudemos perceber, ainda, que ele estava tanto captando quanto produzindo um deslocamento muito interessante que parece se operar no período em relação à noção de honra. Questão com a qual terminaremos essa tese. Na poesia épica sobre a Guerra do Paraguai, citada anteriormente, ele vai pintar a nação brasileira, bem como em outras poesias sobre a mesma guerra, como uma donzela profanada pelos paraguaios que reclamava que sua honra fosse recobrada pelos homens de sua família, isto é seus filhos, os filhos da nação, conforme lemos no trecho de *V- Uruguaiana e Canavarro de A campanha do Paraguai – Heróides brasileiras* (1876 [1959], p.270):

Um dia o pé brutal do paraguaio
 Calcou-te o colo, profanou-te o seio;
 Mas pronta como o raio
 Mão vingadora em teu auxílio veio.
 Dos filhos teus a indômita bravura
 Oh! não, por muito tempo não consente,
 Que em teu seio se abrigue a horda impura
 Do bárbaro insolente,
 Que da pátria as campinas tala e assola,
 E o que há de mais santo sem pudor viola!

Chama atenção o fato de que o poeta tenha utilizado justamente uma cena do universo familiar para se referir ao vínculo de cidadãos com a nação. Vimos no primeiro capítulo o quanto os homens no Brasil Colônia estiveram dispostos a lavarem a honra com sangue, conforme aponta Vainfas (1997, p.137), e como Del Priori (2006 [2005]) acaba verificando uma permanência desse costume no século XIX⁵⁵. O apreço dos homens

⁵⁵ Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008 d, p.285-310), essa noção foi inclusive frequentemente veiculada nos folhetos de cordel produzidos na Região Nordeste do Brasil ao longo do século XX.

mineiros pelo uso de armas, mencionado por muitos viajantes, também parece indicar essa permanência.

Essa noção de honra masculina à qual se referem tem uma forte ligação com a instância familiar. Tanto é que não só do homem dependia a manutenção de sua honra, mas de todos os membros de sua família⁵⁶, o que pressupunha a exigência de seu lugar de chefia nesse grupo. A traição da esposa, a desobediência da filha, em alguns casos do filho, o rapto de uma irmã, tudo isso era considerado ameaça à honra do homem, ou dos homens, da família. E é quase dispensável dizer que os homens tinham protagonismo nesse universo. Isso para o “bem” e para o “mal”. É o pai ou o irmão mais velho que, no momento de desonra, tem de “resolver o caso” sem pensar nas conseqüências ou matando o responsável pela ameaça à honra ou morrendo em busca da desforra. Por essa capacidade de imperativamente⁵⁷ engajar os sujeitos em uma ação de vida ou morte é que o sentimento de honra é tão poderoso. Nesse sentido não por acaso os Estados nacionais tiveram tanto interesse em irrem tomando aos poucos a influência desse sentimento para si ao longo dos séculos XVIII e XIX (FEBVRE, 1998).

Dessa forma, sem questionar algo que já estava enraizado na cultura de seu tempo desde há muito, o autor sutilmente propunha um deslocamento daquela visão de mundo para outro contexto, não mais familiar, mas estatal. Utiliza uma analogia ao trazer elementos do que já era conhecido para tentar estabelecer uma novidade, uma nova forma de vínculo. Não mais do indivíduo masculino com sua família, mas com sua pátria.

Em seu *Hino (Dedicado ao 3º Batalhão de Voluntários, que em abril de 1866 partiu de Ouro Preto a tomar parte na campanha do Paraguai debaixo do comando do Sr. tentente-coronel (hoje brigadeiro) Amorim Rangel)* (1883 [1959], p.342-343), por meio de

⁵⁶ É a ela que originalmente a idéia de honra nasce acoplada, segundo Febvre (1998, p.88-89), e assim permanece até quando muito mais tarde foi associada à idéia de pátria. Como afirma ainda Febvre (1998, p.89): “Não é a voz da terra que fala mais alto a essas consciências [homens da Idade Média]. É antes a voz do sangue, da família, da parentela. **Sangue. Solidariedade.** Toda a linhagem toma partido e defende o parente lesado, morto ou acusado. É isso entre os grandes e os pequenos; nas cidades: linhagem contra linhagem; mesmo nos campos: cepas camponesas contra cepas camponesas.” (Ênfase do original)

⁵⁷ Para Febvre (1998, p.76-77): “Esse sentimento da honra, que não é apenas **referencial**, mas **tônico, que não tem apenas voz de consulta** nem voz deliberativa, mas voz imperativa para os conselhos de nossa Consciência, **esse sentimento da honra** que, nos momentos de dificuldade, intervém para confirmar que o bom caminho é realmente aquele e não um outro, que o bom caminho é o caminho da honra e, ao mesmo tempo, para dar-nos a **força** de tomar este caminho mesmo que possa nos conduzir à morte.” (Ênfase do original)

uma linguagem agressiva, irá lembrar aos soldados valores como liberdade, valentia, vingança e punição, usando o mesmo tipo de argumento, a honra da pátria, como elemento justificador:

Ao Paraguai
Eia marchemos,
E ao vil tirano
Morte levemos.

O colo nunca vergamos,
Somos livres, somos bravos;
As hordas não temeremos
De verdugos e de escravos.

Ante o estandarte
Libertador
Trema o covarde
Salteador.

**De vingar nossos irmãos
No altar da pátria juremos,
E a punir cruéis afrontas
Da honra ao campo voemos.**

(Hino, 1883 [1959], p.342-343; ênfase adicionada)

Em outros pontos de sua poesia épica é também a idéia de “honra da pátria” a responsável por tornar sublime o ato do sacrifício de si. Bernardo Guimarães fará um tributo à morte ao anunciar que não iria cantar os sobreviventes, mas sim os mortos, mais dignos e honrados, segundo ele, perante a pátria:

**Fundo golpe, que abriu atroz metralha,
Ou lança aguda em preito encarniçado,
Eis o brasão do herói, eis a medalha,
Que assenta mais no peito do soldado.**

O povo inteiro bem vos sabe o nome,
Do Paraguai altivos vencedores;
Dos feitos vossos o gentil renome
Não precisa dos pálidos fulgores
De frívola honraria,
Que brasões tendes de maior valia.

Adornos vãos de estólida vaidade
Não conhece da história a musa austera,
Que o livro escreve da posteridade,

E nos domínios do porvir impera.
 Para a frente de seus heróis queridos
 Só tem louros singelos
 Por suas próprias mãos entretecidos;
 Esses da glória os fúlgidos emblemas,
 Que têm maior valor, que são mais belos
 Que os régios diademas.

Mas ai!... dessas coroas invejadas
 Quantas já vão de fúnebre cipreste
 Tristemente enramadas!
 Quantos lá jazem na campanha agreste
 - Desamparados sobre a terra nua, -
 A quem aguda lança ou bala ardente
 - **Tão longe da querida pátria sua!** –
 Lá deixaram dormindo eternamente!

**Mas se acaso não pode a pátria em pranto
 Seus restos recolher em urnas de ouro,
 Ergue-lhes, musa, em sonoro canto
 Padrão mais duradouro,
 E os nomes seus e os louros gloriosos
 Regados pelo pranto da saudade
 Brilhando chegarão sempre viçosos
 À mais remota idade.**

(I- *Invocação de A campanha do Paraguai – Heróides brasileiras*, 1876 [1959], p.253;
 ênfase adicionada)

Esta valorização do sacrifício, justificado pela defesa da honra nacional, da mesma forma pode ser vista no elogio que faz aos paraguaios por sua disposição para a morte. O momento em que as tropas paraguaias que defendiam Curuzu são atacadas pelos brasileiros é descrito da seguinte maneira:

De seus leais, valentes defensores
 Nenhum cuida em fugir, nenhum se rende;
 Contra a sanha dos fortes agressores
 Cada um a pé quedo se defende,
 E com torvado gesto sobranceiro
 Morre um por um até o derradeiro!

Sublime devoção! Alto heroísmo!
 Coragem digna de melhor destino!...
 Não fosse ela estulto fanatismo
 Em defesa de um déspota assassino,
 Que aos povos seus em sorte
 Só sabe dar escravidão ou morte!

(VIII- *Assalto a Curuzu* – final – de *A campanha do Paraguai – Heróides brasileiras*, 1876 [1959], p.287; ênfase adicionada)

Essa concepção de honra registra e constrói, portanto, uma novidade importante para a época a respeito do que anteriormente se entendia por ela. A noção de honra, que parecia ser amplamente difundida em regiões do interior do Brasil durante boa parte do século XIX, ainda era vinculada a cada indivíduo masculino, ou à sua família – para Febvre (1998, p.86) associada, desde o seu nascimento, a uma “moral de clã”. Como já dissemos era ela que os tornava agressivos e prontos a molhar as mãos com o sangue de outrem facilmente, a fim de se desafrontarem. Com o avanço, no entanto, da pretensão do Estado em tomar para si o monopólio da violência, esse entendimento do que seria a honra é questionado em sua base⁵⁸. Apesar disso, algo dela parece ter sobrevivido⁵⁹ quando vai se deslocando a partir desse período cada vez mais dos homens, enquanto indivíduos masculinos, para a poderosa figura masculina do Estado nacional, que está se firmando como uma instância de importância central na legitimação de atitudes violentas.

⁵⁸ A sensação de melancolia, de luto, de perda, que teria marcado as masculinidades de muitos lugares do mundo, na passagem do século XIX para o XX, ressaltada por pesquisadores de e sobre diferentes países – Albuquerque Júnior (2003), Pérsico (2009), Forth (2006), e Le Rider (1992) –, não parece se ligar a outra perda senão à do protagonismo que os homens em suas individualidades tinham nos contextos marcados pela noção de honra, anteriores à fusão forjada na modernidade entre honra e pátria.

⁵⁹ É, sobretudo, a força de permanência desse sentimento que chama a atenção de Febvre (1998, p.171-172) que em resumo dos deslocamentos que tal sentimento sofreu no caso da história da França nos diz: “Esse sentimento, nós o vimos evoluir desde o tempo em que pertencia, propriamente, a esses bandos de fiéis que se agrupavam atrás de um chefe e obedeciam-lhe cegamente; desde o tempo que se confundia com o sentimento de **fidelidade ao chefe**, de fidelidade incondicional ao chefe, até o tempo que a honra já se tornara um sentimento bem mais refinado, bem mais matizado sobre o qual os teólogos discutiam, os pregadores pregavam. É um sentimento **forte** também nos séculos XVI, XVII e XVIII; um sentimento de casta, apanágio da nobreza e do exército. Mas através do exército, da nobreza, ele espalhou-se nas camadas mais humildes da população que aspiravam à nobreza e já começavam a pensar nobre e que, por outro lado, serviam aos exércitos “com distinção” e pensavam como seus chefes.

É um sentimento tão forte que um teórico como Montesquieu apropriou-se dele para transformá-lo em característica mesma do Estado monárquico. E, de fato, ele floresce na monarquia francesa. É a honra que desempenha o papel de sentimento nacional para os nobres. É a honra que os liga a seu chefe, o Rei, como ligava outrora os homens do senhor, seus fiéis ao mestre; a honra, esse sentimento desencarnado, esse sentimento desenraizado, esse sentimento que levamos conosco onde quer que estejamos e qualquer que seja o senhor a quem servimos.” (Ênfase do original)

Movimento que, como vimos, a produção escrita⁶⁰ de Bernardo Guimarães tanto capta quanto produz entre os anos de 1869 e 1872.

⁶⁰ Algo próximo disso parecia estar ocorrendo na França do período, pois, segundo Nye (1998, p.218), o culto ao heroísmo militar presente na literatura de alguns autores daquele país, produzida durante a década de 1870, também utilizava com frequência a noção de honra associada à idéia de pátria.

Conclusão

Conforme observamos no início da tese, os tipos de identidade cultural e de prática social sugeridos pelas representações masculinas tecidas pelos viajantes ao longo do século XIX apontam para a perpetuação, entre os homens, de antigos costumes perpassados pela violência e pela misoginia. Homens que andavam armados e pareciam manter viva a idéia de que as mulheres de suas famílias não deviam ficar à vista de outros homens.

Por outro lado, certa parcela da produção de Bernardo Guimarães, que assim como os relatos de viajantes consultados era anterior ao recorte temporal da pesquisa, já demonstrava uma sensibilidade masculina contrária à violência física. A percepção da presença dessa *nova sensibilidade* indica que a conexão *masculinidade-violência física* parecia não ter mais uma “face” tão hegemônica e que os meados do século XIX assistiram uma diversidade nas maneiras com as quais os homens lidavam com a violência.

No que se refere às questões de gênero veiculadas em dois diferentes discursos produzidos no período e local onde Bernardo Guimarães escreveu suas primeiras narrativas (na então capital de Minas Gerais, Ouro Preto, entre 1869 e 1872) vimos que o impasse já anunciado nos anos anteriores permanecia ou se acirrava: se no *Noticiador de Minas*, principal periódico remanescente do período, o que chegava com mais força às suas páginas não eram as novidades inauguradas naquele século, mas sim a resistência dos homens a elas, um apego deles aos antigos costumes mencionados pelos viajantes; nos relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais produzidos entre aqueles anos, o que vimos foi que eles estavam estimulando muitas condutas que contrariavam a antiga lógica masculina, à qual os jornalistas pareciam ainda estar ligados. As personalidades masculinas que se constituíam em meio à circulação daqueles discursos estariam marcadas pelo conflito entre a novidade e a permanência de determinadas antigas formas de *ser* e *se perceber* como homem.

Lendo as narrativas em prosa que tematizaram as questões de gênero em Minas Gerais naqueles mesmos quatro anos, produzidas tanto por Bernardo Guimarães como por Alfred Taunay, notamos que elas pareciam estar muito mais próximas das novidades, divulgadas nos relatórios das autoridades estatais, do que da postura defensiva assumida

pela escrita masculina do *Noticiador de Minas*. Essas representações de gênero divulgadas por aquelas narrativas contribuiriam, portanto, para uma sensibilização de seus leitores e leitoras para a possibilidade de construção de novas identidades masculinas, pautadas por novas práticas, propondo outras relações com a violência física.

Aliás, numa leitura mais generalizada da prosa romântica da época, ampliando para outros autores, como José de Alencar e Machado de Assis, que não escolheram Minas Gerais como cenário de suas histórias, percebemos algo semelhante. A produção desses autores sugere que as identidades culturais e as práticas sociais de homens e mulheres nesse contexto já não coincidiam necessariamente com os códigos e experiências que teriam sido tão influentes em períodos anteriores. Ou seja, os romances do período entre 1871 e 1872 têm bem mais do que “sinhazinhas” e “mocinhos” estereotipados, como se costuma supor.

As imagens singulares do masculino que cada um dos autores referenciados fez circular em sua literatura também evidenciaram que os próprios prosadores estariam se posicionando de modos distintos em relação às novidades que marcavam a masculinidade e a feminilidade àquela época. Evidenciaram ainda que o discurso literário que construíram, se tomado em conjunto, divulgou e sugeriu, para seus leitores e leitoras, modelos diversificados de *identidades culturais e práticas sociais masculinas*.

Argumentamos que a **diversidade dos modos de ser masculino**, divulgada nas histórias desses autores, estaria ligada à **estatização da violência** que se desenrolava naquela conjuntura histórica. À medida que o Estado ia se fazendo mais presente, acabava dificultando a reatualização do modelo da honra que tanto teria influenciado os sujeitos masculinos durante os anos da colonização e anos iniciais do Império brasileiro. Modelo de honra esse crivado pela referência do mundo privado, pois se ligada a cada família em particular. Os indivíduos por ela influenciados consideravam que somente os “homens honrados” mereciam estar vivos. O “homem desonrado”, portanto, ou morria na busca dessa honra, quando posta em xeque, ou matava, livrando-a das “manchas” e retornando ao status de “homem honrado”.

A experiência masculina nos espaços urbanos do Rio de Janeiro, representados por Machado de Assis, sugere que outras preocupações também ocupavam as mentes dos sujeitos masculinos do período que não mais a idéia fixa da manutenção da honra. Os

estudos, o teatro, as festas, os livros, o trabalho, o cultivo da solidão... tudo isso aparece associado aos personagens masculinos de Machado de Assis, em *Contos Fluminenses*, ao contrário da violência, que parece não ter lugar em seus enredos.

Em meio a esse questionamento da antiga noção de honra masculina, proporcionado em grande medida pelo Estado, Bernardo Guimarães constrói personagens masculinos com ideais mais coletivos, uma vez que a preocupação em ser útil ao Estado era central tanto para Elias, protagonista de *O Garimpeiro*, quanto para Anselmo, protagonista de *Uma História de Quilombolas*.

No entanto, a preocupação com disputas pela propriedade de terras, a representação positiva de privilégios masculinos de sujeitos de camadas sociais privilegiadas, e a centralidade do âmbito do privado nos romances escritos por José de Alencar, nos levam a considerar que as antigas formas de ser masculino, ligadas à noção de honra, não haviam desaparecido, pois pareciam ainda influenciar aquele escritor.

Mesmo em Bernardo Guimarães podemos ver alguma permanência da noção de honra masculina. Ao contrário de José de Alencar, o autor mineiro rechaça a utilização da agressividade para a resolução de contendas do mundo privado. Mas a conexão entre masculinidade e agressividade que dá base à idéia de honra não foi descartada por ele. A novidade é que os sujeitos masculinos, de acordo com o que sugerem suas narrativas literárias, já não agiriam em nome de uma honra individual ou familiar. Os personagens masculinos estariam justificados em atitudes agressivas, ou mesmo de violência física, se agissem de acordo com a vontade do Estado, em favor da honra da Pátria.

Outros dois gêneros distintos de escrita produzidos por Bernardo Guimarães, o jornalístico e o poético, nos ajudaram a compreender porque foi a relação entre violência, masculinidade e Estado, dentre outras possíveis naquele período, a que marcou tão sensivelmente a construção dos personagens de suas narrativas produzidas entre 1871 e 1872.

Foi depois da Guerra do Paraguai que Bernardo Guimarães parece ter passado a considerar tal junção como portadora de uma espécie de modelo de conduta para os homens de seu tempo. Se já no período anterior à Guerra o escritor envolvido com a imprensa, se via naquela atividade como se estivesse lutando pela pátria através de suas argumentações,

embora se mostrasse contrário a qualquer confronto armado, após o conflito entre Brasil e Paraguai, Bernardo Guimarães passa a considerar até mesmo a violência física como justificável, desde que fosse feita em nome do país. Queremos dizer com isso, que as representações masculinas produzidas pelo autor poderiam ter sido diferentes caso ele não estivesse tão envolvido com a política e a imprensa no período da Guerra. A Guerra com o Paraguai não foi questionada nem por liberais, nem por conservadores. O que passou a ser a principal pauta de discussão nas disputas partidárias, que povoavam o jornalismo naquela conjuntura, foi a proeminência de um partido ou outro na condução satisfatória do conflito. Nesse embalo Bernardo Guimarães teria deixado de questionar os conflitos armados, como fazia anteriormente, e passado a disputar no jornal a superioridade da contribuição do Partido Liberal para o sucesso da campanha dos brasileiros contra os paraguaios.

O caso de Bernardo Guimarães, homem que assim como muitos de seu tempo sublimou a violência em agressividade discursiva através da participação jornalística, aponta para a fragilidade dessa forma de elaboração da violência. Aponta também para a força que a noção de Estado parecia ter nas consciências dos sujeitos envolvidos com a imprensa no período. Na situação limite apresentada pelo acontecimento da Guerra do Paraguai, a defesa da nação parece ter “falado mais alto” a Bernardo Guimarães do que a crítica à violência física feita por ele em muitas ocasiões anteriores ao evento. Seu desejo, expresso em sua poesia e em alguns dos seus artigos jornalísticos escritos antes da Guerra, de que o Brasil sustentasse um modelo de paz contrário ao belicismo europeu ruiu diante do conflito com o Paraguai. O argumento do Estado, que servia a ele e seus dois amigos redatores, como justificativa para suas aparentemente inofensivas agressões verbais no jornal, foi o mesmo que fez com que Bernardo Guimarães abandonasse sua convicção pacifista e passasse a concordar com atitudes de violência física.

Finalmente, podemos considerar que os homens favoráveis às razões de Estado, como era o caso de Bernardo Guimarães, questionaram *certas situações de uso* da força física por parte dos sujeitos masculinos, mas não a *legitimidade do recurso a esse uso da violência física como símbolo de virilidade*. O culto da força física dos sujeitos masculinos permanecia almejado e valorizado, embora o argumento para essa valorização tivesse adquirido uma nova justificativa. O Estado aparece, então, como um dos grandes novos

álbis para a permanência da conexão violência-masculinidade. Conexão que ainda influencia milhares de homens em diferentes partes do mundo⁶¹.

⁶¹ Cf. NOLASCO (2003).

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia [Org]. *Trajatórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Escrita Como Remédio: erudição, doença e masculinidade no Nordeste do começo do século XX. In: *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008 a, p.482-493

_____. O Engenho de Meninos: literatura e história de gênero em José Lins do Rêgo. In: *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008 b. p.350-371

_____. De Fogo Morto: mudança social e crise dos padrões tradicionais de masculinidade no Nordeste do começo do século XX. In: *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008 c. p.372-418

_____. Quem é Mole não se Mete: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. In: *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008 d. p.285-311

_____. *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALENCAR, Heron. José de Alencar e a Ficção Romântica. P.217 – 300, In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1969. 2ª ed. (1ª ed. 1955)

ALMEIDA, Leandro Thomaz de. Recepção crítica da prosa ficcional de Joaquim Manoel de Macedo. In: ABREU, Márcia [Org]. *Trajatórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

ALVES, Virgínia Santos. Prática de Leitura, escrita e educação no século XIX a partir da obra de Machado de Assis (1870-1880). Dissertação de Mestrado em Educação, UNINCOR, 2007.

ASSIS, Raquel Martins. *Psicologia, Educação e Reforma dos costumes: lições da Selecta Catholica (1846-1847)*. 2004. 283p. Tese (Doutorado em Educação – Psicologia da Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

BADINTER, E. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOECHAT, Maria Cecília. Uma notícia sobre a crítica de Bernardo Guimarães. In: CAMBRAIA, César Nardelli & MIRANDA, José Américo. ORG. *Crítica Textual: reflexões & práticas*. Belo Horizonte: FALE, 2004.

_____. *Paraísos Artificiais: O romantismo de José de Alencar e sua recepção crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Educação & Realidade. 20(2): 133-184. jul./dez. 1995.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992 [1991].

_____. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992 [1991].

BRAIT, Beth. O saboroso elixir do Pajé que a escrava Isaura não ousou degustar. P.61-71. In: LANDOWSKI, Eric & FIORIN, José Luiz (eds.). *O gosto da gente, o gosto das coisas: abordagem semiótica*. São Paulo: EDUC, 1997.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*. Vol. II. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975. 5ª ed. (1ª ed. 1959).

_____. & CASTELO, Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira*. Vol. II. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1966. (1ª ed. 1964).

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: Kairós, 1983 [1964].

CAMPOS, Kleber Garcia. *O Ateneu de Charles Dickens: sociedade e educação em duas obras literárias do século XIX*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias: A série “A + B” de Machado de Assis. p.67-86. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda [Orgs.]. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005.

_____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Trabalho, lar e botequim*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2001 [1986].

CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: Festas Cívicas em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 [2007].

_____. O mundo como representação. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 61-81.

COELHO, Nelly Novaes. Sertanismo e Regionalismo: Bernardo Guimarães. P.9-53. In: *Seminário João Alphonsus: A Ficção Mineira de Bernardo Guimarães aos Primeiros Modernistas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

CORRÊA, Irineu Eduardo Jones. *Bernardo Guimarães e o paraíso obscuro: a floresta enfeitada e os corpos da luxúria no romantismo*. Rio de Janeiro, 2006. Tese. (Doutorado em Letras - Ciência da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, M. S. K. et alii. *Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13-38.

COSTA, Iraci del Nero & LUNA, F. Vidal. Devassa nas Minas Gerais: observações sobre casos de concubinato. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXXI: 221-233, 1982.

COSTA, Rosely Gomes. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. P.213-241. In: ALMEIDA, Heloisa et. alli (ORGs.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CRUZ, Dilermando. *Bernardo Guimarães (perfil bio-biblio-literário)*. Juiz de Fora: Casa Azul, 1911.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1975]. p. 65-106.

DEL PRIORI, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006 [2005].

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1939].

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador / Vol. I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGEL, Magali Gouveia. Sexualidades interditas: loucura e gênero masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, Supl., p.173-190, jun. 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de & ZICA, M. C. Masculinidades e experiências masculinas em Bernardo Guimarães. In: *Cadernos Pagu*, Campinas – SP, n° 34 Especial Dossiê Masculinidades. p.179-209, 2010.

____ & ZICA, M. C. Bernardo Guimarães e a Educação. In: Luciano Mendes de Faria Filho, Marilaine Soares Inácio. (Org.). *Políticos, literatos, professoras, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2009, v. , p. 93-120.

____ & ZICA, M. C. Cultura e Infância: literatura e história no século XIX. In: *Revista Educação e Cidadania*. Campinas – SP, v.06, n.01. 2007 a, p.51-62.

____; ZICA, Matheus da Cruz e; & GOUVÊA, Maria Cristina Soares. A literatura como fonte para a História da Infância: possibilidades, limites e algumas explorações. p.41-67. In: OLIVEIRA, Marcus Tabora de. (org.). *Coleção História da Educação – Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007 b.

____. Projeto Nacional e Educação: uma leitura a partir da obra de Bernardo Guimarães. In: MORAES, Christiano Cardoso; PORTES, Écio Antônio & ARRUDA, Maria Aparecida (orgs.). *Coleção História da Educação - Ensino e Pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 a, p.145-169.

____. Ilustração e Educação: uma leitura de Bernardo Guimarães. In: *Educação – Revista do Centro de Educação*. Santa Maria – RS, v.31, n.01. 2006 b, p.153-173.

____ *et al.* A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, A. M. C. & PASSOS, M. [orgs.]. *A escola e seus atores – educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.53-89

____. *Bernardo Guimarães: Literatura e crítica social no século XIX*. UFMG/PUC Rio, 2004. (relatório de pós-doutorado).

FEBVRE, Luciene. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

____. Face ao vento. Manifesto dos anais novos. In: MOTA, Carlos G. (org.). *Febvre*. São Paulo: Ática, 1992 [1946]. p. 173-182.

____. O problema da descrença no século XVI. In: MOTA, Carlos G. (org.). *Febvre*. São Paulo: Ática, 1992 [1942]. p. 31-81.

FORTH, Christopher E. *The Dreyfus Affair and the crisis of French Manhood*. Baltimore and London: John Hopkins University Press, 2006.

FOUCAULT, Michel. A Tecnologia Política dos Indivíduos. In: MOTTA, Manoel Barros de. *Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade, política / Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1988]. p. 301-318.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Completas*, v. 19, Rio de Janeiro: Imago, 1980 [1927].

_____. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Completas*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1980 [1925].

_____. O Estranho. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Completas*, vol. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Problematizando fontes em historia da educação. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.21, n.2, 99-120, Jul./Dez, 1996.

_____. *Amansando Meninos: uma leitura do cotidiano da escola a partir da obra de José Lins do Rêgo (1890-1920)*. João Pessoa: UFPB, 1998.

GARMES, Hélder. *Os Ensaaios Literários (1847-1850) e o periodismo acadêmico em São Paulo de 1833 a 1860*. Campinas, 1993. Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira da Unicamp.

GAY, Peter. *Represálias selvagens: Realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1988].

_____. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1984].

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. *O Mundo da Criança: a construção do infantil na literatura brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 2004 a.

_____. Meninas na sala de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004 b. p. 189-212.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Sobre as condições de circulação e recepção da produção literária no Brasil oitocentista. In: *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial / EDUSP, 2004. p.57-122.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 1985.

IANNI, Octávio. Sociologia e Literatura. p.09-42. In: SEGATTO, José Antônio & BALDAN, Ude (orgs.). *Sociedade e Literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JEFFORDS, Susan. *Hard bodies. Hollywood masculinities in the Reagan era*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1994.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

KEMPF, Roger & ARON, Jean-Paul. *O pênis e a desmoralização do ocidente*. Lisboa: Vega, 1992.

KURY, Lorelai. As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX. In: ALMEIDA, Marta de & VERGARA, Moema de Rezende [orgs.]. *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.

LE GOFF, Jacques. A história Nova. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger & REVEL, Jacques. *A história nova*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989 [1978]. p. 75-84.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998 [1996]. p. 77- 102.

LE RIDER, Jacques. *A modernidade vienense e as crises de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992 [1990].

LIMA, Luiz Costa. Bernardo Guimarães e o Cânone. p.241-253. In: *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. Documento e Ficção. p.187-242. In: LIMA, Luis da Costa. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LIMA, Raquel & TEIXEIRA, Igor. Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX. *Revista Horizonte*. Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 113-126, junho de 2008.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. História da Educação e Literatura: algumas idéias e notas. p.29-34. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, FaE UFMG, n.27, jul/98.

LOURO, Guacira Lopes. O cinema como pedagogia. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 423-446.

MAGALHÃES, Basílio de. *Bernardo Guimarães* (esboço crítico). Rio de Janeiro: Typographia do Anuário do Brasil, 1926.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Mulheres no mundo da casa: imagens femininas nos romances de Machado de Assis e Aluísio Azevedo. In: BRUSCHINI, Cristina & COSTA, Albertina de Oliveira. *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 57-88.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MICALE, Mark. *Hysterical men: the hidden history of male nervous illness*. Harvard University Press, 2008.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1984. (1ª ed. 1984).

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*. v.11, n.1, Florianópolis jan./jun. 2003.

NOLASCO, Sócrates. Marc Lépine: violência e masculinidade no contemporâneo. *Revista da ABECAN*: Belo Horizonte, v.1, n.3, 2003.

_____. *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

_____. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NYE, Robert A. *Masculinity and Male Codes of Honor in Modern France*. Berkeley: University of California Press, 1998.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Leão de Alencar. *Releitura de Bernardo Guimarães*. Rio de Janeiro: PUC do Rio de Janeiro, 1977. Depto. de Letras – Dissertação de mestrado.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.

PARKER, R. *Corpos, prazeres e paixões*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEREIRA, M.R. . *O horror à feminilidade*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9, 2010, Florianópolis. *Fazendo gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*. Florianópolis : UFSC, 2010. v. 1. p. 1-12. (Anais eletrônicos)

PÉRSICO, Adriana R. O rosto masculino da melancolia. In: SOUZA, Eneida Maria de & MARQUES, Reinaldo [Orgs.]. *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2009 [1987].

PINHEIRO, Alexandra. Entre contratos e recibos: o trabalho de um editor francês no comércio livreiro do Rio de Janeiro oitocentista. p.171-186. In: ABREU, Márcia [Org.]. *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

PINTO NETO, Pedro da Cunha. *Ciência, Literatura e Civilidade*. Bragança Paulista: EDUSF, 2006.

PITLUK, Roberto. *El macho argentino: reflexiones sobre masculinidad empobrecida*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

POCOCK, John G. A. O estado da arte. In: POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: USP, 2003 [1995]. p. 23-62.

QUEIROZ, Juliana Maia de. Em busca de romances: um passeio pelo catálogo da livraria Garnier. In: ABREU, Márcia [Org.]. *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

Revista do Centro de Estudos Portugueses. *Dossiê Bernardo Guimarães*. Belo Horizonte. V.23, n.32, 2003.

ROMERO, Sylvio. *História da literatura Brasileira*. II Tomo. Rio de Janeiro: Garnier, 1903, 2ªed. (1ª ed. 1899).

ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: O público e o Privado na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

ROSADO NUNES, Maria José F. Le 19ème siècle: un tournant dans l'Eglise catholique et dans la vie des femmes au Brésil. In: *Social Compass*. Bélgica, v. 4, n. 43, p. 503-513, 1996.

SÁ, Carolina Mafra de. *Teatro idealizado, teatro possível: uma estratégia educativa em Ouro Preto (1850-1860)*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2009.

SAMARA, Eni de M. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Luis Alberto Brandão. Literatura e História: convergência de possíveis. p.45-55. In: BOËCHAT, Maria Cecília Bruzzi; OLIVEIRA, Paulo Motta & OLIVEIRA, Silvana

Maria Pessoa de (orgs.). *Romance Histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000.

SANTOS, Kátia Vitória. *Bernardo Guimarães e a crise do idealismo romântico*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira apresentada à Faculdade de Letras da UFRJ.

SCOTT, Joan W. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1999.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. P.71-101 In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre. V.20, n.2. jul/dez 1995.

SILVA, Isabel de Oliveira e & LUZ, Iza Rodrigues da. Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. In: *Cadernos Pagu: revisitando dualismos*. Organização do dossiê: CARVALHO, Marília & FARIA FILHO, Luciano. Campinas, n. 34, p. 17-40, janeiro-junho, 2010.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. 5ª ed. (1ª ed. 1938).

SURKIS, Judith. *Sexing the citizen: morality and masculinity in France, 1870 – 1920*. Cornell University Press, 2006.

SÜSSEKIND, Flora. Bernardo Guimarães: Romantismo com pé-de-cabra. P.151-165. In: *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003. (publicado pela primeira vez em 1984)

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*. Bauru: EDUSC, 2004.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908*. Brasília: Ed. UnB, 1963. 3ª ed. (1ª ed. 1916).

VEYNE, Paul. *Como se escreve história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 2008 [1971].

VOLOBUEF, Karin. Romantismo brasileiro. P.157-304. In: VOLOBUEF, Karin. *Frestas e arestas*. A prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

ZICA, Matheus da Cruz e. *Educação e masculinidade na produção jornalística e literária de Bernardo Guimarães (1852-1883)*. (Dissertação de mestrado) Belo Horizonte: FaE-UFGM, 2008.

Fontes

Relatos de Viajantes

BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980 [1835].

BURMEISTER, Herman. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980 [1850].

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976 [1868].

FREIREYSS, G. W.. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982 [1815].

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837) - vol.2*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981 [1837].

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978 [1811].

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975 [1847].

Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais

Todos os relatórios citados abaixo estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

- *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1865 o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia*. Ouro Preto, Typ. do Minas Geraes, 1865.

- *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1866 o 2.o vice-presidente, Joaquim José de Sant' Anna*. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1866.

- *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1867, o presidente, José da Costa Machado de Souza*. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1867.

- *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1868 o presidente da provincia, José da Costa Machado de Souza.* Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1868.

- *Relatorio que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. José Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da provincia de Minas Gerais, apresentou no acto de passar a administração, em 14 de maio de 1869, o Dr. Domingos de Andrade Figueira.* Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1869.

- *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes na sessão ordinaria de 1869 pelo presidente da mesma provincia, dr. José Maria Corrêa de Sá Benavides.* Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1870.

- *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1870 o vice-presidente, dr. Agostinho José Ferreira Bretas.* Ouro Preto, Typographia Provincial, 1870.

- *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de Minas Geraes na sessão extraordinaria de 2 de março de 1871 pelo presidente, o illm. e exm. sr. doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho.* Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871.

- *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1871 o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belem.* Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871.

- *Falla com que o illm. e exm. sr. dr. Francisco Leite da Costa Belem, 2.o vice-presidente da provincia de Minas Geraes, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura da 19.a legislatura em 17 de maio de 1872.* Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, [n.d.]

- *Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia, Venancio José de Oliheira [sic] Lisboa.* Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1873.

Jornais

- Os artigos do jornal *A Actualidade*, publicados entre os anos de 1859 e 1861, estão microfilmados na Biblioteca Nacional:

Jornal *A Actualidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 10 – 25 MAIO 1858 / PR - SOR 3755 - ROLO UM

- Todas as edições do *Noticiador de Minas* se encontram no seguinte endereço eletrônico: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> (Clicar no link: “Jornais Mineiros”)

Noticiador de Minas. Da edição n° 01 (19/08/1868) até a última edição, n° 531 (25/01/1873).

Textos Literários

ALENCAR, José de. *Til*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. (Primeira ed. 1871)

_____. *O Tronco do Ipê*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. (Primeira ed. 1871)

ASSIS, Machado de. *Contos Fluminenses*. São Paulo: Martin Claret, 2006. (Primeira ed. 1870)

GUIMARÃES, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. (Primeira ed. 1869)

_____. *Lendas e Romances*. Rio de Janeiro: Garnier, sd. (Primeira ed. 1871. Reunidas neste volume estão as seguintes histórias: ‘Uma História de Quilombolas’, ‘A Garganta do Inferno’ e ‘A Dança dos Ossos’)

_____. *Histórias e Tradições da província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. (Primeira ed. 1872. Reunidas neste volume estão as seguintes histórias: ‘Jupira’, ‘A Filha do Fazendeiro’ e ‘A Cabeça de Tiradentes’)

_____. *O Seminarista*. São Paulo: Ática, 1980. (Primeira ed. 1872)

_____. *O Garimpeiro*. São Paulo: Ática, 1980. (Primeira ed. 1872)

_____. *Poesias Completas (1852-1883)*. Rio de Janeiro: INL, 1959 (Org. Alphonsus de Guimarães Filho).

TAUNAY, Alfred d’Escragnolle. *Mocidade de Trajano*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

_____. *Inocência*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2007. (Primeira ed. 1872)